



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

KÉSIA ANASTÁCIO ALVES DA SILVA

**NOVAS FORMAS URBANAS E O OLHAR ATRAVÉS DA
DEMOGRAFIA: A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE-REGIÃO
PAULISTA**

**CAMPINAS
2018**

KÉSIA ANASTÁCIO ALVES DA SILVA

**NOVAS FORMAS URBANAS E O OLHAR ATRAVÉS DA
DEMOGRAFIA: A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE-REGIÃO
PAULISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

***Orientador:* PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA KÉSIA ANASTÁCIO ALVES DA SILVA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.

CAMPINAS

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Agência(s) de fomento e n°(s) de processo(s): FAPESP, 2014/04566-1
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8366-0471>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38n Silva, Késia Anastácio Alves da, 1988-
Novas formas urbanas e olhar através da demografia : a estruturação da cidade-região paulista / Késia Anastácio Alves da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Metropolização. 2. Mobilidade espacial. 3. Migração. 4. Regiões metropolitanas - São Paulo (Estado). 5. Demografia. 6. Urbanização. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: New urban forms and look through demography : a structuring of city-region paulista

Palavras-chave em inglês:

Metropolization

Spatial mobility

Migration

Metropolitan areas - Sao Paulo (State)

Demography

Urbanization

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Sandra Lencioni

José Irineu Rigotti

Rosana Aparecida Baeninger

Adriana Maria Bernardes da Silva

Data de defesa: 01-10-2018

Programa de Pós-Graduação: Demografia

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 01/10/2018, considerou a candidata Késia Anastácio Alves da Silva Aprovada.

Titulares

Profa. Dra. Sandra Lencioni – IG/USP

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti – CEDEPLAR/UFMG

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva – IG/UNICAMP

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger– IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha – IFCH/UNICAMP

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Dedico àquele que conheci desde meu primeiro dia de vida, mas que durante este período de doutoramento partiu, e deixou o vazio da saudade, a quem tive a alegria de chamar de **PAPAI** (in memoriam Francisco Alves da Silva).*

AGRADECIMENTOS

Comumente começaria estes agradecimentos listando as pessoas que possibilitaram a realização deste trabalho, mas início esta página contando um pouco de minha história ao longo destes anos de doutoramento.

Iniciei meu doutorado no ano de 2014, com toda alegria e fugacidade que qualquer apaixonado por ciência poderia ter. Em meados de 2015, eu e minha família começamos a travar uma das batalhas mais difíceis que já passamos juntos, meu pai foi diagnosticado com câncer e, a partir deste momento, nosso principal alvo foi a luta por sua vida e seu bem-estar. Assim, em meio a noites em hospital, cirurgias, sopas, afetos e risadas foram realizadas disciplinas, participações em congressos, qualificações, escritas entre outras atividades inerentes a qualquer estudante de doutorado. Infelizmente, o senhor Chicão partiu e foi morar em um lugar mais bonito que esta terra. O ano de 2017 foi o ano do luto, mas também foi o ano da continuidade. Olhando para esta tese e para estes infortúnios da vida que me ocorreram ao longo destes anos, pergunto-me como consegui chegar até aqui. A resposta é simples: Deus e pessoas. Se não fosse a Deus e algumas pessoas que passaram pelo meu caminho dando suporte, tanto no realizar da pesquisa quanto no dia a dia, certamente não teria conseguido. Portanto, gostaria de externar minha eterna gratidão à algumas pessoas e instituições.

Agradeço às instituições que apoiaram e possibilitaram a realização desta pesquisa, sendo elas: a FAPESP pela concessão da bolsa através do Processo Fapesp, 2014/04566-1 Centro de Estudos da Metrópole (CEM) pelo financiamento deste trabalho. Meu muito obrigada ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) e a todos os seus funcionários e pesquisadores, não apenas por acolher os alunos do programa de pós-graduação em Demografia e propiciar através de todo um aparato técnico e computacional a realização desta pesquisa, mas também por tornar este ambiente mais afetuoso e acolhedor. Dentre os funcionários do Nepo, gostaria de agradecer a Raquel Jakob e ao Rogério, por sempre serem suporte a ajudarem desde as mais tolas e escabrosas dúvidas computacionais.

Gostaria também de externar minha gratidão ao Instituto de Filosofia e Ciências e Humanas e a todos os professores do programa de pós-graduação em Demografia que, de alguma forma, ao longo de minha pós-graduação me ajudaram não só na construção do conhecimento através das disciplinas, mas também nas famosas “batidas na porta de sala”, respondendo dúvidas e angustias sobre a pesquisa. Portanto, agradeço: Alberto Jakob, Glaucia

Marcondes, Joice Melo Vieira, Luciana Correia Alves, Marta Azevedo, Roberto Luiz do Carmo e a professora Tirza Aidar.

Agradeço à banca constituída para minha defesa, professoras Sandra Lencioni, Rosana Baeninger, Adriana Bernades e ao professor José Irineu Rigotti, pela leitura profunda e carinhosa, pelas sugestões de ajustes enriquecedores.

Ao meu orientador uma menção afetuosa, por mais do que orientar e buscar condições para que este doutorado se tornasse possível, mas por acreditar em mim, incentivar, pelas oportunidades e desafios que sempre nos apresentou, por discutir atentamente as ideias que balizaram esta pesquisa, pela correção criteriosa, por cada puxão de orelha mais que merecido, além de toda compreensão em cada um dos meus momentos e pelo suporte, minha eterna gratidão.

A minha segunda família chamada amigos que, por vezes, foram ombro amigo, representaram a família distante, partilharam sorrisos, choros, as angustias da pós-graduação e as peripécias da vida, cada um com suas especificidades e qualidades. Dentre os especiais, gostaria de mencionar e deixar minha gratidão e afeto a Dafne Sponchiado e ao Guilherme Ortega, não só por partilhar o orientador, mas por caminharem comigo, puxarem a orelha, me oferecerem comida, a casa e compartilhar todas as coisas que uma amizade sincera nos permite. Confesso que as melhores viagens que fiz até hoje foram com vocês.

A outros amigos que a demografia e a vida me trouxeram: agradeço ao Luiz Antônio, pela inegável paciência e por sempre estar disposto a ajudar e ouvir. As amigas Barbará e Helô, que deixaram Campinas no decorrer deste doutorado, mas que me ensinaram que a amizade verdadeira permanece, mesmo com a distância e com alguns hiatos de fala. A Raquel Alonso, por cada café com tons de desabafo, por me ouvir, fazer rir, pelos conselhos e por dividir comigo as incursões no SAS. Aos amigos da Demografia não poderia deixar de citar a Natália Demetrio, Chandie Batiste, Manu e a todos do grupo Sopa.

A Josiane Souza, minha amiga de vida há mais de quinze anos, por dividir comigo alegrias, sonhos, as loucuras da adolescência, por ser meu ombro amigo e minha irmã por escolha, muito obrigada por sempre estar presente na vida além de me deixar bonita sempre! A Laura Caetano (Lau), por ser mais que minha roommate, mas por literalmente representar a família distante, pelas noites conversando no sofá, por cada jantar partilhado, pelos abraços quando precisei chorar, por emprestar a casa e a família em São Paulo quando precisei de abrigo e por dividir comigo a dona Amora. Aos amigos da Nazareno, não agradeço apenas pelas orações, mas também pelas diversões, em especial a Aline e Maria, pelos conselhos e

áudios de mais de 5 minutos, sempre com toda a preocupação e doçura que cada uma possui. E ao Helder, que me ajudou desde o mestrado, e me deu uma nova amiga (Dona Bruna).

Não poderia deixar de mencionar a pessoa que apareceu durante este período de doutoramento e que tem mostrado que o famoso clichê, caminhar a dois é bem melhor que caminhar sozinho, se faz verdadeiro. João, obrigado por me mostrar o lado doce da vida, por propiciar um lugar para que essa tese fosse escrita quando precisei, por ser tão cuidadoso, por falar foco quando estava perdendo, por dizer descanse quando estava indo além do que poderia. Por ler tudo que escrevo mesmo não sendo sua área de pesquisa, além de ouvir de traz para frente tudo sobre esta tese. Pelo abraço sempre necessário, pelas ligações de horas quando havia distância, por secar cada lágrima e me abraçar nos momentos que precisei, além de tentar me alegrar e fazer passar mal de rir sempre, minha afetuosa gratidão.

A minha família, por dividir as alegrias, as dores, os almoços e as loucuras, por me incentivarem e acreditarem em mim quando nem mesmo eu acreditei. Aos meus irmãos, os melhores presentes que meus pais poderiam me dar: Érica, Elaine e Edu, vocês não são apenas a minha eterna conexão com o passado, presente e futuro, mas meus melhores amigos. Poderia listar várias características, situações e sentimentos que fazem de vocês únicos. Algumas frases em um parágrafo se tornam ínfimas para externar tudo que são e representam, só posso dizer que os amo. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, por me mostrarem sempre o lado doce e as alegrias da vida, e por sempre me deixarem ser criança com vocês: Calebe (que não é mais criança, mas sempre vai ser meu menino), Felipe, Elita e Ana Luísa. Ao meu cunhado Cristiano sempre muito solícito e a minha cunhada Luciana por me oferecer até o lar neste período.

A dona Eva, a mulher mais forte, mais doce, engraçada e brava que conheço na face da terra, a quem tenho a honra de chamar de mãe. Nenhuma das minhas conquistas seria possível se você não sonhasse comigo, não me apoiasse, incentivasse e me desse todo carinho e amor. Eva, você sempre foi e sempre será sinônimo de força e doçura, por se doar como poucas pessoas se doam, por se meu espelho e inspiração, obrigada mãe.

Por fim, meu maior agradecimento, a Deus pai celestial por sua graça, misericórdia e por ser meu sustento. Pai eterno, obrigada!

*“... a vida que palpita conjuntamente com a
materialidade”
(Milton Santos in A Natureza do Espaço)*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender não apenas os reflexos que a formação de novas morfologias urbanas tem sobre o processo de redistribuição espacial da população, mas, também, como a dinâmica populacional e, especificamente a mobilidade espacial da população, podem evidenciar novas formas de organização territorial. Neste contexto, analisou-se a formação da Cidade-Região de São Paulo a luz dos movimentos populacionais em três períodos, através dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. As cidades-regiões neste estudo se relacionam ao novo estágio de acumulação do capital, a nova divisão territorial do trabalho e a processos como a chamada reestruturação produtiva. Esta nova forma urbana é caracterizada pela desmedida extensão territorial, por ter limites territoriais difusos e por aglutinar, através de um espaço de fluxos, diversos outros aglomerados, cidades de diferentes funções e portes populacionais. A Cidade-Região de São Paulo engloba 173 municípios que estão distribuídos em cinco regiões metropolitanas, dois aglomerados urbanos e uma microrregião. Portanto, a integração desta morfologia que é urbano-regional por natureza, foi analisada através dos fluxos populacionais, em especial a migração e a mobilidade pendular. Através das características daqueles que circulam nesta nova territorialidade, foram analisadas as estruturas que conformam as diversas escalas socioespaciais que compõem a cidade-região (principalmente as escalas intrametropolitana e intra-regional), assim como a estrutura de incentivos e constrangimentos que faz com que cada indivíduo se desloque ou não em cada uma destas escalas. Os resultados evidenciaram que o processo de redistribuição espacial da população, com epicentro na Região Metropolitana de São Paulo, em direção aos aglomerados localizados a um raio de 150km desta metrópole, ainda se faz presente e intenso. Observou-se que a integração entre os aglomerados urbanos que conformam esta morfologia através dos fluxos populacionais, em especial através dos movimentos pendulares, vem crescendo ano a ano, o que demonstra que a cidade-região ainda é uma realidade em construção. A caracterização dos indivíduos que circulam nesta nova forma urbana e em cada uma de suas escalas socioespaciais, mostrou que aqueles que realizam os movimentos intra-regionais são mais envelhecidos, escolarizados, inserem-se em setores especiais da economia e possuem ocupações mais altas do que aqueles que se deslocam no espaço intrametropolitano, fato que suscitou quais poderiam ser a estrutura de incentivos e constrangimentos que prepondera em cada uma destas escalas socioespaciais.

Palavras-chave: Metropolização. Mobilidade espacial da população. Arranjos espaciais.

ABSTRACT

This work aims to understand not only the reflexes that the formation of new urban morphologies has on the process of spatial redistribution of the population, but also how the population dynamics and specifically the spatial mobility of the population can show new forms of organization territorial. In this context, the formation of the São Paulo City-Region was analyzed in light of the population movements in three periods through the demographic census data of 1991, 2000 and 2010. The city-regions in this study relate to the new stage of capital accumulation, the new territorial division of labor and processes, such as the so-called productive restructuring. This new urban form is characterized by unlimited territorial extension, by having diffuse territorial limits and by bringing together, through a space of flows, several other agglomerations, cities of different functions and population sizes. The City-Region of São Paulo comprises 173 municipalities that are distributed in five metropolitan regions, two urban agglomerations and one micro-region. Therefore, the integration of this morphology that is urban-regional by nature was analyzed through population flows, especially migration and pendular mobility. Through the characteristics of those who circulate in this new territoriality, the structures that conform the various socio-spatial scales that compose the city-region (mainly the intra-metropolitan and intra-regional scales), as well as the structure of incentives and constraints are analyzed that make each individual or not at each of these scales. The results show that the process of spatial redistribution of the population, with an epicenter in the Metropolitan Region of São Paulo, towards the agglomerates located within a 150km radius of this metropolis, is still present and intense. It was observed that the integration between the urban agglomerates that conform this morphology through the population flows, especially through the commuting movements, has been growing year by year, which shows that the city-region is still a reality under construction. The characterization of the individuals that circulate in this new urban form and in each one of their socio-spatial scales, showed that those who perform intra-regional movements are more aged, educated, inserted in special sectors of the economy and have occupations higher than those that move in the intrametropolitan space, fact that raised what could be the structure of incentives and constraints that preponderate in each one of these socio-spatial scales.

Keywords: Metropolization. Spatial mobility of the population. Spatial arrangements

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Impactos da economia globalizada nas áreas metropolitanas	57
FIGURA 2 – A cidade-região: processos socioespaciais e elementos principais	71
FIGURA 3 – Localização das regiões metropolitanas federais.....	80
FIGURA 4 – Arranjos urbanos regionais no Brasil	89
FIGURA 5– Localização da Cidade-Região Paulista e suas regiões	90
FIGURA 6 – Participação relativa da indústria de transformação no Valor Adicionado Fiscal.....	109
FIGURA 7 – Distribuição municipal dos estabelecimentos do grupo industrial tradicional	111
FIGURA 8 – Distribuição municipal dos estabelecimentos do grupo industrial de alta tecnologia Estado de São Paulo, 1995 e 2005	113
FIGURA 9 – Vetores territoriais da cidade Região Paulista.....	115
FIGURA 10 – Abrangência da polarização das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo	117
FIGURA 11 – Taxa geométricas de crescimento populacional por município. Cidade-Região Paulista, 1991/2000 e 2000/2010.....	123
FIGURA 12 – Taxa geométrica de crescimento dos domicílios por município. Cidade-Região, 1991/2000 e 2000/2010.....	126
FIGURA 13 – Distribuição espacial dos imigrantes Intra-CRP. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010	153
FIGURA 14 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 1985-1991	155
FIGURA 15 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 1995-2000	156
FIGURA 16 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 2005-2010	156
FIGURA 17 – Principais fluxos pendulares com origem na Cidade-Região Paulista – 2000 e 2010.	170

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População residente por situação de domicílio. Brasil, 1950-2010.....	77
TABELA 2 – Número de municípios e população residente por classes de tamanho população.....	78
TABELA 3 – População residente, taxa geométrica de crescimento, taxa de migração líquida e peso relativo da migração no crescimento populacional segundo regiões metropolitanas. RM's selecionadas, 1970-2010	82
TABELA 4 – População residente censitária, grau de urbanização, peso relativo da população e crescimento populacional. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000, 2010	120
TABELA 5 – População Residente, peso relativo da população e crescimento populacional, município sede e entorno. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010.....	122
TABELA 6 – Composição da população residente na Cidade-Região Paulista por aglomerados urbanos e condição migratória, 1991, 2000 e 2010.....	135
TABELA 7 – Imigrantes, emigrantes e indicadores selecionados de migração. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	140
TABELA 8 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório por modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	144
TABELA 9 – Volume dos movimentos pendulares, população em idade ativa pendular e ocupada pendular, segundo condição de pendularidade.....	163
TABELA 10 – Migrante de data-fixa segundo modalidade migratória e origem de município de trabalho. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000.....	174
TABELA 11 – Migrante de data-fixa segundo modalidade migratória e origem de município de trabalho. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010.....	175
TABELA 12 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrantes” e imigrantes de data-fixa, segundo grandes grupos etários e modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010.....	181
TABELA 13 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo estado conjugal e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010	184
TABELA 14 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, segundo idade média do casal e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010	186
TABELA 15 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo arranjo domiciliar e modalidade migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010	191
TABELA 16 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo nível de instrução e por modalidade migratória	196
TABELA 17 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo grupos de atividades econômicas e modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010.....	199

TABELA 18 – Distribuição percentual de chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, segundo posição na ocupação e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010	202
TABELA 19 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo grandes grupos etários e condição de pendularidade. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	208
TABELA 20 – Distribuição percentual dos chefes domicílio segundo condição de pendularidade e nível de instrução. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010.....	210
TABELA 21 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo nível de instrução do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	211
TABELA 22 – Distribuição percentual dos chefes dos domicílios segundo condição de pendularidade e por grupos de atividades de econômicas. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	214
TABELA 23 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo grupos de atividade econômica do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	215
TABELA 24 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio por condição de pendularidade, segundo posição ocupação. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	218
TABELA 25 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo condição de ocupação do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010	219

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Algumas características da metrópole moderna e da metrópole contemporânea.....	40
QUADRO 2 – Síntese das principais morfologias urbano-regionais e suas devidas referências.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO1 – Distribuição relativa da população residente nas RM's por grupos de municípios. RM's selecionadas – 1991, 2000 e 2010.....	86
GRÁFICO 2 – Distribuição percentual dos imigrantes de “data-fixa”, por modalidades migratórias. RMs selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	87
GRÁFICO 3 – Peso relativo do crescimento vegetativo e da migração no incremento populacional por aglomerados urbanos. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991/2000 e 2000/2010.....	127
GRÁFICO 4 – Peso relativo da imigração intra-CRP e intrametropolitana. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	151
GRÁFICO 5 – Peso relativo da emigração intra-CRP e intrametropolitana. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	151
GRÁFICO 6 – Origem “externa” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000.....	166
GRÁFICO 7 – Origem “externa” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010.....	167
GRÁFICO 8 – Destino “externo” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000.....	169
GRÁFICO 9 – Destino “externo” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010.....	169
GRÁFICO 10 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios por nível de instrução. Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010.....	193

LISTA DE SIGLAS

AU – Aglomeração Urbana
AUP – Aglomeração Urbana de Piracicaba
AUJ – Aglomeração Urbana de Jundiá
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO – Classificação Brasileira de Ocupação
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGP – Condições Gerais de Produção
CR – Cidade-Região
CRP – Cidade-Região Paulista
CRSP – Cidade-Região de São Paulo
CTA – Centro Técnico Aeroespacial
CTI – Centro de Tecnologia da Informação
DDD – Discagem Direta a Distância
DDI – Discagem Direta Internacional
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEM – Índice de Eficácia Migratória
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PIA – População em Idade Ativa
RM – Região Metropolitana
RMB – Região Metropolitana de Belém
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
RMC – Região Metropolitana de Campinas
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS – Região Metropolitana de Sorocaba

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RMR – Região Metropolitana de Recife

RMVPLN – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

RTF – Redes Transfronteiriças

STD – Segunda Transição Demográfica

TFT – Taxa de Fecundidade Total

VAF– Valor Adicionado Fiscal

VTI – Valor de Transformação Industrial

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

URB – Unidade Regional de Bragança Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – <i>Da metrópole à metropolização do espaço</i>	32
1.1 O processo de metropolização e suas formas	35
1.2 Da metrópole moderna às configurações territoriais contemporâneas	42
A constituição da metrópole moderna no capitalismo industrial.....	43
Da metrópole moderna à metrópole contemporânea	49
Características da metrópole contemporânea	56
1.3 Novas morfologias urbanas e o pluralismo de conceitos.....	61
Cidade região: a face da metrópole contemporânea	67
CAPÍTULO 2 – <i>Da metrópole à Cidade Região Paulista</i>	73
2.1 O processo de metropolização brasileiro: entre a constituição das metrópoles modernas e a formação da metrópole contemporânea	75
2.2 Entre a coesão e a dispersão, a lógica da formação da Cidade-Região de São Paulo ...	91
A constituição da cidade-região paulista e suas condições gerais de produção: um breve resgate histórico:	96
2.3 As características da Cidade-Região Paulista.....	106
2.4 A dinâmica populacional da Cidade-Região Paulista.....	118
CAPÍTULO 3 – <i>A lógica topográfica da Cidade Região Paulista: que formas os fluxos populacionais revelam?</i>	129
3.1 Mobilidade intrametropolitana e intrarregional: expansão e complementaridades a partir da lógica topográfica	133
O processo de redistribuição espacial da população através dos fluxos migratórios na Cidade-Região Paulista.....	134
Entre a coesão e a dispersão: a estruturação das complementaridades regionais através da pendularidade.....	158
Mobilidade intrametropolitana e pendularidade: uma relação esperada	171
3.2 Quem migra e se desloca nas diversas escalas da cidade-região?	177
A face da redistribuição espacial da população na Cidade-Região Paulista: as características dos migrantes intrametropolitanos e intrarregionais	178

Movimentos pendulares: a face mais visível da complementaridade socioespacial na Cidade-Região Paulista.....	205
CONCLUSÕES.....	222
REFERÊNCIAS	230
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	244
ANEXOS	252

INTRODUÇÃO

“Cidade-Região Paulista: Aqui, a vida fervilha”¹
(Uma breve apresentação do objeto de pesquisa)

“Numa noite estrelada e límpida, o avião rumo de Brasília ao aeroporto de Congonhas em São Paulo. Quando está a 200 quilômetros do destino final, a aeronave inicia os procedimentos de pouso e, lentamente, começa a diminuir a altitude. Assim, neste ponto da viagem, tem-se um maravilhoso espetáculo de luzes, que se inicia com o sobrevoo sobre a Região Metropolitana de Campinas, com seus mais de dois milhões de habitantes que estão espalhados por 20 municípios. Após passar por Campinas, o avião segue para capital paulista em uma rota paralela à Rodovia dos Bandeirantes e, neste ponto do trajeto, sobrevoa o aglomerado urbano de Jundiaí, que possui sete municípios e quase um milhão de habitantes de acordo com os dados do último censo demográfico. Agora, sobrevoando cada vez mais baixo, o avião se aproxima da capital paulistana. Neste momento, o que se apresenta aos viajantes é um mar de luzes sem fim. Ao sobrevoar cada vez mais baixo as marginais de São Paulo, a aeronave pousa na cidade que nunca dorme. O passageiro, agora, emerge em um oceano vivo de pessoas, de vias de circulação, meios de transportes tais como trens, carros, metros e, sobretudo, em um mar de luzes, muitas luzes, dos faróis dos carros, dos letreiros dos outdoors, das casas, dos apartamentos e das vidas, muitas vidas. Bem-vindo! Você acaba de pousar na Macrometrópole Paulista, um organismo vivo de quase 49 mil quilômetros quadrados, com cerca de 32 milhões de habitantes, espalhados por cinco regiões metropolitanas e dois aglomerados urbanos. São 173 municípios, cujos limites com os vizinhos, na maioria das vezes, não são distinguíveis vistos do ar. Aqui! A vida fervilha!” (VEIGAS, 2017).

Esta região em que acabamos de aterrissar, de grande extensão territorial e de limites territoriais imprecisos (ou difusos), não é uma especificidade única e inerente ao território brasileiro. Na realidade, muitos autores (SOJA, 1996; HARVEY, 1992, SCOTT et al., 2001) observaram que diversas² metrópoles ao redor do mundo, fruto do binômio urbanização/industrialização, passaram a apresentar mudanças em sua morfologia, bem como em suas funções. Estas transformações nos ambientes metropolitanos se relacionam às mudanças macroeconômicas iniciadas na década de 1970, e que estavam relacionadas à

¹ O primeiro parágrafo da presente tese foi adaptado de (VEIGAS, 2017). Disponível em: <<http://editoranasnuvens.com.br/2017/06/15/a-macrometropole-paulista-aqui-a-vida-fervilha/>>.

² Metrôpoles como Londres, Los Angeles, Santiago, São Paulo, Tóquio, New York, Cidade do México, entre outras.

crise de sobreacumulação do sistema de regulação fordista³. Até a década de 1970, as metrópoles capitalistas se conformaram *pari passu* com o desenvolvimento do fordismo, pois estas detinham as Condições de Gerais de Produção (CGP)⁴ necessárias a evolução do capitalismo industrial. Em outras palavras, o que ocorreu foi o desenvolvimento de economias de aglomeração, pois a morfologia do tipo metropolitana fornecia as externalidades positivas⁵ necessárias a produção industrial, ao mesmo tempo em que o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial fomentava a aglomeração. Entretanto, o modelo fordista de produção e acumulação encontrou limites dentro de sua própria lógica. Nas palavras de Harvey (1992, p. 140), as dificuldades deste modelo podem ser sintetizadas em uma única palavra: *rigidez*. No lugar do modelo vigente até então, emergiu uma nova forma de acumulação denominada por muitos autores (HARVEY, 1992; SOJA, 1993, entre outros) como *flexível*, sendo uma antítese do modelo anterior.

A passagem da hegemonia de um modelo de acumulação para o outro, transformou de maneira proeminente as formas de relações sociais nas mais diversas instâncias, desde a reprodução das relações sociais (trabalho e produção), até a própria reprodução do fazer a vida (o cotidiano) (LIMONAD, 2007). Estas mudanças também acarretaram transformações espaciais, isto é, com a crise de sobreacumulação do fordismo, notaram-se, também, mudanças nas formas de produção social do espaço, com implicações nas morfologias urbanas. Na realidade, de acordo com Harvey (2013), cada período de acumulação possui um arranjo espacial próprio ao modelo vigente. Ou seja, com as crises inerentes ao próprio sistema capitalista, o capital busca se reproduzir em novas bases territoriais, o que implica a conformação de um novo arranjo espacial que se torna a face do modelo de acumulação que emerge após a crise⁶.

Com a reestruturação (econômica e social) iniciada na década de 1970, percebeu-se que as atividades antes centradas na metrópole fordista, agora, desenvolvem-se em um território ampliado, bem como passaram a atuar em diversas partes do globo terrestre. As ditas “metrópoles fordistas”⁷, que antes eram caracterizadas pela concentração industrial,

³ A crise no regime de acumulação fordista e as características deste modelo serão discutidas no primeiro capítulo da presente tese.

⁴ O conceito de condições gerais de produção será desenvolvido ao longo do capítulo 1 do presente trabalho.

⁵ São exemplos de externalidades positivas desenvolvidas pela aglomeração: presença de mercado de consumo, de meios de consumo coletivo para reprodução da força de trabalho, proximidade de empresas e de cadeias produtivas que solidarizam no processo produtivo, etc.

⁶ Na realidade isto se relaciona ao que Harvey (2013) chama de *spatial fix*, este conceito será desenvolvido no capítulo 1.

⁷ No decorrer deste trabalho será realizada a distinção entre as metrópoles desenvolvidas no fordismo central e periférico.

agora, presenciam a “fragmentação e a dispersão territorial dos processos produtivos, que resultaram na reorganização da reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, com a redistribuição e reestruturação destes processos” (LIMONAD, 2007, p. 145). Ressalta-se que, juntamente com a dispersão dos processos produtivos (que se vincula à chamada desverticalização da indústria e reestruturação produtiva), ocorreu, também, a expansão espacial do processo de metropolização, que estendeu as condições gerais de produção para uma área ampliada territorialmente.

O resultado desta expansão é uma metrópole dispersa, com limites territoriais difusos, que se estende continuamente e que aglutina outros municípios e aglomerados através de um “*espaço de fluxos*” (CASTELLS, 1999a). Essas metrópoles ou aglomerações que passam por transformações na contemporaneidade, independentemente da localização geográfica, não podem mais ser caracterizadas ou definidas por termos que qualificam a metrópole instituída no período de industrialização fordista, em outras palavras, não devem ser denominadas “modernas”. Isto porque a metrópole moderna passa por uma “diluição” com a passagem do regime de acumulação fordista para o flexível.

Portanto, a reestruturação evidenciada em algumas áreas metropolitanas, no final do século XX, fez surgir uma metrópole com as características citadas anteriormente e que, também, passou a se apresentar como nó na economia mundo, por participar dos processos de gestão do capital. Neste sentido, viu-se emergir a chamada *metrópole contemporânea*⁸. Porém, cabe salientar que esta nova morfologia urbana não está plenamente consolidada, pois esta ainda possui um caráter transitivo, já que muitos dos seus adjetivos dizem respeito ainda à metrópole moderna. Assim, “se por um lado temos uma efetiva transformação em andamento, por outro ainda é possível reconhecer a presença de uma considerável proporção de elementos permanentes vindos da etapa anterior” (MEYER, 2000, p. 6).

Outra característica das metrópoles contemporâneas é que estas, no processo de expansão, estreitam suas relações com aglomerações vizinhas a partir da ampliação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações. É por esta razão que estas novas configurações espaciais transcendem a noção de cidade enquanto área construída e ponto de determinadas funções no âmbito da rede urbana, as novas formas urbanas são marcadas por “uma conjugação entre o urbano e regional, resultando em uma configuração híbrida, complexa e

⁸ No capítulo 1 serão apresentadas as diferenças entre a metrópole moderna e contemporânea.

multiescalar” (MOURA, 2009, p. 28). Nesta perspectiva multiescalar⁹, as novas configurações urbano/regionais absorvem inúmeros recortes espaciais, escalas e processos territoriais, tais como o local, o regional, nacional e global através de intensas trocas de fluxos materiais ou imateriais. Portanto, a característica central destas novas morfologias urbanas seria a dimensão urbano-regional, que se transfigura através de uma relação multiescalar de fluxos que polarizam e aglutinam ao espaço metropolitano outras áreas que vão além do aglomerado principal (MOURA, 2009).

Ressalta-se que o reflexo desta ampliação dos fluxos e da difusão do processo de metropolização é uma forma urbana difusa, de limites imprecisos e que passa a ter denominações superlativas (LENCIONI, 2013). Assim, se nomear é conhecer, muitos autores lançam mão de novos conceitos e expressões para explicar tais transformações e o surgimento de novas morfologias urbanas, bem como o papel que estas estabelecem no sistema de cidades. Surgem, destarte, denominações já conhecidas, como as metrópoles, mas também outras formas tais como: cidade global (SASSEN, 1991), exópole (SOJA, 2000), cidade difusa (INDOVINA, 1991), edgecity (GARREAU, 1991), Metápole (ASCHEER, 1998) entre outros. De acordo com Limonad (2006, p. 147), “esta nova dimensão da urbanização, que conquista de maneira fragmentada o território, tende a conformar um tecido urbano esgarçado, passível de ser caracterizado como uma cidade-região”.

Neste sentido, em busca de um conceito que expressasse a configuração territorial contemporânea, este trabalho optou por usar o conceito de *Cidade-Região* (CR). De maneira sintética, pode-se dizer que esta nova forma urbana, “materializada nas condições gerais indispensáveis à atual reestruturação produtiva, é fortemente vinculada à economia global, se caracteriza por conter estruturas econômicas, arranjos e dinâmicas que se complementam graças às redes informacionais de comunicação” (LENCIONI, 2006, p. 74). Segundo Scott et al. (2001), a formação da cidade-região se relaciona, também, aos impactos causados pela globalização nos ambientes urbanos e nos espaços produtivos.

A cidade-região, neste trabalho, é compreendida como a metrópole contemporânea e, portanto, é fruto dos processos citados anteriormente (crise domodelo fordista, reestruturação produtiva, globalização, etc.). Sendo assim, cabe salientar que esta forma não se caracteriza apenas pela metrópole estendida, o fenômeno de dilatação do tecido urbano é algo inerente a formação da CR, entretanto, este não a define, já que a cidade-

⁹ A presente tese trabalha com o pressuposto que as novas morfologias urbanas são perpassadas por fluxos multiescalares, isto é, tanto os fluxos materiais e imateriais, transcorrem em diversas escalas no âmbito das novas territorialidades.

região atinge outras centralidades, para além da antiga metrópole fordista, e aglutina ao seu tecido através um espaço de fluxos. A cidade-região, portanto, conforma-se através de intensas trocas de “fluxos topográficos e topológicos” (LENCIONI, 2008a), constituindo-se através de fluxos multiescalares; que possuem tanto uma natureza material quanto imaterial, bem como são constituídos e perpassam as mais diversas escalas socioespaciais. Por exemplo, há fluxos na cidade-região que se situam na escala intrametropolitana (ex: movimento casa trabalho nesta escala), outros que estão assentados na lógica regional (ex: fluxos de mercadorias) e outros que chegam até a escala global (ex: fluxos de informações).

Assim, se as mudanças contemporâneas no processo de metropolização acompanharam as transformações da reprodução do capital e suas crises cíclicas (HARVEY, 2013), os movimentos populacionais nestes ambientes também deveriam apresentar características específicas em cada momento da produção da metrópole. Segundo Ascher (1998), essas transformações têm rebatimentos na mobilidade espacial da população como, por exemplo, no aumento e diversificação dos movimentos pendulares, ou mesmo nas formas de mobilidade das famílias (sejam elas motivadas por questões de moradia ou profissionais) já que as “metamorfoses” no tecido metropolitano tendem a alongar as distâncias percorridas no dia a dia em função da colonização de novas áreas rurais e cidades periféricas.

Reis Filho (2006) também ressalta que o desenvolvimento de novas formas de urbanização implica novas estratégias de mobilidade por parte da população. O autor pondera que com a criação de novos sistemas urbanos, tais como a cidade-região, tem-se a “*regionalização do cotidiano*”. Na atualidade, com a emergência da metrópole contemporânea, a vida cotidiana de parte da população passa a ser desenvolvida sobre novas bases territoriais e em múltiplas escalas. Com o desenvolvimento de uma forma urbana que é urbano-regional, e que engloba múltiplas escalas, a população também passa a se mover e fazer vida cotidiana em distintas escalas, tais como: intrametropolitana, metropolitana, intermetropolitana e regional. A abrangência e a possibilidade do fazer a vida em uma realidade multiescalar, levou Reis Filho (2006) a desenvolver o conceito de “*regionalização do cotidiano*”.

Neste sentido, Baeninger (1998) destaca que o delineamento de novas territorialidades representa importantes transformações demográficas. Assim, se em um primeiro momento as metrópoles brasileiras apresentavam um processo de concentração, em um segundo foram demarcadas por uma dispersão, fenômeno este que deve ser relativizado (CUNHA, 2002; 2015a), já que o processo de desconcentração populacional e industrial estava circunscrito apenas a algumas metrópoles brasileiras, como São Paulo, e se direcionava

aos núcleos urbanos localizados próximos as áreas de influência da metrópole paulistana. Este fato levou autores como Azzoni (1993) e Cano (2007) a denominarem este fenômeno de “desconcentração concentrada”. Neste contexto, torna-se necessário compreender as transformações ocorridas em alguns ambientes metropolitanos, em especial na metrópole paulistana e nos aglomerados urbanos localizados ao redor deste, bem como os reflexos das mudanças socioeconômicas no processo de redistribuição espacial da população.

Portanto, a presente tese **questiona** se o fenômeno da mobilidade espacial da população, a partir dos anos noventa, reflete a formação de novas formas urbanas. O **objetivo** do estudo é explorar a formação da denominada Macrometrópole Paulista (SOUZA, 1978) à luz dos fluxos materiais que dão conteúdo a esta forma. Em outras palavras, objetiva-se analisar como a distribuição da população traduz, tanto em termos de volume e fluxos, quanto nas características dos indivíduos que se movem, as consequências sociodemográficas desta nova formação urbana. A **hipótese** que o sustenta é que o comportamento e o perfil da mobilidade espacial da população (e suas principais mudanças) não apenas refletem esta nova forma de organização do espaço urbano, como também estruturam esta morfologia urbana. Seriam contrapartidas demográficas inerentes ao atual estágio de metropolização do espaço, as mudanças no processo de acumulação do capital e, conseqüentemente, da divisão social e espacial do trabalho.

Sendo a única formação urbana no Brasil que apresenta as características consideradas anteriormente, o foco deste trabalho será a chamada Macrometrópole Paulista¹⁰. Esse aglomerado se localiza no cone leste do estado de São Paulo, e constitui como o sistema de cidades mais importante do país (CUNHA et al., 2013). É composto por 173 municípios que estão divididos em cinco regiões metropolitanas (Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Sorocaba); duas aglomerações urbanas (Aglomeração Urbana de Jundiaí e de Piracicaba) e uma Unidade Regional (Unidade Regional de Bragantina). Além do mais, essa área ocupa 20% do território do estado de São Paulo - onde vivem mais de 30 milhões de pessoas—o que representa 73% da população do estado. Ressalta-se que a localidade produz 83% da riqueza do estado e 28% do total produzido no país (CUNHA et al., 2013).

A formação da Macrometrópole de São Paulo, aqui denominada Cidade-Região Paulista está relacionada ao processo de desconcentração da atividade industrial, que ocorreu

¹⁰ Referida neste trabalho como Cidade-Região Paulista.

principalmente ao longo das principais rodovias que atravessam o estado. É importante pontuar que esse processo modificou a função de muitas localidades e reafirmou a primazia da cidade de São Paulo e, conseqüentemente, de sua área metropolitana. Outro ponto importante sobre este complexo urbano regional expandido, diz respeito à circulação tanto de fluxos de capital e informação, quanto de pessoas. Cunha et al. (2013) mostram que, em 2010, mais de dois milhões de pessoas realizavam movimentos pendulares¹¹ nesse sistema de cidades, representando cerca de 14% da população economicamente ativa. Além do mais, só na Região Metropolitana de São Paulo, aproximadamente um milhão de pessoas imigraram ou emigraram no período 2000-2010, o que demonstra a importância do local no âmbito dos fluxos migratórios. Este exemplo demonstra que um dos elementos que conformam esta nova morfologia urbana são os fluxos, já que estes dão coesão ao que está fragmentado (LENCIONI, 2015a).

Portanto, com intuito de cumprir os objetivos aqui apontados, ou seja, conhecer e analisar a relação entre dinâmica demográfica (em específico a mobilidade espacial da população) e o processo de metropolização contemporâneo, esse estudo está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo da presente tese, objetivou-se compreender quais eram os processos inerentes à transformação nos ambientes metropolitanos a partir da década de 1970. Assim, além de discutir conceitos como metrópole e metropolização do espaço, o capítulo também buscou clarificar e trazer elementos que explicassem a constituição da metrópole formada durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, e a morfologia urbana que se conforma com o desenvolvimento do chamado regime de acumulação flexível. Esta tese, assim como este capítulo, possui como pressuposto teórico que cada arranjo espacial é inerente a uma fase de acumulação do capital (HARVEY, 2013). Em síntese, buscou-se resgatar e realizar uma discussão sobre as mudanças no modo de acumulação capitalista e o processo de reestruturação produtiva, bem como os reflexos destas transformações na organização do espaço.

O capítulo dois adentra a realidade brasileira e, através de um olhar demográfico, resgata o processo de metropolização brasileiro e a formação das principais regiões metropolitanas no Brasil. O objetivo do capítulo foi, além de discutir a existência ou não de um processo de desmetropolização no Brasil, realizar um resgate histórico que explicasse a emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano no estado de São Paulo.

¹¹ Para Cunha et al. (2013) a mobilidade pendular refere-se ao movimento diário feito entre duas cidades por motivos de trabalho ou estudo.

Destarte, além de trazer luz aos processos discutidos no Capítulo 1 relacionando-os ao cenário brasileiro, buscou-se, também, discutir as ações do estado e as lógicas inerentes a realidade social brasileira que propiciaram a formação de uma nova morfologia urbana. No mais, apresentaram-se as características da Cidade-Região de São Paulo em termos de produção industrial e de sua rede urbana, além demonstrar como a população está redistribuída neste novo aglomerado urbano.

Já o capítulo três, através do intensivo uso dos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, procurou demonstrar a relação entre o fenômeno da mobilidade espacial da população e a estruturação de novas morfologias urbanas. Muito mais que evidenciar como a população se redistribui e se desloca na Cidade-Região de São Paulo, procurou-se, também, demonstrar como as mudanças no fenômeno da mobilidade espacial da população refletem novas formas de organização espacial. Assim, ao apresentar a forma com a população vem se redistribuindo no espaço da Cidade-Região Paulista através dos fluxos migratórios, objetivou-se também elucidar, através da mobilidade espacial da população e, principalmente, através da mobilidade pendular, a formação de um sistema de complementaridade socioespacial; isto é, uma intensa integração urbana dada pelo compartilhamento de funções como as de moradia e de trabalho.

O estudo do fenômeno da pendularidade, nesta tese, é um elemento central para compreender a integração entre os diversos aglomerados que constituem a cidade-região, tanto de maneira isolada, ou (e sobretudo) em conjunto com a mobilidade residencial (gênese de boa parte do fenômeno), pois pode sugerir quais lógicas imperam na estruturação desta nova entidade territorial. Com intuito de clarificar ainda mais os processos inerentes à formação da cidade-região, buscou-se caracterizar quem são os indivíduos que se deslocam nas diversas escalas que conformam esta morfologia (principalmente a intrametropolitana e intrarregional. Através das características dos indivíduos, tais como escolaridade, inserção laboral, entre outras, tentou-se entender, além dos condicionantes que levam cada grupo social a se mover em cada uma destas escalas, quais seriam as estruturas que operam na conformação das morfologias inerentes a cada uma destas escalas socioespaciais.

Por fim, é necessário ressaltar que a conformação da Cidade-Região de São Paulo é um processo que ainda está em desenvolvimento e, portanto, tudo o que se analisou e será apresentado neste trabalho, demonstra que, sobretudo a partir dos 1990, o que se observa é a progressiva formação e consolidação de uma nova forma urbana que foi prenunciada por Souza (1978) no final da década de 1970. Sendo assim, não há nada totalmente consolidado ou definitivamente colocado em termos de resultado final deste processo. Acredita-se que, o

observado não é nada parecido com a metrópole fordista e, portanto, representa um fenômeno que em muito ainda precisa ser estudado e melhor compreendido.

CAPÍTULO 1 –
Da metrópole à
metropolização do
espaço

O capitalismo luta perpetuamente, portanto, por criar uma paisagem social e física à sua própria imagem e indispensável para suas necessidades, em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo [...] É de acordo com essa música que a geografia histórica do capitalismo tem que dançar, ininterruptamente (HARVEY, 1985, p. 150).

Um dos pressupostos teóricos que caracteriza este trabalho é o de que a formação de novas morfologias urbanas ou de “arranjos espaciais”¹², tal qual disserta Harvey (1981; 1985; 2013) é inerente ao ciclo de acumulação em voga, isto é, determinadas formas espaciais são próprias de cada fase de acumulação do capital. Este pressuposto se ancora na perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético¹³, concepção teórica que se apresenta como método científico, pois possibilita esboçar a análise da realidade através das constantes modificações no mundo do trabalho e da produção no decorrer da história. Portanto, nos moldes marxistas, a compreensão da realidade passa pelo entendimento do modo de organização dos meios produtivos, do trabalho, da organização social e do entendimento da reprodução da vida ao longo da história.

Todavia, há de se ressaltar que a categoria *espaço* nem sempre esteve presente nas formulações iniciais do Materialismo Histórico. A crítica ao desuso desta categoria nas análises sociais é exposta por vários autores como Lefebvre (1991); Harvey¹⁴ (1980; 1984; 2006; 2011) e Soja (1993), bem como há uma preocupação por parte destes autores em desenvolver uma teoria crítica do espaço no âmbito das ciências humanas. É neste sentido que David Harvey (1984; 2006) procura desenvolver uma teoria social do espaço, para compreender o modo de organização da sociedade nas mais diversas temporalidades. Assim, devido à sobrevivência do modo de produção capitalista, torna-se necessário vincular duas dimensões nas análises: espaço e tempo (HARVEY, 1984). Em outras palavras, a história do homem e de suas transformações pelo trabalho, ou seja, da *práxis* social possui uma expressão espacial, já que o fazer a vida se dá em uma base espacial (LEFEBVRE, 1991). É neste

¹² Harvey (2013) cunha o termo *arranjo espacial* ao explicitar que cada fase de acumulação do capital resulta em uma formação espacial (ou em um arranjo espacial) inerente aquele período de acumulação.

¹³ “O Materialismo Dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios: A) Unidade de postos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos postos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. B) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes” (GIL, 1999, p. 31-32).

¹⁴ Harvey (2006, p. 142) também expõe sua preocupação com relação ao desprezo do espaço nas análises sociais: “A questão do espaço e da geografia é uma enteada muito desprezada em toda a teoria social; em parte, suponho, porque sua inclusão tem um efeito entorpecedor nas principais proposições de qualquer corpus de teoria social”.

sentido que Harvey (2006) propõe o materialismo histórico-geográfico, a respeito disto, o autor pondera que: “a geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2006, p. 144).

A análise das mudanças espaciais ocorridas ao longo da história do homem- tais como as transformações nos ambientes urbanos/metropolitanos—aliada à análise das mudanças nos modos de reprodução do trabalho, ajuda a compreender fenômenos contemporâneos. Por exemplo, a história da industrialização (de maneira genérica) se mescla a evolução das cidades e ascendência das metrópoles. Deste modo, a consideração dos diversos ciclos de acumulação do capital, bem como de suas fases de expansão e reestruturação, torna-se um método interessante de periodização para compreender a organização socioespacial inerente a cada período, sendo o caminho seguido por este trabalho. Portanto, serão consideradas as transformações da metrópole moderna em contemporânea e suas relações com a crise de sobreacumulação do capital na década de 1970.

Todavia, é preciso ressaltar que este estudo não compactua com a assertiva de que as dinâmicas socioeconômicas determinam de modo linear as formações socioespaciais, concepção esta que colocaria o espaço como simples palco (passivo) do que ocorre no âmbito político, social ou econômico. Da mesma maneira, tampouco se considera que o espaço não pode ser visto como fato determinante na organização dos meios produtivos, ou na distribuição espacial da população; visão que consistiria num determinismo geográfico, ou num “vício espacialista”. Propõe-se, destarte, uma leitura do conceito de “*dialética socioespacial*”, tal qual formulado por Soja (1993), o qual permite uma interpretação em que se assume uma interação retroalimentadora entre estes dois níveis de análise. Assim, o espaço carregaria em si um conteúdo intrinsecamente político, social ou econômico (chegando a revelar inclusive os problemas, em separar tais esferas como componentes autônomos de análise e crítica), da mesma forma que as diversas configurações políticas, sociais ou econômicas teriam um conteúdo espacial também inseparável, não podendo existir sem uma espacialidade própria.

Ademais, na presente tese, o entendimento da formação de novas morfologias urbanas na atualidade, passa pela lógica da compreensão das principais mudanças na economia capitalista e suas relações com as transformações nos ambientes metropolitanos. Por extensão, conectar essas mutações com suas dimensões propriamente espaciais (sobretudo urbanas), permite desvendar os vínculos entre a economia, geografia e demografia, já que com as mudanças nos ambientes metropolitanos, têm-se, também, transformações na maneira

como a população se distribui sobre esses espaços. Por fim, analisar algumas escalas e fases do modo de reprodução do capital no cotidiano, permite apreender um pouco do caráter das novas lógicas de acumulação e seus impactos no cotidiano¹⁵.

Neste sentido, afim de compreender as lógicas relacionadas às “metamorfozes” em muitos dos ambientes metropolitanos, o presente capítulo busca traçar um paralelo entre dois momentos distintos da metrópole: o período dito fordista e sua fase contemporânea. Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar e descrever os processos que são inerentes à formação e estruturação de novos arranjos espaciais, para então analisar, nos capítulos subsequentes, a forma como a população se redistribui e se desloca sob estas novas bases territoriais.

Para tanto, este capítulo está dividido em três sessões. A primeira busca compreender as mudanças nas formas dos arranjos metropolitanos com a transformação da metrópole moderna em contemporânea, através da expansão do processo de metropolização. Já a segunda sessão tem por objetivo clarificar os processos inerentes à conformação da metrópole contemporânea a partir da década de 1970, tais como a crise do fordismo, a ascendência de um novo modelo de acumulação, a reestruturação produtiva, entre outros. O último tópico apresenta a multiplicidade de conceitos e nomenclaturas que surgiram nas últimas décadas e que tiveram por objetivo elevar a compreensão das mudanças ocorridas nos ambientes metropolitanos e nas formas urbanas. Por fim, também será discutido o conceito de cidade-região, e as razões da escolha desta terminologia para nomear a forma urbana que vem se configurando no estado de São Paulo.

1.1 O processo de metropolização e suas formas

A que se refere o termo metrópole? Por vezes, no imaginário coletivo, o evocar desta palavrataz à mente a grande cidade, adensada de prédios, automóveis e pessoas, para muitos, o cenário do caos. A origem etimológica da palavra vem do grego e se refere à “cidade-mãe”, que estende e projeta sua urbanidade a cidades coloniais e exerce funções de comando e poder (ROGER, 2007). A metrópole da Grécia antiga exportava seus guerreiros, comerciantes, deuses e prestava serviços considerados raros a outras pólis, colocava-se, destarte, como a principal interlocutora entre as cidades, controlando-as, dominando e incorporando em seu movimento aquelas que não detinham funções semelhantes (ASCHER,

¹⁵ Do ponto de vista da dinâmica populacional, a constituição de novas frentes de expansão geográfica para acumulação do capital pode significar o aumento dos fluxos migratórios, por exemplo.

1998; DÍ-MEO, 2008). Já no império romano, a metrópole era caracterizada como a capital administrativa e eclesiástica de uma província. Posteriormente, e por um longo tempo, esta passou a designar a cidade-grande que emergiu com a Primeira Revolução Industrial e passou a apresentar uma morfologia urbana descrita por Geddes (1994)¹⁶ como conurbada¹⁷, imponente pelo seu peso populacional, seu poder e extensão territorial.

Foi na primeira modernidade¹⁸ que o termo metrópole passou a ser usado com mais fugacidade. Portanto, o eclodir desta terminologia se relaciona às novas funções urbanas e à complexidade morfológica que a cidade passou a deter, principalmente com a ruptura da cidade mercantil e com a emergência da cidade industrial. A grande cidade, que era caracterizada por um crescimento populacional expressivo nesse período, passou a abrigar, também, todo o tipo de precariedade, formas de viver e cultura, além do que havia de mais moderno no mundo, tais como meios de transporte e consumo (FIRKOWSKI, 2013).

Devido às transformações ocorridas ao longo da história e nas metrópoles, o termo e o significado desta morfologia passaram a ter uma característica polimorfa, isto é, o significado da metrópole muda com o evoluir da história, pois em cada ponto da linha do tempo ela possui uma funcionalidade e uma estrutura inerente ao período em voga. Ademais, as metrópoles não se dotam de distinção apenas com a evolução temporal, mas também diferem de acordo com a espacialidade em que estão inseridas. Entretanto, Ascher (1998) pontua três características inerentes a qualquer estrutura metropolitana. Para ele, a metrópole qualifica “as principais aglomerações urbanas de um país que contém algumas centenas de milhares de habitantes, que sejam multifuncionais, e que mantenham relações econômicas com muitas outras aglomerações” (ASCHER, 1998, p. 4). Para Julien (2002), são aquelas que detêm as funções superiores e o papel de decisoras no âmbito regional. Já Santos (1990, p. 9) as qualifica como os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem. Por fim, Leroy (2000) apreende a metrópole como a grande cidade de limites imprecisos.

Como visto, o termo metrópole perdurou ao longo dos anos, mesmo apresentando mudanças em sua conceitualização. É preciso ponderar que, ainda que o uso desta terminologia se mantenha até a atualidade, as faces e as nuances tanto do termo metrópole, quanto do arranjo em si, diferem daquelas apresentadas nos tempos pretéritos. Com relação a

¹⁶ Original 1915.

¹⁷ Geddes (1994) descreve o crescimento desmedido da cidade de Londres no início do século XX como a proliferação de um recife de coral, ou um recife de homens que cresce em um mar sem fim, o autor nomeia esse fenômeno que passa a fazer parte da metrópole londrina como conurbação.

¹⁸ É nessa primeira modernidade que as cidades trazem o sentido de racionalidade e de produtividade. A metrópole em todos os aspectos, em seu tecido urbano que passa a ser constituído e também em sua vida mental passa a abarcar as características do moderno, ou seja, “do efêmero e fugido e o eterno e imutável” (HARVEY, 1992, p. 21).

estas distinções, observa-se que as metrópoles constituídas ao longo do século XX - fruto do binômio urbanização/industrialização - vêm sendo alteradas pela chamada metropolização do espaço, processo este que “se constitui num fenômeno que vai além da dimensão territorial das metrópoles, mas refere-se, também, aos modos de vida e de produção” (FIRKOWSKI; MOURA, 2002, p. 25). Portanto, se a noção de metrópole apresentada até então não elucida a ideia de novas formas de estruturação do espaço urbano ou a formação “de um novo espaço cotidiano de atividades econômicas e sociais” (ASCHER, 1998, p. 16), torna-se, então, necessário evocar novos termos para qualificar as dinâmicas urbanas contemporâneas.

Nesse sentido, de acordo com Moura (2009), a noção de “metropolização” (evidenciada anteriormente) é mais pertinente para apreender a essência e o processo que conformam as novas dinâmicas de concentração de pessoas, atividades econômicas e serviços. Ascher (1998) salienta que a metropolização não se relaciona apenas com a formação de grandes aglomerações, mas se vincula, também, à concentração de atividades nas áreas que circundam a área metropolitana, ou seja, é um processo que engendra e modifica o funcionamento dos grandes núcleos urbanos, das cidades médias e dos pequenos centros localizados ao redor de grandes áreas metropolitanas.

Com a difusão da metropolização, as cidades distantes do núcleo metropolitano passam a apresentar funções antes resguardadas à metrópole e se integram à lógica metropolitana através de um “espaço de fluxos”¹⁹ (CASTELLS, 1999a). Atualmente, tem-se a preponderância de uma lógica que é urbana e regional (MOURA, 2009), já que a metropolização do espaço se caracteriza sob práticas espaciais distintas do período anterior e se constitui sob novos tipos de territórios. Em síntese, com a difusão da metropolização tem-se a emergência de uma nova forma urbana.

Também, nesta nova morfologia urbana, a grande cidade passa por significativas transformações no seu interior, bem como nas áreas adjacentes. Agora, essas metrópoles são caracterizadas por “espaços urbanizados cada vez mais vastos, heterogêneos, descontínuos, formadas, por vezes, por grandes cidades, cada vez menos ligadas a uma economia regional, e cujo interior se transforma em espaços de serviços e lazeres” (ASCHER, 1998, p.16). Segundo Ascher (1998, p. 15), este fenômeno é entendido como a crescente concentração de

¹⁹De acordo com Castells (1999a, p. 47) o espaço de fluxos caracterizaria uma nova forma de organização espacial, sendo que os fluxos perpassados nesta forma engendrariam uma nova forma de práticas sociais, segundo o autor: “há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. *O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.* Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade [...] o espaço de fluxos inclui a conexão simbólica da arquitetura homogênea nos lugares que constituem os nós de cada rede pelo mundo”.

“homens, atividades e riquezas em aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integradas na economia internacional”. Para Leroy (2000), a metropolização não deve ser entendida apenas como um processo que reflete a concentração populacional e a maciça urbanização, mas também deve ser compreendida como um fenômeno que reforça em poucos polos as atividades econômicas de maior complexidade, bem como aquelas relacionadas à tomada de decisão e à gestão de sistemas econômicos.

Essas metrópoles ou aglomerações que passam a manifestar novas características na contemporaneidade, independentemente da localização geográfica, não são mais caracterizadas ou definidas por termos que qualificam a metrópole instituída a partir do processo de industrialização, ou seja, não devem ser denominadas “modernas”²⁰, já que passam por uma “diluição”. Para Magalhães (2008), nos primórdios do processo de urbanização, as partes da cidade (os bairros e os centros) não apresentavam vínculos entre si e as cidades vizinhas eram verdadeiras entidades a parte. Em um primeiro momento, com o crescimento da grande cidade e com o alastramento do processo de urbanização, tem-se a implosão/explosão (LEFEBVRE, 1999)²¹ das cidades. Assim, neste movimento, as diversas partes da cidade e as áreas circunvizinhas se diluem em um único sistema urbano. Neste processo, no bojo de intensa industrialização – que culminou na metrópole moderna – as cidades próximas à metrópole principal passaram a se integrar cada vez mais ao tecido metropolitano. Entretanto, em paralelo às profundas reestruturações (econômica, produtiva e social e urbana) ocorridas na década de 1970, devido às mudanças no processo de acumulação do capital, teve-se também uma grande reestruturação nos ambientes metropolitanos. Destarte, tem-se a passagem da predominância da “metrópole moderna” para hegemonia da “metrópole contemporânea”²².

²⁰ A metrópole moderna aflora juntamente com o movimento modernista que emerge no final da segunda metade do século XX. Portanto, a metrópole que nasce aliada ao fenômeno de industrialização, é *locus* de toda a invenção deste período. De acordo com Meyer (2000) a vida metropolitana ao longo do século XX sempre foi essencialmente moderna, neste espaço organizou-se a luta de classes, surgiu a multidão e a massa e, também, desenvolve-se o indivíduo cosmopolita e moderno, que – segundo Simmel (1987) em a “Metrópole e a vida mental”, é o indivíduo que pensa diferente do homem do campo e se apresenta através da racionalidade. Em síntese, a metrópole do século XX se apresenta como moderna, pois, ao mesmo tempo em que a aglomeração fomentou a criação do “trabalho novo” (JACOBS, 1969), ela também materializou e cristalizou em si os padrões de modernização ditados pela revolução industrial.

²¹ Lefebvre (1999), ao citar o termo implosão-explosão da cidade refere-se ao alastramento do urbano na emergência da sociedade industrial, ou seja, está relacionado ao inexorável processo de concentração de pessoas, riquezas, bens, objetos de trabalho que permeiam a realidade urbana e metropolitana. Ao mesmo tempo, o termo faz alusão à fragmentação da cidade com o alastramento do urbano, ou seja, o crescimento dos subúrbios e periferias.

²² A “metrópole contemporânea” emerge no final do século XX e surge com as mudanças ditadas pelo esgotamento do modo de acumulação do período fordista. A metrópole contemporânea é difusa, dispersa e espraiada, e se coloca também como produto para acumulação nesta nova fase de acumulação do capital.

Portanto, se antes grande parte dos meios de produção estavam limitados apenas ao espaço central das grandes cidades e aos bairros industriais, agora, com a reestruturação produtiva e com o intenso crescimento do setor terciário no núcleo metropolitano, tem-se a refuncionalização desta metrópole e o espraiamento das atividades produtivas para as áreas que a circundam, bem como a criação de novas centralidades²³. Ou seja, tem-se um reforço do policentrismo, na medida em que a dinâmica de concentração espacial de certas atividades se desverticalizaram. Porém, cabe salientar que esta nova morfologia urbana não está plenamente consolidada, ou seja, possui (ainda), um caráter transitivo, já que muitos dos seus atributos dizem respeito ainda à “metrópole moderna”.

Deste modo, “se por um lado temos uma efetiva transformação em andamento, por outro ainda é possível reconhecer a presença de uma considerável proporção de elementos *permanentes* vindos da etapa anterior” (MEYER, 2000, p. 6). Apesar destes indicadores, Lencioni (2008a) sintetiza as principais características da metrópole moderna e da contemporânea (QUADRO 1). Sobre estes elementos que caracterizam a nova forma, a autora salienta que estas características precisam ser estudadas e desvendadas nas mais diversas perspectivas. Todavia, mesmo que este trabalho esteja assentado na mobilidade espacial da população, cabe fazer algumas considerações sobre determinados aspectos sintetizados no Quadro 1, afim de apresentar (sem ter a pretensão de exaurir) alguns pontos que diferenciam a metrópole moderna da metrópole contemporânea.

Através deste quadro, nota-se que uma das singularidades da metrópole contemporânea é que esta se caracteriza não mais pela expansão do urbano, mas pela predominância do metropolitano. É através da expansão da metropolização (dos modos de vida e das características inerentes ao fenômeno metropolitano) que a metrópole contemporânea assume uma nova forma, aglutinando à sua estrutura um conjunto de municípios de diversos portes populacionais e funcionalidades. A metrópole contemporânea amplia e estreita relações com outras localidades através do aumento dos fluxos materiais e imateriais, portanto, polarizam “um território que transcende o aglomerado principal e que aglutina outras aglomerações e centros das proximidades, como também espaços rurais, na

²³ As centralidades urbanas sempre foram muito discutidas na geografia e nas ciências sociais. Por exemplo, para a escola de Chicago, principalmente através dos estudos desenvolvidos por Clark (1985), a centralidade se relacionava a distribuição dos objetos no âmbito das cidades. Já segundo a teoria dos lugares centrais, elaborada por Christaller (1966), as centralidades se caracterizam como os pontos nodais da rede urbana em termos de tamanho e função em relação aos mercados. Já Villaça (2001) caracteriza as centralidades como “localizações” que são criadas pelos agentes produtores do espaço urbano, isto é, “o ponto que otimiza esses deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo” (VILLAÇA, 2001, p. 239).

condução da inserção regional na divisão social do trabalho conforme demandas da produção coletiva” (MOURA, 2009, p. 29).

QUADRO 1 – Algumas características da metrópole moderna e da metrópole contemporânea

	Metrópole Moderna	Metrópole Contemporânea
Processo	Urbanização	Metropolização
Aglomerção	Concentrada	Dispersa
Espaço	Espaço dos lugares/espço dos fluxos	Espaço dos fluxos/espço dos lugares
Extensão territorial	Metrópole Coesa	Metrópole Difusa
População/Superfície	Alta densidade	Densidade em declínio
Forma	Continua	Fragmentada
Mobilidade	Integração no percurso	Percurso sem integração
Desenho	Crescimento radiocêntrico	Crescimento linear
Centralidade	Definidos	Intensificação do Policentrismo
Renovação Urbana	Planos de recuperação	Planos estratégicos
Redes	Hierárquicas	Anastomosadas
Capital	Produção	Gestão

Fonte: Lencioni (2008a).

Em outras palavras, a nova forma é caracterizada pela predominância do “espaço dos fluxos sobre o espaço dos lugares” (LENCIONI, 2008a, p. 19), como se observa pela comparação apresentada no Quadro 1. Por esta razão, torna-se necessário estudar a estruturação desta morfologia por uma perspectiva multiescalar, ou seja, é imprescindível analisar esta nova forma urbana através da lógica dos fluxos topográficos e topológicos. De acordo com Lencioni (2008a), a lógica topográfica se refere à lógica dos fluxos materiais e diz respeito à distância entre dois pontos. Já a lógica topológica se relaciona aos fluxos imateriais, isto é, a densidade virtual dos lugares. É preciso salientar que a compreensão da estruturação da metrópole, no período contemporâneo, se dá através de uma visão multiescalar, em outras palavras, pela ótica dos fluxos topográficos e topológicos.

Nesse sentido, é preciso identificar as diversas escalas que imprimem as características urbano-regionais entre as espacialidades que compõem a metrópole contemporânea. Escalas estas que caracterizam dinâmicas que se dão em nível intrametropolitano, interregional, interestadual, nacional e mundial e que revelam a natureza dos processos que conformam esta morfologia. Magalhães (2008) tece algumas considerações sobre as dinâmicas escalares características desta nova espacialidade. Uma destas escalas diz respeito à dinâmica globalizada, ou seja, a metrópole contemporânea é caracterizada pela presença de fluxos inerentes à dinâmica econômica global. Por esta razão, ela tem um papel

preponderante na divisão territorial do trabalho a nível mundial e, portanto, mantém relações além da escala nacional ao se comunicar com outras áreas ao redor do mundo.

Já a segunda dinâmica escalar é inerente à ocorrência de fluxos materiais e imateriais entre as espacialidades que compõem a metrópole contemporânea. Portanto, passam pela escala regional e intrametropolitana, sendo que a distinção entre essas duas dinâmicas escalares torna-se necessária, pois são nelas que os fluxos topográficos (objeto de estudo da presente tese) se realizam com mais proeminência. Segundo Villaça (2001), a distinção entre o espaço regional e o intraurbano reside na lógica dos fluxos que estruturam estas realidades escalares. Para o autor, em ambos os espaços, os fluxos materiais possuem um “poder estruturador” superior ao dos deslocamentos de energia e informações. Porém, na estruturação do espaço regional, sobressaem os deslocamentos de informações e energia, como também do capital e das mercadorias em geral, considerando ainda o deslocamento, eventual, da “mercadoria força de trabalho”. Nessa definição, observa-se que o espaço urbano regional é, em grande parte, estruturado por fluxos. Para Villaça (2001), o espaço regional é o âmbito da produção, enquanto no espaço intraurbano se assenta o consumo, ou seja, o espaço intraurbano é “estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc.” (VILLAÇA, 2001, p. 20).

Pondera-se que, apesar do presente estudo estar centrado na lógica topográfica dos fluxos, este também possui uma visão multiescalar²⁴. Na realidade, a análise do fenômeno da mobilidade espacial da população no contexto da metrópole contemporânea sob o espectro da multiescalaridade, pode revelar alguns processos inerentes à formação desta nova morfologia. Por exemplo, a mobilidade espacial da população na escala intrametropolitana pode indicar certas lógicas de produção do espaço urbano²⁵, da mesma maneira que o estudo da mobilidade em uma escala interregional pode clarificar processos relacionados aos efeitos da reestruturação produtiva ao analisar, por exemplo, a migração ou a mobilidade pendular de indivíduos ocorridas em função de uma nova forma de divisão social e espacial do trabalho, tal como se verá no Capítulo 3.

É neste sentido que este trabalho, através da mobilidade espacial da população, analisa como esta nova morfologia se estrutura, bem como a maneira como a população se

²⁴ De acordo com Lencioni (2008a, p. 17): “podemos [...] examinar um fenômeno apenas da perspectiva topográfica, utilizando-se várias escalas e esse procedimento não deixa de ter, também, uma perspectiva multiescalar”.

²⁵ O agir do mercado de terras em suas diversas formas é um exemplo.

redistribui sobre esta nova territorialidade. O que se observa é que, com a formação de novas morfologias urbanas, notam-se, também, mudanças na dinâmica demográfica em geral, e na mobilidade espacial da população em particular, pois, com a expansão do processo de metropolização e dilatação do tecido urbano, o “espaço de vida”²⁶ passa a ser desenvolvido em diversas escalas, ou seja, o fazer a vida se dá sobre novas bases territoriais. De acordo Reis Filho (2006, p. 92), o que se nota é uma regionalização do cotidiano que implica necessariamente no aumento da mobilidade espacial da população. Para Reis Filho (2006), devido às mudanças no mercado de trabalho relacionadas à reestruturação produtiva, as oportunidades de trabalho (tanto na oferta e procura) já não devem ser analisadas na escala local, mas em escala regional, pressupondo uma mobilidade constante dos habitantes dessas regiões. Neste sentido, a hipótese que emerge é se a metropolização do espaço imprime novas características aos lugares, com reflexos também na redistribuição espacial da população e nas características das pessoas envolvidas.

1.2 Da metrópole moderna às configurações territoriais contemporâneas

Como já anunciado na introdução do presente estudo, a formação de novos arranjos espaciais (ou de novas morfologias urbanas) se relaciona às crises cíclicas do capital. (HARVEY, 2013). Na realidade, Harvey (2001a) cria o termo *spatial-fix* para correlacionar os movimentos de acumulação do capital e suas crises de sobreacumulação a produção do espaço, sendo estes elementos indissociáveis. Harvey (2001a) associa a dimensão espacial, tão cara à geografia, aos estudos marxistas sobre o desenvolvimento do capital. Para o autor, o sistema capitalista – em uma relação que a priori é revestida de obviedade – desenvolve-se sob uma base espacial, ou seja, é através de uma base espacial que se dá a produção, o trabalho, as relações sociais, etc. Contudo, neste processo de produção do espaço, que vai sendo modificado pelo trabalho e pelas relações sociais, por vezes, o próprio espaço se torna um entrave para o desenvolvimento do capitalismo. Isso porque os fixos²⁷ depositados em

²⁶ O conceito de *espaço de vida* foi elaborado por Corgeau (1984; 1988) como aporte metodológico para análise da distribuição espacial e relações de troca de um grupo de parentes residentes em diferentes unidades domésticas. O espaço de vida corresponde ao espaço material (físico) e imaterial (social, cultural) cujas características e práticas contêm a vida de indivíduos ou grupos²⁶. De acordo com Corgeau (1988), o espaço de vida seria o espaço onde o indivíduo realiza as atividades relativas à sua reprodução social e econômica (trabalho, lazer, compras, estudo, etc.).

²⁷ De acordo com Santos (2007, p. 142), “os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas com um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes

uma base espacial também se tornam obsoletos para extração do lucro. Para resolver as diversas crises de acumulação, o capital cria novos arranjos espaciais (rearranja-se espacialmente), sendo que este movimento é denominado por Harvey (2001a) como *fix*.

Em outras palavras, o *fix* é o contínuo movimento do capitalismo para resolver suas crises internas através da expansão e reestruturação geográfica. O *spatial-fix*, seria a busca por novos mercados, novas localizações, infraestrutura, novas formas de produzir e até mesmo um novo exército de reserva de trabalhadores. Pode-se interpretar que a globalização é a versão contemporânea do capitalismo em busca de um *spatial-fix*. Portanto, argumenta-se que as novas morfologias urbanas seriam uma nova escala privilegiada para a acumulação capitalista em seu estágio atual, um novo *spatial-fix* (HARVEY, 2001a) coerente com o regime de acumulação em voga e sua dinâmica. Neste sentido, este tópico visa compreender as transformações ocorridas na metrópole moderna e a ascendência da metrópole contemporânea. Para tanto, serão resgatados alguns processos inerentes à formação da dita metrópole-fordista-keynsiana e suas relações com o ciclo de acumulação vigente, bem como os entraves que esta formação passou a apresentar nos momentos de crise do capital para o processo de acumulação. Por fim, serão discutidos os processos relacionados à formação da chamada cidade-região.

A constituição da metrópole moderna no capitalismo industrial

Como ressaltado, cada ponto da linha do tempo possui um regime de acumulação em voga, o qual é caracterizado por um processo produtivo, relações de trabalho e sociais inerentes ao regime de acumulação²⁸ vigente (LIPIETZ, 1989), bem como pela formação de arranjos-espaciais que fomentam o sistema de acumulação de cada período (HARVEY, 2001a). Sobre esta relação entre processos produtivos e a produção do espaço, Moura (2009, p. 21) argumenta que qualquer atividade produtiva no espaço “implica uma ação sobre a superfície terrestre, que sempre está se recriando em novas formas, de tal maneira que produzir é produzir o espaço”. Esta produção do espaço é realizada a partir do momento em que o homem se apropria da primeira natureza e a modifica com ferramentas técnicas peculiares a cada temporalidade (SANTOS, 2002). Quanto ao modo de produção capitalista,

são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro”.

²⁸ De acordo Lipietz (1989) os regimes de acumulação compreendem um modelo de “realocação sistemática do produto, que administra, ao longo de um período prolongado, uma certa adequação entre as transformações das condições de produção e aquelas das condições de consumo” (LIPIETZ, 1989, p. 304).

sabe-se que este, em cada momento de sua história, é demarcado por um conjunto de técnicas, instrumentos de trabalho e produção que caracterizam o período de acumulação vigente.

Ademais, é preciso ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo não ocorre apenas em uma superfície dotada de condições favoráveis para o seu florescimento, mas também em um ambiente geográfico heterogêneo²⁹. A apropriação do espaço e sua transformação por instrumentos de trabalho em um determinado lugar são um dos pressupostos para o desenvolvimento geográfico desigual do espaço³⁰, isto é, a distribuição dos instrumentos de trabalho e a apropriação do espaço pelo processo de acumulação são desiguais, já que esta transformação e a “produção dos valores de uso sociais ocorrem necessariamente em um lugar específico” (HARVEY, 2013, p. 494). Em outras palavras, pode-se afirmar que todo processo produtivo necessita de uma localização e esta só pode ser superada com a desvalorização do capital empregado no lugar ou com mudanças nos processos de trabalho. Assim, na mesma medida que o capitalismo cria e recria paisagens através do trabalho e da produção, ele também “encontra barreiras dentro de sua própria natureza, que o obrigam a produzir novas formas de diferenciação geográfica” (HARVEY, 2013, p. 526), estas barreiras encontradas pelo capital são, por vezes, os próprios fixos³¹, tal qual afirma Harvey (2003)³².

Por vezes, os próprios fixos de um determinado lugar tornam-se um entrave ao processo de acumulação e, neste sentido, uma das tendências encontradas pelo capital é

²⁹ De acordo com Harvey (2013), “o capitalismo não se desenvolve em uma superfície plana dotada de matérias primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, e cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberdade da natureza e na produtividade do trabalho” (HARVEY, 2013, p. 526).

³⁰ O termo desenvolvimento geográfico desigual alude à diferenciação dos espaços e regiões frente ao desenvolvimento do capitalismo (HARVEY, 2013).

³¹ De acordo com Milton Santos (2002), o espaço pode ser conceituado como um [...] “conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2002, p. 110).

³² Sobre esta questão Harvey (2013) afirma que: “certa parcela do capital total fica literalmente ordenada/fixada em termos de terra e na terra em alguma forma física por um período de tempo relativamente longo (que depende de seu tempo de vida física e econômica). Alguns gastos sociais (como educação pública ou sistema de assistência à saúde) também são territorializados e tornados geograficamente imóveis por empenho do Estado. A ordenação espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica. Como e quando então esses sentidos material e metafórico colidem? A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos mais baratos, de novas regiões com espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regra de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção e excedentes de capital e de trabalho. Essas reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mais ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque as regiões também requerem capital fixo em infraestruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia” (HARVEY, 2013, p. 98-99).

expandir seu processo de acumulação para outras áreas, onde possua mercado de trabalho e consumidor para que possa realizar a acumulação. Ainda de acordo com Harvey (2013), o que se observa é a constante criação e recriação de configurações regionais mitigadoras de acumulação e desvalorização rápidas. Em síntese, nota-se uma tendência cíclica de valorização e desvalorização do lugar, que se relaciona aos problemas de superacumulação do capital, o que obriga “constantemente os capitalistas que estão dentro de uma região a estender suas fronteiras ou simplesmente mover seu capital para pastos mais verdejantes” (HARVEY, 2013, p. 528). É neste movimento de superacumulação/acumulação que os arranjos espaciais se formam, ou seja, quando ocorre uma concentração ou dispersão geográfica do processo produtivo. Portanto, os arranjos espaciais ou a criação de localização se relacionam às formas de reprodução do capital.

Sobre esse processo de reprodução do capital, Harvey (1981) pondera que este se reproduz e circula em três circuitos de acumulação inter-relacionados. O primeiro, denominado circuito primário, caracteriza-se pela produção capitalista de mercadorias e investimentos na área de produção de bens de consumo. É neste circuito que se obtém o lucro através da extração da mais valia, seja por aumento expressivo nas jornadas de trabalho (mais-valia absoluta), ou através da extração da mais valia relativa (aumento da produtividade devido a inovações tecnológicas ou/e mudanças nas formas de organizações do trabalho). Sublinha-se que é neste circuito que o capital manifesta sua primeira contradição que se relaciona ao ímpeto de alguns capitalistas irem contra aos interesses da própria classe e, a partir de uma superprodução, tem-se a tendência de sobreacumulação, a qual ocasiona uma queda na taxa de lucros. Entretanto, é preciso ressaltar que a tendência de sobreacumulação também pode ocorrer a partir de uma queda nas oportunidades para investimentos produtivos.

Já no segundo circuito (secundário), a acumulação ocorre através de investimentos no ambiente construído e em capital de consumo³³, denominados por Harvey (1981) de *capital fixo*. Deste modo, o capital fixo é empregado mais diretamente na reprodução das estruturas da esfera produtiva, e o fundo de consumo é responsável pela reprodução da força de trabalho. Devido ao longo período que os investimentos do circuito secundário levam para dar retorno e ao fato de que, geralmente, são de maior escala, os capitalistas tendem a investir menos que o necessário nesta infraestrutura física (apesar dela ser fundamental para o fluxo

³³ Os investimentos em ambiente construído seriam aqueles relacionados aos bens de capital usados como suporte ao processo produtivo – nomeados por Harvey (1981) como ambiente construído para a produção, e que incluem, por exemplo, a infraestrutura física para a produção. Já os investimentos em capital de consumo seriam os investimentos na criação de um ambiente construído para consumo, ou seja, corresponde a um conjunto de bens e estrutura física que dão suporte ao consumo em massa.

do capital). Por esta razão, há a tendência à sobreacumulação no circuito básico (em que a mais-valia seria instantânea) e ao subinvestimento no setor secundário. Por fim, no setor terciário estariam alocados os investimentos na produção de ciência e tecnologia, bem como os gastos relacionados à regulação e à manutenção da força de trabalho (gastos sociais).

Como já mencionado, em relação a estes três circuitos, Harvey (1981) salienta que, no circuito primário, aloca-se a primeira contradição do sistema capitalista (a do declínio nas taxas de lucro ocasionado por uma superprodução) e que, em momentos de crise deste circuito, muitos capitalistas alocam os seus investimentos no ambiente construído³⁴. Porém, cabe ressaltar que o retorno lucrativo no ambiente construído demanda um tempo maior, e a passagem de investimentos de um circuito para o outro não exime o sistema de suas crises, já que estas são inerentes ao sistema capitalista. Tais crises representam períodos de inflexão da história econômica e são consideradas tempos de quebra de paradigmas, ou seja, de desmantelamento de modelos que gradativamente são substituídos por novos modos de produção, de organização do trabalho e da relação deste com o capital, de criação de novos ferramentais técnicos para o desenvolvimento do trabalho, do fazer a vida, entre outros. Salienta-se que, são nos momentos de crise, que ocorrem transformações nas formações espaciais, no ambiente construído e principalmente no processo de reprodução do capital.

Destaca-se que as Condições Gerais de Produção (CGP)³⁵ são preferencialmente produzidas nos circuitos primários e secundários, sendo estas necessárias para a acumulação do capital, principalmente no capitalismo industrial. Tais condições vão desde um conjunto de infraestruturas básica, que são imprescindíveis principalmente para a produção industrial, até o conjunto de regulações trabalhistas, os centros de consumo, bem como as áreas residências destinadas aos trabalhadores (HARVEY, 1981). Portanto, a urbanização e a formação das grandes cidades sintetizam as condições gerais de produção, pois a cidade reúne em um único ambiente todos os requisitos necessários para a reprodução do capital. De acordo com Topalov (1979), os aparatos vitais às indústrias são considerados externos a elas devido à baixa lucratividade e por isso torna-se a dever do Estado produzi-los e geri-los. Conseqüentemente, o ambiente urbano permite “que se exclua da esfera do capital os setores não-rentáveis necessários à produção” (TOPALOV, 1979, p. 25).

³⁴ Para Harvey (2013), ambiente construído pode ser conceituado como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo.

³⁵ De acordo com Lencioni (2007), o conceito “condições gerais de produção está em franco desuso, como se ele não tivesse mais nada a dizer. De origem no pensamento de Marx, foi objeto de investigação e reflexão nos anos 70 do século XX, sobretudo relacionado à questão urbana. Porém, com a diminuição da influência do pensamento marxista esse conceito ficou de certa forma, esquecido”.

É nesta perspectiva que a formação de grandes aglomerações urbanas, principalmente a metrópole, vincula-se ao processo de industrialização e a concentração destes meios produtivos nestes espaços. A grande aglomeração urbana do período industrial desenvolvimentista forneceu as “condições territoriais indispensáveis para a instalação da grande indústria, para a organização do mercado consumidor e para o alojamento da classe trabalhadora” (MEYER, 2000, p. 5). Além do mais, esta aglomeração passou a ser caracterizada e constituída por fluxos, tais como fluxo de pessoas, de capitais, mercadorias e informações. A metrópole industrial que se conformou no século XX “assimilou e potencializou as inovações introduzidas pela Revolução Industrial participando de forma intensa da ‘revolução ininterrupta da produção’”. Ou seja, a aglomeração urbana do período industrial desenvolvimentista “materializou a *modernização*³⁶ imposta pela pressão de um crescimento sem trégua exigido pelo capitalismo industrial” (MEYER, 2000, p. 5).

Para Carlos (2013), os lugares da metrópole fordista³⁷ se qualificam como os espaços da infraestrutura e são inerentes ao desenvolvimento de diversas atividades e propiciam a realização do lucro, como já reiterado. Entretanto, é preciso diferenciar as metrópoles que, no século passado, desenvolveram-se sob égido do fordismo central, daquelas que se estruturaram no âmbito do fordismo periférico. Neste contexto, como será visto no capítulo dois, da mesma forma que o regime de acumulação fordista nos países periféricos possui uma incompletude, seus impactos no processo de metropolização também são incompletos. A metrópole periférica já nasce explosiva pela própria dinâmica demográfica da população, em particular em função dos grandes fluxos migratórios de origem rural. De fato, a expropriação do trabalho no campo também possui especificidades nos países periféricos, sendo que o êxodo do campo ocorreu de forma muito intensa em poucas décadas (em especial nos anos 1960 e 1970). Portanto, faz-se necessário diferenciar a metrópole fordista dos países centrais da dos periféricos.

Assim, o crescimento de muitas das aglomerações urbanas acompanhou a desenvolvimento da industrialização e dos meios de produção, uma vez que, como visto anteriormente, a aglomeração urbana, e principalmente a aglomeração do tipo metropolitana, é benéfica para acumulação do capital, pois esta sintetiza, em um único espaço, as condições gerais de produção necessárias para acumulação e reprodução do trabalho. Entretanto, a concentração destas condições em uma localidade tem um efeito duplo, ou seja, ao mesmo

³⁶ Grifo nosso.

³⁷ No Capítulo 2 será discutido com mais profundidade porque o fordismo no subdesenvolvimento é considerado por Lipietz (1989) periférico. Ademais, serão analisadas, também, as especificidades da constituição das metrópoles e da reestruturação produtiva no caso brasileiro.

tempo em que ela foi necessária à acumulação durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, a condensação de CPG's em um espaço fomentou ainda mais os efeitos de aglomeração urbana (LONJKINE, 1981). Em suma, a propagação do urbano e a formação de grandes arranjos espaciais, tais como as metrópoles, criaram um ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo industrial devido às externalidades positivas³⁸ geradas pela concentração das atividades econômicas. Cabe ressaltar que o desenvolvimento das economias de aglomeração teve seu conflito na expansão da própria atividade produtiva, como também da propriedade privada no espaço, já que as tendências de formação de aglomeração possuem limites físicos e sociais. De acordo com Harvey (2013, p. 529), “os custos de congestionamento, a rigidez crescente no uso das estruturas físicas, o aumento dos aluguéis e a absoluta falta de espaço superaram em muito as economias de aglomeração”.

Para Castells (1983), a explosão urbana eclodiu juntamente com o crescimento industrial, porém esta tendência à concentração foi acompanhada pelo aumento da precariedade do urbano e das moradias. Foi no sentido de superar as deseconomias de aglomeração que a dispersão geográfica dos sistemas produtivos, que ocorreu no final da década de 1970, bem como a criação de novos arranjos espaciais se tornaram um fato intrínseco ao capital para superar suas próprias crises de acumulação. O que se observa é que “nem todas as formas de desenvolvimento geográfico desigual e a expansão espacial diminuem os problemas de superacumulação. Naverdade, as configurações espaciais têm tanta probabilidade de contribuir para o problema quanto de resolvê-la” (HARVEY, 2013, p. 541). Em outras palavras, se num determinado momento, estes arranjos são relevantes à acumulação, em outros se tornam um entrave, principalmente em momentos de superacumulação. Assim, a forma espacial vigente se torna obsoleta, tornando-se então necessário a constituição de novas territorialidades para o capital. Contudo, Harvey (2013) pontua que a dispersão produtiva também possui limitantes:

³⁸ Alguns exemplos de externalidades positivas geradas pela aglomeração são: redução dos custos com atividades vinculadas à logística, proximidade e surgimento de atividades complementares a determinado nicho produtivo, difusão do conhecimento e impulso a renovação, adensamento de mercado de trabalho, entre outros. Contudo, as forças aglomerativas podem se comportar como uma parábola, atingindo um ponto máximo, e a partir de então proporcionando deseconomias de aglomeração. Como as atividades industriais são, sobretudo, urbanas, tais movimentos estão essencialmente ligados ao processo de expansão populacional e econômica das cidades.

A circulação de capital se torna cada vez mais prisioneira das infraestruturas físicas e sociais imóveis criadas para apoiar certas classes de produção, certas classes de processos de trabalhos, arranjos distributivos, pautas de consumo etc. As quantidades cada vez maiores de capital fixo e os tempos de rotação cada vez mais longos na produção impedem que o capital se mova sem inibições. Em poucas palavras, o crescimento das forças produtivas atua como uma barreira à rápida reestruturação geográfica exatamente da mesma forma que constitui um obstáculo à dinâmica da acumulação futura ao impor o peso morto dos investimentos passados (HARVEY, 2013, p. 431).

Portanto, o próprio ambiente construído (ou circuito secundário) possui a tendência de se tornar obsoleto na medida em que o capital fixo se torna uma barreira para acumulação. É neste sentido que as vantagens locais se tornam um atributo dos lugares: do mesmo modo que alguns empresários obtêm lucros diferenciais a partir da maior produtividade advinda da tecnologia, outros os auferem devido à localização privilegiada. Ou seja, “o ímpeto à maximização de lucros resulta numa constante realocação das firmas, que abandonam lugares pouco competitivos e se aglomeram em outros” (MAGALHÃES, 2008, p. 81). Essa transformação no processo de reprodução do espaço mais amplo, portanto, tem em sua gênese a desconcentração das atividades industriais para outras áreas³⁹ que se localizam, em grande parte, ao redor do espaço metropolitano e pela centralidade da gestão do capital na metrópole, bem como pelo fortalecimento e surgimento de novos setores da economia. Ressalta-se que essas modificações têm consequências no cotidiano dos indivíduos.

Da metrópole moderna à metrópole contemporânea

Como visto no tópico anterior, a constituição do processo de metropolização ocorre *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo industrial (SOJA, 2000). Entretanto, a metropolização passou a apresentar mudanças e se expandiu para além da metrópole do período industrial desenvolvimentista juntamente com o desmantelamento do modelo de acumulação vigente até então. Com essas transformações, tanto sobre o desenvolvimento do capitalismo, quanto sobre os ambientes urbanos, notou-se a ascendência de diversos estudos (SOJA, 2000; HARVEY, 1992; SCOTT et al., 2001, BENKO, 1996) que procuraram entender as reestruturações socioeconômicas e espaciais iniciadas na década de 1970.

Em relação à crise que afetou o regime de acumulação fordista, Harvey (1992) a considera como algo inerente ao sistema capitalista, pois este ao longo dese

³⁹ Em um primeiro momento, esta desconcentração se dá em direção às franjas metropolitanas e depois se esvai ao longo dos eixos viários que conectam a metrópole em uma “desconcentração/concentrada” (CANO, 2007).

desenvolvimento, passa por crises cíclicas que o ajudam a vencer as crises de sobreacumulação. Neste sentido, durante a década de 1970, ocorreu uma queda expressiva na taxa de crescimento do lucro e da produtividade, principalmente dos setores industriais. Este cenário de declínio nas taxas de lucro gerou um quadro de recessão que afetou o cenário econômico e social tanto dos países do fordismo central quanto a frágil economia dos ditos países periféricos. Assim, essa profunda crise desencadeou um conjunto de reestruturações que implicaram transformações “sociais e políticas, a partir das mudanças no mundo do trabalho e nas formas de atuação dos Estados Nações” (SANTOS, 2015, p. 201).

Em outras palavras, o que se verificou foi o desmantelamento da rigidez do fordismo e a ascensão de um modelo de acumulação e produção flexível⁴⁰ (HARVEY, 1992), o qual gerou mudanças estruturais em todo mundo, estando relacionadas, além da crise no regime de acumulação fordista, também à ascensão da globalização, à difusão de tecnologias de informação e à crise dos estados-nações. Esta profunda reestruturação provocou o desmantelamento das economias nacionais, em função da radical liberalização econômica baseada na neutralidade do Estado, que foram seguidas por medidas de desregulamentação econômica, privatização, terceirização e flexibilização de diversas áreas trabalhistas. A adoção destas medidas de reestruturação, aliada à difusão de novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), incorporaram, progressivamente, diversos países (e regiões), desenvolvidos e subdesenvolvidos, à dinâmica globalizada. No caso dos países latino-americanos, notou-se que muitos destes passaram a implantar um conjunto de recomendações e reformas estruturais advindas de diversas agências multilaterais⁴¹, que visavam substituir o modelo pautado no crescimento endógeno e na industrialização substitutiva pelo chamado modelo liberal, que vinha sendo alavancado por Margareth Thatcher no Reino Unido e nos Estados Unidos por Reagan (MATTOS, 2004).

Quanto a passagem da hegemonia do modelo de acumulação fordista para o modelo flexível, destaca-se que estãõ se sucedeu de maneira heterogênea em todos os

⁴⁰ Como ressaltado por Harvey (1992, p. 140), o novo regime de acumulação flexível exige "flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo". Entretanto, há de ressaltar que além da desverticalização do setor produtivo, um dos maiores impactos destas mudanças foi no mundo do trabalho, com aumento da terceirização, precarização do trabalho, exigência de polivalência nas funções e diminuição nos postos de trabalho.

⁴¹ De acordo com Arantes (2006, p. 63) “as instituições financeiras multilaterais tiveram papel importante no rumo tomado pelo desenvolvimento dos países da periferia e semiperiferia do capitalismo, especialmente a partir da década de 60 – associando-se quase sempre a regimes militares ou dinásticos que faziam frente à expansão do comunismo ou da iniciativa dos países não-alinhados. Elas participaram ativamente, do ponto de vista financeiro, ideológico e político, tanto do esforço desenvolvimentista de industrialização tardia, nas décadas de 60 e 70, quanto do ajuste estrutural que o sucedeu, a partir da crise das dívidas, no início dos anos 80. “Assim, um dos exemplos de ajustes implantados foram as crescentes privatizações nos anos de 1990 e adoção de parcerias público-privadas.

lugares, bem como não significou o total desaparecimento de características vinculadas ao regime vigente no período anterior. O novo modelo se caracteriza por ser um conjunto “de novas estratégias de produção e reprodução do valor em todas as escalas e níveis econômicos por parte dos agentes interessados frente à crise do capitalismo da década de 1970” (BOTELHO, 2000, p. 41). Neste sentido, Harvey (1992 p. 140-141) pontua um conjunto de características inerentes à produção flexível no mundo contemporâneo, sendo elas⁴²:

- Flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo;
- Surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros;
- Manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional;
- Passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços;
- Criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, o Vale do Silício e países recém-industrializados da Ásia);
- Movimento de compressão do espaço-tempo, baseado no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública e na difusão dessas decisões num espaço cada vez mais amplo (através da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte);
- Aumento das pressões sobre o controle do trabalho por parte dos empregadores sobre uma força de trabalho enfraquecida pela instabilidade e insegurança crescentes no mercado de trabalho;
- Retrocesso do poder sindical e estabelecimento de práticas regressivas de exploração da força de trabalho tanto nos novos quanto nos antigos centros industriais.

Ademais, no tocante às mudanças colocadas em curso com a produção flexível, torna-se necessário questionar as implicações destas transformações nos ambientes metropolitanos. O primeiro impacto observado foi o recrudescimento do papel das áreas metropolitanas no final da década de 1980. A questão medular que explica este fato é o de que as metrópoles sempre tiveram (e ainda detêm) as condições gerais de produção necessárias à cada fase de acumulação do capital em voga. A retomada da importância dos contextos metropolitanos, deve-se ao fato de que as metrópoles detêm uma maior possibilidade de

⁴² Estas características foram descritas por Harvey (1992), mas a síntese apresentada nesta tese foi elaborada por Botelho (2000).

mobilização de ativos para as empresas, como ambiente propício para o desenvolvimento tecnológico, para o aprendizado, bem como para disseminação de novas práticas de consumo. Ou seja, de um modo geral, as metrópoles (em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo) passaram a ser evidenciadas como um ambiente sinérgico e inovador, o que possibilitou uma maior competitividade e solidariedade entre as empresas e contribuiu, portanto, para a redução das incertezas (SIQUEIRA, 2009).

Veltz (2000) parte dos mesmos pressupostos ao afirmar que as áreas metropolitanas são caracterizadas como um ambiente propício para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo (frente a crescente mundialização da economia e as mudanças na organização da produção e do trabalho), pois ao mesmo tempo que elas possuem a infraestrutura necessária para produção material, também são detentoras de ativos relacionais como, por exemplo a concentração de serviços especializados, além de um vasto mercado consumidor. Isto é, “num contexto em que a flexibilidade e a velocidade das transformações são intensificadas, as áreas metropolitanas acelerariam processos dos mercados de consumo, de produção e de trabalho” (SIQUEIRA, 2009, p. 49).

Na realidade, o que se observa é ainda o desenvolvimento de uma economia de aglomerações, mas em uma escala diferente daquela expressa durante o fordismo (DINIZ, 1993), já que o processo produtivo passou operar de maneira desverticalizada, ampliando pelo território a produção material. Assim sendo, o ponto de partida para a compreensão das mutações observadas em diversas áreas metropolitanas ao redor do mundo está no avanço da reestruturação-informacionalização-globalização do processo produtivo (MATTOS, 2004). Neste novo período de modernização capitalista, com o desmantelamento dos estados e das economias nacionais, grande parte das empresas – que até então baseavam sua organização entre economias nacionais – desintegram os devidos processos produtivos em inúmeras partes e passam a se organizar em uma arquitetura produtiva denominada por Veltz (2000) de Modelo Celular em Rede⁴³.

Neste modelo, muitas empresas abandonaram o modo de organização vertical e passaram a se estruturar horizontalmente e em Redes Transfronteiriças (RTF) (MATTOS, 2004). Em outras palavras, tais empresas globalizaram seus respectivos processos produtivos, de gestão e consumo. Destaca-se que esta desintegração/internacionalização do setor

⁴³ Segundo Mattos (2004, p. 162) o modelo celular em rede proposto por Veltz (2000) possui três características, sendo elas: “a decomposição das empresas organizadas verticalmente, a crescente externalização das atividades consideradas não-estratégicas e a multiplicação no interior das fábricas de unidades elementares semiautônomas”.

produtivo contribuiu para a maior financierização da economia mundial⁴⁴ e mudou o plano de organização das empresas- que era eminentemente interestatal - para o plano de relações interempresariais (MATTOS, 2004). Com a desverticalização do processo produtivo e a especialização produtiva, as empresas passaram a ter maior necessidade de trocas de informações e mercadorias entre estabelecimentos e lugares, o que gera a necessidade de proximidade entre as firmas que fazem parte de uma mesma cadeia/processo produtivo. Um exemplo deste processo está na constituição cada vez maior de redes de pequenas e microempresas fornecedoras de determinados produtos a uma grande empresa, na realidade esses pequenos estabelecimentos são considerados intermediários ao processo produtivo. Isto é, produzem apenas parte de um determinado produto, sendo de responsabilidade da grande empresa realizar a montagem do produto final. Este tem sido o padrão de organização flexível disseminado após a década de 1970, com o dismantelamento do fordismo.

Este modelo de organização flexível vem sendo disseminado geralmente em locais onde a especialização produtiva é o grande motor do desenvolvimento industrial. O impacto desta forma de organização espacial do processo produtivo é o desenvolvimento de economias de aglomeração para além dos aglomerados tradicionais (tais como a metrópole fordista). Na realidade, para Scott (1988), com a desverticalização da indústria e a especialização produtiva das empresas e dos lugares, amplia-se a divisão social e territorial do trabalho, a qual tem implicações nos ambientes metropolitanos. Com esta ampliação do processo produtivo para além da metrópole fordista, tem-se a especialização dos lugares, ou seja, diversas áreas passam a se estruturar em prol de um determinado nicho produtivo. Há de salientar que, nesta expansão do processo produtivo para áreas além da metrópole fordista (desverticalização da produção), e com a especialização produtiva dos lugares, tem-se, também, o fortalecimento das atividades relacionadas a gestão da produção e do capital nas áreas centrais.

Nesta contínua especialização dos lugares, observa-se uma sinergia entre as áreas que foram impactadas com a reestruturação produtiva. Por esta razão, são espaços cada vez mais caracterizados por um adensamento de fluxos materiais e imateriais, já que é necessária a troca de informações entre os lugares, bem como os funcionários precisam cada vez mais

⁴⁴ De acordo com Lencioni (2015c, p. 150), “a fase atual do capitalismo significa que a “reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimos e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais (fato visível nas estatísticas)” (CHESNAIS, 2005, p. 38). O fato da reconstituição de uma massa de capitais procurar se valorizar fora da produção, marca uma ruptura, o fim da hegemonia do capital industrial, pois já não é mais ele quem dirige e domina o processo de reprodução do capital em geral. Por isso, a fase atual é identificada como sendo de crise do modo de regulação fordista onde a hegemonia se assentava no capital industrial”.

circular entre os espaços que se reestruturam frente a produção flexível⁴⁵ (SIQUEIRA, 2009). Por esta razão, a organização dos processos produtivos na atualidade “tendem a ser altamente regionais em sua natureza, pois as indústrias especializadas e flexíveis são aglomeradas no espaço devido à existência de densas relações de transações entre as firmas” (STORPER, 1994, p. 196).

Uma das principais transformações referentes aos impactos das mudanças macroeconômicas nos ambientes metropolitanos seria a forma como as metrópoles se estruturaram frente ao modelo de organização em rede das empresas. Primeiro, observa-se uma dispersão territorial do processo produtivo e dos nodos das redes transfronteiras de produção. Segundo, percebe-se a concentração de certas funções e atividades de comando e coordenação em determinados locais das áreas metropolitanas, ou seja: “ao se globalizarem, as RTF tiveram de dispersar seus nodos, mas também foram obrigadas a concentrá-los em um determinado número de lugares estrategicamente selecionados” (MATTOS, 2004, p. 163). Em síntese, constatou-se a formação de verdadeiros sistemas produtivos centrais, porém organizados de forma reticular e em um território não mais concentrado, mas dispostos de modo disperso e integrado, nas palavras de Mattos (2004, p. 179, *grifo do autor*):

Um aspecto fundamental que incide na nova morfologia metropolitana tem a ver com o fato de que um grande número de cidades e povoados não conurbados localizados no exterior e perto da “unidade urbana” se unem à dinâmica econômica metropolitana, como parte de um espaço central de fluxos. Esse processo de criação de centros urbanos periféricos à dinâmica metropolitana ocorre principalmente no caso dos localizados em áreas circundantes de cada área metropolitana e que, ainda sem serem incorporados pela mancha urbana em expansão, intensificam sua relação funcional com ela. À medida que essas cidades e povoados vizinhos se articulam à dinâmica metropolitana, passam a fazer parte da “área urbana”, começando a perder sua condição de centros independentes e a mudar seu estilo de vida cotidiano. Dessa maneira configuraram-se verdadeiros *sistemas produtivos centrais*.

Este processo de dispersão ocorreu em lugares dotados de atributos necessários para o seu desenvolvimento e expansão. Neste sentido, o aparato técnico requerido pelas lógicas da globalização para a formação de nodos consiste na existência de um conjunto de infraestrutura voltado à difusão da telecomunicação e informação, necessárias para viabilizar a

⁴⁵Neste sentido, Benko (1996, p. 193-194) sintetiza a estruturação das “economias de aglomeração” decorrentes das novas relações interempresariais no contemporâneo: “À grande empresa integrada sucede a rede de firmas especializadas, ligadas por relações de subcontratação ou de parceria. No caso da pura subcontratação, as firmas que dão ordens podem, a rigor, dirigir-se a outra firma distante (na Ásia): mas ainda assim é preciso que ela seja encontrada, que esteja num mercado de firmas contratantes, agrupadas em torno de um porto ou de um aeroporto. Uma zona franca, por exemplo, mas em todo o caso uma concentração urbana. No caso da “parceria”, é preciso que se concentrem firmas num espaço tal que os engenheiros possam conhecer-se, trocar “macetes” e discutir problemas técnicos, é preciso que os operários qualificados possam circular de firma em firma”.

comunicação instantânea e global, bem como a oferta de serviços avançados, especializados e diversificados. Ou seja, tem-se a necessidade de concentração de condições gerais de produção direcionadas às atividades de produção de tecnologia, informação e à gestão do capital, bem como a concentração de equipamentos coletivos de consumo para a reprodução da força de trabalho, visto que os profissionais que se inserem nestas áreas precisam ser altamente qualificados. Sendo assim, torna-se necessário que o ambiente de produção destas atividades de ponta e gestão do capital detenha infraestrutura que possibilite a circulação material e imaterial, bem como universidades, centros de pesquisa e polos tecnológicos para a produção de conhecimento, tecnologia e formação de profissional.

Portanto, o processo de reestruturação produtiva se vincula à criação de condições gerais de produção voltadas para a nova lógica de organização da indústria, bem como aos novos setores de produção (como os de alta tecnologia). Em outras palavras, certos conjuntos de atividades produtivas operam apenas em uma base territorial com condições necessárias para sua atuação. Segundo Lencioni (2003a, p. 5), essas condições seriam “equipamentos e serviços para o atendimento da reprodução da força de trabalho, bolsas e bancos para realizar a circulação comercial e financeira ou aeroportos e estradas para a circulação das mercadorias e das pessoas”. Contudo, a produção destas condições possui suas limitações territoriais e a concepção da desterritorialização do processo produtivo deve ser relativizada, como afirma Lencioni (2003a):

Essa ideia de liberdade em relação ao território é originária da percepção de que a localização industrial não é mais tão dependente das fontes de recursos naturais e de matérias primas, como no passado. Mas, assim considerada, essa liberdade está sendo vista com os olhos do passado. De fato, a revolução dos transportes permitiu esse desenraizamento da indústria em relação àqueles fatores de produção industrial, mas os olhos do presente devem enxergar a emergência de outras condições gerais de produção que estão, em grande parte, adensadas na metrópole e no seu entorno mais próximo e que territorializa a indústria característica desse novo momento (LENCIONI, 2003a, p. 4-5).

Esses dois movimentos, de desintegração vertical da indústria e de produção de condições gerais de produção, redesenharam o espaço metropolitano e mudaram as lógicas de proximidade entre regiões. Porém, cabe salientar que, mesmo com o desenvolvimento das tecnologias de informação, certas lógicas de proximidade⁴⁶ ainda atuam na estruturação do espaço urbano regional. É por essa razão que o processo de dispersão territorial da indústria

⁴⁶ Essas lógicas de proximidade se relacionam à necessidade de condições gerais de produção relacionadas a nova fase de acumulação capitalista. Por exemplo, ainda se tem a necessidade de locais que concentrem prédios, *data centers*, etc.

não é infinito, mas possui uma lógica de concentração espalhada, ou seja, o território do processo produtivo tem se ampliado para as franjas das áreas metropolitanas centrais e em direção às aglomerações urbanas localizadas ao redor das regiões metropolitanas centrais (LENCIONI, 2003a).

De fato, a fase atual de reprodução do capital em escala globalizada privilegia certas regiões e tende a desfavorecer outras, já que a organização do processo produtivo em redes transfronteiriças privilegia os principais centros urbanos e subordina seus espaços a estratégias de grandes multinacionais. Neste sentido, as regiões metropolitanas obedecem muito mais à lógica da conectividade entre os nodos das Redes Transfronteiriças (RTF)⁴⁷ e modifica as relações entre cidades, porém não relegam a lógica da proximidade (MOURA, 2009). Nas palavras de Moura (2009, p. 43), as transformações nas metrópoles e nas localidades a sua volta demarcaram a passagem “de uma metrópole intensiva – um hipercentro funcional, um nó ou junção de diferentes redes e funções raras –, para outra extensiva – que faz de um ‘cacho’ de cidades uma metrópole ‘coletiva’, neste caso, usufruindo das funções de proximidade”.

Características da metrópole contemporânea

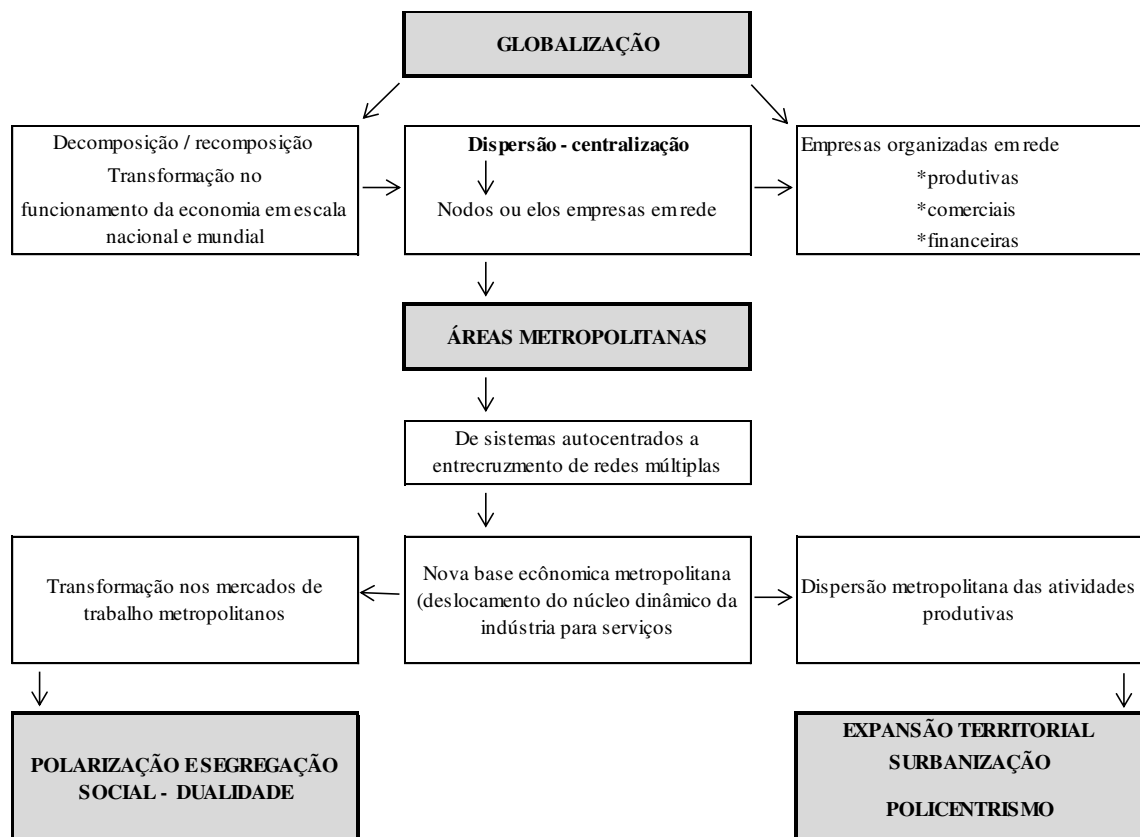
Como visto, a reestruturação produtiva mudou a lógica de organização de muitos aglomerados urbanos, e diversos estudos mostraram as implicações das formas de produção flexível nas áreas metropolitanas, por exemplo, Los Angeles (SOJA, 1996; 2000); Londres (NEUMAN; HULL, 2009); Benjig (TAO-FANG, 2005); Santiago (MATTOS, 2002); São Paulo (LENCIONI, 2011) etc. Neste contexto, Mattos (2004) sintetizou as discussões realizadas até então em um fluxograma (FIGURA 1) que demonstra o impacto da reestruturação macroeconômica, iniciada na década de 1970, nas áreas metropolitanas de diversos países. Através desta figura, Mattos (2004, p. 179) identificou cinco características centrais que caracterizam as chamadas metrópoles contemporâneas, sendo elas: a) Configuração de sistemas produtivos centrais, organizados de forma reticular, que sustentam a formação de cidades-região; b) Redução demográfica nas áreas centrais e forte crescimento rumo às bordas e ao periurbano; c) Policentrismo da estrutura e do funcionamento metropolitano; d) Urbanização dos modos de vida nas áreas intersticiais periurbanas; e)

⁴⁷ As redes Transfronteiriças segundo Mattos (2004) seriam demarcadas por empresas, bancos, organizações, etc. espalhadas em redes internacionais, e que mantêm conectividade entre si. O espaço metropolitano nomundo contemporânea (ou na contemporaneidade), portanto, seria caracterizado como nodos dessas redes por abrigarem estas empresas e funções que atuam na divisão internacional do trabalho.

Proliferação de equipamentos urbanos que provocam impactos na estrutura e na imagem urbana.

Dentre todas essas características citadas por Mattos (2004), uma das que mais qualificam a morfologia urbana contemporânea é a organização de sistemas produtivos centrais, de maneira reticular, que sustentam a formação de cidades-regiões. Este sistema de organização em rede foi discutido anteriormente e está relacionado à reestruturação produtiva que afetou diversas áreas metropolitanas. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, a desconcentração do setor produtivo, além de ser impulsionada por mudanças macroeconômicas no cenário internacional, também foram impulsionadas por transformações nas escolhas de localização das atividades produtivas que se tornaram mais abrangentes devido às melhorias e ampliação nos sistemas rodoviários e de transportes. Tal fato estimulou a integração entre diversas cidades e aglomerações situadas ao redor de pontos nodais da rede urbana. Assim, muitas cidades que eram dotadas de independência e possuíam seus próprios centros, uniram-se à dinâmica metropolitana como subcentros e se articularam ao sistema produtivo central ao receberem atividades e serviços advindos da economia metropolitana.

FIGURA 1 – Impactos da economia globalizada nas áreas metropolitanas



Fonte: Mattos (2004, p. 161).

Em síntese, nota-se a emergência de uma configuração urbana mais complexa, que se distingue da grande cidade constituída no tempo pretérito. Esta complexidade não está relacionada apenas aos limites imprecisos e difusos que caracterizam a nova morfologia, mas também pela difusão no espaço de atividades e funções que se relacionam ao “circuito superior da economia⁴⁸”. Estas condições impostas por este novo período se mesclam com a paisagem específica de cada lugar. O resultado desta mescla, por vezes, transfigura-se no aumento da desigualdade entre muitos espaços da metrópole que emerge. Portanto, ainda que muitas das transformações presenciadas nas grandes cidades sejam inerentes ao seu processo histórico de constituição, há aquelas, como reiterado, que são atributos do tempo presente, ou seja, frutos desta nova etapa de modernização capitalista.

Neste sentido, há de se ressaltar que as áreas perimetropolitanas⁴⁹ seriam as espacialidades mais impactadas com a desverticalização da indústria, por deterem algumas características, tais como: “proximidade relativa do centro provedor de serviços avançados; disponibilidade de condições gerais de produção e de amenidades do meio técnico-científico-informacional; menor custo de localização em relação à metrópole central; e a disponibilidade de mão de obra mais barata do que a metropolitana” (MAGALHAES, 2008, p. 96). Em contrapartida a desverticalização da indústria para as áreas perimetropolitanas, tem-se o crescimento do chamado setor terciário avançado⁵⁰ nas áreas metropolitanas centrais. De modo geral, as demandas provocadas pela reestruturação industrial em novos patamares de internacionalização e a lógica de mobilização dos capitais, promovida pela onda de desregulamentação econômica nos anos de 1990, tiveram significativos impactos sobre as áreas centrais das cidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Assim, para que certas regiões entrassem na lógica competitiva do capital mundializado, foi necessária a implantação de uma moderna infraestrutura de telecomunicações, baseada nas novas tecnologias de informação, e um complexo e

⁴⁸ A teoria dos circuitos da economia urbana foi proposta por Santos (2004) para analisar a constituição dos espaços urbanos nos países localizados na periferia do capitalismo. o circuito superior como aquele composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores.

⁴⁹ De acordo com Randolph et al. (2008, p. 5) “a denominação perimetropolitana pode ser entendida enquanto analogia com o termo “periurbano” que se refere a alguma franja urbana e pretende designar a interface entre o urbano e o rural, uma realidade que talvez não seja mais rural, mas que também não pode ser considerada plenamente urbana. O termo “perimetropolitano” denominaria, neste sentido, uma área de interface entre o metropolitano e um território urbano-regional que está próximo à região metropolitana; ao mesmo tempo parece estar presente, nos municípios nessa área de interface entre metrópole e região, a problemática peri-urbana à medida que se observam transformações das relações entre áreas urbanas e rurais nestes lugares”.

⁵⁰ Serviços financeiros, seguros, atividades imobiliárias, consultorias, assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, pesquisa e desenvolvimento etc.

diversificado conjunto de serviços de apoio à produção, requisitos centrais para as cadeias industriais mais modernas e para a tomada de decisões das grandes empresas. Um exemplo desta experiência ocorreu em Nova York, particularmente no distrito financeiro de Manhattan, em que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação causou um forte impacto na estrutura urbana em função da construção de “prédios inteligentes” nos arredores do velho centro de Wall Street, uma vez que os requisitos funcionais para a atuação das empresas eram incompatíveis com as estruturas arquitetônicas antigas (SASSEN, 1991).

Além do mais, um outro impacto da reestruturação macroeconômica nos grandes aglomerados foi a mudança nos mercados de trabalho metropolitanos, que passaram de uma base econômica assentada no setor industrial, para outra ancorada no setor de serviço⁵¹. Para Harvey (1992), o crescimento do terciário é uma das características do novo regime de acumulação flexível, entretanto, Soja (2000) pontua que o aumento da participação do setor de serviços no crescimento econômico e no emprego de diversos países não aponta para uma desindustrialização. A indústria de transformação ainda continua tendo uma expressiva contribuição na economia de muitas localidades. Um outro ponto a ser ressaltado sobre o chamado terciário é que seu crescimento não se deu apenas em áreas centrais, mas como visto, gerou (também) uma diversificação e um aumento do setor de serviços nas áreas perimetropolitanas. De acordo com Magalhães (2008, p.96) “tem-se uma desconcentração relativa [...] dos chamados serviços intermediários, que abrangem atividades de grau intermediário de qualificação e especialização que não necessitam da escala mais ampliada (de demanda inclusive) para se realizarem, mas que já comportam algum nível técnico intermediário”, em um conjunto de cidades médias e outros aglomerados localizados ao redor das metrópoles centrais.

Em suma, o resultado desta desconcentração produtiva e da centralidade do capital em certas áreas é uma morfologia urbana de desmedida extensão territorial que se estrutura de acordo com as lógicas de escolhas de localização do capital em suas mais

⁵¹ De acordo com Mendez (2001, p. 8) “Una segunda característica omnipresente es la evolución de la base económica metropolitana en la dirección de una creciente terciarización, que reduce la participación relativa de la industria en el valor añadido total y su volumen de empleo neto, frente al constante incremento registrado por los servicios que, según los casos, puede compensar o no las pérdidas en el sector manufacturero. La tesis de la metrópoli postindustrial señaló, hace ya algún tiempo, la inevitable tendencia a la desindustrialización, provocada por la conjunción de la crisis que padece una parte de sus empresas, las deseconomías derivadas de la saturación de las infraestructuras, la escasez y encarecimiento del suelo, o las crecientes restricciones medioambientales, junto a las expectativas generadas por usos más intensivos, sobre todo cuando el planeamiento se limita a seguir los dictados del mercado. Tal interpretación ha sido cuestionada por las tesis neindustriales, que vinculan una parte significativa del desplazamiento hacia los servicios a la nueva organización de la actividad productiva, con un aumento en la importancia de las tareas previas y posteriores a la fabricación, generadoras de valor añadido, que tienden a externalizarse y ser realizadas por empresas especializadas”.

variadas vertentes (MAGALHÃES, 2008). Assim, por expandir os processos produtivos devido à flexibilização da produção, nesta nova era de modernização capitalista, as antigas metrópoles fordistas passam a aglutinar a seu tecido, não mais de maneira contínua, outras aglomerações e cidades de diferentes portes e funcionalidades. Em outras palavras, o que se observa, é “a distribuição funcional seletiva das atividades econômicas, com o setor terciário avançado privilegiando centralidades, a indústria e outras atividades de comércio e serviços sendo alocadas ao longo dos eixos de comunicações, e as atividades menos rentáveis ou relativamente degradantes, relegadas às periferias” (MOURA, 2009, p. 15).

Porém, essas mudanças não impactaram apenas a redistribuição do setor produtivo. Com a volta da importância do papel das metrópoles, ocorreu, também, a revalorização do solo metropolitano. Devido à profunda reestruturação que circunscreveu essas áreas, a área metropolitana se tornou *locus* dos centros de decisões e gestão, bem como passou a abrigar os setores produtivos mais dinâmicos da economia. Conseqüentemente, o espaço metropolitano tornou-se residência da parcela mais abastada dos setores sociais, segundo Mattos, (2004, p. 169) “[...] o solo metropolitano adquiriu maior importância como meio privilegiado para a valorização de seus capitais, e assim os investimentos imobiliários cresceram de forma significativa e contínua nesse âmbito”.

Além do mais, a articulação dos principais atores do ambiente urbano favoreceu maiores intervenções que impactaram a expansão e o crescimento do ambiente urbano, “isso porque se liberalizaram as condições para materializar as preferências de localização das empresas e famílias, cujas estratégias, decisões e ações se fortaleceram nos processos de desenvolvimento urbano” (MATTOS, 2004, p. 169). Em outras palavras, a revalorização do solo metropolitano reacendeu o interesse de diversas frações que atuam sobre o capital imobiliário e que passaram a intervir no crescimento e expansão deste, atuando como verdadeiras “*urbangrowthmachines*” (MOLOTCH, 1976). Nas palavras de Lessa (1985, p. 214 *apud* LENCIONI, 2008b), as expansões urbanas constituem “frentes de valorização” para o capital mercantil, determinando o “vetor” dos processos de “ordenamento e desordem” da vida urbana nos espaços metropolitanos subdesenvolvidos⁵².

Portanto, o processo de metropolização e de reestruturação produtiva são caracterizados como um novo período, fruto da dinâmica da economia globalizada, e refletem

⁵² Para Lencioni (2011), neste novo momento “não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou de desenvolver a urbanização em seu sentido restrito; trata-se, agora, de produzir e de desenvolver novas condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada. Essas condições privilegiam e produzem a nova metrópole, fazendo-se presentes tanto no centro metropolitano como em territórios mais distantes, que passam a apresentar características que no passado só eram encontradas no centro” (LENCIONI, 2011, p. 136).

na produção de uma nova configuração urbana. Em relação as transformações territoriais ocorridas no estado de São Paulo, a formação de uma nova morfologia nesta localidade tem suas origens na década de 1970, e está vinculada ao processo de desconcentração industrial (LENCIONI, 2011). Ressalta-se que este momento de “metamorfose⁵³” das metrópoles não está vinculado apenas à proliferação de grandes multinacionais pelo tecido urbano, ou à crescentesuburbanização da população e do processo produtivo, ou ainda, à emergência de uma estrutura metropolitana policêntrica. Trata-se, também, de um período em que a “nova forma social da produção industrial, materializada nas multinacionais, gesta uma nova metamorfose na forma urbana expressa na metrópole e nos seus subúrbios” (LENCIONI, 2003a, p. 2). Por fim, nota-se que tais transformações têm contribuído para a maior polarização e segregação social das metrópoles e também para as transformações na morfologia espacial destas.

1.3 Novas morfologias urbanas e o pluralismo de conceitos

Como visto ao longo deste primeiro capítulo, o atual estágio do processo de metropolização se relaciona às mudanças no regime de acumulação capitalista (a passagem do fordismo para o regime flexível), à ascendência da globalização, à reestruturação produtiva e às mudanças na divisão internacional e territorial do trabalho. Neste sentido, destaca-se que o arranjo espacial inerente à contemporaneidade transcende a noção de urbano e de aglomerado urbano e incorpora diversas formas à dimensão regional (MOURA, 2009). Em outras palavras, o arranjo espacial, que é a face do modelo de acumulação flexível, possui uma dimensão metropolitana, por conter todas as condições gerais de produção necessárias a reprodução do capital e do trabalho na atualidade; bem como possui uma dimensão regional, pois é caracterizado por uma desmedida extensão territorial e pela multiplicidade de fluxos materiais e imateriais, e que através destes fluxos, incorpora diversas espacialidades ao contexto metropolitano. Por estãõ razão, o arranjo da contemporaneidade possui uma dimensão que é urbano/metropolitano e regional (MOURA, 2009).

Assim, para entender a configuração de morfologias urbanas mais complexas e a desconfiguração da clássica cidade monocêntrica, muitos autores lançam mão de novos conceitos – tais comocidade-região (SCOTT et al., 2001), cidade difusa (INDOVINA, 1991), cidade global (SASSEN, 1991), entre outras expressões para explicar as novas morfologias e o

⁵³ O termo metamorfose foi retirado de Lencioni (2003a).

papel que elas estabelecem no sistema de cidades. Ou seja, são elaborados novos termos, noções ou conceitos para nomear (ou clarificar) o “novo”. Nesse sentido, o QUADRO 2 – elaborado por Moura (2009) – sintetiza os principais termos que surgiram nas últimas décadas para denominar a nova morfologia espacial do século XXI. Sobre essa pluralidade de conceitos, Moura (2009, p. 53) afirma que algumas morfologias “se contrapõem à ideia de aglomeração, dentro da natureza de formações em descontinuidade, porém com forte articulação; outros adjetivam as cidades pelos seus novos conteúdos”.

Este quadro traz conceitos que se relacionam à dinâmica econômica globalizada, como também apresenta noções que qualificam as aglomerações urbanas de grande porte populacional e extensão territorial. Uma destas terminologias que elucida os aglomerados de grande peso populacional, e que influenciou o olhar sobre as metrópoles e suas transformações, é o termo megalópole, formulado por Gottman (1967) para expressar os fenômenos espaciais que estavam ocorrendo na costa leste dos Estados Unidos no final dos anos de 1960. A megalópole concebe a ideia de uma “região urbana com coalescência, com fusão de metrópoles” (LENCIONI, 2015b, p. 43). Ou seja, tal conceito caracteriza um urbano contínuo e de extensão territorial considerável, que se consolida devido ao crescimento e expansão de uma ou mais cidades até se conurbarem com outra região de influência.

QUADRO 2 – Síntese das principais morfologias urbano-regionais e suas devidas referências

MORFOLOGIAS	REFERÊNCIAS
Arquipélago urbano	VELTZ, (1996)
Cidade Arquipélago	VIARD, (1994)
<i>Cibercities</i>	BOYER, (1996)
Cidade Difusa	INDOVINA (1990)
Cidade Dispersa	MONCLÚS (1998)
Cidade dos <i>bytes</i> ou <i>soft city</i>	MITCHELL (1996)
Cidade flexível	LEHRER (1994)
Cidade Global	SASSEN (1991)
Cidade Informacional	CASTELLS (1999)
Cidade Mundial	Hall (1996), FRIEDMANN e WOLF (1982)
Cidade pós-moderna	AMENDOLA (1997)
Cidade reticular	DEMATTEIS (1998)
Cidade-região Global	SCOTT <i>et all</i> (2001)
<i>Edge City</i>	GARREAU (1991)
Exópole	SOJA (1994, 2002)
Hipercidade	CORBOZ (1994)
Megacidade	BORJA e CASTELLS (1997)
Megalópole	GOTTMAN (1967)
Megarregião	SASSEN (2007)
Metápole	ASCHER (1995)
Metroplex	North Texas Commission (1972)
Metrópole sem bordas	GEDDES (2002)
<i>New burb</i>	DAVIS <i>et all</i> (1994)
<i>Outer City</i>	SOJA (1994, 2002)
Pentúrbia	LESSINGER (1991)
Pós-metrópole	SOJA (2002)
Post-subúrbia	TEAFORD (1997)
Privatopia	MCKENZIE (1994)
Rurbano	BAUER e ROUX (1976)
<i>Suburbia</i>	BAUER (1993)
<i>Tecnoburb</i>	FISHMAN (1989)
Tecnópoles	CASTELLS e HALL (1994)
Telépolis	ECHEVARRIA (1994)

Fonte: Moura (2009, p. 56).

Além disso, um dos elementos definidores da “megalopolização” seria o critério populacional adotado (acima de vinte milhões de habitantes). De acordo com Gottmann (1967), as megalópoles formam verdadeiras nebulosas urbanas, ao propagar a urbanidade por todo o espaço regional. Outros conceitos que definem os grandes aglomerados são os de

megarregião e megacidades. Para Borja e Castells (1997), a megacidade⁵⁴ detêm as funções superiores direcionais, produtivas e administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a verdadeira política do poder; e a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens. As megacidades surgem, portanto, em um período de extrema difusão de novas tecnologias de informação e comunicação, informatização da vida e do trabalho. Estes grandes aglomerados constituem-se, em outras palavras, em um “espaço de fluxos” por excelência. Para Castells (1999a), os fluxos são os elementos estruturadores da economia e das redes de cidades na atualidade e estes são dominados pelas grandes multinacionais e empresas. Em síntese, muitas dessas novas formas de urbanização, tais como a cidade informacional de Castells (1999a) e a Tecnopolis (CASTELLS; HALL, 1994), têm como elemento central a informação, ou seja, no mundo contemporâneo “a informação é o input chave da economia mundial, o elemento central que permite a acumulação capitalista” (BENKO, 2009, p. 123).

Há, também, outras terminologias sintetizadas no QUADRO 2 que qualificam as transformações ocorridas nos subúrbios e nas periferias de grandes aglomerações urbanas ao redor do mundo. É o caso da periurbanização das *edgocities* ou das *exópolis*, formas estas que tratam da problemática de mudanças nas fronteiras urbanas. De acordo com Garreau (1991), a *edgocityse* refere à cidade da borda e sua formação está vinculada ao fenômeno de suburbanização iniciado na década de 1950 nos Estados Unidos, através de estímulos do governo norte-americano para alocação de centros comerciais, escritórios e áreas residenciais nestas zonas limítrofes. Destarte, o surgimento desta morfologia está associado, também, à localização e realocação de atividades industriais e comerciais em direção as áreas limítrofes das cidades. Porém, para Garreau (1991), as *edgocities* não podem ser classificadas como subúrbios, já que, na realidade, são verdadeiras cidades, pois possuem governos, centralidade e outros elementos característicos desta instância. Já a *exopolis* (SOJA, 1996) designa as cidades que nasceram isoladas da malha urbana na metade da década de 1970, nas proximidades de Los Angeles. Os estudos de Soja (1996) centraram-se principalmente no condado de Orange e se referiam a uma forma que surgiu em função de uma produção industrial de ponta, baseada na pesquisa e produção de tecnologias avançadas, telecomunicações, biologia, serviços militares e serviços avançados. Segundo Soja (1986),

⁵⁴Las megaciudades son constelaciones territoriales discontinuas hechas de fragmentos espaciales, de parcelas funcionales y segmentos sociales. [...] La era de la información es ya, y será cada vez más, la era de las megaciudades [...] por las siguientes razones: a) las megaciudades son los centros de dinamismo económico, tecnológico y empresarial en sus países y en el sistema global [...]; b) son los centros de innovación cultural, de creación de símbolos y de investigación científica [...]; c) son los centros del poder político, incluso en los casos en los que el gobierno reside en otras ciudades [...]; d) son los puntos de conexión del sistema mundial de comunicación (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 53).

esta representa um novo tipo de espaço que caracteriza a sociedade contemporânea. Porém, para Rufi (2003), a *exópolis* retrata um novo modelo imobiliário de subúrbios, já Garreau (1991) a trata como verdadeiro parque temático⁵⁵.

A despeito da formação dos subúrbios, torna-se necessário distinguir a noção dos subúrbios norte-americanos, bem como das periferias e dos subúrbios desenvolvidos no contexto dos países semiperiféricos e que influenciaram o arcabouço teórico de diversos estudos urbanos no âmbito da América Latina. Assim, se a constituição dos subúrbios norte-americanos se relacionam a alocação de uma população com maior poder aquisitivo durante o pós-guerra nas bordas das cidades; o desenvolvimento das periferias brasileiras (por exemplo) muito se assemelha à formação dos subúrbios relatada por Engels (2008)⁵⁶ no nascer da primeira Revolução Industrial na Europa. Isto é, as periferias brasileiras – e por certo, de toda a América Latina - por um longo tempo se caracterizaram⁵⁷ por serem ambientes marcados pela ausência de infraestrutura e pela expansão da precariedade. O processo de periferização, no Brasil, associa-se a crescente “expoliação urbana”, que se configurou a partir da massiva concentração da população pobre e trabalhadora nas áreas periféricas dos grandes aglomerados.

A vultosa desordem estereotipada nos ambientes periféricos das grandes metrópoles deste país possui uma lógica claramente denunciada por Kowarick (1982) em seu eloquente texto “A lógica da desordem”. Segundo ele, esta “lógica”, em toda sua racionalidade, acompanha o desenvolvimento do capital imobiliário que, na busca por maximização do lucro através da renda da terra, atua na valorização de algumas áreas e desvalorização de outras, bem como na criação de reservas de valores. A produção imobiliária brasileira “muito se vale do discurso e do apelo de *marketing* usados nos modelos de urbanização americano, mas no processo de expansão das aglomerações prevalece a periferização da pobreza” (MOURA, 2009, p. 38). A consequência desta dinâmica é uma apropriação desigual do espaço por distintas classes sociais: para os pobres, ficou a árdua missão de desbravar novas áreas urbanas distantes das principais benesses da cidade.

⁵⁵ “It’s a theme park – a seven hundred and eighth-six square mile theme park – and the theme is “you can have anything you want. It’s the most California-looking of all the California: the most like the movies, the most like the stories, the most like the dream” (GARREAU, 1991, p. 271).

⁵⁶ Original 1845.

⁵⁷ De acordo com Marques (2015), nas últimas décadas tem se observado uma heterogeneização das periferias em algumas grandes metrópoles brasileiras, tais como São Paulo. Segundo este autor é possível notar, por exemplo, uma maior ascendência social dos moradores das periferias tradicionais clássicas, ou seja, tem-se uma melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda. Como também nas áreas periféricas geograficamente, tem surgido novos padrões de urbanização, como é o caso do crescimento de condomínios fechados, em outras palavras: de periferias elitizadas.

Para além dos processos de suburbanização, há, também, aquelas morfologias relacionadas ao papel de certas localidades na rede de cidades mundiais, sendo um deles o *decidade global*, termo este que está diretamente relacionado aos impactos causados pela globalização nas metrópoles dos países desenvolvidos no final dos anos de 1970. A teoria sobre cidades globais foi iniciada por Friedmann e Wolff (1982) que descreveu uma estrutura hierárquica de rede de cidades ao redor do mundo, de acordo com a localização de sedes de grandes multinacionais e de centros de decisões internacionais. Para o autor (FRIEDMANN; WOLFF, 1982), a geografia locacional das grandes multinacionais, assim como a irradiação dos fluxos de informação e mercadorias das mesmas, organiza e estrutura a hierarquia de redes de cidades a nível internacional. Entretanto, foi através do livro *The Global City* escrito por Saskia Sassen (1991) que o conceito de cidades globais foi amplamente difundido. A autora analisou a ascendência e o papel de três lugares na rede mundial de cidades, sendo elas: Nova York, Londres e Tóquio.

De acordo com Sassen (1991), estas três cidades detêm o título de globais por apresentarem as seguintes características: alta concentração de riquezas, de laboratórios, centros de pesquisa e inovação, centros de gestão e de finanças, indústrias e serviços internacionalizados e uma extrema dualidade social, isto é, “uma elite muito cristalizada e com renda muito elevada e empregados de serviços diversos desqualificados⁵⁸” (BENKO, 2009, p. 123). É preciso pontuar que a cidade global também nasce e se estrutura frente a realidade pós-fordista, e se caracteriza também pela especialização dos lugares e uma crescente mundialização das economias. Neste sentido, Soja (2001); Veltz (1996) e Scott et al. (2001), entre outros, dedicaram-se, no âmbito dos estudos urbanos e regionais, à compreensão das mudanças nas morfologias urbanas, frente à mundialização/internacionalização da economia e das atividades produtiva em um mundo pós-fordista⁵⁹. Os conceitos elaborados por tais autores afim de qualificar as mudanças nas novas aglomerações também estão descritos no Quadro 2, elaborado por Moura (2009).

Associadas à ideia de *cidade global*, tem-se também as chamadas *cidades-regiões globais*⁶⁰ (SCOTT et al., 2001) caracterizadas por estruturas industriais

⁵⁸ A despeito desta dualidade Benko (2009, p. 123) afirma que o crescimento das cidades globais “é acompanhado de sinais de declínio, que a sua arrogante riqueza repousa também sobre uma pobreza quase estrutural e uma insegurança crônica”. No mais, é preciso salientar que Sassen (1991) também caracteriza outras cidades como globais, tais como: Paris, Frankfurt, Milão e Los Angeles.

⁵⁹ O termo pós-fordismo aqui não significa o total desaparecimento de características inerentes ao regime de acumulação fordista, mas a passagem da hegemonia para o outro regime, neste caso: o regime de acumulação flexível.

⁶⁰ Moura (2009, p. 59-60) salienta que o termo cidade-região global compartilha algumas das hipóteses da cidade global de Sassen (1991), no entanto, apresenta duas diferenças fundamentais, sendo elas: “(i) elas abrangem

concentradoras, sobretudo de tecnologia e informação. As cidades-regiões, em síntese, são áreas de grande influência no mundo globalizado e “se distinguem do conceito clássico de cidade, considerado muito restrito para o entendimento da crescente interdependência de múltiplas redes de atividades econômicas, organizadas em configurações territoriais ampliadas” (MOURA, 2009, p. 59). De acordo com Scott et al. (2001) as cidades-regiões globais figuram uma nova forma de organização regional, não mais baseada em uma estrutura rígida e hierárquica que passa pela intermediação dos estados nações, mas um regionalismo baseado em uma estrutura hierárquica que possui múltiplas escalas que variam da escala global ao local. Na verdade, na atualidade, o que se observa é a existência de um mosaico de grandes cidades-regiões constituindo uma das “principais redes estruturais da nova economia global, essas economias e regiões ligam-se em redes flexíveis de firmas que cooperam e competem em um crescente e extenso mercado” (MOURA, 2009, p. 60).

Cidade região: a face da metrópole contemporânea

Como visto ao longo deste capítulo, as transformações macroeconômicas nas últimas décadas implicaram também transformações em algumas morfologias urbanas ao redor do mundo. Como resultado, viu-se surgir uma metrópole difusa, de desmedida extensão territorial, fragmentada, com alta complexidade e de escala urbano-regional, forma esta conceituada neste trabalho como *cidade-região*⁶¹ (SCOTT et al., 2001; PARR, 2005; LENCIONI, 2003a; 2011; MAGALHÃES, 2008). Esta morfologia tem sido objeto de estudo de diversos autores, principalmente nas áreas de geografia, economia e planejamento urbano e regional. Contudo, deve-se reconhecer sua gênese nos trabalhos de Scott et al. (2001), que cunharam o termo cidade-região global explicitado anteriormente.

uma relativa diversidade de configurações, podendo ser desde uma grande metrópole, um grande espaço produtivo, até uma rede de pequenas e médias cidades; (ii) sob um novo paradigma tecnológico, a grande concentração mitiga os custos de transação, aumenta os efeitos de informação e flexibilidade, incentiva graus crescentes de criatividade e inovação, devido à alta qualificação da força de trabalho, e oferta uma grande variedade de fornecedores e de oportunidades de negócios”.

⁶¹ Na realidade, Scott et al. (2001), cunham o termo cidade-região global para caracterizar as áreas metropolitanas que se expandem e aglutinam diversas áreas ao redor, mas que, principalmente, têm um papel preponderante no âmbito da economia global. Contudo, a presente tese não utiliza o adjetivo global para a Cidade-Região Paulista, os próprios autores do texto *Global city-regions and the new world system* não tratam as cidades de São Paulo, México, Hong Kong, entre outras, como globais, mas apenas como cidades-regiões, pois estas não entrariam na categoria de cidades Globais. Há de se ressaltar, também, que o presente trabalho não aprofunda a discussão do conceito de cidades-globais e suas contradições, principalmente nos países em desenvolvimento. Para saber mais sobre o conceito ver: Sassen (1991); Ferreira (2007); Fix (2007) e Torres e Marques (2001).

As referências empíricas para estes autores foram as transformações ocorridas na região sul do estado da Califórnia, nas últimas décadas, caracterizada por intensas mudanças derivadas de significativos processos globais. Para os autores, a cidade-região se traduz em um novo regionalismo no contexto da globalização e tem se tornado um espaço de fluxos cada vez mais fluido entre os sistemas de cidades e regiões mundiais. No mais, os autores (SCOTT et al., 2001) definem as cidades-regiões globais como qualquer grande área metropolitana ou qualquer conjunto contíguo de áreas metropolitanas juntamente somado de sua hinterlândia de extensão variável⁶². Já Parr (2005) caracteriza a cidade-região como a área que integra o polo metropolitano e toda a sua área de influência, através dos fluxos⁶³ com complementaridade⁶⁴. Isto é, esta morfologia tem sua conformação a partir do momento em que o processo de metropolização se alastra para o entorno metropolitano e conjuga outras aglomerações ao núcleo metropolitano através do aumento dos fluxos de pessoas, informação e mercadorias, entre outros.

Neste contexto, a presente tese conceitua as cidades-regiões de acordo com as premissas de Lencioni (2003a) e Magalhães (2008) sendo assim: primeiro, parte-se do entendimento de que a cidade-região pode ser compreendida como “a forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo, que apresenta continuidades e rupturas com os processos anteriores – como aqueles que deram origem às próprias metrópoles em contextos históricos anteriores” (MAGALHÃES, 2008, p. 8). Em segundo lugar, destaca-se que esta morfologia emerge na era do capitalismo avançado e se coloca como nó frente à economia globalizada. Por fim, pontua-se que a cidade-região se conforma a partir do processo de reestruturação produtiva (LENCIONI, 2003a). Em outras palavras, a cidade polo e parte de sua área metropolitana passaram por um processo de saturação de suas áreas de crescimento, saturação estavinculada ao alto do custo do solo, a alta concentração de atividades e de pessoas e a falta de áreas para expansão urbana; ou seja, tais fatores se apresentaram como um empecilho para a concentração de certas atividades e para o processo

⁶² “In simple geographic terms, a global city-region can be said to comprise any major metropolitan area or any contiguous set of metropolitan areas together with a surrounding hinterland of variable extent” (SCOTT et al., 2001, p. 2).

⁶³ An important component in the overall pattern of interaction within the city-region involves commuting flows. Given the fact that this type of interaction is largely confined to the city-region, it is possible to be more specific about the balance of each zone with respect to the other, both in monetary and physical terms (no consideration is given to the important question of intra-zonal flows) (PARR, 2005, p. 557).

⁶⁴ It would be misleading to regard the city-region as being simply composed of two zones, each with a distinct set though of economic specializations. There exists an obvious complementarity between the two zones in terms of supply and demand relationships that forms the basis for a strong zonal interdependence. This important defining feature of the city-region is reflected in a variety of economic and social interactions (PARR, 2005, p. 558).

de acumulação do capital. Assim, diversos complexos industriais, novas tipologias comerciais como os condomínios empresariais e de logísticas, instituições de ensino e pesquisa e condomínios residenciais passaram a se localizar nas franjas das áreas metropolitanas ou em outros aglomerados urbanos próximos a estas áreas. É neste sentido que Lencioni (2003a) descreve a cidade-região paulista a partir da reestruturação produtiva que aconteceu em São Paulo:

Mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região. Uma cidade-região que não se definiu por um planejamento, mas uma cidade que assim se definiu por um processo, por uma lógica histórica que desafia a compreensão de sua dinâmica e, até mesmo, o planejamento urbano. Essa cidade-região, como uma forma nova do processo de urbanização, é, vale repetir, um produto associado à reestruturação produtiva. Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios. [...] A cidade-região se constitui, assim, num fenômeno do estágio de desenvolvimento do mundo atual e num nó essencial da economia global (LENCIONI, 2003a, p. 7).

Portanto, a cidade-região se caracteriza como o novo arranjo espacial fruto do capitalismo contemporâneo, logo sua compreensão não pode se desvincular das lógicas das dinâmicas de valorização e acumulação do capital, pois sua própria forma traduz a dinâmica capitalista contemporânea e a nova divisão social e territorial do trabalho. Em síntese, a cidade-região seria o espaço privilegiado para a reprodução do capital e, principalmente, para a reprodução do capital industrial na atualidade, tendo em vista o esgotamento da metrópole fordista para acumulação industrial.

Entretanto, como foi explicitado ao longo deste capítulo, ao mesmo tempo em que a metrópole fordista deixou de ser o espaço apropriado para produção industrial, os espaços perimetropolitanos se tornaram oportunos para instalação da indústria flexível com a reestruturação produtiva. Em outras palavras, “cria-se em seu entorno um anel em intenso processo de produção do espaço urbano, bastante atrativo para a indústria de ponta neste primeiro momento, e onde o modo de vida torna-se mais propriamente metropolitano” (MAGALHÃES, 2008, p. 64). Em contrapartida, os antigos centros da metrópole fordista se tornaram o lócus do espaço global de fluxos, ou seja, “o núcleo metropolitano mais denso e coeso permanece central e predominante na geografia econômica contemporânea”. São estas mudanças de centralidades na morfologia e na função dos espaços que fazem com que a cidade-região figure como a forma “metamorfoseada” pelas reestruturações geradas com a crise de sobreacumulação do capitalismo na década de 1970.

Os argumentos tecidos até aqui enfatizam os processos que formam a cidade-região e que estão relacionados a elementos socioeconômicos, em específico à reestruturação produtiva e aos impactos da globalização na organização do espaço urbano e regional. Portanto, a formação desta nova forma urbana é resultante de uma série de processos socioespaciais contemporâneos que foram detalhados nas sessões anteriores.

Contudo, questiona-se como esta morfologia se apresenta territorialmente. Neste sentido, a FIGURA 2⁶⁵, retirada de Magalhães (2008), propõe um esquema ilustrativo que caracteriza a forma da cidade-região. O primeiro componente que descreve esta morfologia é a presença de uma centralidade metropolitana (podendo ser composta por outras centralidades, por exemplo, um centro antigo⁶⁶ que concentra serviços gerais, bem como um centro novo ou principal que oferta serviços especializados⁶⁷ requeridos por um espaço macrorregional e pelas novas lógicas da globalização).

Já as áreas residenciais de baixa renda⁶⁸ equiparam-se às áreas que sofrem a chamada espoliação urbana, tais como as unidades habitacionais em condições de precariedade, as favelas, as ocupações irregulares, e que servem de moradia para uma parcela significativa da população que se coloca como “força de trabalho bastante abundante para os ditos circuitos superiores da economia urbana” (MAGALHÃES, 2008, p. 44). Outra parte constituinte desta forma urbana são as unidades de conservação ambiental (tais como reservas naturais, parques estaduais, etc).

Há também o que Magalhães (2008), baseado em Soja (2000), denomina *exópolis*: área que concentraria as localidades que refletem a fragmentação do tecido metropolitano da cidade-região. É na *exópolis* (ou nas áreas perimetropolitanas) que estão situados os condomínios residenciais de alto padrão, bem como outros equipamentos urbanos que fragmentam a metrópole contemporânea. Quanto às centralidades de porte pequeno-médio, são compostas por cidades interioranas localizadas próximas à área metropolitana e que

⁶⁵ Entende-se, assim como Magalhães (2008), que a cidade-região é fruto de processos socioespaciais e econômicos complexos, e qualquer modelo (ou esquema de análise) pode correr o perigo de exacerbar nas simplificações. Porém, destaca-se que a figura apresentada se trata de uma ferramenta de visualização de elementos hipotéticos que compõe este espaço regional.

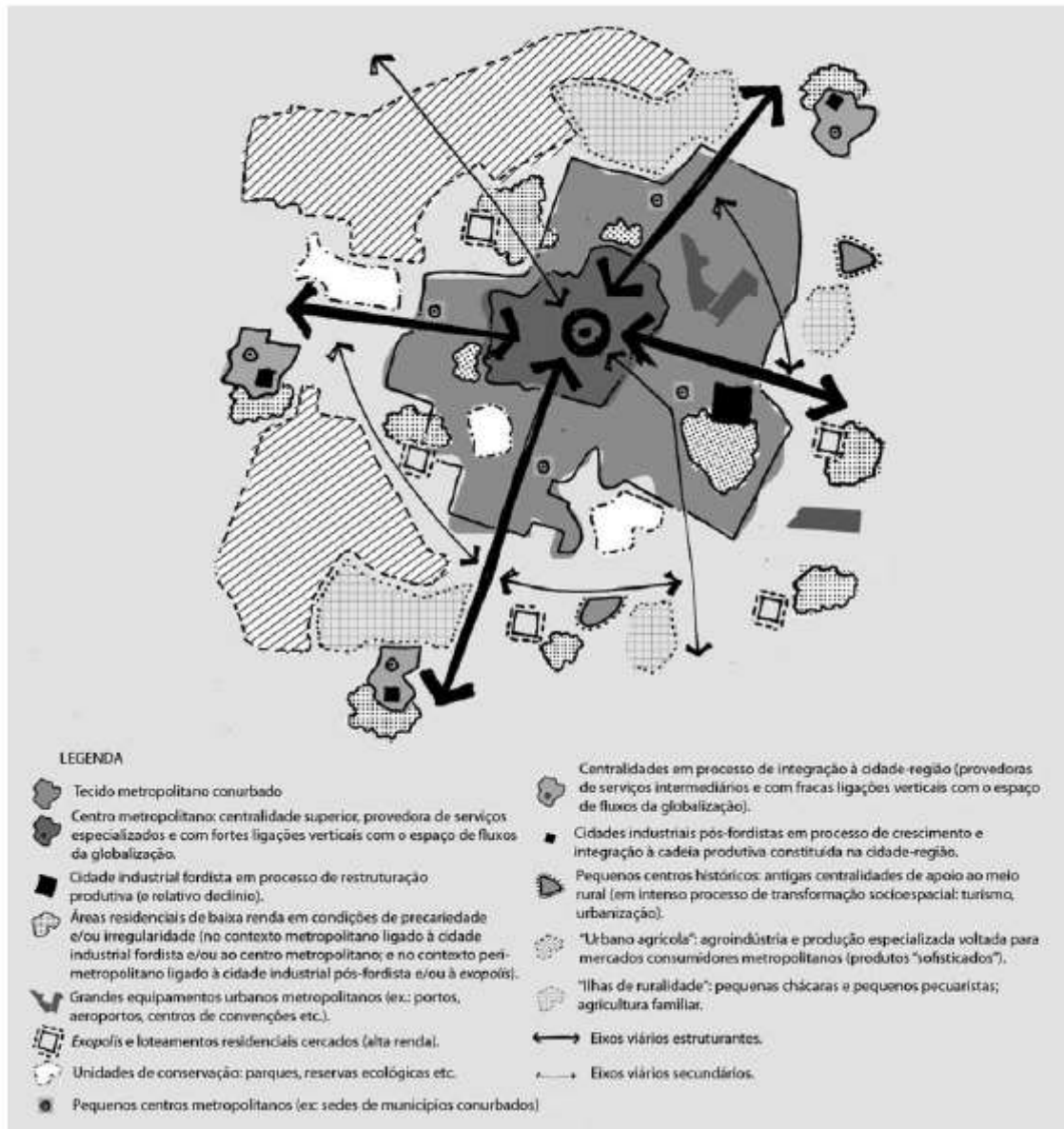
⁶⁶ Centro este que pode passar por processos de gentrificação (MAGALHÃES, 2008).

⁶⁷ Serviços tais como prédios corporativos, áreas concentradoras de serviços voltados ao circuito superior da economia urbana (instituições financeiras, universidades, institutos de ciência e tecnologia, *datacenters*, etc.).

⁶⁸ Pontua-se que as áreas residenciais de baixa renda são espaços heterogêneos e de grande complexidade. Áreas estas que no passado próximo contribuíram para as chamadas deseconomias de aglomeração e para própria formação da cidade-região nos países que se situam na periferia do capitalismo.

passam a integrar esse tecido em constante dispersão através da difusão do processo de metropolização, mas também a partir da extensão do tecido urbano-industrial⁶⁹.

FIGURA 2 – A cidade-região: processos socioespaciais e elementos principais



Fonte: Magalhães (2008).

Ressalta-se que não são apenas as cidades de porte pequeno e médio que se integram e conformam à cidade-região, mas também outras aglomerações urbanas e áreas metropolitanas que possuem sua própria dinâmica interna e que passam a integrar esta morfologia através de um sistema de relação de fluxos e de complementaridade. Este é

⁶⁹ Ou seja, "ocorre um crescimento da atividade industrial nestas localidades, de modo interligado à dinâmica recente da cidade industrial adjacente à centralidade principal na área metropolitana" (MAGALHÃES, 2008, p. 46).

exatamente o caso da Cidade-Região Paulista aqui estudada que engloba São Paulo, a Região Metropolitana de Santos, Campinas e outras aglomerações. Porém, não é toda a hinterlândia donúcleo principal que faz parte da cidade-região, tal qual argumenta Magalhães (2008):

Torna-se necessário neste momento explicitar quais são os limites que separam a cidade-região do esquema acima de outras regiões circundantes. Como argumentado acima ao longo do capítulo, não se trata aqui da totalidade da *hinterland*, (ou da área de influência) da metrópole (o que tornaria todo o território nacional coberto por cidades-região). Entende-se a cidade-região como um espaço regional em processo de metropolização, que passa, no limite, a ter o tecido metropolitano presente por sua totalidade. Esta região é marcada, internamente, pela existência de uma rede de centralidades que se complexifica na medida em que as cadeias produtivas (industriais) também se tornam complexas (com relações em diversas camadas e planos), e menos suscetíveis a relações de hierarquia de forma simplista e linear (MAGALHÃES, 2008, p. 47).

De modo geral, esta morfologia é caracterizada por ser “fortemente vinculada à economia global e se define por conter estruturas econômicas, arranjos e dinâmicas territoriais que se complementam graças às redes informacionais e de comunicação” (LENCIONI, 2006, p. 74). Portanto, é neste sentido que este trabalho analisa a formação da cidade-região de São Paulo, ou seja, através das dinâmicas territoriais que se complementam. Dinâmicas estas de complementaridade que se dão através do compartilhamento de infraestruturas, redes e serviços e que se materializam em um espaço de fluxos, que vão desde fluxos materiais a imateriais. Contudo, como ficará claro nos próximos capítulos, a ênfase nesta pesquisa será posta nos fluxos materiais, em particular, na mobilidade espacial da população.

CAPÍTULO 2 –
Da metrópole à
Cidade Região
Paulista

As novas condições gerais de produção e as tendências de distribuição espacial da população e das atividades produtivas contribuem para que a urbanização hoje se estenda além do assim chamado ambiente “construído” – a cidade [...]. A nova escala da urbanização produz impactos sobre o território e o assim chamado espaço “natural” de forma distinta do período anterior. Antes o que tínhamos era a expansão de uma malha contínua a se espalhar e estender a partir do que conhecíamos enquanto cidade sobre o espaço “natural”, hoje esta disseminação dá-se de forma difusa e segmentada sem que haja necessariamente uma continuidade e contiguidade física entre os aglomerados e emerge em diversos pontos e manchas (LIMONAD, 2006, p. 155).

No final século XX, viu-se surgir uma pluralidade de conceitos (tais como: globalização, neoliberalismo, cidades globais, não lugares, etc.) que, em suas mais diversas especificidades, tinham por objetivo elucidar e gerar a compreensão das grandes mudanças, econômicas e sociais, que caracterizavam aquele período. Também, no âmbito dos estudos urbanos, emergiram novos conceitos como: cidade-global (SASSEN, 1991), metápole (ASCHER, 1998); cidade difusa (INDOVINA, 1991), afim de clarificar as transformações ocorridas na estrutura e na forma de diversas áreas metropolitanas espalhadas pelo globo. O que se observou é que muitas das metrópoles que passaram por um crescimento urbano e populacional sem precedentes na segunda metade do século passado, atualmente, não são mais caracterizadas por uma forma urbana compacta, mas possuem uma desmedida extensão territorial, dispersão e fragmentação da mancha urbana, possuem limites urbanos difusos, aglutinam municípios de diversos tamanhos e funcionalidades e outras aglomerações urbanas.

Ressalta-se que os processos que estão no cerne das mudanças nos ambientes metropolitanos relacionam-se à crise de sobreacumulação do capital que afetou o sistema de acumulação vigente até então (o fordismo). A nova forma urbana que emerge no final do século XXI é denominada, neste trabalho, como cidade-região tal como visto no primeiro capítulo. Esta morfologia, neste estudo, é compreendida “como a metrópole somada de sua hinterlândia imediata, incluindo uma série de centralidades de pequeno e médio porte no alcance dos processos de metropolização, bem como outras aglomerações” (MAGALHÃES, 2008, p. 8). Sublinha-se que a lógica da compreensão dos processos que engendram a formação da cidade-região reside na perspectiva histórica.

Deste modo, se no capítulo anterior objetivou-se conhecer os processos que se relacionam com a estruturação das cidades-regiões, o presente capítulo tem por objetivo resgatar os processos históricos relacionados à formação da Cidade Região de São Paulo, uma vez que a compreensão da formação desta clarifica as mudanças ocorridas no fenômeno de redistribuição espacial da população. Parte-se da hipótese de que a formação de novas

territorialidades, como a Cidade-Região Paulista, implicaria também transformações na dinâmica demográfica das regiões metropolitanas que se expandiram com a metropolização.

Neste contexto, este capítulo analisa algumas questões intrínsecas à formação da Cidade-Região de São Paulo e, para tanto, está subdividido em quatro seções: na primeira parte será descrito, através de uma perspectiva demográfica, como ocorreu o processo de metropolização brasileiro, com o objetivo de compreender se, no âmbito da perspectiva adotada (demográfica), há ou não a configuração de um processo de desmetropolização, ou se este não estaria, na verdade, relacionado à formação de novas morfologias urbanas.

A segunda seção debruçar-se-á sobre as questões inerentes à constituição propriamente da Cidade-Região Paulista. Parte-se do caminho metodológico que, para se compreender as lógicas concernentes à estruturação desta forma, torna-se necessário resgatar a história da constituição desta territorialidade. Destarte, com intuito de compreender os condicionantes desta nova forma de organização espacial, este tópico buscará elementos explicativos na dinâmica de ocupação do território paulista a partir da década de 1970. Portanto, resgatará, entre outros processos, a reestruturação produtiva, conceituada no Capítulo 1. Já a terceira parte deste capítulo tem por foco caracterizar a morfologia urbana que emerge na porção sudoeste do estado de São Paulo, estas características serão exploradas em termos da distribuição espacial da indústria e de sua produção, os vetores de expansão da cidade-região, bem com a análise das centralidades desta nova forma urbana. Por fim, a última seção adentra à dinâmica demográfica, sendo seu objetivo examinar as possíveis mudanças na dinâmica demográfica dos aglomerados que compõem a Cidade – Região Paulista (CRP) em seu processo de formação e delineamento. Dessa forma, serão analisadas as áreas de maior crescimento no âmbito da CRP, os vetores de crescimento e condicionantes, assim como suas relações com o processo de dispersão urbana e suas motivações.

2.1 O processo de metropolização brasileiro: entre a constituição das metrópoles modernas e a formação da metrópole contemporânea

Para compreender as mudanças nos ambientes metropolitanos, torna-se necessário esboçar um breve panorama sobre a formação das regiões metropolitanas no Brasil, ou seja, é imprescindível entender como o fato metropolitano vem se estruturando, afim de clarificar a compreensão das transformações ocorridas nestas áreas, que permitiram o avanço do processo de metropolização do espaço, bem como a formação de novas morfologias urbanas.

Pode-se dizer que o espaço metropolitano é uma forma espacial singular na contínua história de formação do território brasileiro, assim como em outras áreas do globo terrestre. Esta morfologia, se colocamos um espaço socialmente construído que concentra em uma superfície contínua uma grande massa de pessoas e edificações, cumprindo funções específicas no espaço em que está inserida. Assim, “o fato metropolitano é, portanto, temporal e espacialmente singular, expressando uma particularidade do mundo contemporâneo” (MORAES, 2006, p. 23). Por se apresentar como um espaço singular, o fato metropolitano pode ser estudado (e vem sendo estudado) por diversas óticas e lentes da ciência: no âmbito do urbanismo, da economia regional, da geografia urbana, econômica e política. De fato, poder-se-ia falar até de uma economia ou geografia das metrópoles, tal qual disserta Moraes (2006).

É preciso sublinhar novamente que esta tese, assim como a presente seção, analisa as faces do fenômeno metropolitano no Brasil, e principalmente a formação de novas morfologias urbanas à luz da demografia e, em especial, através da mobilidade espacial da população. Contudo, arcabouços teóricos advindos de outras ciências continuarão a ser utilizados. Destarte, o caminho metodológico a se seguir, no presente tópico, passa pela historicidade do fato metropolitano no país. Esta opção de método assegura pensar a constituição das metrópoles no âmbito da periferia da economia-mundo capitalista e da realidade brasileira, ou seja, duas perspectivas que não podem ser esquecidas nos estudos urbanos e sobre as metrópoles embasadas “na perspectiva histórica, na análise da relação social da sociedade com seu espaço”⁷⁰ (MORAES, 2006, p. 27).

Em primeiro lugar, para discorrer sobre o processo de metropolização no Brasil, há de se ressaltar a importância do urbano, ou seja, a urbanização brasileira. Nesse sentido, destaca-se que transição urbana⁷¹ no país, e assim como em outros países da América Latina, é recente e data de meados da década de 1960, período este assinalado por um vertiginoso crescimento populacional, fruto de altas taxas de natalidade, bem como de grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano. Em apenas trinta anos, a população brasileira mudou seu *status* de rural para urbana. Como pode ser observado na TABELA 1, em 1950, cerca de 18 milhões de pessoas residiam em áreas urbanas, o que representava um percentual de 36% da

⁷⁰ De acordo com Moraes (2006), a metropolização do espaço poderia ser interpretada como uma teoria de produção geral do espaço metropolitano.

⁷¹ Recentemente, os estudiosos em demografia têm se aproximado de um novo conceito, denominado transição urbana. O termo é empregado ainda de forma não muito frequente e não aparece ainda como um dos campos de maior importância no debate da área. Sua relevância, no entanto, pode ser apontada – entre outros aspectos – na possibilidade que abre de diálogo entre o debate da(s) transições demográficas, por um lado, com a problemática urbana por outro (SILVA; MONTE MOR, 2010, p. 2).

população total. Em contrapartida, a população rural representava 63% do total da população brasileira.

TABELA 1 – População residente por situação de domicílio. Brasil, 1950-2010

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.953.959	160.925.804
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.829	39.137.198	36.041.633	31.845.211	29.829.995
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.573	121.150.573	146.917.459	169.799.170	190.755.799
Distribuição percentual							
Urbana	36,16	45,08	55,98	67,70	75,47	81,25	84,36
Rural	63,84	54,92	44,02	32,30	24,53	18,75	15,64

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1950/2010).

Percebe-se que foi na década de 1970 que o Brasil passou a ser um país majoritariamente urbano, com 55% da população vivendo nessas áreas. Neste período, a população urbana crescia a uma taxa de 5,2% ao ano, e este crescimento estava relacionado não apenas à fecundidade que ainda se mantinha em níveis relativamente elevados, mas, sobretudo, aos grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano que já eram presentes nas décadas anteriores. Já em 1980, o percentual de urbanização subiu para 68%, com mais de 80 milhões de habitantes situados dentro de perímetros urbanos (FARIA, 1991). De acordo com Faria (1991), o crescimento populacional neste período foi marcado por duas vertentes, a primeira ligada à intensa concentração populacional em poucas metrópoles, e a segunda a partir da redistribuição espacial da população em cidades de diferentes portes populacionais.

Neste processo histórico de reorganização do espaço brasileiro, constatou-se o aumento progressivo da população em cidades cada vez maiores. Em 1940, as cidades com menos de 20 mil pessoas concentravam 85% da população, enquanto que em 1980 este percentual caiu para 46%. Já os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentaram crescimento no mesmo período, concentrando 8% da população em 1940, e 32% em 1980 (MARTINE, 1994). No período de 1940 a 1980, os aglomerados metropolitanos foram os que mais cresceram, sendo receptores de grandes contingentes populacionais, principalmente a RMSP, que recebeu grandes fluxos migratórios, como os de nordestinos. Contudo, o Censo de 1991 demarcou um arrefecimento no crescimento dos grandes centros (BAENINGER, 2011; BAENINGER; PEREZ 2011).

Neste contexto, a TABELA 2 apresenta o número de municípios e a população residente segundo classes de população. Como se nota, grande parte dos municípios

brasileiros são de porte populacional pequeno, ou seja, com menos de 100 mil habitantes⁷². Nota-se que, em 1970, o número de municípios com menos de 100 mil pessoas era de quase 4 mil, contudo, após 1980 percebe-se um aumento vertiginoso nesta classe de municípios. Este crescimento no número de cidades de “porte pequeno” se relaciona aos inúmeros desmembramentos que ocorreram após 1980, fruto de mudanças na constituinte de 1988, que passou o papel de regulação das emancipações dos municípios da esfera federal para estadual, este fato “gerou as condições propícias para a recente onda emancipacionista e, em grande parte, determinou o seu ritmo diferenciado por estado” (CIGOLINI; CACHATORI, 2012, p. 6).

TABELA 2 – Número de municípios e população residente por classes de tamanho população Brasil, 1970-2010

Categorias de município	Classe de população				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaixo de 100.000	3858	3849	4304	5283	5282
De 100.001 a 500.000	83	124	162	193	245
Mais de 500.000	11	18	25	31	38
Total	3952	3991	4491	5507	5565
Categorias de município	População Residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaixo de 100.000	61.915.394	67.989.605	76.067.276	83.131.556	86.319.122
De 100.001 a 500.000	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500.000	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.871.506
Total	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970/2010).

Contudo, mesmo as cidades de pequeno porte sendo predominantes no território brasileiro, mesmo que grande parte da população resida nestas áreas, foram as cidades de porte populacional médio e grande que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional. Por exemplo, entre o período de 1970/1980, as áreas com mais de 500 mil habitantes cresceram a um percentual de 5% ao ano, sendo que este ritmo de crescimento intenso, relacionado aos grandes fluxos migratórios, fez com que o percentual de concentração da população nestas áreas mudasse de 19%, em 1970, para 29%, em 2010. Em contrapartida, nestes últimos 40 anos (1970 a 2010), notou-se que os municípios de pequeno porte diminuíram a concentração relativa de residentes, passando de 66% (1970) para 45% no

⁷² De fato, os critérios utilizados para definir o que são municípios de pequeno, médio e grande porte são ambíguos e dependem de cada estudo, bem como dos critérios utilizados. Em geral, os estudos do IBGE utilizam o corte de até 20 mil habitantes para os municípios pequenos. Contudo, para facilitar a análise, este trabalho utilizou apenas as três classes citadas, entende-se que o uso destas categorias não prejudica o argumento aqui utilizado.

último censo, este declínio na participação relativa da população residente em pequenos municípios nos últimos anos foi acompanhando por uma taxa de geométrica de crescimento da população abaixo de 1% a.a.

Na década de 1970, em paralelo ao crescimento dos municípios de grande porte, tem-se a institucionalização de nove regiões metropolitanas no Brasil. Vale lembrar a distinção entre os conceitos de Metrópole e Região Metropolitana. Enquanto o primeiro termo remete à ideia de que, no Brasil, o fenômeno metropolitano, a princípio, estava relacionado ao processo de economias de aglomeração, a ampliação do espaço vivido de uma determinada população, bem como ao compartilhamento de funções e infraestrutura de serviços, trabalho e possibilidades; no segundo, a “definição” se refere a uma entidade de ordem jurídico-institucional que se configura por motivações múltiplas (COSTA; TSUKUMO, 2013).

Como relatado anteriormente, a década de 1970 foi um marco na história metropolitana brasileira, pois - em 1973 - através da Lei Complementar nº 14, o governo federal criou as primeiras regiões metropolitanas do país, sendo elas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro, esta última foi criada em 1974 (FIGURA 3). A criação destas regiões estava relacionada à política de integração territorial estabelecida pelo Governo Militar. Entretanto, mesmo sendo criadas sob a égide da integração, estas unidades político-administrativas, nas décadas anteriores a 1970, já eram caracterizadas como polos de concentração populacional e mostravam a tendência de uma sociedade fortemente concentrada no meio urbano.

Com a Constituição promulgada em 1988, a criação das regiões metropolitanas passou do âmbito federal para o estadual, o que culminou na institucionalização de diversas entidades metropolitanas no território brasileiro. Neste sentido, pode-se afirmar que o descolamento observado (e muitas vezes criticados por especialistas) entre o fato urbano das formações de aglomerados urbanos e a institucionalização dos mesmos reside nesta descentralização de esferas de poder, bem como na falta de uma política metropolitana nacional. Sublinha-se que esta mudança nas esferas de poder garantiu aos estados a adoção de critérios próprios para a institucionalização das RMs. Tal fato ocorreu porque, ao deslocar a responsabilidade, o governo federal não estabeleceu um conjunto de parâmetros e medidas norteadoras para a criação das RMs no âmbito do território nacional.

Os estados criaram suas regiões metropolitanas de acordo com os seus próprios anseios, o que resultou no surgimento de dois tipos de entidades metropolitanas: “uma relacionada à dinâmica urbana nacional, com grandes cidades que desempenham papel de comando na rede urbana, e outra que se relaciona à escala estadual cujos critérios de

constituição de regiões metropolitanas pautam-se na realidade estadual” (FIRKOWSKI, 2012, p. 26). Ainda de acordo com Firkowski (2012) a delegação de atribuições neste âmbito para a entidade estadual afastou ainda mais as regiões metropolitanas criadas do fato metropolitano, já que a conceituação deste, ou sua pureza conceitual, possui uma relação íntima com o contexto nacional, ou seja, com a função que determinadas cidades exercem na rede urbana do país.

FIGURA 3 – Localização das regiões metropolitanas federais



Fonte: Cunha (2018a).

Portanto, deve-se ter clareza conceitual sobre o que consiste a metrópole, a área metropolitana e a região metropolitana no Brasil. Neste trabalho, a metrópole até então discutida seria caracterizada pela “grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade” (FIRKOWSKI, 2012, p. 37). Já a área metropolitana seria a região de influência exercida pela centralidade da metrópole, ou seja, “seria o alcance espacial das atividades de comércio e serviços nela fixados” (FIRKOWSKI, 2012, p. 23). Por fim, a região metropolitana corresponde a “definição institucional, relacionada aos interesses políticos e, por vezes, motivada pela necessidade de

ordenamento do território na escala regional e cuja cidade polo não é necessariamente uma metrópole” (FIRKOWSKI, 2012, p. 37).

Atualmente, as primeiras RM's institucionalizadas no início da década de 1970, possuem uma população superior a dois milhões de habitantes e encabeçam os primeiros lugares no ranking das áreas mais populosas do país. Revelando que, embora haja uma variação de crescimento de uma área para outra, e até mesmo entre os municípios que as compõem, as primeiras regiões metropolitanas criadas neste período no país continuam sendo importantes núcleos de atração populacional (fato destacado nos trabalhos de CUNHA, 2018a; 2015a).

Os dados da TABELA 3, permitem reforçar as questões levantadas anteriormente. Constata-se, através destes dados, que o período áureo do crescimento metropolitano no Brasil foi a década de 1970. De fato, nesse período, com exceção da RMRJ, todas outras oito regiões metropolitanas cresceram a uma taxa acima de 3% a.a. Este crescimento estava relacionado à intensa migração interna (como dito, em especial de origem rural) que experimentava o país (CUNHA, 2015a; CUNHA; BAENINGER, 2005) e as taxas de fecundidade que ainda tinham níveis significativos e impactavam o crescimento populacional. Porém, nas décadas posteriores, verificou-se um expressivo declínio no ritmo de crescimento populacional das RM's, fato este relacionado não apenas à queda no número médio de filhos por mulher, mas principalmente ao decréscimo da migração, em intensidade e volumes, fruto da redução dos fluxos migratórios, em particular os de mais longa distância (interestadual) em resposta aos momentos de crise no país (PATARRA; PACHECO, 1997). Como se nota ainda na Tabela 3, as únicas regiões que continuaram a crescer em um ritmo acima da média foram as regiões localizadas no Nordeste e a RMBH.

TABELA 3 – População residente, taxa geométrica de crescimento, taxa de migração líquida e peso relativo da migração no crescimento populacional segundo regiões metropolitanas. RM's selecionadas, 1970-2010

RM's	População					Taxa de Crescimento			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
RMB	685.616	1.045.517	1.434.634	1.838.763	2.101.883	4,31	2,92	2,80	1,35
RMF	1.130.145	1.699.421	2.460.827	3.056.769	3.615.767	4,16	3,42	2,44	1,69
RMR	1.827.173	2.386.453	2.919.979	3.337.565	3.690.547	2,71	1,85	1,50	1,01
RMS	1.211.950	1.847.809	2.586.366	3.120.303	3.573.973	4,31	3,10	2,11	1,37
RMBH	1.724.820	2.681.778	3.522.908	4.357.942	4.883.970	4,51	2,51	2,39	1,15
RMRJ	6.879.183	8.758.436	9.796.649	10.869.255	11.835.708	2,44	1,02	1,16	0,86
RMSP	8.139.705	12.588.745	15.444.941	17.878.703	19.683.975	4,46	1,88	1,64	0,97
RMC	907.391	1.532.383	2.101.681	2.768.394	3.174.201	5,38	2,91	3,11	1,38
RMPA	1.751.889	2.468.028	3.230.732	3.718.778	3.958.985	3,49	2,48	1,58	0,63
Total	24.875.472	35.572.281	44.078.392	50.801.247	55.972.826	3,64	1,97	1,59	0,97

RM's	Taxa de Migração Líquida (a.a)		Peso da Migração sobre o Crescimento (a.a)	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
	RMB	0,53	-0,09	26,74
RMF	0,94	0,44	53,82	28,57
RMR	0,11	0,04	9,38	4,36
RMS	0,43	0,29	27,98	22,56
RMBH	0,93	0,20	54,05	18,22
RMRJ	0,05	0,17	5,34	21,20
RMSP	0,07	-0,12	6,06	-13,58
RMC	0,99	0,29	45,81	22,37
RMPA	0,17	-0,16	14,65	-27,04
Total	0,29	0,06	24,55	6,58

Fonte: Cunha (2018a).

A expressiva queda no ritmo de crescimento populacional das metrópoles brasileiras nas últimas décadas se colocou como um fato notável e inegável. Porém há de se ressaltar que o país inteiro diminuiu o ritmo no crescimento populacional, o que está relacionado não apenas ao arrefecimento da migração, mas também ao declínio no número médio de filhos por mulher⁷³. De acordo com Cunha (2018a), as regiões metropolitanas localizadas na porção Centro-Sul do território brasileiro, em um primeiro momento, eram caracterizadas por um crescimento populacional expressivo, o qual tem em suas raízes os fluxos migratórios interestaduais. No entanto, no período atual, estas metrópoles são caracterizadas por um baixo crescimento; muito embora mesmo assim mantenham não apenas seus pesos relativos na distribuição da população brasileira, mas também uma intensa dinâmica de expansão territorial destas RM's, fato este condicionado, em grande medida, pela migração intrametropolitana.

Em contrapartida, devido ao declínio da migração interestadual relacionado à crise nos centros hegemônicos do país e a redução das oportunidades nas fronteiras agrícolas (CUNHA, 2015a), notou-se que as regiões metropolitanas do Nordeste passaram a exercer, neste momento, um papel singular no processo de redistribuição espacial da população no

⁷³ A taxa de fecundidade total (TFT) no Brasil de passou de um número médio de 6,2 filhos por mulher na década de 1960 para 1,8 em 2010.

âmbito regional. Se antes as populações provenientes das áreas deprimidas do interior de seus estados se dirigiam aos centros hegemônicos do país, agora – em tempos de crise – elas seguem em direção as regiões metropolitanas de seus estados. Nesse contexto, parece que estas regiões metropolitanas nestes períodos de crise, funcionam como verdadeiros “colchões de amortecimento” (CUNHA, 2018a) dos emigrantes que ainda encontram condições adversas sobretudo das regiões mais áridas e menos desenvolvida do sertão nordestino (CUNHA, 2015a).

No final dos anos de 1980, as RMs registraram um arrefecimento no crescimento populacional. Para muitos autores (a exemplo de SANTOS, 1990), essa fase foi demarcada pela chamada desmetropolização e estaria atrelada ao processo de desconcentração industrial e de deseconomias de aglomeração⁷⁴ (ARAÚJO; MOURA; DIAS, 2011). Matos (2000) destaca que a concentração econômica e demográfica pode ter chegado ao seu ponto de saturação na década de 1970, e que os períodos posteriores evidenciaram uma tendência de redistribuição espacial das atividades econômicas e da população. O autor aponta trabalhos como o de Martine e Diniz (1989); Amarante e Bondioli (1987) e Townroe e Keen (1984), que afirmam essa tendência de desconcentração populacional, principalmente no estado de São Paulo. Há também, trabalhos como o de Azzoni (1993); Haddad (1989) e Diniz (1993), que desmitificam as generalizações no processo de desconcentração populacional e econômico.

Para Panizzi (1990), numa visão que, mesmo a partir de outra perspectiva coincide com Cunha (2003), a “involução metropolitana⁷⁵” (SANTOS, 1990) deve ser relativizada ao considerar dois fatores: primeiro, que as metrópoles brasileiras continuam influenciando o crescimento de muitos núcleos urbanos de porte médio⁷⁶ em expansão. O que se constata é que a maioria desses municípios que estão em crescimento estão localizados, em grande parte, em áreas metropolitanas ou próximo a elas, portanto, nos seus eixos de expansão. De acordo com Silva (2013), esse primeiro fator demonstra a ampliação do espaço

⁷⁴ Os grandes centros, por muito tempo, foram vantajosos para a concentração industrial, mas a elevada concentração passou a gerar custos e desvantagens para a localização de indústrias em certos centros urbanos, principalmente nas grandes metrópoles. Nesse processo de “deseconomia” ocorre a desconcentração industrial.

⁷⁵ Para Santos (1990), a involução metropolitana é caracterizada pelo menor ritmo de crescimento das grandes metrópoles e maior crescimento das cidades médias, mas também caracteriza o aumento da pobreza nos grandes centros urbanos.

⁷⁶ Este trabalho distingue os termos cidades médias e cidades de porte médio. De acordo com Moura (2011), muitas análises sobre o processo de urbanização são feitas a partir de tipologias de cidades e muitas vezes segundo critérios de porte populacional. Porém, cabe salientar que nem sempre o porte populacional emana uma hierarquia urbana. Nesse sentido, cabe salientar que as cidades médias são aquelas que, além do porte populacional, possuem determinadas funções urbanas dentro do sistema de cidades, já as cidades de porte populacional médio são aquelas que, em geral, possuem com população entre 100 e 500 mil habitantes.

de assentamento da metrópole, ou seja, o que ocorre é uma relação de complementaridade da metrópole com outras localidades, que muda de acordo com a escala regional:

Nessa ampliação do espaço de assentamento torna-se importante considerar uma articulação espacial que envolva diversas escalas, a expansão metropolitana evidencia a necessidade de ter uma perspectiva mais regional, já que a urbanização prossegue se expandindo para outras regiões do país, apresentando também características de metropolização. Processos como este podem ser apontados, como a integração urbana e econômica entre a RMSP e as quatro áreas urbanas industriais próximas, constituídas por Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos (SILVA, 2013, p. 31).

O segundo ponto que é levado em consideração por Panizzi (1990), é que, em nível de rede urbana, as metrópoles brasileiras ainda são caracterizadas pela concentração das atividades econômicas mais modernas, da grande indústria, dos serviços especializados, dos negócios financeiros e dos meios de comunicação assentados nas tecnologias de ponta. Enfim, “permanecem sendo, nessas circunstâncias, o espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico-científico e das instâncias de decisão política” (PANIZZI, 1990, p. 51). Em outras palavras, as metrópoles continuam como o *locus*, por excelência, das relações sociais e econômicas e acompanham de perto as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização e mundialização da economia, bem como as transformações tecnológicas do processo produtivo, que resultam em uma configuração territorial diferenciada. Esta configuração conjuga espaços marcados por elementos de modernização e outros de atraso. As metrópoles brasileiras configuram bem essa conformação e têm consequências difundidas em todo o seu sistema urbano, como destaca Panizzi (1990):

Contudo, o que se verifica é uma modificação do perfil de urbanização brasileira onde a rede urbana assume novos contornos marcados pelas diferenças inter-regionais, as cidades de porte médio têm o seu espaço redefinido pelo crescimento populacional e pela modificação dos processos socioeconômicos, e as metrópoles vêem o seu papel e suas funções transformadas tanto ao nível da definição do sistema de cidades quanto ao nível da estrutura interna mantendo, porém, o seu papel de liderança (PANIZZI, 1990, p. 52).

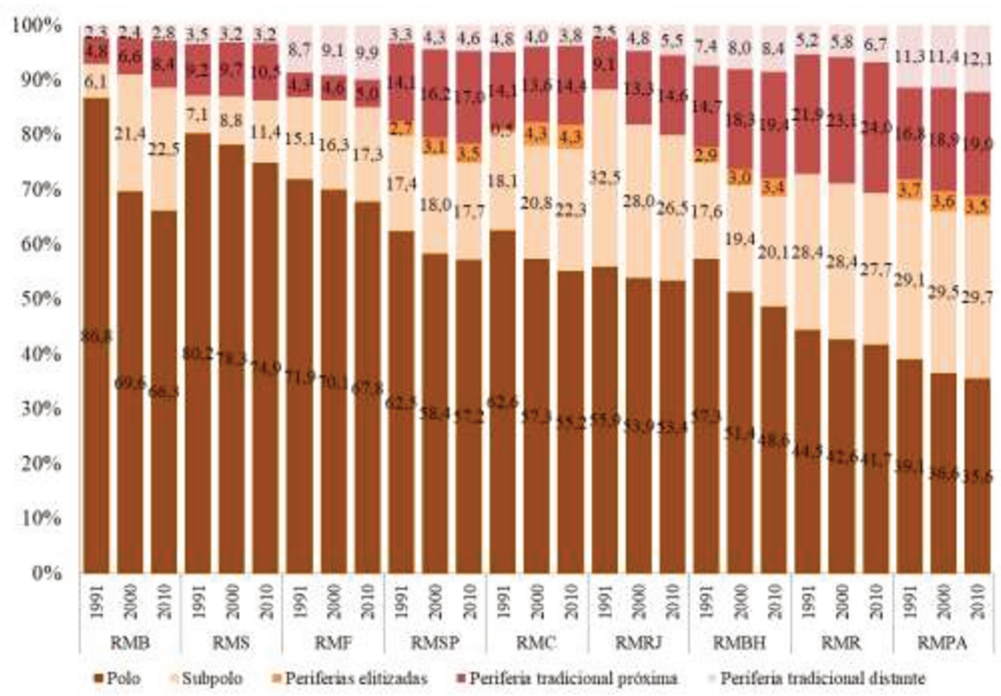
Em síntese, observou-se, nas décadas de 1980 e 1990, uma transformação nas formas, nos conteúdos, bem como na dinâmica econômica, social e demográfica das regiões metropolitanas, com rebatimentos no processo de redistribuição espacial da população. Mesmo aceitando essa desconcentração, deve-se salientar que não há um processo de equidade regional, pois as cidades pequenas continuam a perder população em favor das cidades maiores, o que mostra que os desequilíbrios regionais ainda permeiam a rede urbana.

Uma das consequências dessas transformações foi uma desconcentração populacional e industrial, porém, é necessário relativizar este processo, já que este está circunscrito principalmente as áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA, 2003). Além do mais, há de se reforçar a questão levantada por Martine (1994), ou seja, que o arrefecimento do crescimento metropolitano foi caracterizado pela expansão do processo de periferização das metrópoles. O autor destaca que “em todas as RMs, exceto Belém, a taxa de crescimento dos municípios periféricos foi significativamente superior à dos seus respectivos municípios núcleos” (MARTINE, 1994, p. 34). Ou seja, as metrópoles ainda apresentavam um crescimento populacional, mesmo com a cidade principal crescendo menos, em termos de população, do que os demais municípios da área.

Neste sentido, o GRÁFICO1 mostra a distribuição relativa da população residente em cada uma das nove regiões metropolitanas federais por grupo de municípios⁷⁷. Através destes dados, mesmo que grande parte da população das regiões metropolitanas residia nos municípios polos das regiões, é possível observar a existência de diferenças entre as RMs consideradas no que se refere à primazia dos polos. Por exemplo, percebe-se que, no ano de 2010, os polos das regiões de Belém, Salvador e Fortaleza concentravam mais de 60% da população de suas regiões, sendo demarcados por uma alta primazia. Já os polos das metrópoles de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre concentram menos de 50% do total de residentes em cada RM.

⁷⁷ Grande parte dos dados utilizados na sessão 2.1 desta tese foram retirados de Cunha (2018a), especialmente de capítulos em que sou uma das autoras. O livro em questão teve por objetivo analisar as convergências e divergências do processo de metropolização contemporânea para as nove regiões metropolitanas institucionalizadas na década de 1970. A estratégia adotada foi investigar os municípios de cada RM, em termos de suas dinâmicas demográficas, econômicas e sociais, segundo categorias de municípios (polo, subpolos, e periferias elitizada, tradicional próxima e tradicional distante). Este exercício foi realizado com intuito de criar certa padronização e simplificação dos procedimentos e, que ao mesmo tempo, fosse capaz de diferenciar as cidades segundo seu papel dentro da estrutura metropolitana das regiões estudadas (CUNHA; SILVA; FARIA, 2016, p. 1).

GRÁFICO1 – Distribuição relativa da população residente nas RM's por grupos de municípios. RM's selecionadas – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Cunha (2018a).

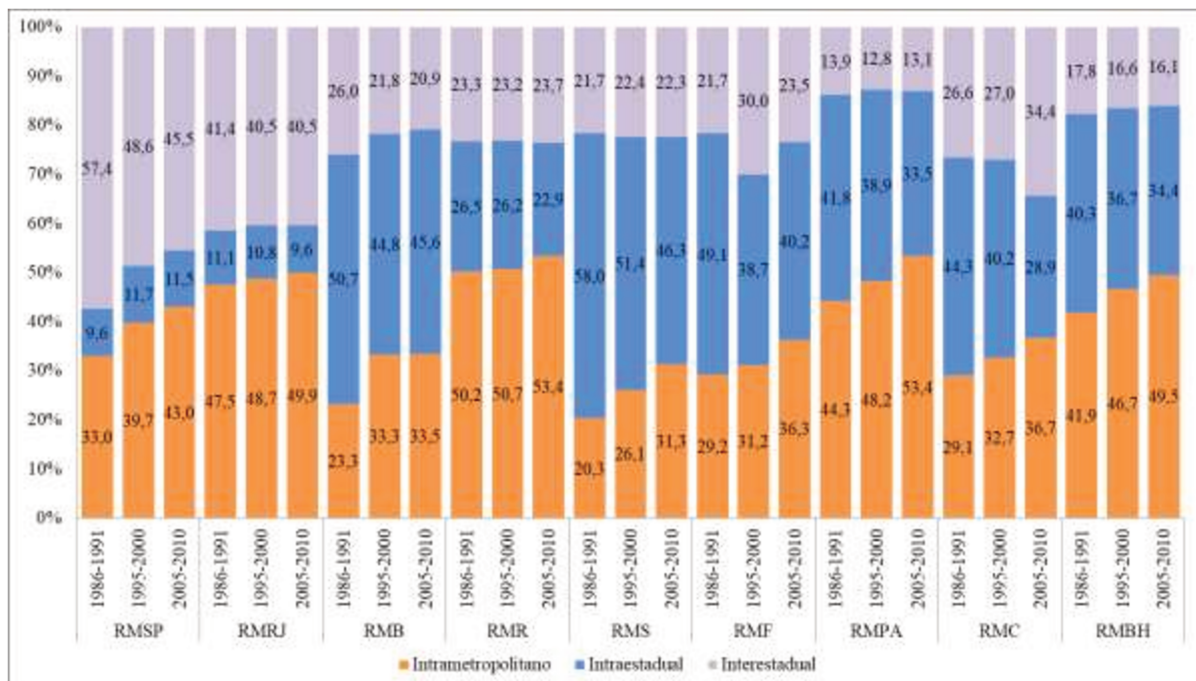
Porém, mesmo os polos sendo as áreas de maior concentração populacional no âmbito das regiões metropolitanas, constata-se através do mesmo gráfico que o polo de todas as regiões analisadas diminuiu seu peso relativo ao longo dos anos. Em contrapartida, nota-se que as outras categorias de municípios aumentaram a participação, em particular os subpolos e as periferias tradicionais próximas⁷⁸. Tal fato revela o que Cunha et al. (2018b) denominam de “potencial endógeno de crescimento” da população metropolitana e seu consequente potencial de redistribuição interna. Este “potencial endógeno de crescimento” sintetizaria a capacidade das grandes áreas metropolitanas de manterem o seu crescimento e redistribuição da população mesmo em tempos de baixo crescimento demográfico e de queda na migração. Pode-se dizer que a “grande cidade”, mesmo crescendo cada vez menos globalmente, continua (e continuará por um bom tempo) produzindo um excedente demográfico que necessitará de algum lugar para viver que, em geral - se redistribuí pelas áreas periféricas das regiões metropolitanas” (CUNHA, 2018a).

Este processo de redistribuição espacial da população, em boa medida, tem em sua gênese a migração intrametropolitana, que neste trabalho, será substituída pela

⁷⁸ A tipologia utilizada foi elaborada com base no tamanho populacional, no valor agregado gerado e na composição da população segundo escolaridade.

terminologia “mobilidade residencial”⁷⁹ (SOBRINO, 2007). Apesar desta modalidade migratória, o GRÁFICO 2 apresenta a imigração para cada uma das metrópoles aqui já citadas por modalidade migratória. Através deste gráfico, nota-se que a migração intrametropolitana, mesmo não sendo a modalidade predominante em muitas das regiões metropolitanas, aumentou sua participação relativa na imigração no âmbito das regiões metropolitanas ao longo dos períodos analisados. Este aumento na mobilidade residencial se deve, em grande parte, ao declínio da migração interestadual e intraestadual, como pode se observar pelo Gráfico 2. Ou seja, “a complexidade e diversidade das formas de mobilidade espacial da população, eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas da migração no Brasil” (CUNHA, 2011, p. 12).

GRÁFICO 2 – Distribuição percentual dos imigrantes de “data-fixa”, por modalidades migratórias. RMs selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: Cunha (2018a).

Portanto, o que se observa através destes dados é que, mesmo com o declínio global em suas taxas de crescimento, as metrópoles continuam a apresentar um potencial endógeno de crescimento, e mais que isso, mostram-se cada vez mais dispersas e difusas em sua forma. Suscitando que esta crescente dispersão do tecido urbano para as áreas periféricas faz parte de um movimento maior, ou seja, alude à formação de novas morfologias urbanas.

⁷⁹ Pode-se pensar que o termo “mobilidade residencial” seria mais adequado na medida em que este alude a um movimento não apenas nitidamente metropolitano e motivado pela questão habitacional, mas também e – sobretudo, porque não implica uma mudança de “espaço de vida”.

De fato, no final da década de 1980 e no decorrer dos anos de 1990, pode-se observar uma vertiginosa expansão da área metropolitana, sendo que esta dilatação do perímetro metropolitano, como visto no Capítulo 1, estaria relacionada com processos como a reestruturação produtiva e globalização, que mudaram as lógicas de reprodução do capital no espaço, formando, assim, novos arranjos espaciais.

De acordo com Reis Filho (2006), a expansão metropolitana nas últimas décadas foi assinalada por um processo de caráter geral denominado dispersão urbana, que está vinculado com o processo de descontração industrial, e também por uma crescente mobilidade espacial da população. Para este mesmo autor, a dispersão urbana é caracterizada pela difusão do processo de urbanização que se estende por um amplo território e atinge diversos núcleos urbanos com espaços intersticiais, porém com vínculos profundos entre si, o que caracteriza a formação de único sistema urbano. A morfologia urbana dispersa é assinalada por espaços urbanos descontínuos, áreas rurais e núcleos urbanos de diversos tamanhos e com distintas funções. O que se observa também nessa forma urbana dispersa é que a população residente – tanto em grandes centros urbanos quanto em núcleos de pequeno porte ou em áreas rurais – passa a adotar novos modos de vida e se caracteriza por apresentar uma maior mobilidade. A urbanização dispersa é um processo socioespacial chave por trás da formação da cidade-região, que também se relaciona à compressão espaço-temporal presente de forma heterogênea nestas regiões urbanizadas (MAGALHÃES, 2008). Portanto, a dispersão urbana ou a difusão do periurbano, como nomeia Mattos (2004), é marcada pela expansão do processo de metropolização e, conseqüentemente, pela ampliação do “espaço de vida” para uma escala metropolitana, intrametropolitana ou até mesmo regional.

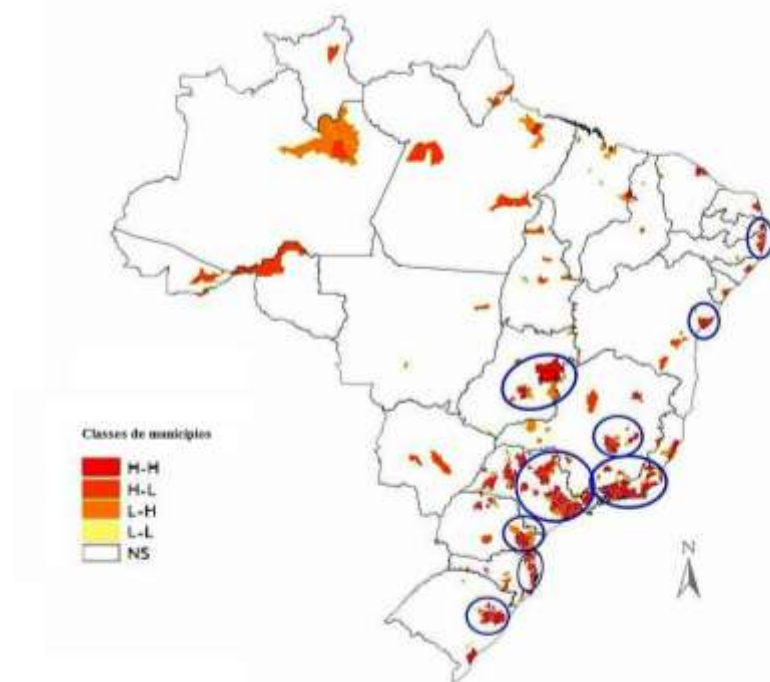
Moura (2009), preocupada com a constituição destas novas morfologias urbanas, realizou um estudo que identificou, por análise exploratória⁸⁰, a formação de nove arranjos

⁸⁰ De acordo com Moura (2009): “Para verificar a dimensão morfológica dos aglomerados, particularizada nos arranjos urbano-regionais, conjugou-se a análise fatorial e análise exploratória espacial, esta utilizando a localização geográfica dos dados para identificar e descrever padrões de associação espacial, principalmente de agrupamentos de áreas com valores semelhantes (aglomerados espaciais ou clusters), com base no Índice de Moran Local (Estatística LISA – Local Indicators of Spatial Association). A aplicação resultou em um conjunto de situações, das quais se destacam apenas as aglomerações cuja estatística LISA foi significativa, com as seguintes classificações: (i) HH (high/high), que agrupa município com valor positivo e com a média dos vizinhos também positiva; (ii) LL (low/low), município com valor negativo e com a média dos vizinhos também negativa; (iii) LH (low/high), município com valor negativo e com a média dos vizinhos positiva; e (iv) HL (high/low), município com valor positivo e com a média dos vizinhos negativa. As duas primeiras (HH e LL) indicam pontos de associação espacial positiva, no sentido de que uma localização possui vizinhos com valores semelhantes, e as últimas (HL e LH) indicam pontos de associação espacial negativa, no sentido de que uma localização possui vizinhos com valores distintos. Entre as porções mais concentradoras de população, PIB e com maior densidade de fluxos pendulares de população para estudo e/ou trabalho, classificadas em HH, HL e LH pela análise de autocorrelação espacial, considerados alguns casos de não significância de polos, as espacializações mais aglutinadoras de unidades com autocorrelação espacial (ou aglomerações) foram destacadas como possíveis arranjos urbano-regionais” (MOURA, 2009, p. 101-102).

urbano-regionais no Brasil, sendo eles os arranjos de: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Leste Catarinense, Belo Horizonte, Salvador e Recife/João Pessoa (

FIGURA 4). De acordo com a autora, estes arranjos são frutos do processo de metropolização contemporânea, bem como do modelo de desenvolvimento econômico atual, “no qual a produção do espaço urbano-regional se dá pela interação de processos concentradores de pessoas, bens, riqueza e conhecimento, profusão de fluxos e multiplicidade de escalas nas relações socioespaciais” (MOURA, 2009, p. 14). Estas transformações podem ser evidenciadas na porção sudoeste do estado de São Paulo. Segundo Moura (2009), o arranjo urbano-regional de São Paulo é o mais proeminente e consolidado de todos os arranjos do país, com espaços e aglomerados com alta correlação entre si, devido a intensos fluxos materiais e imateriais que ocorrem principalmente entre a Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Santos e Vale do Paraíba.

FIGURA 4 – Arranjos urbanos regionais no Brasil

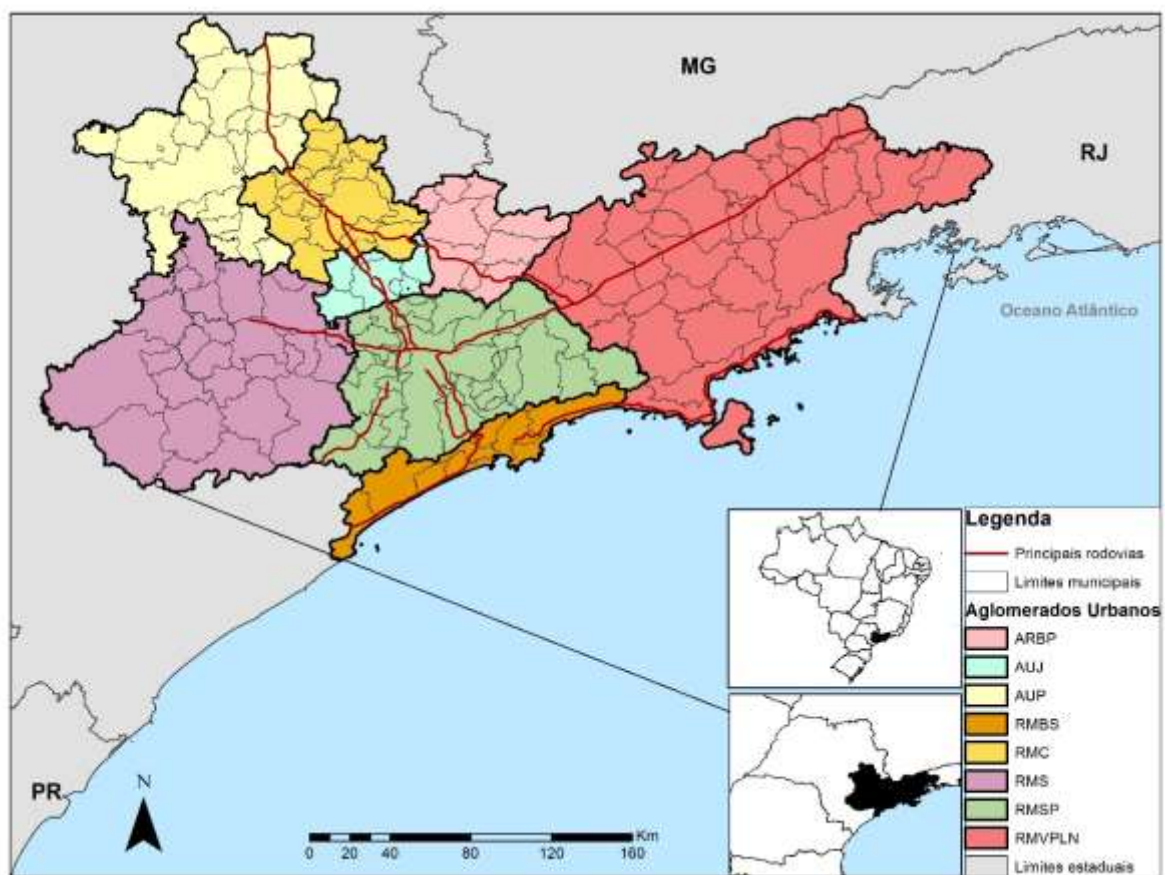


Fonte: Moura (2009).

Ressalta-se que esta morfologia urbana que surge no estado de São Paulo já havia sido anunciada (até mesmo de forma profética) por Maria Adélia de Souza (1978, p. 25) que denominou este espaço de Macrometrópole Paulista. Esta morfologia recebeu outras nomenclaturas, tais como Complexo Industrial Metropolitano (MEYER, 2000), Arranjo Urbano-Regional de São Paulo (MOURA, 2009) Cidade-Região de São Paulo (LENCIONI,

2011; MAGALHÃES, 2008) e Complexo Metropolitano Expandido (EMPLASA, 1999). A multiplicidade de nomes que esta nova formação vem recebendo consolida a hipótese que um novo fenômeno urbano de característica urbano-regional vem sendo conformado em São Paulo. A FIGURA 5 apresenta as unidades que compõem a Cidade-Região Paulista (Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Aglomeração Urbana de Jundiaí, Piracicaba e Unidade Regional de Braga Paulista), bem como suas devidas localizações.

FIGURA 5– Localização da Cidade-Região Paulista e suas regiões



Fonte: IBGE (Censos Demográficos, 1991; 2000; 2010).

Ressalta-se que a presente tese utiliza a configuração institucional⁸¹ da chamada Macrometrópole Paulista para o estudo da mobilidade espacial da população no contexto da

⁸¹ Em relação a Macrometrópole pontua-se que esta não se coloca como uma figura jurídica, mas é utilizada como uma instância de planejamento por órgãos como a Emplasa, tal como ressaltado por Castro e Santos Jr. (2017, p. 711), “além do marco legal instituído pelo governo do estado de São Paulo, em que se constata a maior ênfase normativa e institucional sobre a questão metropolitana, também destaca-se a emergência da macrometrópole paulista, uma proposição administrativa considerada como plataforma de integração de políticas públicas e ações articuladas para um território que compreende, além das RMs de São Paulo, Baixada Santista,

Cidade-Região Paulista. Em relação ao termo Macrometrópole, entende-se que este se refere à conformação “legal” estabelecida pela Emplasa para o estudo deste complexo metropolitano estendido. Já a cidade-região se traduz como um conceito que revela os processos estruturantes desta nova morfologia urbana. Neste caso, observa-se que as delimitações espaciais utilizadas para definir a extensão e as unidades pertencentes à Macrometrópole Paulista vêm sendo utilizadas neste trabalho como base (ou *proxy*) do que está sendo denominado neste estudo de cidade-região. Assim, mesmo reconhecendo que poderá haver críticas com relação a esta escolha metodológica – já que a delimitação destas áreas mereceria maior investigação e análise crítica⁸², pontua-se que esta não se perfaz como um impedimento para a análise da constituição desta morfologia pelo olhar demográfico, uma vez que também é possível observar a semelhança da composição espacial da MMP com outros estudos que identificaram a existência de uma nova forma no estado de São Paulo, tais como o Aglomerado Urbano-Regional Paulista de Moura (2009) e a Cidade-Região de São Paulo de Magalhães (2008) e Lencioni (2003a). Ressalta-se, que trabalhar com esta delimitação não significa aceitar que todos os municípios e cidades que compõem este arranjo de fato estão totalmente articulados a um sistema de fluxos, bem como possuem relações de complementaridade; mas significa ponderar que o uso da conformação "institucional" deste mega aglomerado não implica distorções a presente pesquisa. Por fim, com intuito de avançar na análise sobre esta nova morfologia, o tópico a seguir, ainda calcado na historicidade do fenômeno e no avanço do processo de metropolização do espaço, tem por objetivo analisar os processos engendrados na estruturação desta nova forma no estado de São Paulo.

2.2 Entre a coesão e a dispersão, a lógica da formação da Cidade-Região de São Paulo

Como visto no primeiro capítulo, o termo cidade-região foi proposto por Scott et al. (2001) para designar qualquer área metropolitana, ou conjunto contíguo de áreas metropolitanas, mais sua hinterlândia, formada por um conjunto de assentamentos dispersos, cuja economia interna e questões políticas têm fortes relações com questões extranacionais. As cidades-regiões globais funcionam, em síntese, como verdadeiros nós no sistema mundo, pois exercem grande influência em diversos territórios e possuem relações intrínsecas com

Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte, também as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a unidade regional de Bragança Paulista”.

⁸² Além disso, deve-se levar em conta que o fenômeno se encontra em sua fase inicial e provavelmente não se tem ainda a ideia completa do que será a realidade desta Macrometrópole nas próximas décadas.

várias partes do globo; são, portanto, pontos de luminosidade⁸³ (parafrazeando SANTOS, 2005), pois emanam todas as características do chamado Meio Técnico-Científico Informacional⁸⁴.

As cidades-regiões são frutos de processos sociais e urbanos hodiernos, mas que foram gestados no âmbito da estruturação das metrópoles fordistas-keynesianas. A extensão/dispersão do tecido metropolitano das metrópoles ditas industrializadas já era um prenúncio da formação desta nova morfologia. Concordando com Magalhães (2008, p. 9) pode-se dizer que “a cidade-região é a forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo, que apresenta continuidades e rupturas com os processos anteriores”. Assim, pensar no conceito cidade-região exige enxergar uma unidade espacial marcada pela multiescalaridade de fenômenos, já que esta forma se perfaz pela sobreposição de diversas escalas: local, regional, nacional e global; pois, no desenvolvimento desta espacialidade, estas escalas se “mesclam por meio de complexas relações que se desenvolvem em diversas direções e com alcances diferenciados” (LENCIONI, 2006, p. 74). Por envolver estas diversas escalas, pensar em “cidade hífen região⁸⁵” é trazer à mente o conceito de sinoikismo⁸⁶, exige pensar de maneira integrada, pois, “pensar a metrópole, a região metropolitana ou o entornometropolitano é pensar uma região, [...] pois mesmo⁸⁷ examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região” (LENCIONI, 2003a, p. 7).

Além de ser multiescalar em sua essência, a cidade-região se traduz e se constitui por um processo que possui uma lógica histórica. Elas nascem e estão intrinsecamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva e urbana, a flexibilização da acumulação do capital e das relações de produção, a adoção e expansão do uso das tecnologias de

⁸³ Milton Santos, ao analisar a expansão do Meio Técnico-Científico-informacional pelo território brasileiro, cunha os termos espaços luminosos e opacos. Para o autor “os espaços luminosos seriam aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais susceptíveis de participar de regularidades [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264).

⁸⁴ De maneira resumida, o Meio Técnico-Científico-Informacional seria “o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará em comum conteúdo de ciência e de técnica” (SANTOS, 2005, p. 37).

⁸⁵ O uso da expressão “cidade hífen região” teve como intuito parafrasear Lencioni (2003a). Segundo a autora, o simples emprego do hífen a contraposição ao uso de preposição, como por exemplo, cidade E região, já muda a conotação destas palavras. Assim, “cidade hífen região” passa a revelar o desenvolvimento de um arranjo territorial que se constitui numa manifestação sócio espacial do capitalismo contemporâneo.

⁸⁶ O sinoikismo refere-se a processos históricos ocorridos na Grécia antiga em que vários assentamentos se uniam e fundavam uma nova cidade ou entidade política.

⁸⁷ Grifo meu.

informação e comunicação, bem como a expansão do processo de metropolização que imprime novas características aos lugares, como visto no primeiro capítulo deste estudo. Vale lembrar que a expansão da metropolização do espaço, além de homogeneizar e levar para outros lugares as condições gerais de produção antes restritas às metrópoles e primordiais à reestruturação produtiva, também mudou a função urbana de muitas cidades e aglomerados (LENCIONI, 2003a). No caso da Cidade-Região de São Paulo, esta se conforma pelos processos citados anteriormente, ou seja, surge, principalmente, devido à reestruturação produtiva que desconcentrou a produção industrial para um raio de aproximadamente 150 km da capital paulista e integrou funcionalmente um conjunto de cidades e aglomerados em um único complexo regional.

Há de ressaltar que, mesmo a formação das cidades-regiões sendo um fenômeno estudado por muitos autores em diversas áreas do globo terrestre (SCOTT et al., 2001; PARR, 2005; HALL, 2001), a estruturação desta morfologia no Brasil – e em qualquer país localizado na periferia do capitalismo - reflete várias incompletudes e contradições, assim como a metrópole dita fordista no contexto destes países também se caracteriza pela incompletude, ou seja, as novas formas urbanas (quando comparadas com aquelas localizadas nos países desenvolvidos) revelam todas as incongruências do sistema econômico vigente. A incompletude das metrópoles ditas fordistas, bem como as incongruências das novas morfologias urbanas, relaciona-se ao modo que os sistemas de acumulação⁸⁸ se desenvolveram nos países periféricos. Por exemplo, Lipietz (1989), ao examinar o desenvolvimento do fordismo nos países “semi-industrializados”, propõe a noção de “fordismo-periférico”, o autor explica a questão da periferia no excerto abaixo:

Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo “periférico”, no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação a baixo preço para os capitalismos centrais (LIPIETZ, 1989, p. 119).

Destaca-se que foi no âmbito da expansão do fordismo periférico no Brasil que foram desenvolvidas as condições gerais de produção necessárias para constituição da Cidade-Região Paulista. Ainda sobre a constituição do fordismo nos países ditos

⁸⁸ De acordo Lipietz (1989) os regimes de acumulação compreendem um modelo de “realocação sistemática do produto, que administra, ao longo de um período prolongado, uma certa adequação entre as transformações das condições de produção e aquelas das condições de consumo” (LIPIETZ, 1989, p. 304).

subdesenvolvidos, pontua-se que sua formação inicial esteve relacionada às políticas de substituição de importação iniciadas na década de 1950. Já o apogeu deste modelo de industrialização taylorista/fordista ocorreu durante a década de 1970, neste período o modelo fordista periférico quase convergiu para o perfil dominante nos países centrais. Contudo, segundo Silva e Laplane (1994, p. 86) esta convergência não aconteceu devido à permanência de características relacionadas ao caráter periférico e tardio da industrialização brasileira.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a industrialização brasileira foi realizada e orientada pelo paradigma tecnológico-industrial norte-americano, mas que não houve a articulação de seus mercados e a sua institucionalidade sociopolítica segundo o modo de regulação fordista. Cabe salientar que, além destas questões pontuadas, o modelo de *welfare-state* implantado nos países centrais, o qual permitia uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, não foi implantado nos países periféricos (SANTOS, 2015).

De acordo com Lipietz (1989), o regime de acumulação introduzido na periferia do capitalismo de fato tratou-se de um modelo fordismo autêntico, pois foi acompanhado de uma genuína mecanização da produção e da instalação de um processo de produção em série, que propiciou a acumulação de maneira intensiva através do consumo de bens duráveis. Contudo, este modelo é periférico, pois “nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, dos postos de trabalho e de atividades produtivas mais nobres, esses países permanecem excluídos de incorporação nesses circuitos, sendo responsáveis apenas pela produção em larga escala das atividades mais banais do circuito produtivo fordista” (SANTOS, 2015, p. 214). Em outras palavras, é periférico porque se mantém dependente em aspectos tecnológicos aos países centrais e também porque o nível de emprego industrial é garantido por uma demanda formada por uma classe média local, pelo acesso parcial dos trabalhadores fordistas ao mercado e pelas exportações (SANTOS, 2015).

No mais, cabe salientar que a implantação deste sistema de acumulação não se deu de forma igualitária por todo território, ocorreu em lugares dotados de condições necessárias para a reprodução do capital, sendo estes lugares as metrópoles, parafraseando Lipietz (1989): o fordismo, colocando-se em condição periférica, sabe se instalar apenas nas metrópoles. A produção do espaço nos países subdesenvolvidos, pautada em estratégias advindas dos países centrais, gerou desigualdades internas. No caso brasileiro, levou a concentração da chamada “malha programada”⁸⁹ (BECKER, 1991) em pontos específicos do

⁸⁹ Becker (1991) define a malha programada como o conjunto de aparato técnico instalado no território brasileiro, por meio de diversos programas e projetos governamentais, instituídos principalmente durante o

território. Cabe salientar que estas disparidades influenciariam o aumento de fluxos tanto de investimento, quanto dos populacionais para as “metrópoles industrializadas”.

A despeito das desigualdades que permeiam o território brasileiro estas, de acordo com Oliveira (2003) e Santos (2004), não podem ser interpretadas de maneira dualista⁹⁰, ou seja, a produção econômico-social do subdesenvolvimento não se dá pela coexistência de áreas modernas e precárias esperando pela chegada da “modernidade”. Na realidade, o que se observa é que os ciclos de atividades econômicas (ciclo do açúcar, do ouro, do café etc) implantados no Brasil sempre foram alheios à própria realidade, ou seja, os longos ciclos de acumulação foram estruturados na periferia a partir das lógicas que emanam dos centros da economia-mundo. Esta inserção periférica ou, em outras palavras, esta inserção na economia mundo com funções voltadas para “fora”⁹¹, faz com que as transformações geradas por cada ciclo não sejam expandidas por todas as áreas. Assim, com as profundas reestruturações de ciclos econômicos, o que se percebe é a formação de um território “incompletamente organizado”⁹² (SANTOS, 2004). Com a existência de estruturas de ciclos anteriores convivendo com estruturas atuais, ou seja, as constantes “reestruturações impostas pela necessidade de entrada em novos ciclos provocam o abandono de projetos (de desenvolvimento urbano-regional) em curso, e o início da formulação de novos projetos sem que os anteriores tenham sido plenamente levados a cabo” (MAGALHÃES, 2008, p. 118). Para Santos (2004), a realidade dualista não pode ser aceita, pois o que se nota é a coexistência de dois circuitos da economia convivendo maneira dependente⁹³.

Por fim, cabe destacar que as incompletudes que caracterizam a metrópole constituída no fordismo periférico também se constituem no âmbito da cidade-região, pois da mesma maneira que estas metrópoles detinham espaços “modernos” essencialmente produzidos “para fora”, na cidade-região também é possível perceber a continuidade deste

período dos governos autoritários, que tinham por objetivo o controle técnico e político do território, bem como atendiam aos interesses hegemônicos.

⁹⁰ Santos (2004) desenvolve as críticas ao dualismo em **O espaço dividido**.

⁹¹ Na realidade, os espaços voltados “para fora” aqui são compreendidos como os espaços derivados, de acordo com Santos (2004) “[...] a cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos de espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Pelo fato de serem derivados, estes espaços se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimos aos sistemas representativos desses interesses distantes” (SANTOS, 2004, p. 104-105).

⁹² O termo espaço incompletamente organizado foi elaborado por Santos (2004) para definir o modo não homogêneo como todo aparato técnico se espalha pelo território brasileiro, e em geral pelo território dos países subdesenvolvidos. Por este aparato se localizar apenas em pontos específicos e por razões que obedecem à lógica do capital, a produção do espaço no subdesenvolvimento ela é organizada (porque tem uma lógica), mas ao mesmo tempo é incompleta (porque é seletiva).

⁹³ Sobre os dois circuitos da economia urbana ver Santos (2004).

padrão. Por exemplo, Mattos (2004) afirma que uma das características das novas morfologias urbanas é a produção/detecção de artefatos urbanos ou de centralidades voltadas à economia global, são espaços produzidos para fora derivados da realidade social vigente (SANTOS, 2004).

As cidades-regiões, portanto, ao mesmo tempo em que concentram tecnologias - atividades relacionadas ao “circuito superior da economia” (SANTOS, 2004) - ou seja, ao mesmo tempo em que elas emanam o Meio Técnico-Científico-Informacional por excelência; na periferia do capitalismo, elas ainda se perfazem como espaços “incompletamente organizados”, “derivados”, e “seletivos”⁹⁴ (SANTOS, 2004). Nas palavras de Magalhães (2008), o espaço incompletamente organizado se manifesta na cidade-região principalmente através de um tecido urbano espoliado sem as condições mínimas de reprodução ampliada da vida.

Por estar na periferia do sistema mundo, por ter os próprios processos e lógicas de constituição, torna-se necessário resgatar, mesmo que de forma breve, a história dos processos que influenciaram a constituição da Cidade-Região Paulista. Neste sentido, a próxima sessão analisará os pontos da história econômica e de produção do espaço do estado de São Paulo que possibilitaram a expansão do processo de metropolização e a integração funcional de uma parte do território paulista. Destaca-se que esta breve volta ao passado será realizada a partir da década de 1970, com intuito de analisar, principalmente, como se deu o processo de reestruturação produtiva e de expansão do processo de metropolização. Contudo, cabe lembrar que os processos históricos anteriores a década de 1970, tais como o ciclo do café, foram os que possibilitaram a concentração de certos aparatos técnicos nesta porção sudoeste do estado, e que também contribuíram para a estruturação da CRP.

A constituição da cidade-região paulista e suas condições gerais de produção: um breve resgate histórico:

Como visto anteriormente, a presente seção tem por objetivo analisar os processos inerentes à formação da cidade-região de São Paulo, levando em consideração que este “arranjo espacial” (HARVEY, 2001b) se apresenta como uma nova escala para acumulação. A cidade-região é a resposta geográfica do capital para vencer a crise de sobreacumulação do

⁹⁴ Na visão de Santos (2004), os espaços seletivos são os espaços da racionalidade. São áreas pontuais dotadas de técnicas e para o mundo completo.

fordismo, ou seja, a nova morfologia urbana é fruto da reestruturação⁹⁵ (social e econômica) que aconteceu na década de 1970 em todo o mundo. Apesar da crise do modelo fordista central⁹⁶ de produção, destaca-se que esta passou a ser evidenciada com a redução nas taxas de lucro e de produtividade de diversos setores industriais. De acordo com Lipietz (1989), a crise do modelo fordista ocorreu devido a questões regulatórias na escala nacional e internacional, sendo, a de nível internacional, a crescente internacionalização do sistema de acumulação fordista que equalizou a competitividade entre Estados Unidos, Europa e Japão. Este fato gerou um aumento no preço de muitas matérias primas, tais como o petróleo.

Na escala nacional, a queda do crescimento no ritmo da produtividade do trabalho levou diversas indústrias localizadas nos países centrais a migrarem parte de seus processos produtivos para os países periféricos a fim de contornarem, através de subcontratação, as crises relacionadas ao declínio da produtividade e aos problemas salariais. Esta migração comprometeu o equilíbrio do mercado interno dos países centrais, já que a regulação e crescimento dos mercados se relacionava a política de valorização salarial. Sintetizado, a queda na lucratividade da produção nos moldes fordistas “deveu-se a múltiplas causas vindas ‘do lado da oferta’: desaceleração da produtividade, crescimento do preço total do trabalho (inclusive o salário indireto do Estado-providência), crescimento da relação capital-produto, crescimento do preço relativo das matérias-primas” (LIPIETZ, 1994, p. 81). A interrupção de décadas seguidas de crescimento econômico levou a um quadro de recessão que impactou os países centrais e também, de modo mais eloquente, a economia dos países de fordismo periférico. Esta crise revelou a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de atuarem como modelo de desenvolvimento econômico e de regulação estatal, com intuito de resolverem as contradições do modelo capitalista naquele período (SANTOS, 2015).

A resposta à crise instaurada na década de 1970 foi uma profunda reestruturação no sistema de produção e de acumulação vigente. Observou-se, neste sentido, a passagem de um sistema rígido, baseado na produção em massa, para um sistema flexível⁹⁷. Contudo, essa

⁹⁵ De acordo com Ajonas (2015, p. 53) “o processo de reestruturação econômica corresponde à busca de um novo ajuste do modo de produção, após a deflagração de uma grande crise. No capitalismo, ocorre quando, após um período de franco crescimento, ele encontra limites à sua própria expansão. Não se trata, pois, de crises espacial e temporalmente restritas, também comuns no contexto capitalista, mas de crises abrangentes, estruturais, que exigem mudanças profundas nos padrões de acumulação e como sistemas de regras”.

⁹⁶ Lembrando que, de acordo com Lipietz (1989), o fordismo pode ser analisado por dois planos: como regime de acumulação e como princípio geral da organização do trabalho.

⁹⁷ Para Harvey (2011, p. 140): “A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões

reestruturação extrapolou a esfera produtiva e alcançou as relações de trabalho, bem como a divisão internacional e territorial do mesmo. Portanto, a reestruturação iniciada “apresenta uma dimensão claramente espacial na medida em que se encontra diretamente relacionada à mobilidade das empresas e, em corolário, às suas distribuições geográficas pelo globo e territórios” (REOLON, 2015, p. 407). De maneira geral, a reestruturação econômica iniciada na década de 1970 revela a busca do capital para resolver suas crises de sobreacumulação. Neste sentido, a crise do fordismo não pode ser interpretada como uma crise espacial e temporalmente restrita, fato comum no contexto do sistema capitalista, mas deve ser vista como uma crise estrutural que exigiu mudanças nas estruturas dos padrões de acumulação (AJONAS, 2015).

Em termos de práticas, esta reestruturação significou uma maior internacionalização do capital financeiro e produtivo, aliada a uma maior abertura e desregulamentação econômica de diversos estados-nações, afim de propiciar maior rentabilidade ao capital financeiro especulativo. Além da adequação das economias nacionais, constatou-se, também, uma flexibilização das leis trabalhistas com um aumento das chamadas terceirizações. Para Benko (1996), um dos pontos fulcrais da reestruturação ocorrida foram mudanças no mundo do trabalho com a desvalorização da força de trabalho, ou seja, “a questão dos salários está no cerne dos processos de saída da crise, porque faz parte a um só tempo da questão da demanda e dos custos” (BENKO, 1996, p. 32).

No campo da produção, o modelo rígido de produção fordista deu lugar ao modelo flexível, em que as indústrias desverticalizaram⁹⁸ a sua produção e passaram a adotar novas formas de organização espacial da produção. Além do mais, com a Terceira Revolução Industrial, notou-se o uso cada vez maior de novas tecnologias no domínio da produção, o que permitiu o aumento da produtividade e a redução no uso da força de trabalho. Observou-se, portanto, “a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica” (ANTUNES, 2014, p. 14). No Brasil, e em especial no estado de São Paulo, o setor automobilístico foi o que mais aderiu, bem como o que iniciou as reestruturações, observa-se que “já na década de 1970, a unidade da

de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”.

⁹⁸ De acordo com Lencioni (2003a, p. 3) “a desintegração vertical significa que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integradas numa mesma empresa ou numa mesma fábrica. A empresa quer constituindo um grupo econômico ou não, atua por meio de diversas unidades e tem na gestão do capital, ou seja, na direção e controle do capital, o elemento integrador da dispersão territorial de suas unidades”.

Volkswagen em São Bernardo do Campo, assim como outros notáveis setores diversos, tais como Johnson & Johnson, Embraer, General Electric, que procuram seguir a receita do modelo japonês” (OLIVEIRA, 2004, p. 84-85).

Pontua-se que, assim como o conjunto de práticas vinculadas ao fordismo tiveram impactos na dinâmica das cidades e regiões, o novo modelo de desenvolvimento (regime de acumulação flexível) também suscita transformações na produção do espaço das cidades, regiões, estados e países, bem como na dinâmica socioeconômica de cada espacialidade. Já que a adoção de novas práticas exigidas pela reestruturação econômica e produtiva envolve, por exemplo, novas formas de regulação econômica e de trabalho, os quais têm consequências diretas tanto no cotidiano dos indivíduos (o fazer a vida), quanto nas relações de poder nas mais diversas esferas.

No campo da organização do espaço, observou-se que a especialização flexível, ou seja, a desintegração vertical dos sistemas hierárquicos e rígidos dos sistemas de produção fordista foi acompanhada por uma mobilidade do capital e uma especialização dos lugares. Em outras palavras, a desintegração do processo produtivo ocasionou, em primeiro lugar, a diminuição da participação relativa de muitas regiões na concentração e produção industrial. Em segundo lugar, acompanhado desta desconcentração, ocorreu a especialização produtiva⁹⁹ dos lugares (SOJA, 1993). Tais fatos mudaram a organização espacial das cidades e regiões. Soja (1993), ao analisar a evolução das formas urbanas, da cidade mercantil a administrada pelo estado fordista, ressalta que a forma que emerge do modelo flexível ainda está se moldando, para o autor “à medida que essa reestruturação contemporânea vai avançando, ela está desarticulando não apenas o tecido urbano, mas também o arcabouço de interpretação crítica do desenvolvimento capitalista¹⁰⁰” (SOJA, 1993, p. 222).

No Brasil, o estado de São Paulo foi o principal palco das reestruturações iniciadas na década de 1970. Portanto, é devido a este fato que a Cidade-Região Paulista se apresenta como a morfologia urbana mais eloquente do país, já que este “arranjo espacial” (HARVEY, 2001b) é fruto dos processos econômicos e socioespaciais aqui já citados. Contudo, a preponderância da reestruturação produtiva nesta unidade da Federação está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento do fordismo periférico de maneira mais

⁹⁹ Um dos exemplos desta especialização produtiva é a ocorrência de padrões de produção em um determinado contexto. No âmbito da CRP, observa-se que várias cidades e aglomerados foram se especializando em determinados nichos de produção afim de atender setores maiores

¹⁰⁰ Para Soja (1993), as mudanças na produção do espaço urbano com a reestruturação produtiva, exigem novos escopos teóricos e até uma reafirmação, bem com uma reformulação da teoria da economia política urbano, dentro da perspectiva da sociologia urbana marxista. Já que estas formulações estavam em grande parte preocupadas com a forma e os processos urbanos oriundos do regime de acumulação fordista.

expressiva nesta espacialidade, já que o estado de São Paulo detinha (e ainda detém) a maior concentração industrial, mercado e força de trabalho. Porém, sobre esta concentração industrial, há de se pontuar dois aspectos: primeiro que o estado atuou de maneira proeminente como indutor desta concentração através da criação de condições gerais de produção; segundo, que esta aglutinação só foi possível devido ao deslocamento do eixo dinâmico agroexportador, baseado na economia cafeeira, para o industrial (NEGRI, 1996).

A industrialização brasileira, portanto, começou a ser estruturada após a crise de 1929, e tem seu epicentro na capital paulista. Como visto, o início da formação de sua economia industrial foi impulsionado pelo dinamismo da economia cafeeira. Segundo Cano (1988) foram os excedentes do ciclo de acumulação cafeeira que propiciaram o *start* de industrialização e de modernização socioespacial. Assim, foi a partir de 1930 que a cidade de São Paulo passou a se tornar a principal centralidade, tanto econômica quanto no âmbito da rede urbana. De acordo com Lencioni, (1999, p. 30) a partir de 1950 “o binômio fábrica e cidade industrial se consagrou em São Paulo”. Neste contexto, ressalta-se que o processo de metropolização do espaço no estado de São Paulo ocorreu em conjunto com a industrialização, ou seja, a metrópole paulistana acompanhou a *pari passu* o ritmo e o desenvolvimento da indústria. Observou-se que, ao longo do processo de desenvolvimento e expansão industrial, a metrópole paulistana foi se transformando e expandindo o seu tecido urbano¹⁰¹. Em suma, notou-se o derramamento da indústria e da população para os municípios periféricos da cidade de São Paulo, tais como aqueles localizados no ABC(D) paulista, este foi o período áureo do desenvolvimento do modelo fordista periférico no Brasil. Para Negri (1996), este foi o início da industrialização pesada no país com uma intensa concentração da produção em São Paulo como já visto.

Neste período, aprofundou-se a concentração econômica no estado de São Paulo, ou seja, as disparidades regionais foram reforçadas durante o desenvolvimento do fordismo periférico. Ademais, as desigualdades, tanto a nível regional, quanto na própria região

¹⁰¹ Ressalta-se que a periferação da cidade de São Paulo (ou seja, a expansão de seu tecido urbano) seguiu de acordo com Kowarick (1983) “a lógica da desordem”, para o autor o crescimento da cidade de São Paulo se deu juntamente com a expulsão da população de baixa renda para as áreas e municípios periféricos. Tal expulsão foi devido ao preço que a terra detinha nas áreas centrais do município. Esta expulsão levou o autor a cunhar o termo *espoliação urbana*, para ele: Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de *espoliação urbana*: é somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. Na Grande São Paulo são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação (KOWARICK, 2000, p. 22).

metropolitana, passaram a ser mais incipientes e a demonstrar toda a lógica perversa do desenvolvimento deste modelo de acumulação. Na década de 1970, enquanto o fordismo central apresentava desgastes e sinais de crise, no Brasil, o modelo periférico estava em seu auge. De acordo com Santos (2015), os altos índices de produtividade e lucratividade em São Paulo estavam relacionados à ação das economias de escala e a concentração das atividades econômicas, portanto, o sucesso do fordismo periférico associava-se ao desenvolvimento das economias de aglomeração (SANTOS, 2015).

Contudo, na metade da década de 1970, o fenômeno de economias de aglomeração começou a evidenciar suas externalidades negativas, a concentração urbana passou a apresentar desvantagens para a acumulação do capital. Assim, questões como “perda de tempo nos trajetos por causa de intensos congestionamentos, poluição, aumento dos custos de manutenção das plantas industriais, aumento do preço do solo metropolitano, entre outros” (SANTOS, 2015, p. 236), passaram a ser um empecilho para manutenção de diversos setores produtivos na metrópole. Em São Paulo, notou-se um conjunto de ações que fomentaram a desconcentração¹⁰² da atividade produtiva da RMSP em direção ao interior e a outros estados, com intuito de combater estas deseconomias. Todavia, há de salientar que este processo de desconcentração, muito impulsionado por ações do Estado, já evidenciava o desgaste do modelo fordista periférico e a necessidade de uma reestruturação econômica e produtiva.

Foi em meados da década de 1970 que o fenômeno da desconcentração industrial passou a ser notabilizado, de acordo com Negri (1996), no início de 1970 o Valor de Transformação Industrial (VTI) da Região Metropolitana de São Paulo em termos percentuais era de 74,7%, já em 1975 o VTI passou para 69,4% e, dez anos depois (1985), alcançou o percentual de 56,6%. Grande parte deste declínio na RMSP se deve a decréscimo do VTI no município sede região, que passou de 54,8% para 29,8% entre 1970 a 1985. Porém, a mesma queda não foi observada no entorno da região, que aumentou sua participação no VTI, saltando de 19% para 26,8%, entre os dois períodos citados anteriormente¹⁰³. Entretanto, foi no interior do estado de São Paulo que se deu o maior aumento em termos percentuais no Valor de Transformação Industrial, este cresceu 18 pontos percentuais em quinze anos,

¹⁰² Desconcentração esta que deve ser relativizada, pois, como visto anteriormente, não atinge todas as áreas. Autores como Diniz e Crocco (1996); Araujo; Mora e Dias (2011) e Azzoni (1993) discutem os limites do processo de desconcentração.

¹⁰³ Como se verá adiante, não se pode considerar que não havia produção industrial no interior antes do processo de desconcentração, tal como ressaltado por Lencioni (1999). Na realidade, este “interior”, que por vezes aparece entre aspas, e no qual indica uma área interiorana não muito longínqua da capital paulista, antes da desconcentração produtiva já detinha de um desenvolvimento industrial endógeno.

passou de 25,3% em 1970 para 43,4% em 1985. Tais fatos revelam que o interior do estado de São Paulo passou cada vez mais a ter importância no tocante à produção industrial.

Ainda de acordo com Negri (1996), os principais determinantes deste processo de desconcentração da indústria se devem a intensa atuação do Estado. Do ponto de vista das políticas públicas, o discurso estava alicerçado na “imperiosa” necessidade de desenvolver o “interior”-bem como outras regiões do país-afim de diminuir as desigualdades regionais que, em síntese, foram criadas e aprofundadas com expansão do fordismo periférico (este desenvolveu-se preferencialmente com maior pujança na RMSP, por razões aqui já citadas).

Assim, o que se notou foi a atuação do Estado no processo de desconcentração industrial, tanto no plano intrametropolitano (ou seja, na capital paulistana), com o Estado passando a adotar políticas restritivas no âmbito do zoneamento urbano para inibir a implantação e ampliação de novas plantas industriais; quanto no plano estadual e nacional, em que o governo (Estadual e Federal) fomentou- através de diversos planos - a interiorização da indústria e a integração nacional. Assim, em síntese, os principais planos que fomentaram a desconcentração industrial foram:

- Plano rodoviário de interiorização do desenvolvimento: este foi um plano do governo do estado de São Paulo que objetivou melhorar e ampliar as redes de circulação do estado, através da criação de novas vias, bem como pavimentação e duplicação de muitas rodovias já existentes. De acordo com Negri (1996), esta ampliação e melhoria na rede de circulação do estado, estavam centradas principalmente nos eixos que faziam ligação da metrópole com o interior. Na realidade, a implantação deste programa seguiu “o que se dominava ‘tendências naturais’ do processo de expansão industrial” (NEGRI, 1996, p. 183) advindo da RMSP.
- Programa de cidades médias: o programa de interiorização das cidades médias fez parte de um conjunto de políticas públicas estaduais, que tinha por objetivo, através do investimento em infraestrutura, tornar o “interior” do estado atrativo para alocação industrial. Neste sentido, cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Americana, São Carlos, Piracicaba, Limeira, Jacareí, Jundiaí, Araraquara, Ribeirão Preto, entre outras, receberam vultosos investimentos públicos, para que estas pudessem ser receptoras de investimentos industriais privados (NEGRI, 1996).

- Plano Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND): Os programas nacionais de desenvolvimento tinham por objetivo equalizar as disparidades regionais das outras regiões em relação ao Sudeste, mas este acabou fomentado essas disparidades. De acordo Becker (1991), os diversos PND's criaram toda a “malha programada” que permitiram que a cidade de São Paulo expandisse seus *linkages* por todo território brasileiro e se tornasse o principal nó da rede urbana nacional. Neste sentido, os investimentos federais contribuíram para a desconcentração da indústria de maneira indireta e direta. No primeiro caso, houve os fomentos na rede de telefonia, como a implantação dos sistemas DDD e DDI, alocação de investimentos do BNDS para expansão das redes viárias, entre outros – que criaram condições para que o interior pudesse receber diversas plantas indústrias. Diretamente, o Governo Federal instalou em cidades como São José um complexo voltado para indústria aeroespacial, tais como a EMBRAER, ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) CTA (Centro de Tecnologias Aeroespaciais) e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Em Paulínia, instalou a refinaria de petróleo; em Campinas o CTI (Centro Tecnológico para Informática), perto da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que também foi criada pelo governo do estado neste período. Estes só foram alguns dos investimentos realizados no âmbito do Governo Federal e Estadual que propiciaram a dispersão industrial.

Sobre este processo de desconcentração industrial, reafirma-se que este só se concretizou, devido à intensa ação do Estado no processo de criação de condições gerais de produção necessárias a esta reestruturação do setor produtivo industrial, sendo um dos exemplos de ação do estado o fortalecimento e ampliação das vias de transporte e de comunicação, como já citado. Estes investimentos nas vias de transporte permitiram: o maior escoamento do processo produtivo, o aumento das trocas e vendas de matérias primas e produtos, bem como facilitou as trocas de informação entre as unidades produtivas. Do ponto de vista espacial, o aumento no número dos fluxos imateriais e materiais entre as unidades produtivas que se dispersaram pelo território de São Paulo possibilitou uma maior integração funcional das áreas que participaram deste processo. Neste sentido Lencioni (2003b) pontua que:

O fato é que o espraiamento da atividade industrial diluiu relativamente a concentração da atividade industrial na cidade de São Paulo e na região metropolitana ampliando-se territorialmente. Sim, ampliou a concentração territorial da indústria, por isso mesmo produziu uma desconcentração industrial. Mas jamais se descentralizou (LENCIONI, 2003b, p. 467).

É preciso salientar que o fenômeno observado no estado de São Paulo foi uma desconcentração do processo produtivo e não uma descentralização. Torna-se necessário pontuar as razões do uso do adjetivo “desconcentrada” para qualificar o processo de espraiamento da indústria paulistana em direção ao interior. Em síntese, a razão reside no fato que não se verificou, neste movimento, uma descentralização das atividades de comando do processo produtivo para o interior, já que “cada vez mais a propriedade jurídica do capital se centraliza em poucas mãos; e, em segundo lugar, porque do ponto de vista espacial, reafirma-se, mais e mais, a cidade de São Paulo como centro, ao concentrar as atividades de comando do capital” (SANTOS, 2015, p. 238). Portanto, São Paulo cada vez mais reafirma sua posição de centralidade (um nó) na rede urbana nacional e na rede de cidades mundiais ao concentrar as atividades de gestão do setor produtivo e do capital especulativo. O que se verifica é uma desconcentração dos processos produtivos para o interior, e o reforço as atividades de comando na cidade de São Paulo, onde é possível verificar o aumento no “número de escritórios e sedes de empresas, bem como de serviços especializados (serviços financeiros, de consultoria, legais, etc.) disponíveis para atender as demandas por trabalho qualificado que as atividades de gestão requerem” (AJONAS, 2015, p. 61).

Há de se ressaltar, novamente, que o fenômeno de desconcentração industrial perpassado em São Paulo é uma das faces do processo de reestruturação do modo de acumulação capitalista, para que este mantenha sua lógica de reprodução e extração do lucro. Deste modo, a desconcentração adentra a lógica da reestruturação produtiva, que como visto anteriormente, foi uma das formas de adequação do capital para vencer a crise de sobreacumulação ocasionada pelo fordismo. Com relação à reestruturação produtiva, e também da expansão do processo de metropolização, Lencioni (2003a) sublinha que a compreensão destes fenômenos passa pelo entendimento de sua lógica histórica e na análise de dois elementos: a dispersão territorial da indústria, que diz respeito a desverticalização dos sistemas produtivos, e a criação de condições gerais de produção que, como visto, em grande medida foram fomentadas ou produzidas pelo Estado.

Ainda sobre a desconcentração produtiva ocorrida no estado de São Paulo é imprescindível, também, discutir a natureza deste fenômeno no que tange seu alcance espacial. Para Lencioni (2003a), a compreensão dos limites da dispersão territorial da

indústria pelo território de São Paulo é subjacente ao entendimento de que as condições gerais de produção¹⁰⁴ não estão concentradas de maneira homogênea pelo território, portanto, a dispersão territorial vai até onde o processo produtivo encontra condições necessárias para se reproduzir. É notável que as chamadas revoluções tecnológicas, o aumento das redes materiais de circulação possibilitaram uma maior liberdade da localização dos setores produtivos, contudo, existem CGP's que imprimem uma finitude à dispersão territorial da industrial, tal qual disserta Lencioni:

De fato, a revolução dos transportes permitiu esse desenraizamento da indústria em relação àqueles fatores de produção industrial, mas os olhos do presente devem enxergar a emergência de outras condições gerais de produção que estão, em grande parte, adensadas na metrópole e no seu entorno mais próximo e que territorializa a indústria característica desse novo momento. Embora possamos dizer que uma série de equipamentos e serviços, como por exemplo, o fornecimento da energia industrial – uma condição geral indispensável à atividade industrial – esteja presente em todo território paulista, há condições gerais que não estão homogeneamente distribuídas. E são essas um limite para a dispersão territorial da indústria e o segredo da formação de um complexo industrial com novas características. Essas condições, por exemplo, dizem respeito a um mercado de trabalho altamente qualificado exigido pelo emprego de alta tecnologia, às condições gerais relativas à pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, à um eficaz sistema de circulação viária e de aeroportos internacionais, às possibilidades de realização da fluidez das informações, à presença de centros de tecnologia e a um expressivo mercado consumidor (LENCIONI, 2003a, p. 4).

Neste advento de desconcentração do processo produtivo, muitas localidades do interior do estado de São Paulo viram seus indicadores de produção industrial crescerem a medida que os mesmos indicadores de produção da RMSF foram declinando. Contudo, há de se fazer duas considerações: primeiro, é que em termos absolutos a Região Metropolitana de São Paulo ainda continua concentrado o maior número de indústrias. Na realidade, o que se observou é que - em termos produtivos - o interior aumentou sua participação relativa na produção industrial e também na detenção de indústrias. Segundo, ao falar de desconcentração, não significa que as áreas impactadas com este fenômeno não detinham de setores produtivos, as aglomerações como a Região Metropolitana de Campinas, São José dos Campos, entre outras, já possuíam um desenvolvimento industrial, entretanto, com a reestruturação produtiva, verificou-se o aumento da participação relativa destas áreas no processo produtivo, bem como uma mudança nas funções exercidas por muitas dessas localidades.

¹⁰⁴ De acordo com Lencioni (2003a, p. 4) “a produção de condições que viabilizam não uma empresa em si, mas um conjunto delas a operarem. Essas condições gerais são de grande diversidade: desde equipamentos e serviços para o atendimento da reprodução da força de trabalho, bolsas e bancos para realizar a circulação comercial e financeira ou aeroportos e estradas para a circulação das mercadorias e das pessoas”.

Em outras palavras, este fenômeno de dispersão territorial da indústria transformou o mapa de concentração industrial no estado de São Paulo, bem como fomentou as mudanças na configuração espacial da produção que, a priori, engendraram a formação de uma nova morfologia urbana. Esta desconcentração, como visto, foi em direção a alguns aglomerados urbanos localizados próximo a RMSP e priorizou as cidades que detinham de condições gerais de produção para receber estas novas indústrias. O resultado, portanto, foi a emergência de uma área funcionalmente integrada e que responde as novas lógicas espaciais de reprodução do capital. A forma urbana fruto da reestruturação produtiva e da expansão do processo de metropolização no estado de São Paulo, se converge com expansão da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, que se esvai de maneira concentrada e dispersa ao longo dos principais eixos viários do estado no raio de 150 km aqui já referido.

2.3 As características da Cidade-Região Paulista

A desconcentração produtiva ocorrida no estado de São Paulo tinha por objetivo desadensar a atividade industrial da Região Metropolitana de São Paulo, e também do próprio estado. Entretanto, como visto por Souza (1978), este processo de desconcentração da indústria privilegiou os núcleos secundários do estado, tais como Santos, Campinas e São José dos Campos, isto é, regiões que já detinham um certo dinamismo e que se localizam a próximo a capital paulistana. Para autora, estes núcleos secundários passaram a ser atrativos para alocação da indústria, devido aos seguintes fatores: melhoria nas vias de comunicação com a cidade de São Paulo, bem como em outros conjuntos de infraestrutura, proximidade da capital e também por causa da própria deseconomias de aglomeração ocorrida na RMSP. Esta expansão da indústria para as regiões próximas a capital fez Souza (1978) perceber que no estado de São Paulo não estava ocorrendo uma simples desconcentração industrial para o interior, mas a formação de uma unidade regional que foi denominada por esta autora de Macrometrópole.

Sobre a formação deste megacomplexo regional, Lencioni (2003a) afirma que sua lógica de constituição não está vinculada apenas à desconcentração produtiva, ou ao declínio da produtividade industrial da capital, ou associada à reestruturação produtiva; a formação desta morfologia se caracterizaria por “uma nova lógica histórica de reprodução do capital”. Portanto, a Macrometrópole Paulista (ou o que aqui denominamos de Cidade-Região Paulista) é fruto da nova etapa de acumulação do capital (regime de acumulação flexível) que, “ao alterar as determinações das estratégias e práticas territoriais da indústria o fez reafirmando a

tradicional área industrial do interior paulista que, nesse processo, se dilui enquanto tal se metamorfoseando como território metropolitano” (LENCIONI, 2003a, p. 6). A contínua conformação deste complexo industrial metropolitano só vem sendo concretizada através do aumento e expansão dos fluxos materiais e imateriais, o que permite unir as espacialidades dispersas a um único sistema urbano através de um “espaço de fluxos”¹⁰⁵.

O aumento dos fluxos materiais e imateriais, bem como de suas redes, faz com que se una, a um único sistema urbano, desde empresas de um mesmo (ou diferente) grupo econômico - espacialidades inerentes à gestão do capital e outras responsáveis por outros momentos da produção - os aglomerados de diferentes portes populacionais e funções. O resultado desta conjugação de diversas espacialidades através de um espaço de fluxos é impresso em uma nova morfologia urbana de caráter urbano-regional, que se caracteriza pelo seu poder concentrador, tanto de pessoas, quanto de riquezas. Além do mais, esta nova forma urbana é marcada pela existência e pelo aprofundamento do que Santos (2008) denominava “espaços do mandar” e “espaços do obedecer”¹⁰⁶, já que, com a reestruturação ocorrida no estado de São Paulo, centralizou-se na metrópole paulistana, as atividades relacionadas a gestão do capital e da produção. Em síntese, o que se nota nesta porção do sudeste brasileiro é a formação de “um novo fato urbano de caráter metropolitano de dimensões inéditas” (LENCIONI, 2003a, p. 7).

A região que neste trabalho é denominada de Cidade-Região Paulista (CRP) e que engloba as áreas metropolitanas de São Paulo (RMSP), Campinas (RMC), Santos (RMBS), Vale do Paraíba (RMVPLN) e Sorocaba (RMS) e as aglomerações urbanas de Piracicaba e Jundiaí, assim como a unidade regional de Bragantina, caracteriza-se por ser um aglomerado urbano regional de caráter concentrador. A CRP, como dito anteriormente, é o novo espaço privilegiado para a acumulação do capital e, em um mundo cada vez mais globalizado, esta região busca maior conectividade com outros lugares do mundo, assim como busca ser um

¹⁰⁵ Como já visto anteriormente, o termo espaço de fluxos foi cunhado por Castells (1999a, p. 47.) a despeito desta terminologia o autor afirma: “Proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade”. De fato, o espaço de fluxos de Castells (1999a) diz respeito as trocas de informação, ou seja, aos fluxos topográficos. Todavia, este trabalho também utiliza o termo espaço de fluxos para caracterizar as territorialidades contemporâneas que também são marcadas cada vez mais pelo aumento da circularidade dos fluxos materiais.

¹⁰⁶ No entendimento de Santos (2008, p. 101) “Os espaços comandados pelo meio técnico científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer. O espaço global é oriundo de todos os objetos e fluxos”.

lugar apropriado para receber as pessoas e o capital do “tipo certo”¹⁰⁷ (por exemplo: as plantas industriais do tipo internacional).

Neste sentido, na conformação da Cidade-Região Paulista, além de novas áreas serem aglutinadas a esta morfologia através da expansão do processo de metropolização, da dispersão da indústria e dos fluxos materiais e imateriais; diversos municípios que se inserem na unidade da CRP expandem as áreas territoriais destinadas à produção industrial, entrando na lógica da guerra fiscal entre eles, também mudando não raras vezes, a paisagem local¹⁰⁸ de algumas zonas para atender os anseios das corporações. Tais mudanças acentuam cada vez mais a concentração da produção e da riqueza na CRP.

No tocante ao caráter concentrador da Cidade-Região de São Paulo, um aspecto que expressa esta característica é a concentração dos estabelecimentos industriais. De acordo com os dados da RAIS (2010), em 2010, cerca de 75% do emprego formal da indústria de transformação do estado, estavam alocados na RMSP e nas regiões de governo de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. Esta concentração pode ser facilmente observada a partir da FIGURA 6, que apresenta a participação relativa do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da indústria de transformação por município no estado de São Paulo. Através desta figura, verifica-se que aqueles municípios que, em 2010, detinham mais 40% do valor adicionado calcado na produção industrial, localizavam-se dentro dos limites da Cidade-Região. Esta constatação indica a pujança desta territorialidade no que tange à produção industrial, e desmistifica a tese de interiorização do processo produtivo, já que grande parte da riqueza gerada por este setor era produzida (e continua sendo) nos limites da CRP.

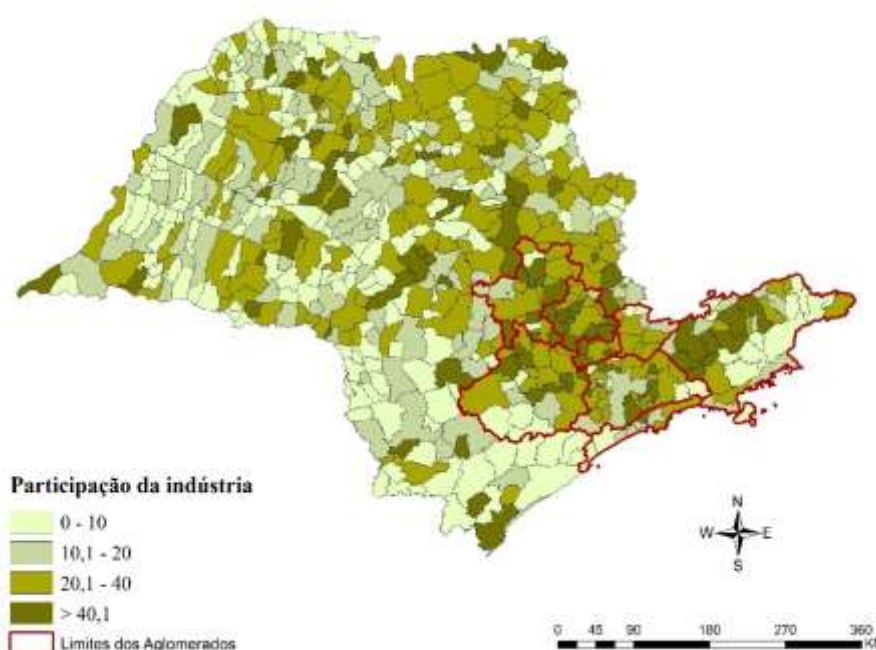
Na realidade, um dos pressupostos que demarca o presente estudo é que esta desconcentração e concentração dos processos produtivos, no pós década de 1970, em um raio de 150km da Região Metropolitana de São Paulo, conduziu à conformação da Cidade-Região. Esta expressiva concentração do setor industrial na CR é reafirmada por Lencioni (2003a) que, usando os dados da RAIS de 1996, pondera que, até este ano, mais de 70% dos estabelecimentos e do emprego formal gerados pela indústria de transformação estavam localizados na RMSP e na Região Administrativa de Campinas, o que para ela correspondia ao core da CR. Quanto à concentração de riqueza, Lencioni (2003a) ainda mostra que as cinco principais regiões administrativas que compunham a CRP, em 1996, produziram um PIB

¹⁰⁷ Fix (2007) nota uma crescente mudança nas metrópoles na atualidade, estas mudanças (tais como as renovações urbanas) se perfazem como um conjunto de ações para atrair cada vez mais o capital do tipo certo para continua reprodução e acumulação do próprio capital. Tal fato não diminui as desigualdades, pelo contrário, fomentam ainda mais a desigualdade e a segregação, já que o capital e as pessoas do “tipo certo” tendem a se concentrar em uma parcela específica do espaço urbano.

¹⁰⁸ Como é o caso do conjunto de renovações urbanas que ocorreram na Berrini e detalhado por Fix (2007).

equivalente a 250 milhões de dólares; o que representava 32% do PIB nacional, e cerca de 83% do PIB gerado em todo o estado de São Paulo. Há de se ressaltar ainda que as regiões de São Paulo e Campinas, juntas, geraram, no ano de 1996, mais de 75% do Produto Interno Bruto de todo o estado, o que reforça a afirmação destas áreas serem os principais núcleos desta morfologia urbana (LENCIONI, 2003a).

FIGURA 6 – Participação relativa da indústria de transformação no Valor Adicionado Fiscal Estado de São Paulo, 2010



Fonte: Fundação Seade (2010).

Ainda com o intuito de demonstrar o caráter concentrador da Cidade-Região Paulista, as FIGURA 7 e 8 apresentam a distribuição dos estabelecimentos industriais tradicionais e tecnológicas¹⁰⁹ para o estado de São Paulo nos anos de 1995 e 2005 (REOLON, 2015, p. 415; p. 422). Através deste conjunto de mapas, o trabalho de Reolon (2015) teve por objetivo analisar a distribuição dos estabelecimentos e do emprego no setor industrial em todo o estado¹¹⁰. Segundo este estudo, em 1995, cerca de 61 mil estabelecimentos industriais

¹⁰⁹ Reolon (2015, p. 411-412) “analisou a distribuição do setor produtivo no estado de São Paulo, através de dois grupos: o grupo industrial tradicional (“conformado pelas atividades de metalurgia, mecânica, elétrica e comunicações, material de transporte, madeira e mobiliário, papel e gráfica, borracha, fumo e couro, química, têxtil, calçadista e alimentos e bebidas”) e o grupo industrial tecnológico, que para o autor compreende o grupo de atividades que emprega mais inovação e que registra aumento da demanda global, sendo representativo das atividades de alta tecnologia”.

¹¹⁰ Ademais o autor também teve por objetivo averiguar as mudanças ocorridas na distribuição da produção industrial do estado de São Paulo com o ajuste fiscal implantado na década de 1990.

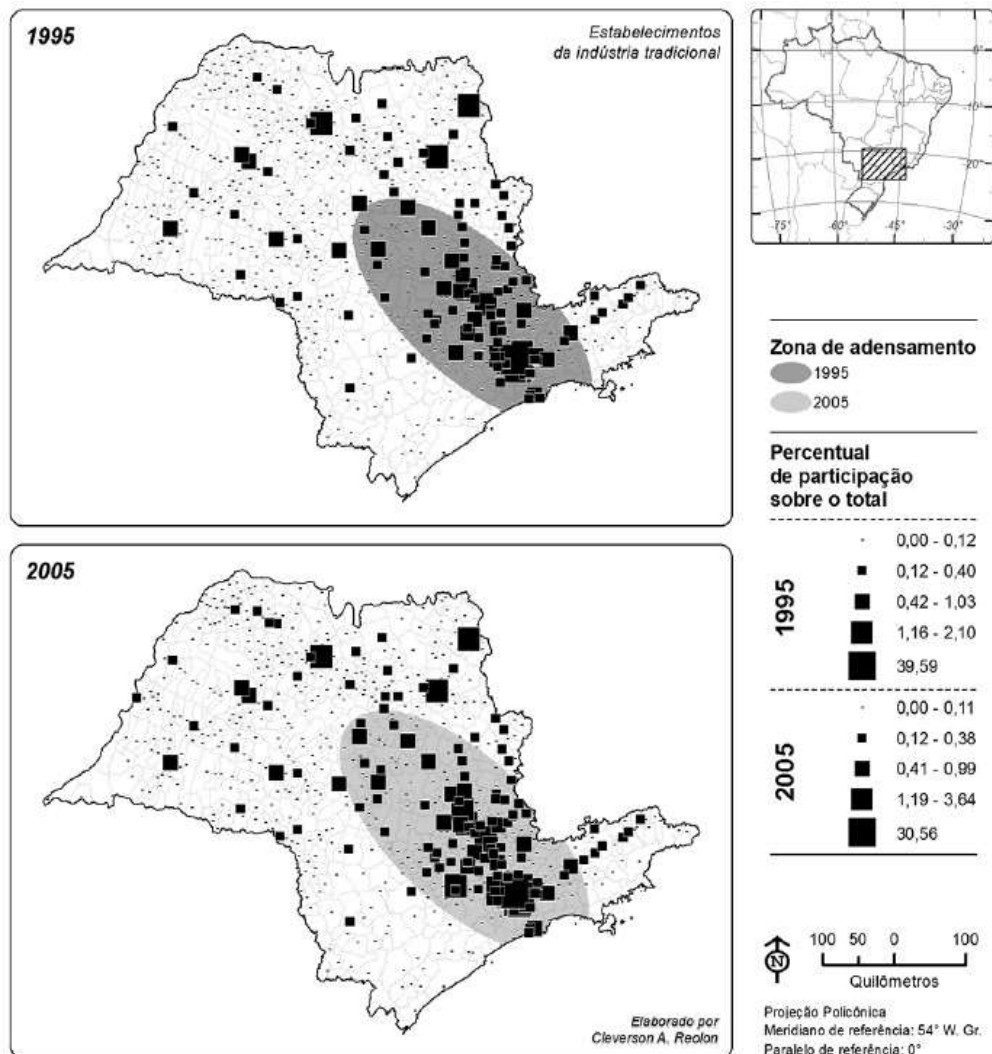
localizavam-se em SP; em 2005, este número passou para 66 mil, o que representou uma taxa de crescimento de 0,81% no quinquênio 1995/2005. Todavia, mesmo que o número de estabelecimentos industriais tenha crescido em termos absolutos, a taxa de crescimento destes, durante o período analisado por Reolon (2015), foi significativamente menor à taxa representada pela média nacional (2,92%).

De fato, o crescimento do emprego e do número de estabelecimentos industriais no estado de São Paulo vêm apresentado arrefecimento ao longo dos últimos anos, principalmente em função das crises das décadas de 1990 e 2000. Esta redução da participação da indústria na economia não é um fato inerente apenas ao estado de São Paulo, mas reflete o que ocorreu em todo país e no mundo de maneira geral, revelando um crescente ganho de importância do setor terciário no mercado de trabalho. Entretanto, por São Paulo deter o maior pólo industrial do país, a redução da participação da indústria neste estado vem sendo maior (SIQUEIRA, 2009).

Contudo, mesmo apresentando redução nas taxas de crescimento do emprego e dos estabelecimentos industriais, o estado de São Paulo ainda mantém sua hegemonia no que tange à concentração da produção industrial. No entanto, assim como a distribuição dos estabelecimentos e do emprego no setor industrial no Brasil é desigual, no âmbito do estado São Paulo esta distribuição também não é homogênea. Como se pode observar através da Figura 7, grande parte da indústria tradicional do estado de São Paulo, nos dois anos (1995 e 2005) analisados por Reolon (2015), estavam, em sua maioria, adensadas nas aglomerações de São Paulo, Campinas, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos, ou seja, na Cidade-Região de São Paulo.

Neste sentido, ao analisar os mapas transcritos na FIGURA 7, percebe-se que nos dois anos pontuados, o município de São Paulo diminuiu sua participação relativa no que diz respeito à concentração da indústria do tipo tradicional, passando de 39% em 1995 para 30% em 2010. Sublinha-se que esta redução na participação relativa do município, também gerou declínios na média da participação regional da RMSP. Porém, mesmo que a referida região metropolitana tenha diminuído o número de estabelecimentos do tipo tradicional, alguns municípios como Guarulhos, Santana do Paranaíba e Mauá aumentaram seu percentual de atuação na produção industrial do estado. Os outros recortes territoriais que apresentaram crescimento no número de estabelecimentos e no emprego do grupo industrial tradicional foram as regiões administrativas de Sorocaba, Campinas e São José dos Campos (em especial os municípios de Limeira, Santa Barbara d'Oeste e Sorocaba), isto é, as áreas circunscritas a CRP (REOLON, 2015).

FIGURA 7 – Distribuição municipal dos estabelecimentos do grupo industrial tradicional Estado de São Paulo, 1995 e 2005



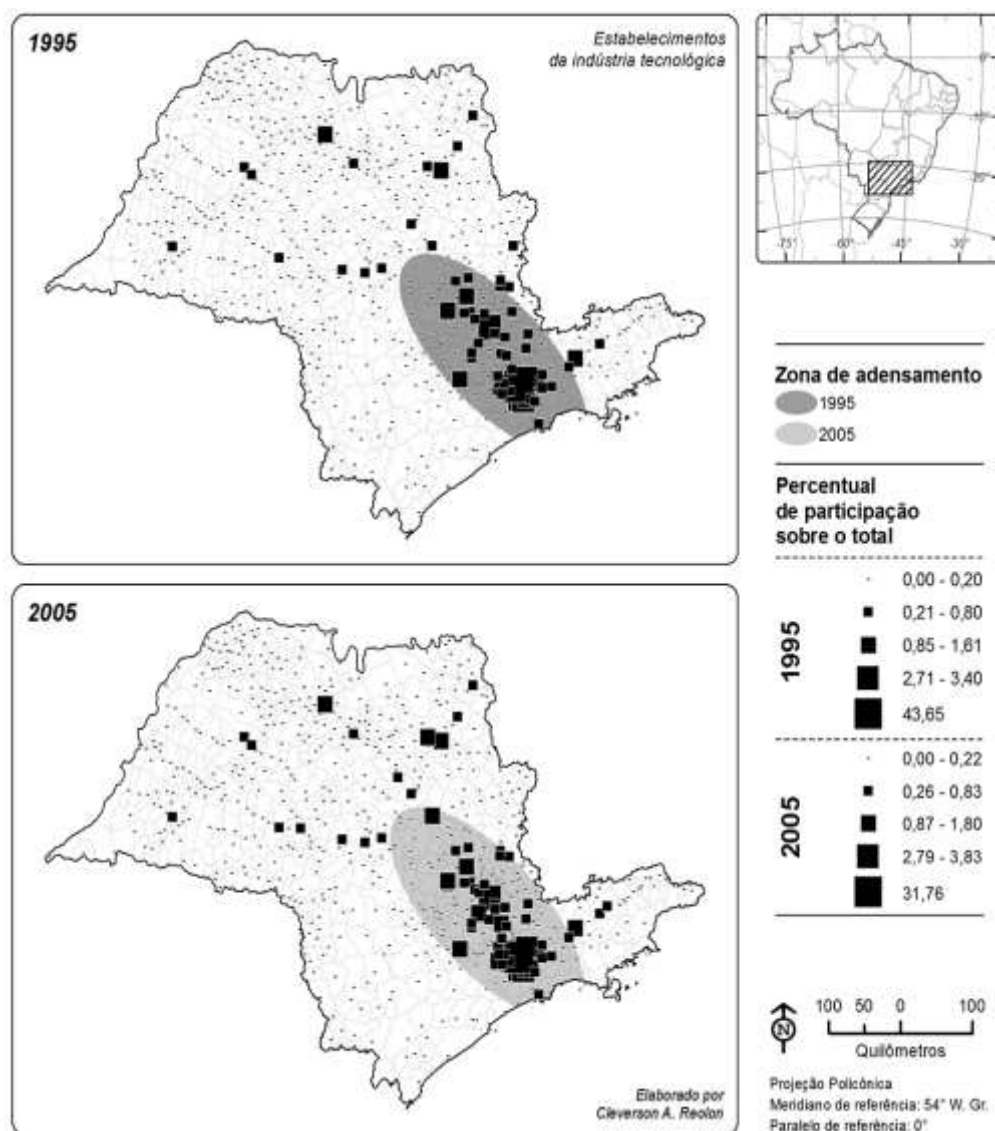
Fonte: Reolon (2015, p. 415).

No que diz respeito ao panorama da distribuição do setor fabril no estado de São Paulo, torna-se necessário enfatizar duas problemáticas que já foram previamente debatidas ao longo deste trabalho. A primeira questão se relaciona à finitude do processo de desconcentração da indústria. Como já foi discutido, o setor produtivo vem se desconcentrando e reorganizando suas plantas industriais ao longo das principais rodovias do estado de São Paulo, tendendo, principalmente, a se concentrar a uma distância de 150km da capital paulistana. Na realidade, a reorganização espacial da indústria se deu até onde havia condições gerais de produção necessárias para a produção e a reprodução da força de trabalho, bem como uma rede de solidariedade próxima de empresas que sustentasse o processo produtivo desverticalizado.

Outro ponto, a ser ressaltado, é que a desconcentração industrial não se enquadra no que se poderia dizer ser uma descentralização, já que descentralizar significaria mudar também os centros de gestão. Destarte, como destacado por diversos autores (CANO, 2007; AZONI, 1993), o que ocorreu no estado de São Paulo e no Brasil foi apenas desconcentração da produção que, em grande parte, estava adensada na Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, as atividades relacionadas à gerência e comando das grandes indústrias continuaram e se reforçaram cada vez mais na RMSPE e, principalmente na capital. Por fim, é preciso salientar que esta reorganização do setor de produção de bens não corrigiu os desequilíbrios regionais no que tange à concentração dos processos produtivos. As ações do Estado, que tinham por objetivo gerar uma equidade nos desequilíbrios regionais, aprofundaram ainda mais as desigualdades assim como seguiram e reforçaram as tendências de organização espacial do processo produtivo ditados pelo setor privado (REOLON, 2015).

Quanto à concentração do grupo industrial de alta tecnologia (Figura 8), Reolon (2015) destaca que este possuía um caráter muito mais concentrador do que as atividades incluídas no grupo tradicional, estando muito mais adensado no estado de São Paulo. Entretanto, mesmo tendo esta peculiaridade, as empresas que produziam e que usavam de alta tecnologia no processo produtivo também diminuíram sua participação relativa nesta UF. Dos 25.638 estabelecimentos incluídos neste grupo em 1995, 50% estavam alocados no estado de São Paulo, já em 2005, este percentual reduziu para 44% do total 33.334 estabelecimentos. Todavia, há de se ressaltar que, em termos de Brasil, mesmo com uma redução na participação relativa, o estado de São Paulo continua sendo o grande concentrador do grupo industrial de alta tecnologia.

FIGURA 8 – Distribuição municipal dos estabelecimentos do grupo industrial de alta tecnologia Estado de São Paulo, 1995 e 2005



Fonte: Reolon (2015, p. 422).

Através FIGURA 8 percebe-se que a zona de adensamento da indústria de alta tecnologia no estado de São Paulo, era, nos dois anos analisados, muito menor do que aquela observada para o grupo industrial tradicional, o que demonstra que esta atividade é bem mais concentrada territorialmente. De qualquer forma, para Reolon (2015), a indústria de alta tecnologia também tem apresentado uma certa desconcentração no âmbito do estado São Paulo, mas o recorte territorial de dispersão deste setor tem sido mais restrito à Cidade-Região¹¹¹. O autor ainda salienta que os municípios que mais apresentaram crescimento no

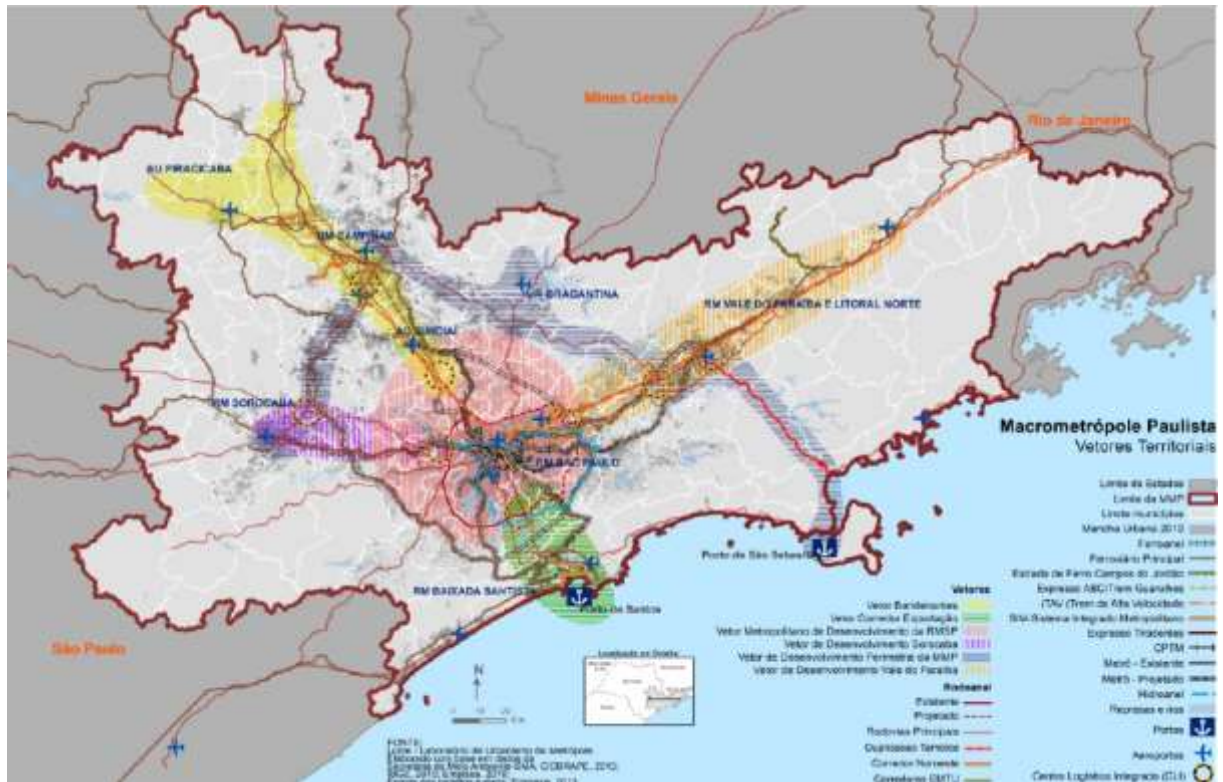
¹¹¹ A despeito da dessa concentração (REALON, 2015, p. 420) “esse ligeiro quadro sintetiza bem a dinâmica da redistribuição das atividades do grupo industrial tecnológico, considerando-se que, embora o interior do Estado tenha apresentado bom desempenho quanto à absorção de estabelecimentos e de empregos, o desempenho dos municípios localizados no recorte da macrometrópole foi ainda melhor”.

número de empregos e estabelecimentos no âmbito do setor tecnológico foram: Sorocaba, Hortolândia, Americana, Piracicaba, Rio Claro, Itatiba, Indaiatuba, Sumaré, Mogi Guaçu e Campinas.

Ainda em relação a este adensamento industrial, é preciso ressaltar que as indústrias de alta tecnologia tendem a se concentrar e reproduzir em grandes aglomerações (SASSEN, 1994). Também, verifica-se que, a partir do momento que as indústrias tradicionais foram se dispersando por uma área muito maior que a indústria tecnológica, esta última se concentrou cada vez mais em uma porção territorial específica do estado de São Paulo. Neste sentido, Reolon (2015, p. 86) sublinha “que o perfil da indústria do estado de São Paulo tem, de fato, alterado-se em função da maior presença relativa de unidades industriais fortemente intensivas em capital e tecnologia”. Por fim, é necessário ressaltar que toda essa dinâmica de desconcentração e rearranjo do setor produtivo no âmbito da Cidade-Região tem levado à formação de certos vetores territoriais de crescimento e expansão no espectro da CRP¹¹² (FIGURA 9). Estes vetores seguem as principais vias de circulação do Estado de São Paulo e adensam um conjunto de infraestruturas (tais como portos, aeroportos, centros de pesquisas, universidades, etc) que potencializam o compartilhamento de funções entre os aglomerados.

Considera-se, portanto, que este adensamento de infraestrutura, riqueza, produção industrial, alta concentração demográfica e a crescente a ampliação dos fluxos topográficos e topológicos evidenciam a formação da Cidade-Região e de seus eixos de expansão. Outra evidência é a existência de uma grande mancha urbanizada (cerca de 50% da mancha urbanizada do Estado se encontra na CR), que, embora não esteja totalmente conurbada, devido, sobretudo, às restrições físicas e à presença de áreas protegidas, é servida por um sistema viário e de transporte que propicia a articulação dos espaços urbanos e a integração funcional das estruturas produtivas neles inseridas, como pode ser observado através da Figura 9.

¹¹² Na realidade, são esses vetores que conformam a cidade-região.

FIGURA 9 – Vetores territoriais da cidade Região Paulista

Fonte: Emplasa (2014).

Ressalta-se que estes vetores de expansão, bem como a própria formação desta morfologia, têm gerado mudanças na rede urbana. Para Lencioni (2011), se antes a rede urbana tinha um padrão muito mais hierarquizado, agora, tem-se uma rede anastomosada¹¹³ com reforço ao policentrismo. Na realidade, as transformações econômicas geradas pelo processo de reestruturação produtiva levaram diversos agentes econômicos a buscarem novas alianças, mercados e posturas competitivas. Isto tem, cada vez mais, impulsionado à ampliação e diversificação das relações entre núcleos urbanos, as quais se multiplicam em diversos sentidos através dos fluxos topográficos e topológicos. Esta ampliação dos fluxos e relações tem sido mais contundente nas cidades que foram diretamente e fortemente influenciadas pelos processos de reestruturação produtiva que, a princípio, emanaram da capital paulistana no final do século XX em direção a um “interior” próximo.

Portanto, considera-se que a reestruturação produtiva implicou melhorias de infraestruturas e nos progressos tecnológicos gerados durante a Terceira Revolução Industrial,

¹¹³ Lencioni (2011) empresta o termo “anastomose” da biologia, para exemplificar a forma que a rede urbana passa a deter na atualidade. Para autora, a rede urbana está cada vez mais menos hierárquica e detém uma complexidade muito maior, por apresentar inúmeras interações. Nas palavras da autora: “A integração das escalas local, regional, nacional e global se processa, cada vez mais, de forma anastomosada, ou seja, se dá por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica piramidal e arborescente, típica das hierarquias urbanas tradicionais (LENCIONI, 2011, p. 147).”

além de influenciar na formação da Cidade-Região Paulista, gerou reflexos também na estruturação da rede urbana, tanto nacional, quanto do estado de São Paulo. Como ressaltado anteriormente, nota-se uma supervalorização das configurações anastomosadas da rede urbana, devido a uma equivalente supervalorização das telecomunicações, que, supostamente, teriam implodido com a estrutura hierárquica piramidal (padrão christalleriano). As técnicas, apesar de possibilitarem a real superação da estrutura piramidal (como vem acontecendo amplamente na expansão de mercados) e de conterem um potencial revolucionário de superação das hierarquias, não possuem autonomia. Elas são empregadas segundo os objetivos de agentes sociais, que constroem e dirigem as redes.

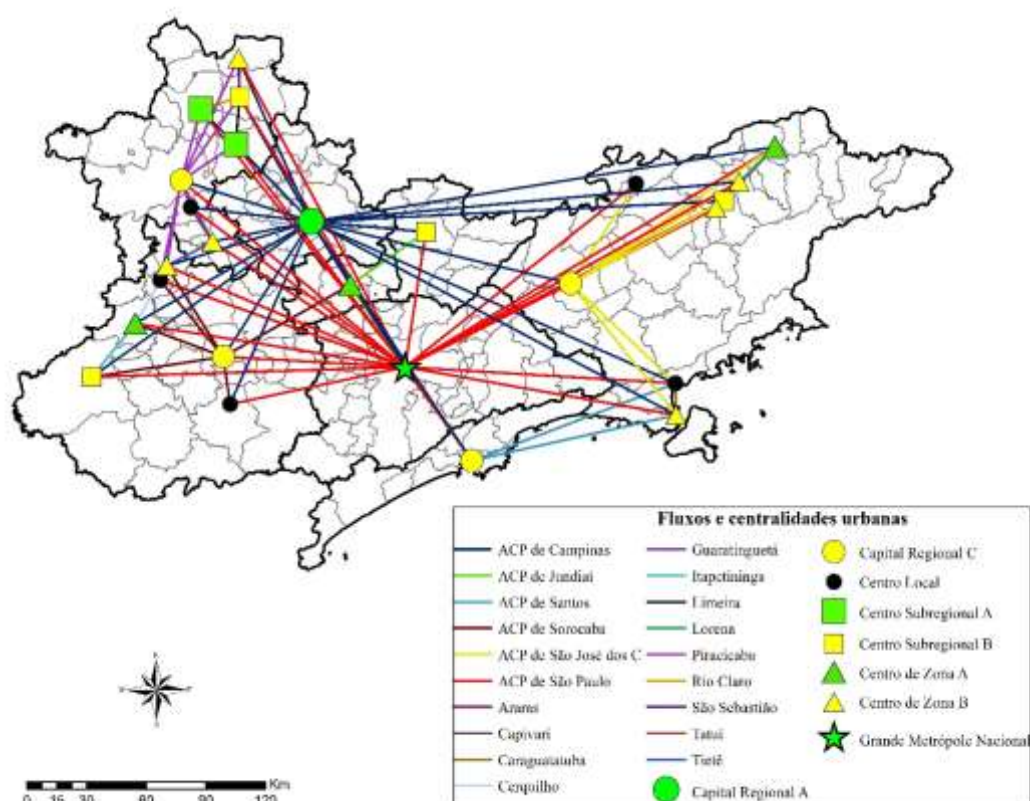
No caso do estado de São Paulo, onde se desenvolveu uma estrutura bastante completa da rede urbana, abrangendo vários níveis hierárquicos, o padrão christalleriano em forma de pirâmide era considerado, há algumas décadas, o mais próximo do verificável. Isto é, a maior quantidade de centros intermediários correspondia interações que seguiam, mais significativamente, as etapas sucessivas da hierarquia urbana; de modo a sustentar essa mesma estrutura, marcada por vários níveis de centralidade. Nas últimas décadas, todavia, a possibilidade de interpretação permitida pelo modelo declinou diante das possibilidades geradas pelo desenvolvimento dos transportes e comunicações, que permitem, por exemplo, interações diretas entre centros menores com a própria capital paulistana, sem a total necessidade de centros intermediários. Entretanto, como tem sido pontuado ao longo deste trabalho, o que se observa com as mudanças ocorridas com a ascensão de um novo regime de acumulação, novas formas urbanas e técnicas de trabalho, não é total obsolescência do regime e características do modelo anterior. No caso da rede urbana, vêm mudanças em sua configuração, mas ainda é possível observar estruturas hierárquicas em sua constituição.

Neste sentido, a despeito da configuração da rede-urbana (os dos *linkages*) da Cidade-Região Paulista, FIGURA 10 apresenta os principais fluxos e centralidades de sua rede-urbana, com base no IBGE¹¹⁴ (2008) de 2007. Através deste mapa, é possível observar

¹¹⁴ Os estudos que caracterizam a hierarquia de municípios no Brasil iniciaram em 1966, sendo denominados estudos das regiões de influência de cidades. Nestes estudos, foram medidos a intensidade de procura de bens e serviços em certas em diversas municipalidades, afim de estabelecer a hierarquia dos centros, bem com suas regiões de influência e polarização. Assim, foram definidas centralidades regionais, entre outras polaridades, mas principalmente foram definidos oito níveis de centralidades máximo, sendo eles: Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Quanto as outras três edições de estudo (IBGE, 1972; IBGE, 2000; IBGE, 2008), estas, mesmo usando de metodologias diferentes, procuraram também definir as centralidades e regiões de influência do território brasileiro. De acordo com o estudo realizado pelo Iparde (2009, p. 9) “a pesquisa de 2007 retoma a concepção dos primeiros estudos, estabelecendo uma classificação dos centros e a delimitação de suas áreas de influência. Classifica os municípios do Brasil em Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais, formando uma rede urbana comandada por São Paulo”. Por fim é preciso ressaltar que as mudanças macroeconômicas, as novas

que, assim como em todo país, a principal centralidade no âmbito da CR é a Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, verifica-se que localidades como Campinas também passaram a ter uma posição proeminente no âmbito da CRP, fato não apenas revelado pela classificação dessa região como Capital Regional A, mas também pela intensidade e o alcance dos seus fluxos.

FIGURA 10 – Abrangência da polarização das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo São Paulo, 2007



Fonte: IBGE (2007).

Por fim, a FIGURA 10 também é reveladora da multiplicidade dos fluxos que caracterizam a CRP, não apenas de São Paulo com os outros aglomerados, mas também destes últimos entre si, ainda que com intensidades bem menores. De fato, é necessário ressaltar que estes fluxos se tornaram mais intensos com as mudanças macroeconômicas ocorridas no Brasil e no estado de São Paulo. Conclui-se que a nova configuração da rede urbana (cada vez menos hierarquizada) marcada pela reestruturação produtiva, foi acompanhada também de uma nova fase do processo de urbanização, partindo agora para a

tecnologias de informação mudaram de certa forma a estrutura da rede de cidades no Brasil, neste contexto, torna-se necessário realizar novos estudos para compreender o impacto destas mudanças na hierarquia de cidades.

metropolização do espaço regional. Essa nova realidade, longe de ser marcada unicamente pela simplificação da rede urbana, dada pela tendência à maior centralização dos fluxos em poucos e determinados pontos do território, como é o caso de São Paulo, também pode ser caracterizada por uma multiplicidade de fluxos que, seguindo variadas direções, tornam a rede urbana cada vez mais complexa.

2.4 A dinâmica populacional da Cidade-Região Paulista

Ao longo do primeiro capítulo e também no decorrer deste, objetivou-se elevar a compreensão sobre as lógicas relacionadas à transformação nos ambientes metropolitanos e a formação de novas formas urbanas como a cidade-região. Mostrou-se que a morfologia urbana cidade-região é um “arranjo espacial” (HARVEY, 2013) inerente ao novo estágio de acumulação do capital, bem como demonstrou a ascensão de um novo fato urbano de caráter metropolitano (a cidade-região) no estado de São Paulo. Nesse sentido, o presente estudo preocupa-se em investigar se estas transformações têm reflexos também sobre as formas como a população se redistribui pelo espaço que, agora, se reorganiza com as mudanças nas lógicas de acumulação do capital.

Questiona-se, por exemplo, se o processo de desconcentração industrial e do emprego, favoreceu (e pode continuar favorecendo) a concentração e reconcentração da população. Ao considerar o caso brasileiro e, em específico o estado de São Paulo, observa-se que a reorganização do espaço produtivo nesta localidade, impulsionada pela reestruturação produtiva e por ações do estado, foi de fato acompanhada por significativas mudanças no processo de redistribuição espacial da população, sendo um dos exemplos o chamado (e discutível) crescimento das cidades de porte populacional médio¹¹⁵.

Sobre o crescimento desta categoria de cidades, torna-se necessário fazer algumas ressalvas. Neste contexto, o trabalho de Silva; Cunha e Ortega (2017) demonstrou que grande parte das cidades de porte populacional médio que apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média do estado de São Paulo estavam localizadas no perímetro da CRP. Esta constatação suscita que o crescimento desta tipologia de município não ocorreu por uma mera desconcentração ou interiorização da população, mas era (e ainda é) um fato inerente a conformação de uma nova forma urbana. Na realidade, um dos pressupostos defendidos neste estudo é que a dita desconcentração populacional, evidenciada no estado de

¹¹⁵ Estudos como Sposito (2007; 2010; 2011), Araujo; Moura e Dias (2011), entre outros autores, debruçaram sobre a questão das cidades média no Brasil.

São Paulo, não representou uma total desconcentração/interiorização, mas representou os movimentos de redistribuição espacial da população que estão relacionados à constituição da Cidade-Região de São Paulo¹¹⁶.

A despeito da emergência desta nova morfologia urbana e de suas relações com as transformações na dinâmica populacional, Limonad (2007, p. 147) afirma que, com as mudanças no processo de “acumulação, circulação e distribuição das atividades produtivas”, verificam-se, também, novos padrões de distribuição espacial da população. Uma destas mudanças, observadas por muitos autores (MATTOS, 2004; REIS FILHO, 2006), e que se perfaz por uma característica das metrópoles contemporâneas, é o crescimento das áreas perimetropolitanas¹¹⁷. Em relação às metrópoles brasileiras (como é o caso RMSP), desde a década de 1970 nota-se um expressivo crescimento das áreas periféricas de diversas regiões metropolitanas, o qual foi marcado principalmente pelo adensamento da população pobre nas bordas das RM's. Para pesquisadores como Reis Filho (2006) e Lencioni (2006), este fenômeno denominado de periferização da população já era um prenúncio de conformação da Cidade-Região de São Paulo. Entretanto, pontua-se que o crescimento das áreas de borda das regiões metropolitanas na atualidade tem ganhado novas nuances, continuando a apresentar aumento populacional, mesmo em tempos de baixo crescimento vegetativo e declínio nos fluxos migratórios.

De fato, agora, o movimento centrífugo da população não engloba apenas indivíduos de baixa renda, mas, também, verifica-se que as áreas periféricas, na atualidade, têm sido local de residência de uma parcela abastada da população, principalmente com a difusão dos chamados “enclaves fortificados¹¹⁸” (CALDEIRA, 1997) pelas áreas periféricas que, cada vez mais, fragmentam o tecido urbano. Além do crescimento das áreas perimetropolitanas, ao longo dos últimos anos observou-se que os aglomerados urbanos localizados ao redor da Região Metropolitana de São Paulo (núcleo principal da CRP), passaram a apresentar taxas geométricas de crescimento populacional superior à média regional (TABELA 4). São os casos, por exemplo, de regiões como a RMC, Sorocaba e Jundiaí. Na realidade, todos os aglomerados que compõem a CRP, com exceção da RMSP,

¹¹⁶ O trabalho de Silva; Cunha e Ortega (2017) objetivou analisar o papel das cidades de porte médio no processo de interiorização. Os autores notaram que as maiores taxas de crescimento populacional e os fluxos migratórios mais expressivos ocorreram em direção às cidades médias localizadas em RMs e AUs (em síntese na Macrometrópole Paulista), o que levou os autores a relativizarem processo de desconcentração e interiorização no estado de São Paulo.

¹¹⁷ Este crescimento das áreas perimetropolitanas (ou periurbanas) muito se relaciona à ação do mercado de terras, como se verá adiante.

¹¹⁸ Caldeira (1997, p. 155) definiu os enclaves fortificados como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho”.

apresentaram nos períodos analisados uma taxa de crescimento superior à média regional. Por exemplo, entre 1991 e 2000, a RMC cresceu a 2.5 percentuais ao ano, e no período posterior apresentou uma taxa de crescimento de 1.8% a.a. Isto é, uma intensidade de acréscimo populacional superior à da CRP como um todo e, sobretudo, da região metropolitana de São Paulo.

TABELA 4 – População residente censitária, grau de urbanização, peso relativo da população e crescimento populacional. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000, 2010

Aglomerados	População residente			Distribuição relativa da população			Crescimento populacional					
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	Total		Migratório		Vegetativo	
							1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
RMSP	15.444.941	17.878.703	19.683.975	66,7	65,3	64,1	2.433.762	1.805.272	-66.065	-277.064	2.499.827	2.082.336
RMC	1.874.235	2.348.059	2.808.906	8,1	8,6	9,1	473.824	460.847	204.383	233.761	269.441	227.086
RMBS	1.220.249	1.476.820	1.664.136	5,3	5,4	5,4	256.571	187.316	100.899	51.810	155.672	135.506
RMVPLN	1.651.594	1.992.110	2.264.594	7,1	7,3	7,4	340.516	272.484	80.441	67.690	260.075	204.794
RMS	1.257.240	1.602.909	1.871.162	5,4	5,9	6,1	345.669	268.253	145.459	108.155	200.210	160.098
AUJ	467.670	580.131	698.724	2,0	2,1	2,3	112.461	118.593	43.960	56.495	68.501	62.098
AUP	981.437	1.180.570	1.332.507	4,2	4,3	4,3	199.133	151.937	69.500	54.350	129.633	97.587
URBR	257.601	326.336	379.969	1,1	1,2	1,2	68.735	53.633	31.749	24.951	36.986	28.682
CRP	23.154.967	27.385.638	30.703.973	23.154.967	27.385.638	30.703.973	4.345.133	3.411.492	663.656	377.816	3.681.477	3.033.676

(Cont...)

Aglomerados	Taxas médias anuais				Peso relativo da migração no crescimento		Grau de urbanização		
	Taxa de crescimento		Migração líquida				1991	2000	2010
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010					
RMSP	1,6	1,0	0,0	-0,1	-2,7	-15,3	93,0	94,6	95,6
RMC	2,5	1,8	1,0	0,8	43,1	50,7	75,0	90,6	93,3
RMBS	2,1	1,2	0,8	0,3	39,3	27,7	87,9	99,1	99,5
RMVPLN	2,1	1,3	0,4	0,3	23,6	24,8	67,4	76,8	78,9
RMS	2,7	1,6	1,0	0,6	42,1	40,3	60,5	73,7	77,1
AUJ	2,4	1,9	0,8	0,8	39,1	47,6	78,4	85,4	89,8
AUP	2,1	1,2	0,7	0,4	34,9	35,8	75,5	86,3	89,7
URBR	2,7	1,5	1,1	0,7	46,2	46,5	54,7	65,4	73,5
CRP	1,90	1,16	2,38	1,21	15,27	11,07	74,5	84,4	87,6

Fonte: IBGE (Censos Demográficos, 1991; 2000; 2010).

Destaca-se que as expressivas taxas de crescimento populacional de muitos destes aglomerados se relaciona à dinâmica migratória que, como se verá no próximo capítulo, tem manifestado mudanças ao longo das últimas décadas. Assim, se no passado, os fluxos migratórios de longa distância ditavam o conteúdo da migração; na atualidade, com a redução do volume da migração em geral e da migração interestadual em particular, os impactos e a importância de outras modalidades migratórias se tornam mais evidentes (CUNHA, 2011). Logo, os fluxos de curta e média distância (tais como os intrametropolitanos e inter-regionais), ainda que em termos relativo, passaram a ganhar maior destaque.

Um outro aspecto notável, além do caráter concentrador da cidade-região, é a distribuição desigual da população nesta porção territorial. De acordo com os dados do último censo demográfico (2010), aproximadamente 75% da população no estado de São Paulo residia em algum município da cidade-região, o que demonstra seu caráter concentrador;

todavia, 64% da população residente na CR estava concentrada na região metropolitana de São Paulo, refletindo o quão desigual é a distribuição da população na cidade-região.

Mesmo que timidamente a RMSP venha experimentando uma redução na concentração relativa de sua população, fruto do decréscimo de sua taxa de crescimento demográfico, para níveis abaixo da média regional, é preciso ressaltar que a RM de São Paulo não diminuiu o seu contingente populacional ao longo das últimas décadas e, mais que isso, os incrementos demográficos decenais são incomparáveis frente a qualquer área do país. Na verdade, o baixo ritmo de crescimento que vem caracterizando a RMSP nos últimos anos, vincula-se basicamente às mudanças na dinâmica populacional (principalmente migratória) do município de São Paulo, pois observa-se nos municípios localizados no entorno da cidade de São Paulo um comportamento diferente, ou seja, de crescimento dos seus pesos relativos na cidade-região (TABELA 5).

Ao analisar a Tabela 5, verifica-se que, assim como a RMSP é caracterizada por um crescimento dos municípios periféricos superior ao município polo, configurando um típico padrão centrífugo de redistribuição centro-periferia, outros aglomerados da cidade-região também apresentaram o mesmo padrão de distribuição de suas populações, como é o caso da Região Metropolitana de Campinas¹¹⁹. Por exemplo, no decênio 2000/2010, enquanto o município polo da RMC cresceu a uma taxa de 1.1% a.a., as cidades localizadas ao seu redor apresentaram um valor superior a 2% a.a. Outro aspecto notável a partir da Tabela 5, diz respeito ao fato de que diversas RM's e aglomerados da CRP apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média regional e superiores a RMSP. Em outras palavras, os aglomerados considerados periféricos na cidade-região vêm crescendo mais que a principal região metropolitana da CR, o que sugere que o processo de redistribuição espacial da população partindo da metrópole paulistana em direção ao “interior” de São Paulo, especialmente para o seu interior próximo, continua intenso.

¹¹⁹ Cunha (2006) e Dotta (2015) analisaram como a população da Região Metropolitana de Campinas vem se redistribuindo em seu território, entre outros aspectos.

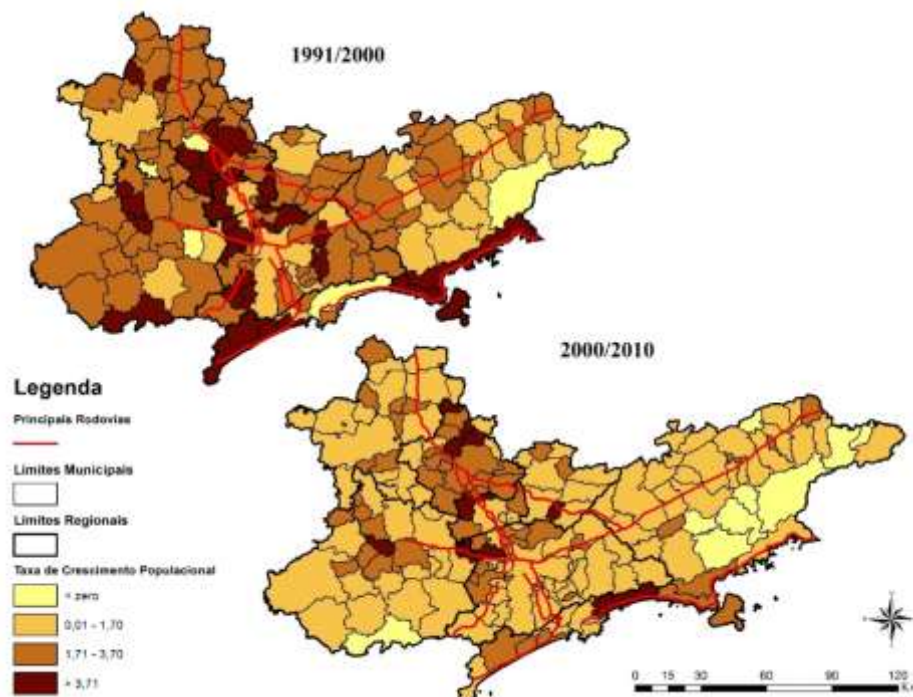
TABELA 5 – População Residente, peso relativo da população e crescimento populacional, município sede e entorno. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010

Aglomerados	População residente			Distribuição relativa da população			Crescimento populacional						Taxas médias anuais				Peso relativo da migração no crescimento	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	Total		Migratório		Vegetativo		Taxa de crescimento		Migração líquida		1991/2000	2000/2010
							1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010		
RMSP	15.444.941	17.878.703	19.683.975	66,7	65,3	64,1	2.433.762	1.805.272	-66.065	-277.064	2.499.827	2.082.336	1,6	1,0	0,0	-0,1	-2,7	-15,3
São Paulo	9.646.185	10.434.252	11.253.503	41,7	38,1	36,7	788.067	819.251	-616.564	-303.582	1.404.631	1.122.833	0,9	0,8	-0,7	-0,3	-78,2	-37,1
Demais Municípios da RMSP	5.798.756	7.444.451	8.430.472	25,0	27,2	27,5	1.645.695	986.021	550.499	26.518	1.095.196	959.503	2,8	1,3	0,8	0,0	33,5	2,7
RMC	1.874.235	2.348.059	2.808.906	8,1	8,6	9,1	473.824	460.847	204.383	233.761	269.441	227.086	2,5	1,8	1,0	0,8	43,1	50,7
Campinas	847.595	969.396	1.080.113	3,7	3,5	3,5	121.801	110.717	15.342	28.637	106.459	82.080	1,5	1,1	0,2	0,3	12,6	25,9
Demais Municípios da RMC	1.026.640	1.378.663	1.728.793	4,4	5,0	5,6	352.023	350.130	189.041	205.124	162.982	145.006	3,3	2,3	1,5	1,2	53,7	58,6
RMBS	1.220.249	1.476.820	1.664.136	5,3	5,4	5,4	256.571	187.316	100.899	51.810	155.672	135.506	2,1	1,2	0,8	0,3	39,3	27,7
Santos	428.923	417.983	419.400	1,9	1,5	1,4	-10.940	1.417	-33.996	-12.612	23.056	14.029	-0,3	0,0	-0,9	-0,3	310,7	-890,0
Demais Municípios da RMBS	791.326	1.058.837	1.244.736	3,4	3,9	4,1	267.511	185.899	134.895	64.422	132.616	121.477	3,3	1,6	1,4	0,5	50,4	34,7
RMVPLN	1.651.594	1.992.110	2.264.594	7,1	7,3	7,4	340.516	272.484	80.441	67.690	260.075	204.794	2,1	1,3	0,4	0,3	23,6	24,8
São José dos Campos	442.370	539.313	629.921	1,9	2,0	2,1	96.943	90.608	21.734	28.241	75.209	62.367	2,2	1,6	0,4	0,4	22,4	31,2
Demais Municípios da RMVPLN	1.209.224	1.452.797	1.634.673	5,2	5,3	5,3	243.573	181.876	58.707	39.449	184.866	142.427	2,1	1,2	0,4	0,2	24,1	21,7
RMS	1.257.240	1.602.909	1.871.162	5,4	5,9	6,1	345.669	268.253	145.459	108.155	200.210	160.098	2,7	1,6	1,0	0,6	42,1	40,3
Sorocaba	379.006	493.468	586.625	1,6	1,8	1,9	114.462	93.157	56.545	46.424	57.917	46.733	3,0	1,7	1,3	0,8	49,4	49,8
Demais Municípios da RMS	878.234	1.109.441	1.284.537	3,8	4,1	4,2	231.207	175.096	88.914	61.731	142.293	113.365	2,6	1,5	0,9	0,5	38,5	35,3
AUJ	467.670	580.131	698.724	2,0	2,1	2,3	112.461	118.593	43.960	56.495	68.501	62.098	2,4	1,9	0,8	0,8	39,1	47,6
Jundiaí	289.269	323.397	370.126	1,2	1,2	1,2	34.128	46.729	297	19.121	33.831	27.608	1,2	1,4	0,0	0,5	0,9	40,9
Demais Municípios da AUJ	178.401	256.734	328.598	0,8	0,9	1,1	78.333	71.864	43.663	37.374	34.670	34.490	4,1	2,5	1,9	1,1	55,7	52,0
AUP	981.437	1.180.570	1.332.507	4,2	4,3	4,3	199.133	151.937	69.500	54.350	129.633	97.587	2,1	1,2	0,7	0,4	34,9	35,8
Piracicaba	283.833	329.158	364.571	1,2	1,2	1,2	45.325	35.413	10.369	7.929	34.956	27.484	1,7	1,0	0,4	0,2	22,9	22,4
Demais Municípios da AUP	697.604	851.412	967.936	3,0	3,1	3,2	153.808	116.524	59.131	46.421	94.677	70.103	2,2	1,3	0,8	0,5	38,4	39,8
URBR	257.601	326.336	379.969	1,1	1,2	1,2	68.735	53.633	31.749	24.951	36.986	28.682	2,7	1,5	1,1	0,7	46,2	46,5
Bragança Paulista	108.980	125.031	146.744	0,5	0,5	0,5	16.051	21.713	843	10.717	15.208	10.996	1,5	1,6	0,1	0,7	5,3	49,4
Demais Municípios da RMBS	148.621	201.305	233.225	0,6	0,7	0,8	52.684	31.920	30.906	14.234	21.778	17.686	3,4	1,5	1,7	0,6	58,7	44,6
CRP	23.154.967	27.385.638	30.703.973	23,154,967	27,385,638	30,703,973	4.345.133	3.411.492	663.656	377.816	3.681.477	3.033.676	1,90	1,16	2,38	1,21	15,27	11,07

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

O crescimento populacional da Cidade-Região Paulista, assim como seus vetores de expansão, pode ser evidenciado através da FIGURA 11. A partir destes mapas, pode-se constatar que os municípios que registraram as maiores taxas de crescimento populacional nos dois períodos analisados foram aqueles localizados ao longo dos principais eixos viários da CRP (Eixo Anhanguera-Bandeirantes, Castelo Branco e Rodovia Presidente Dutra). Também é possível observar um vetor de expansão e crescimento populacional no sentido noroeste da CR, onde está localizada a Aglomeração Urbana de Jundiaí e a Região Metropolitana de Campinas. Outro fato notável no conjunto de mapas apresentado na FIGURA 11, é a significativa redução do crescimento populacional ao longo dos dois decênios considerados, com grande parte dos municípios pertencentes à CRP, crescendo a taxas inferiores a 1,7% a.a. nos anos 2000. Este fenômeno não se justifica apenas pela continuidade do declínio do número médio de filhos por mulher, mas também significativa redução nos fluxos migratórios.

FIGURA 11 – Taxa geométricas de crescimento populacional por município. Cidade-Região Paulista, 1991/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

A FIGURA 11 permite observar não apenas a reprodução do padrão de crescimento populacional centro-periferia em muitos dos aglomerados, mas também a configuração de uma clara contiguidade socioespacial deste crescimento nas áreas limítrofes dos aglomerados urbanos, como é caso, por exemplo, do que se observa no eixo que liga a

RMSP às aglomerações de Jundiaí e Campinas. É preciso pontuar que este processo de crescimento populacional dos municípios e das regiões que conformam a cidade-região, não reflete apenas a dinâmica de reestruturação dos arranjos produtivos, mas também se relacionam à dinâmica do mercado de terras¹²⁰, que atua, principalmente, na escala do espaço metropolitano (condicionando a chamada mobilidade residencial), mas também no espaço regional, como será visto no capítulo 3. Na realidade, na lógica da estruturação da metrópole contemporânea, têm-se novas maneiras de reprodução do espaço urbano, tais como movimentos de “extensão/expansão/dispersão” do tecido metropolitano que redefinem as relações centro-periferia (CARLOS, 2013, p. 35).

Através da continua expansão do mercado de terras, para além das áreas centrais das regiões metropolitanas, novas áreas vão sendo incorporadas às metrópoles e à cidade-região. Ao adentrarem na lógica urbana-metropolitana da CRP, através do uso da terra, estas áreas também passam a fazer parte de um espaço de fluxos, por suas possibilidades de se tornarem local de moradia ou de trabalho para uma população que cada vez mais se espalha pelo tecido metropolitano. Para Carlos (2013), estes movimentos de expansão e dispersão do tecido metropolitano caracterizam-se pela valorização e desvalorização de certas áreas da metrópole que não são lineares temporalmente, mas são contínuos espacialmente. Nas palavras da autora:

[...] o que se nota é um movimento de redefinição de centralidades na medida em que se expande através da constituição de novos centros de produção e consumo nas antigas franjas da metrópole. No centro como na periferia, o processo envolve um movimento de valorização (de novas áreas), desvalorização (das áreas centrais da metrópole, das antigas áreas industriais) e revalorização (de antigas áreas deterioradas ou com outros usos e funções). Esse movimento de valorização, desvalorização-revalorização das áreas da metrópole se realiza como movimento da produção/reprodução do espaço urbano da metrópole em dois momentos históricos distintos da acumulação capitalista, porém não lineares temporalmente e contínuos espacialmente (CARLOS, 2013, p. 38).

Cabe salientar, no entanto, que a dinâmica de crescimento e expansão do tecido urbano-metropolitano possui uma lógica distinta da lógica de estruturação da cidade-região.

¹²⁰ De fato, este trabalho não tem a pretensão, e por esta razão não realiza uma total discussão sobre a produção social do espaço urbano e suas relações com os agentes modeladores deste espaço. Portanto, não adentra a teoria da renda da terra e suas relações com a produção do solo urbano. Todavia, a presente tese assume que há um “mercado de terras” atuando na produção do espaço urbano, produzindo localizações e centralidades, influenciando na distribuição dos grupos sociais e sendo fruto de interesses diversos. Neste contexto, sobre a produção mercantilista das metrópoles, Lencioni (2015, p. 154) ressalta que “a metrópole em seus fragmentos é cada vez mais produzida para ser mercantilizada (LÉFEBVRE, 1976, p. 236)”. O que menos importa é o uso, ou seja, produzir habitação ou imóveis de escritórios não tem como objetivo o seu valor de uso, de servir de moradia ou de escritório. A finalidade principal é a produção do imóvel em si, mirando seu valor de mercado. O feito principal é a troca, a realização da mercadoria, sobrepondo-se ao intuito do uso.

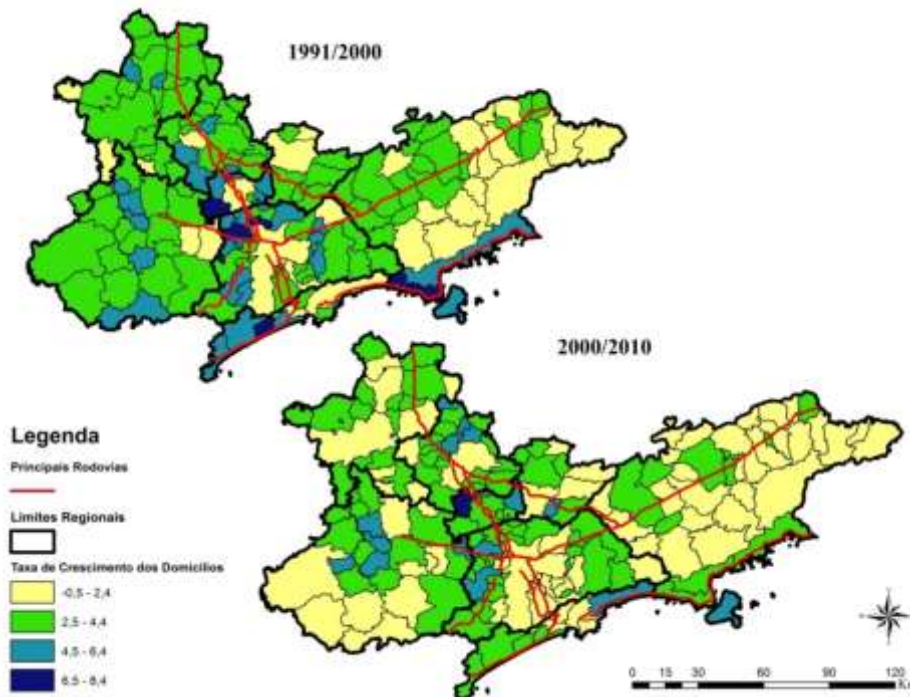
Se a estruturação das áreas metropolitanas e sua expansão em muito se relacionam à ação dos agentes modeladores do espaço urbano¹²¹ (mas sem desconsiderar também a desconcentração da atividade econômica), a estruturação da cidade-região tende, pelo menos em um primeiro momento, a se relacionar às dinâmicas dos setores produtivos e econômicos. Todavia, é nesta expansão do tecido metropolitano e de rearranjo dos setores produtivos que a metrópole contemporânea se conforma, com lógicas próprias da escala metropolitana e da escala regional, mas que se complementam em uma dinâmica que é urbano-regional.

Este processo de dispersão do tecido metropolitano e de expansão do mercado de terras, além de poder ser evidenciado pelas taxas de crescimento populacional, também pode ser demonstrado pelas taxas de crescimento dos domicílios particulares permanentes por município¹²² (FIGURA 12). Através desta figura, percebe-se que quase todos os aglomerados urbanos da CRP registraram um padrão de crescimento de domicílios que se assemelha ao modelo de redistribuição espacial da população do tipo centro-periferia. Com exceção da RMVPLN, em todas as outras regiões (especialmente na RMSP e RMC), nota-se que, assim como a população, o número de domicílios nos municípios periféricos cresceu a taxas muito maiores do que a respectiva cidade polo. Na verdade, mesmo que a taxa de crescimento dos domicílios tenha reduzido no decênio 2000/2010, verifica-se que este padrão centrífugo de crescimento ainda permanece. Sublinha-se que, muito provavelmente, este constante crescimento das bordas metropolitanas, por vezes, relaciona-se à procura por moradia no âmbito das regiões metropolitanas, uma vez que, como se sabe, as áreas centrais das RM's são caracterizadas pelo alto preço do solo urbano, além de uma saturação do potencial construtivo.

¹²¹ Para Corrêa (1995) os agentes modeladores do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

¹²² O crescimento dos domicílios em qualquer área das RM's estudadas não se deve apenas aos movimentos de redistribuição espacial da população, mas também devem ser considerados à luz das transformações dos arranjos domésticos que, certamente, também influenciaram a demanda por domicílios particulares permanentes.

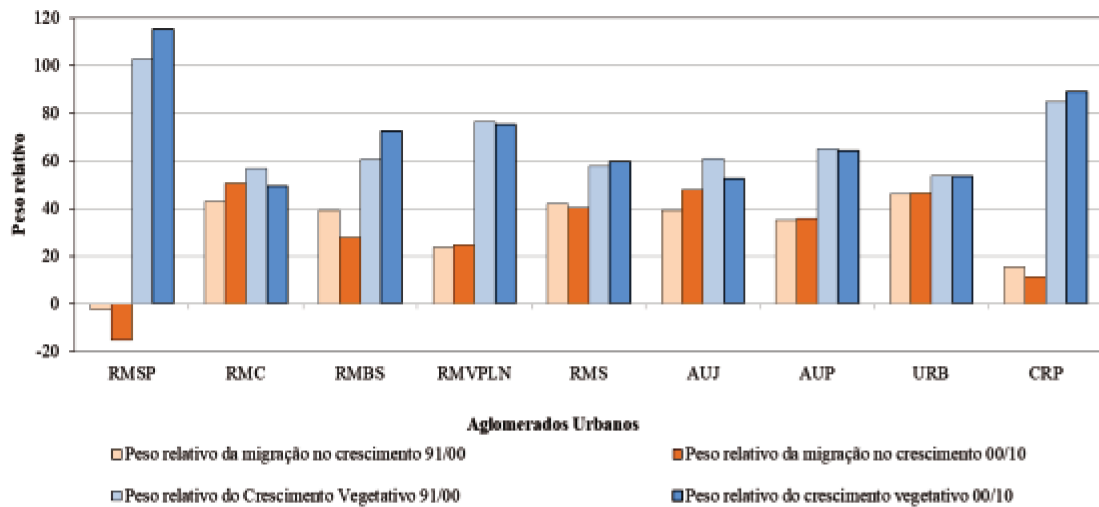
FIGURA 12 – Taxageométrica de crescimento dos domicílios por município. Cidade-Região, 1991/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Em síntese, o que se observa é que, mesmo com a redução dos fluxos migratórios de mais longa distância - fatores centrais de crescimento das regiões metropolitanas no Brasil em décadas passadas – estas continuam a crescer e expandir. Esta constatação levou Cunha (2018a) a denominar este fenômeno de crescimento dos municípios periféricos através do aumento da mobilidade residencial, como “potencial endógeno de crescimento”. Ou seja, mesmo em tempos de baixo crescimento populacional e de migração, as áreas metropolitanas continuam a crescer devido ao constante movimento de redistribuição interna da população propiciado não apenas pelos grandes contingentes populacional existente (e sua reprodução ao longo do tempo), mas também pelos contínuo processo de valorização do solo urbano que, via de regra, atua como elemento restritivo para o assentamento na cidade de uma parcela significativa da população; a isso dever-se-ia agregar a tendência da periferação da população de alta renda que ganha força sobretudo a partir dos anos 1990 em todas as RMs do país (CUNHA, 2018a). Neste sentido, com relação à influência da migração no processo de redistribuição espacial da população da cidade-região, o GRÁFICO 3 demonstra o impacto da migração e do crescimento vegetativo em cada uma das aglomerações que constituem a CRP.

GRÁFICO 3 – Peso relativo do crescimento vegetativo e da migração no incremento populacional por aglomerados urbanos. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Percebe-se, através deste gráfico, que o crescimento vegetativo era a variável demográfica com maior participação no crescimento populacional da cidade-região de São Paulo. Nos dois períodos analisados, o crescimento vegetativo contribuía com mais de 80% de todo acréscimo populacional registrado na CRP, todavia, mesmo que esta componente demográfica seja a que mais influenciava no crescimento populacional da CRP e de seus aglomerados, percebe-se uma significativa heterogeneidade no papel desta componente nas várias regiões da CR. Assim, nota-se que em algumas regiões, tais como a RMC, AUJ e URB, o componente vegetativo compartilha sua importância com a migração, que chegou a responder por mais de 40% do acréscimo populacional no ano de 2010. Na realidade, com exceção da RMSP, em todos outros aglomerados os movimentos migratórios responderam por mais de 30% do crescimento populacional. O que de fato ocorre é que a RMSP, nas últimas décadas, vem apresentando um saldo migratório negativo e, em função do seu grande peso relativo na CRP, acaba impactando o comportamento mediano de todo o conjunto. Entretanto, mesmo apresentando perdas migratórias líquidas, a Região Metropolitana de São Paulo continua sendo a área do país que mais recebe imigrantes. De fato, entre entradas e saídas, foram quase dois milhões de pessoas que circularam pela RMSP no período 2005/2010, de acordo com os dados do último censo demográfico.

Por último, é necessário ressaltar que, devido ao fato da cidade-região possuir uma dimensão multiescalar, ou seja, ser caracterizada por fluxos que vão do global para o local, torna necessário analisar o impacto da migração, principalmente nas escalas

intrametropolitana e intrarregional, pois estas escalas se relacionam a continua expansão da população no contexto da cidade-região. Neste sentido, analisar a migração através de múltiplos recortes escalares, pode clarificar os processos inerentes à formação de determinadas espacialidades, já que as escalas em que estes movimentos ocorrem possuem distintos condicionantes. E através desta perspectiva que os movimentos populacionais serão analisados no capítulo três, ou seja, através de dois recortes escalares: o intrametropolitano e Intra-CRP.

CAPÍTULO 3 – *A lógica
topográfica da Cidade
Região Paulista: que formas
os fluxos populacionais
revelam?*

Configura-se, em decorrência desses processos socioespaciais geograficamente localizados, uma crescente reorganização e rediferenciação territorial, que se evidencia por movimentos de realocização das atividades produtivas e/ou por movimentos de redistribuição espacial da população (LIMONAD, 2007, p. 146).

Nos capítulos anteriores, buscou-se apreender os processos relacionados à emergência de uma nova morfologia urbana, que difere da metrópole constituída no período industrial desenvolvimentista, ou seja, a metrópole fordista. Esta metrópole contemporânea emerge com a expansão do processo de metropolização do espaço para além dos limites da metrópole fordista, bem como se conforma com a reestruturação econômica e social transcorrida no final do século XXI.

A forma desta nova área, aqui denominada cidade-região, destoa da forma conurbada da metrópole fordista, caracterizada não apenas pela desmedida extensão territorial, mas, principalmente, por possuir um tecido urbano disperso, com limites territoriais difusos e uma intensa fragmentação urbana¹²³. Claro está, também, que a constituição de uma nova morfologia urbana é um fenômeno observado em várias partes do planeta, especialmente no final do século XX, razão pela qual, como foi mostrado, surgiram vários outros conceitos e denominações tais como: metapolis, cidade difusa, cidade dispersa, tecnourb, etc.

Neste contexto, ao reconhecer “a emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano” (LENCIONI, 2003a, p. 1) objetiva-se compreender como o processo de redistribuição espacial da população se configura no âmbito da cidade-região. Assim, se a nova escala da urbanização produz impactos sobre o território (LIMONAD, 2007), alega-se que esta também influencia a maneira como a população se reorganiza e se move pelo espaço urbano-regional. Nesta perspectiva, muito mais que um novo arranjo espacial inerente ao atual momento de acumulação do capital (HARVEY, 2013), a nova forma urbana fruto do processo de globalização e reestruturação econômica, também é o novo espaço privilegiado para a reprodução da vida cotidiana. Em outras palavras, se antes o urbano e depois as metrópoles constituíam-se como espaço privilegiado para a reprodução da força de trabalho e realização do cotidiano, agora, as cidades-regiões se colocam como estas espacialidades.

Em síntese, é através desse “novo olhar regional” que este trabalho se desenvolve, com o intuito de compreender, principalmente através da mobilidade espacial da população, como a cidade-região se conforma. Em outras palavras, procura-se apreender como o

¹²³ A fragmentação, aqui, diz respeito à separação de grupos sociais no tecido urbano. No caso da cidade-região, Magalhães (2008) afirma que esta é uma característica central desta nova morfologia, sendo um exemplo de fragmentação o surgimento das chamadas exópolis do âmbito da CR.

processo de redistribuição espacial da população¹²⁴ se configura no âmbito desta nova morfologia urbana e, ao mesmo tempo, como este participa e reflete, em suas tendências e características, o processo de formação da cidade-região. De fato, considera-se que, a partir do estudo das trocas populacionais entre as diversas espacialidades que constituem a cidade-região, seja possível evidenciar um sistema de complementaridades entre os diversos espaços.

Como já explicitado ao longo deste trabalho, notou-se que a mobilidade espacial, nas últimas três décadas, assumiu uma maior complexidade e passou a ser um elemento fundamental e constitutivo na configuração de novas espacialidades (BAENINGER, 2004). O entendimento sobre as transformações no fenômeno da mobilidade espacial da população como, por exemplo, a compreensão do aumento da migração intrametropolitana, intrarregional e o expressivo aumento da mobilidade pendular, podem não apenas clarificar a maneira pela qual a população se redistribuiu por essas novas territorialidades, mas também como os movimentos populacionais atuam na conformação e estruturação de novas morfologias urbanas. Portanto, o presente capítulo, preocupado em desenvolver este argumento, divide-se em duas grandes partes:

A primeira parte se assenta sob a mobilidade espacial da população e analisa as mudanças neste fenômeno ao longo dos últimos trinta anos, tendo, como principal fonte de dados, os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010; através de duas lentes escalares (a intrametropolitana e intrarregional), e duas faces da mobilidade espacial da população: a migração e a mobilidade pendular. A segunda parte deste capítulo busca analisar as características da população migrante e pendular por modalidade dos movimentos populacionais (intrametropolitano e regional), através das seguintes variáveis: idade, escolaridade, tipo de ocupação e inserção em determinadas atividades econômicas, entre outras.

A imperiosa necessidade de analisar os fluxos topográficos na Cidade-Região Paulista por uma ótica multiescalar deve-se ao fato desta morfologia possuir um caráter urbano-regional e, por esta razão, englobar diversas escalas em sua constituição territorial. Em segundo lugar, porque a análise dos fluxos populacionais através da multiescalaridade do fenômeno pode revelar os processos que atuam na constituição desta nova morfologia urbana. Muito mais que modalidades do fenômeno da mobilidade espacial da população (intrarregional e intrametropolitana), estas duas escalas carregam, em si, conteúdos que

¹²⁴ Em especial a mobilidade espacial da população.

podem revelar os processos que levam distintos grupos espaciais a se deslocarem em escalas espaciais específicas no âmbito da CRP.

Portanto, a análise da mobilidade espacial da população, na escala intrametropolitana, justifica-se na medida em que um dos fenômenos constituintes da formação de novas morfologias urbanas refere-se à crescente dispersão do tecido metropolitano, tal como salientado por Reis Filho (2006). Destaca-se que, com a contínua ampliação do tecido urbano para além das áreas metropolitanas, tem-se também a ampliação do “espaço de vida” do cidadão metropolitano, bem como um aumento da mobilidade cotidiana e também da migração para áreas cada vez mais distantes do núcleo metropolitano¹²⁵.

É preciso ressaltar que, como visto no capítulo anterior, a dispersão do tecido metropolitano (em especial nas metrópoles que constituem a CRP, tais como a RMSP), não é um fenômeno recente¹²⁶ e, portanto, diz respeito a processos distintos (ainda que, talvez em alguns casos, complementar) daqueles elencados na produção do espaço urbano-regional. Já a análise da mobilidade espacial da população, na escala regional, além de elucidar a forma e os condicionantes do processo de redistribuição espacial desta população; também pode demonstrar a existência de complementaridades socioespaciais entre as diversas unidades que conformam a cidade-região, ou seja, pode evidenciar a integração deste sistema urbano através dos fluxos populacionais.

Por fim, é preciso reafirmar que a mobilidade espacial da população, em cada uma destas escalas que constituem a Cidade-Região Paulista, é realizada por grupos sociais com perfis diferenciados. Isto é, existe uma seletividade na multiescalaridade do fenômeno da mobilidade espacial da população, pois cada grupo social realiza o cotidiano em uma escala específica. Esta discussão está no cerne da segunda parte deste capítulo. Muito mais que realizar a vida e se movimentar em uma determinada escala, ressalta-se que existe uma estrutura de incentivos e constrangimentos¹²⁷, determinadas pela forma de produção, uso e ocupação do solo urbano (que, claro, envolve a dinâmica do mercado imobiliário), pelas vicissitudes e diferenças do mercado de trabalho, pela heterogeneidade espacial em termos de

¹²⁵ Que se dá por motivos de moradia, em grande parte, como se verá ao longo deste capítulo.

¹²⁶ Por exemplo, a crescente periferização ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo, desde a década de 1970, já era um prenúncio da formação da Cidade Região Paulista, ao conurbar diversos núcleos urbanos e levar o sentido da metrópole para áreas além do núcleo metropolitano.

¹²⁷ A ideia da existência de uma estrutura de incentivos e constrangimentos é desenvolvida nos estudos de Cunha (2015b) e Dota (2015) como estratégia teórica para compreender o perfil sociodemográfico dos migrantes intrametropolitanos com resposta a esta estrutura. Acredita-se que esta mesma forma de pensar possa ser adotada aqui, mesmo considerando que, no caso, movimentos de mais longa distância (os inter-regionais) estejam envolvidos.

mobilidade, infraestrutura, ofertas de serviços públicos, incluindo as ofertas habitacionais, etc., que podem motivar a mobilidade ou imobilidade de determinados grupos sociais e, portanto, implicar certas seletividades que, certamente terão especificidades segundo a escala considerada.

3.1 Mobilidade intrametropolitana e intrarregional: expansão e complementaridades a partir da lógica topográfica

Como descrito na introdução deste capítulo, a compreensão sobre a forma como população se redistribui pelo espaço (bem como de seus condicionantes) ajuda a clarificar o entendimento sobre as mudanças ocorridas nos espaços urbanos, assim como a ascensão de novas morfologias urbanas. Um exemplo desta assertiva pode ser vislumbrado no estudo sobre a constituição das regiões metropolitanas no Brasil, já que a compreensão da formação destas grandes aglomerações urbanas passa necessariamente pelo entendimento dos fluxos migratórios estabelecidos durante várias décadas. Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, a mobilidade espacial da população se constitui como um elemento indissociável do processo de urbanização (CUNHA, 2002). Por ser um fenômeno que responde a processos nitidamente sociais e econômicos, pode-se afirmar que a migração como fruto “das transformações da sociedade, dos modelos econômicos, da localização das atividades produtivas, das chances de acesso aos bens e serviços públicos e privados, entre outros fatores, faz parte das estratégias de localização no espaço urbano dos diferentes grupos sociais”. Entretanto, também se pode afirmar que, da mesma maneira que a migração é influenciada por questões estruturais da sociedade, esta também pode interferir na organização social do espaço, “já que a chegada de certo contingente populacional numa determinada área poderá modificar sua estrutura demográfica, suas condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, acesso à educação, saúde, trabalho, etc.” (SILVA, 2013, p. 73).

Ao refletir sobre processo de redistribuição espacial da população, deve-se considerar que este, embora muito influenciado pela migração, não está associado apenas ao comportamento desta, mas também a outros componentes demográficos como a natalidade e a mortalidade, que ao ditarem o ritmo de crescimento vegetativo da população, também podem influenciar de maneira significativa a forma como a população se redistribui pelo espaço. De qualquer forma, considerando as condições de convergência em termos de mortalidade e fecundidade observadas no país, não há dúvidas que a migração se configura como o

componente demográfico que mais é influenciado pelas transformações observadas na contemporaneidade. Neste sentido, o presente tópico, além de analisar a forma como a população vem se redistribuindo pelo espaço da Cidade-Região Paulista e as complementaridades evidenciadas pelas trocas populacionais entres os aglomerados componentes, busca também averiguar as mudanças no fenômeno migratório nesta porção territorial do estado de São Paulo, já que a migração nas últimas décadas passou por significativas transformações, tornando o fenômeno ainda mais complexo. Para tanto, além de utilizar os dados dos últimos três censos demográficos, sempre buscar-se-á resgatar a bibliografia referente ao tema.

O processo de redistribuição espacial da população através dos fluxos migratórios na Cidade-Região Paulista

Embora não haja uma relação linear, pode-se dizer que cada modalidade migratória¹²⁸ tende a ter maior visibilidade e relevância em determinados períodos da história econômica do país. Por exemplo, não seria possível compreender o processo de desenvolvimento econômico e social ocorrido entre 1930 a 1970, bem como a urbanização brasileira e a constituição de grandes regiões metropolitanas, sem considerar os fluxos migratórios rurais-urbanos e os interestaduais. Já no período pós 1980, os fluxos urbano-urbano e as migrações de média e curta distância assumiram a preponderância no cenário de redistribuição espacial da população nacional. Nesta evolução da história econômica e social do país, e com o avançar e consolidação do processo de reestruturação produtiva e a contínua internacionalização da economia ampliada nos anos 2000, questiona-se quais seriam os impactos destas questões no processo de redistribuição espacial da população. Para Baeninger (2012), a nova conjuntura dos movimentos migratórios aponta a tendência de configuração de novas territorialidades, para autora “na medida em que as localidades se inserem na lógica global as migrações tendem a ser mais fluidas” (BAENINGER, 2012, p. 7).

No mais, assim como foi argumentado ao longo deste estudo, que cada “arranjo espacial” é inerente a uma fase/modelo de acumulação do capital (HARVEY, 2013), este trabalho considera a hipótese que a mobilidade espacial da população contribui para a constituição destes arranjos, além de apresentar especificidades de acordo com cada período e

¹²⁸ As modalidades migratórias neste trabalho referem-se às escalas em que os movimentos migratórios ocorrem, por exemplo, há fluxos que ocorrem tanto na origem quanto no destino dentro espaço intrametropolitano, outros referem se trocas populacionais que acontecem na escala estadual. Destaca-se que cada uma destas escalas pode suscitar hipóteses explicativas das lógicas por traz dos movimentos, bem como podem revelar alguns processos inerentes à estruturação do espaço urbano, metropolitano ou regional.

arranjo que está sendo constituído. Neste sentido, analisar a contribuição da migração na constituição de determinadas territorialidades ao longo do tempo é uma tarefa preliminar necessária. Assim, a TABELA 6 apresenta a composição da população residente em cada um dos aglomerados que compõem a CRP, segundo condição migratória.

TABELA 6 – Composição da população residente na Cidade-Região Paulista por aglomerados urbanos e condição migratória, 1991, 2000 e 2010¹²⁹

Aglomerado Urbano		Condição Migratória			Total	
		Não Migrante	Migrante			
			Migrante Antigo	Migrante intermediário		Migrante recente
RMSP	1991	52,4	35,1	3,6	9,0	15.646.197
	2000	54,6	31,1	5,8	8,5	17.214.249
	2010	57,0	33,2	4,0	5,8	18.999.880
RMC	1991	37,5	43,8	4,3	14,4	1.991.679
	2000	44,1	35,1	7,8	13,0	2.245.734
	2010	44,5	40,3	6,2	9,1	2.658.140
RMBS	1991	42,3	41,5	4,2	12,0	1.283.952
	2000	47,4	31,9	7,0	13,8	1.415.126
	2010	45,6	37,8	6,0	10,5	1.591.056
RMVPLN	1991	53,3	33,6	3,4	9,7	1.720.167
	2000	57,5	27,5	5,2	9,9	1.927.603
	2010	57,7	30,7	4,5	7,2	2.175.348
RMS	1991	52,1	33,1	3,3	11,5	1.333.470
	2000	54,3	27,4	6,7	11,5	1.537.394
	2010	53,8	32,4	5,3	8,5	1.786.613
AUJ	1991	42,1	40,2	3,7	14,0	499.759
	2000	46,6	32,7	7,4	13,4	555.256
	2010	44,6	38,7	6,6	10,2	658.555
AUP	1991	55,5	32,2	3,1	9,2	1.020.821
	2000	60,0	26,4	5,2	8,5	1.147.102
	2010	60,3	29,4	4,0	6,3	1.288.004
URB	1991	55,7	30,1	3,0	11,2	272.957
	2000	58,0	23,2	6,4	12,5	312.382
	2010	57,0	29,3	5,8	7,9	363.941
CRP	1991	50,6	35,9	3,6	9,9	23.769.004
	2000	53,6	30,8	6,0	9,6	26.354.847
	2010	55,0	33,7	4,5	6,7	29.521.537

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

¹²⁹ Nesta tabulação, a condição migratória separa os residentes em migrantes e “não migrantes”. É preciso salientar que a definição de migrantes, na presente tese, em grande parte vincula-se a fonte de dados adotada, ou seja, aos censos demográficos. Entretanto, nesta tabulação em específico, o conceito de não migrante difere da concepção utilizada ao longo deste capítulo. Assim, na Tabela 6, o não migrante é definido como o indivíduo natural do município de residência. Já o migrante (nesta tabela constam apenas os migrantes) nesta tabulação se caracteriza pelo não natural. Quanto a esta categoria, percebe-se que, na Tabela 6, estes estão definidos como migrante antigo (que seria o indivíduo com mais de 10 anos de residência), o migrante intermediário (pessoa com 5 até 10 anos de residência) e o migrante recente aqui é denominado migrante de data-fixa (com tempo de residência menor que 5 anos).

Através da TABELA 6¹³⁰, nota-se que, em todos os aglomerados urbanos que compõem a Cidade-Região Paulista, os não migrantes são os que detêm o maior peso relativo. No ano de 1991, cerca de 50% da população era natural de algum dos 173 municípios que compõem a CRP, já no último censo demográfico (2010) este percentual passou para 55%. Entretanto, mesmo que os não migrantes sejam maioria, observa-se que os migrantes sempre tiveram uma participação expressiva na composição da população da Cidade-Região Paulista, o que indica que esta componente demográfica sempre foi essencial na constituição de diversas territorialidades ao longo do tempo, tais como as áreas metropolitanas. Por exemplo, em 1991, cerca de 50% das pessoas que residiam na CR não eram naturais do município de residência atual no momento de recenseamento; já em 2010, este percentual passou para 45%; esta grande concentração de migrantes é um fato notável em todas as aglomerações da região. Deve-se considerar que os migrantes com mais de 10 anos de residência detêm maior peso relativo pelo simples fato de representarem uma categoria que acumula a migração de todas as décadas anteriores. De qualquer maneira, não deixa de ser relevante o fato de que os migrantes antigos vêm apresentando declínio ao longo das últimas três décadas, fato que evidencia o declínio nos fenômenos migratórios a partir da década de 1980.

Quanto as outras categorias de migrantes (intermediários e recentes), verificou-se que estas também vêm declinando sua participação na composição da população residente na CR. Por exemplo, em 1991, mais de 13% dos indivíduos que moravam na CRP tinham menos de 10 anos de residência, este número declinou para 11% em 2010. Entre os migrantes recentes, percebe-se, ao longo dos períodos analisados, que este percentual passou de 9% para 6%. Em números absolutos esta redução representou menos de 300 mil migrantes de data-fixa entre os períodos analisados. Este declínio no número de migrantes está relacionado à redução da migração em geral, mas principalmente, pelo declínio da migração externa em direção ao estado de São Paulo, a qual impactou significativamente o ritmo de crescimento estadual e dos principais aglomerados urbanos da região. Assim, se no decorrer da década de 1970, cerca de 2,1 milhões de imigrantes direcionaram-se ao estado de São Paulo; já no período de 1980-1991, este número caiu para 1,9 milhão (CUNHA et al., 2000).

Mesmo que a migração tenha apresentado redução nas últimas décadas, nota-se pelos dados da TABELA 6, que existem diferenciais entre os aglomerados urbanos. Como era

¹³⁰ Ainda sobre a tabulação 6, sublinha-se (como já referido) que esta objetivou reconstituir a população residente em cada uma das RM's da CRP, por condição migratória. Todavia, nota-se que o valor total de cada aglomerado apresentado nesta tabela, não corresponde ao total de residentes de cada uma das aglomerações na data do recenseamento. Tal fato se deve a adoção de alguns "filtros" nesta reconstituição (não computou os migrantes internacionais para os migrantes recentes), bem como ao fato do quesito data-fixa não considerar as crianças migrantes menores de 5 anos.

de se esperar, em termos de volume, a RM de São Paulo recebe muito mais migrantes do que os outros aglomerados urbanos da cidade-região. No entanto, em termos relativos, ao olhar a composição da população por condição migratória, é possível notar que em alguns aglomerados, a componente migratória tem influenciado a dinâmica populacional com muito mais vigor do que na metrópole paulistana.

Ao analisar os migrantes recentes, verifica-se que, em 2010, estes representavam cerca de 5% do total da população residente na RMSP, mas nas RM's de Campinas, Santos e no Aglomerado Urbano de Jundiaí este percentual chegou a quase 10%. Este fato demonstra que, mesmo que a RM de São Paulo ainda seja a principal porta de entrada dos migrantes externos no estado de São Paulo, certamente a metrópole paulistana não detém a mesma intensidade do fenômeno migratório como no passado. Por outro lado, é possível notar, especialmente nas últimas décadas, que a migração possui um impacto significativo na redistribuição espacial da população de alguns aglomerados urbanos da cidade-região. Sublinha-se que o comportamento desta redistribuição e da migração em alguns dos aglomerados da CRP, em muito se relaciona ao redirecionamento de alguns fluxos – em especial aqueles originados na metrópole paulistana – para algumas áreas do interior paulista, em função da dinâmica de “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1993) que caracterizou o estado a partir da década de 1970 como se verá ao longo deste capítulo.

Como se sabe, as maiores transformações na dinâmica migratória do estado de São Paulo aconteceram no decorrer da década de 1970 e se aprofundaram nos períodos posteriores. Se durante o decênio de 1960-1970 a migração neste estado, em sua maioria, era direcionada especialmente a RMSP, nos períodos posteriores esta RM passou a apresentar significativa redução no número de migrantes. Na realidade, o que foi observado por muitos autores (CUNHA, 1987; BAENINGER, 2004; CUNHA et al., 2000; PERILLO, 2002) foi uma expressiva redistribuição espacial da população, partindo da metrópole paulistana em direção ao interior do estado. De acordo com Perillo (1996), a participação da componente migratória no crescimento populacional da RMSP passou de 59% na década de 1960 para 51% entre 1970-1980. Esta queda vincula-se às transformações econômicas delineadas no país durante a década de 1970, as quais influenciaram de maneira expressiva o mercado trabalho e, conseqüentemente, os fenômenos populacionais.

Isto significa que ao mesmo tempo em que as transformações macroeconômicas citadas no capítulo 2 impactaram a distribuição espacial da indústria, estas mudanças também influenciaram a forma como a população se redistribuiu pelo espaço. No caso do estado de São Paulo (assim como aconteceu com o setor produtivo) verificou-se uma redistribuição espacial

da população em direção ao interior próximo da região metropolitana da capital. Neste sentido, como já adiantado, este trabalho considera que, assim como a desconcentração da indústria em direção a alguns aglomerados do estado de São Paulo contribuiu para a formação de uma nova morfologia urbana, a expansão da população também é um dos elementos de estruturação da Cidade-Região de São Paulo. Sublinha-se que, assim como as crises econômicas e as transformações acentuadas, no pós década de 1970, impactaram os fluxos migratórios de grande distância, estes fatores também influenciaram o crescimento das principais áreas receptoras destas correntes, tais como a RMSP.

Contrariamente aos ganhos populacionais registrados nas décadas anteriores - na ordem de dois milhões de pessoas - a metrópole paulistana, no período 1980-1991, passou a apresentar um saldo migratório negativo de cerca de 275 mil pessoas (PERILLO, 1996). Entretanto, como verificado por Cunha (2015b), mesmo sendo conotada por perdas populacionais neste período, a RMSP ainda apresentou um processo de expansão e crescimento, fruto dos movimentos migratórios intrametropolitanos que partiam do município de São Paulo em direção às cidades localizadas no entorno da região. Neste mesmo contexto, no decorrer da década de 1970, também foi possível notar uma expressiva evasão populacional, que se intensificou nos períodos posteriores, em direção às regiões circunvizinhas à capital, tais como Campinas, Vale do Paraíba, Santos e Sorocaba; segundo Cunha (1987), foram cerca de 450 mil pessoas que deixaram a capital em direção as áreas citadas. Destaca-se que o impacto desta migração em direção a algumas áreas interioranas foi de forma tal que, se na década de 1960, o interior registrou um saldo migratório negativo de 454 mil pessoas; na década posterior, foi registrado um saldo positivo de 787 mil pessoas (PERILLO; ARANHA, 1992).

Já na década de 1980, a profunda recessão que atingiu o país impactou predominante a atividade industrial e gerou quedas nos níveis de emprego e renda. Devido à região sudeste e, em particular o estado de São Paulo, concentrar o maior parque industrial do país, os efeitos da crise econômica incidiram mais fortemente nesta porção do território nacional, sendo uma das consequências a desaceleração no processo de desconcentração industrial e populacional¹³¹. Todavia, mesmo crescendo em ritmo menor, as regiões aqui já citadas (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e algumas áreas do litoral) continuaram a

¹³¹ Pontua-se que não é apenas a questão econômica que influencia os movimentos populacionais, isto é, não é apenas a relação migração-emprego, que leva os indivíduos a deixarem seus lugares de origem. Existe uma diversidade de condicionantes que leva cada pessoa a migrar ou não. Todavia, este trabalho considera que, no âmbito da escala interna (desconsiderando as migrações internacionais), as lógicas macroeconômicas muito influenciam na organização da população sobre o espaço.

registrar expressivos ganhos populacionais, porém em volumes menores. Um outro fato interessante que marca as mudanças na dinâmica migratória do estado de São Paulo a partir da década de 1980 foi o aumento das trocas migratórias entre alguns aglomerados do interior, a exemplo o aumento da migração entre Campinas e a região de Sorocaba (CUNHA et al. 2000).

Devido às transformações no contexto migratório nacional, em particular do estado de São Paulo, como o “surgimento” de novas modalidades migratórias¹³², suscita-se a hipótese do surgimento de novos espaços de circulação e redistribuição da população. Em outras palavras, se, no passado, os movimentos populacionais pautados na lógica migração-desenvolvimento atuaram na constituição da típica aglomeração urbano-industrial; agora, com o aumento dos movimentos de curta e média distância (que ocorrem principalmente entre e intra-aglomerados urbanos já consolidados), tem-se uma redefinição dos espaços de circulação da população. No caso do estado de São Paulo, verificou-se que, mesmo com o declínio dos fluxos de longa distância e com um saldo migratório negativo, a RMSP continua sendo o grande polo de atração e porta de entrada dos migrantes interestaduais provenientes das várias regiões do país. Contudo, ao mesmo tempo que esta área recebe um número expressivo de migrantes, ela também redistribui sua população, preferencialmente para outros aglomerados do estado, em específico aqueles localizados a um raio de cerca de 150 km da capital. É neste processo de expansão e de trocas populacionais entre algumas áreas do chamado “interior” do estado, que se estabelece um sistema de complementaridades entre alguns aglomerados de São Paulo. Pondera-se que este sistema de complementaridades não ocorre apenas pelo compartilhamento de funções e infraestrutura no âmbito da rede-urbana, como identificaram os estudos da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA, 2011; 2013; 2016), mas também se revela pela circulação e contínua redistribuição espacial da população.

Em síntese, é neste contexto de mudanças no fenômeno migratório, expansão do processo de metropolização e de estabelecimento de complementaridades através dos movimentos populacionais que a cidade-região¹³³ se constitui. Neste sentido, é uma tarefa central deste estudo, elaborar uma análise pormenorizada dos fluxos migratórios que envolvem a CR como um todo e cada uma de suas partes. Assim, a partir da TABELA 7,

¹³² Esta efervescência de novas modalidades não tem o significado de não existência anterior, na realidade, a migração de curta e média distância (assim como a mobilidade pendular) sempre existiram, todavia, estes fluxos não tinham tanta preponderância, foi com o declínio dos fluxos migratórios de longa distância que aqueles se tornaram mais proeminentes.

¹³³ Aqui vista como uma nova escala, ou seja, um novo espaço de circulação e redistribuição espacial da população.

podem ser conhecidos os volumes de emigrantes, imigrantes, migração líquida e outros indicadores que conjuntamente permitem conhecer o perfil migratório das áreas estudadas¹³⁴.

TABELA 7 – Imigrantes, emigrantes e indicadores selecionados de migração. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos da Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010¹³⁵

Região	Imigrantes			Emigrantes			Saldo migratório		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
RMSP	1.400.678	1.461.151	1.093.577	1.272.376	1.598.621	1.245.137	128.302	-137.470	-151.560
RMC	287.667	292.171	242.152	123.705	176.241	160.475	163.961	115.930	81.676
RMBS	153.678	194.686	167.454	99.804	131.270	111.938	53.874	63.416	55.516
RMVPLN	167.561	190.253	155.983	97.192	123.318	122.642	70.368	66.935	33.341
RMS	153.441	177.508	152.214	67.131	99.317	97.716	86.311	78.191	54.498
AUJ	94.264	97.002	80.698	46.879	61.158	57.752	47.385	35.844	22.946
AUP	69.796	74.222	66.952	41.138	46.540	40.032	28.658	27.682	26.920
URBP	30.480	38.904	28.785	13.491	17.715	17.784	16.989	21.188	11.001
CRP	2.357.564	2.525.896	1.987.813	1.761.717	2.254.180	1.853.474	595.848	271.716	134.339

Cont ...

Taxa de Imigração (% a.a.)			Taxa de Emigração (% a.a.)			Taxa de Migração Líquida			Índice de Eficácia de Migração		
1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
1,81	1,63	1,11	1,65	1,79	1,27	0,17	-0,15	-0,15	0,05	-0,04	-0,06
3,07	2,49	1,72	1,32	1,50	1,14	1,75	0,99	0,58	0,40	0,25	0,20
2,52	2,64	2,01	1,64	1,78	1,35	0,88	0,86	0,67	0,21	0,19	0,20
2,03	1,91	1,38	1,18	1,24	1,08	0,85	0,67	0,29	0,27	0,21	0,12
1,88	1,69	1,24	0,82	0,95	0,80	1,05	0,75	0,44	0,39	0,28	0,22
4,03	3,34	2,31	2,00	2,11	1,65	2,03	1,24	0,66	0,34	0,23	0,17
1,42	1,26	1,00	0,84	0,79	0,60	0,58	0,47	0,40	0,26	0,23	0,25
2,37	2,38	1,52	1,05	1,09	0,94	1,32	1,30	0,58	0,39	0,37	0,24
2,00	1,81	1,27	1,50	1,62	1,18	0,51	0,19	0,09	0,14	0,06	0,03

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Como destacado anteriormente, estes dados mostram que a migração vem declinando ao longo dos últimos anos. Nesta perspectiva, observa-se que a contribuição da migração para o crescimento populacional da cidade-região, ou seja, o saldo migratório passou de um volume de mais de 550 mil indivíduos no período 1986-1991, para um total de 134 mil pessoas no quinquênio 2005/2010. Este declínio no saldo migratório influenciou o comportamento da taxa de migração líquida¹³⁶, que passou de um total de 0,51% a.a. para menos de 0,1% a.a. nos mesmos períodos. Ao observar o comportamento migratório de cada uma das aglomerações pertencentes à CR, percebe-se que a redução do seu saldo migratório deve-se exclusivamente ao que se registrou na RM de São Paulo, já que esta foi a única a registrar perdas populacionais nos dois últimos períodos analisados. Entretanto, mesmo apresentando declínios nos ganhos populacionais via migração, um fato chama atenção: o

¹³⁴ Ressalta-se que os indicadores apontados na Tabela 7 e ao longo deste capítulo foram construídos com base nos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e referem-se, como já pontuado, aos migrantes de data-fixa, ou seja, aqueles indivíduos que cinco anos antes da data de referência do censo moravam em outro município, vale lembrar que esta informação exclui os menores de 5 anos de idade. Para maiores detalhes sobre este tipo de dado e sua utilização ver Rigotti (2011).

¹³⁵ Dado elaborado com base nos anexos 1, 2 e 3.

¹³⁶ A Taxa de Migração Líquida (TML) corresponde ao quociente entre o saldo migratório e a população ao final do período, observada ou esperada (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

caráter de circularidade existente na CR. De acordo com os dados do último censo demográfico, entre entradas e saídas, verificou-se que quase quatro milhões de pessoas circularam pelo espaço da CRP.

Esta característica de circularidade pode ser expressa pelo Índice de Eficácia Migratória (IEM), que caracteriza os municípios como área de atração, expulsão, ou apenas de circulação de migrantes (CUNHA, 2015b), que sintetiza “o quanto o número de imigrantes se aproxima do número de emigrantes, independente do seu volume” (BRITO; RIGOTTI; CAMPOS, 2012, p. 15). O IEM é obtido através da razão do saldo migratório e a migração bruta¹³⁷, seus valores variam de 1,0 a -1,0, quanto mais próximo o índice for igual a zero maior será a circularidade da região, isto é, o número de entradas e saídas tenderá a se equiparar. Caso o valor seja igual a 1,0 ou o mais próximo deste valor, remete a alta existência de imigrantes. Já quando a prevalência de emigrantes for maior, o resultado tenderá a ser igual a -1,0.

Como pode ser visto através da TABELA 7, o índice de eficácia migratória da cidade-região se aproxima cada vez mais de zero, o que demonstra que esta nova morfologia é demarcada por uma intensa entrada e saída de migrantes. De fato, o IEM da Cidade-Região Paulista em muito reflete o comportamento da região metropolitana de São Paulo, já que a RMSP é caracterizada por ser uma área que não retém população, quando comparada com as outras RM's e aglomerados urbanos da CRP. Por ter este caráter de circularidade, isto é, um ir e vir muito intenso (expresso através da variável migração), a Cidade-Região Paulista se caracteriza por ser um espaço de fluxos por excelência. Em outras palavras, por ser marcada por intensos fluxos topológicos e topográficos.

Além de apresentar um volume de migração bruta expressivo, é preciso destacar a heterogeneidade dos volumes internos ocorridos no âmbito da CRP. Ainda com base na TABELA 7, pode-se depreender que, em 1991, 64% da migração bruta ocorrida na Cidade-Região Paulista estava vinculada aos espaços da RMSP, em 2010, este percentual decresceu para 60%. A redução na migração bruta no âmbito da RMSP é fruto do declínio dos fluxos migratórios, principalmente da migração interestadual – que, como já dito, tem a RMSP seu principal destino -, assim como da continuidade do processo de redistribuição espacial da população partindo da RMSP em direção a algumas áreas do interior, ainda que claramente em menores volumes que no passado. Em suma, e assim como será visto mais adiante, alguns

¹³⁷ A migração bruta refere-se a toda migração ocorrida em uma localidade, ou seja, a somatória da imigração e emigração.

aglomerados urbanos continuaram a ser um dos principais destinos dos migrantes que partiam da metrópole paulistana em direção ao interior, mesmo em tempos de redução na migração.

Tendo em vista a importância da migração no crescimento e no processo de redistribuição espacial da população da CRP e de seus aglomerados, torna-se necessário avançar no entendimento do papel da migração na constituição da cidade-região de São Paulo. Para tanto, os dados apresentados a seguir trazem a origem e o destino dos migrantes de acordo com a escala espacial¹³⁸ do movimento, isto é, através das chamadas modalidades migratórias¹³⁹. Ressalta-se que a análise dos fluxos migratórios de acordo com a escala espacial do movimento pode sugerir quais seriam os condicionantes que levam determinados grupos sociais a se movimentar em uma determinada escala e, portanto, contribuir para elucidar os processos que atuam na estruturação do espaço urbano, metropolitano ou regional. Em outras palavras, pode-se pensar que as lógicas, condicionantes e contextos dos movimentos populacionais variam de acordo com a escala e temporalidade em que estes ocorrem.

Ao decompor a imigração, a emigração e o saldo migratório por modalidades migratórias (TABELA 8) é possível inferir o papel que cada uma destas tipologias possuem na constituição da cidade-região e de seus aglomerados, bem como observar que, em termos relativos, a migração vem apresentando mudanças em sua composição ao longo das últimas décadas. Ao examinar esta tabela, percebe-se que a imigração interestadual possui maior participação na composição total dos fluxos que permeiam o perímetro da CRP. Todavia, nota-se que os imigrantes interestaduais progressivamente declinam sua participação relativa. De fato, se, em 1991, 48% dos imigrantes que circulavam pela cidade-região eram oriundos de outras unidades da federação, em 2010, este percentual passou para 40%. Em números absolutos, este declínio representou a passagem de um volume de mais de um milhão para

¹³⁸ Em relação à questão das escalas, este trabalho parte do mesmo pressuposto descrito por Moura (2009, p. 82), para a autora, não se deve atribuir “escalas aos processos, mas, pelo contrário, as escalas são produzidas em processos heterogêneos, conflituais, contestados, em embates políticos, numa interação social de estruturas geográficas. Assim, a escala geográfica deve ser compreendida como uma instância socialmente construída, em contínuo e dinâmico processo histórico de escalonamento e reescalonamento, mutável a partir de contestações sociopolíticas, sendo uma dimensão constitutiva dos processos socioespaciais, como resultado de tensões que existem entre forças estruturais e práticas de agentes sociais. Deve ser reconhecida como uma dimensão da diferenciação geográfica, em um sistema hierarquicamente ordenador, situado dentro de um campo geográfico mais amplo, polimórfico e multifacetado”.

¹³⁹ Como pode ser visto também no anexo metodológico deste trabalho, as modalidades migratórias foram dadas em quatro categorias, sendo elas intrametropolitana (migração realizada por qualquer indivíduo no âmbito de qualquer aglomerado que compõem a CRP, cinco anos antes da data de referência do censo); intra-CRP (movimento realizado por indivíduo entre algum dos aglomerados que constitui a CRP cinco anos antes da data de referência do censo); intraestadual (migrante que na data de referência do censo morava em algum município localizado no estado de São Paulo, todavia fora da CRP) e interestadual (migrante que cinco anos antes da data de referência do censo morava em um estado diferente do estado de São Paulo).

cerca de 760 mil imigrantes. Vale lembrar que este fluxo, em sua maioria, tinha como destino final a Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, dos 761 mil imigrantes interestaduais que chegaram a CR no período 2005-2010, cerca de 460 mil tinham como destino a RMSP.

TABELA 8 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório por modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Aglomerados Urbanos/ Ano		Imigração (%)					Emigração (%)					Saldo Migratório			
		Intrametro- politana	Intra- CRP	Intraestad- ual	Interestad- ual	Total	Intrametro- politana	Intra- CRP	Intraestad- ual	Interestad- ual	Total	Intra-CRP	Intraestad- ual	Interestadu- al	Total
RMSP	1991	33,1	3,7	5,9	57	1.400.678	36,4	16,8	13,3	33,5	1.272.376	-161.752	-86.535	376.589	128.302
	2000	40,1	4,8	7,0	48	1.461.151	36,7	17,7	11,6	34,1	1.598.621	-212.648	-83.514	158.692	-137.470
	2010	43,0	6,4	5,1	45	1.093.577	37,8	18,6	10,0	33,6	1.245.137	-161.624	-68.664	78.728	-151.560
RMC	1991	18,3	25,8	17,0	38,8	287.667	42,6	18,3	20,1	19,0	123.705	51.648	24.091	88.223	163.961
	2000	22,3	31,0	14,3	32,4	292.171	37,0	19,6	18,1	25,3	176.241	56.160	9.806	49.964	115.930
	2010	26,2	27,6	11,2	35,0	242.152	39,5	20,3	15,4	24,8	160.475	34.359	2.295	45.022	81.676
RMBS	1991	26,7	30,4	7,0	35,9	153.678	41,1	23,3	11,0	24,5	99.804	23.453	-222	30.643	53.874
	2000	27,7	35,0	7,4	29,9	194.686	41,1	23,6	10,1	25,2	131.270	37.243	1.091	25.082	63.416
	2010	27,7	42,2	6,6	23,5	167.454	41,4	23,9	8,9	25,7	111.938	43.915	999	10.601	55.516
RMVPLN	1991	29,5	27,8	5,4	37,2	167.561	50,9	20,3	5,3	23,5	97.192	26.827	4.007	39.534	70.368
	2000	31,0	29,5	5,1	34,4	190.253	47,8	18,3	4,6	29,2	123.318	33.530	4.039	29.366	66.935
	2010	36,0	26,7	4,4	32,9	155.983	45,8	18,6	5,3	30,3	122.642	18.789	447	14.105	33.341
RMS	1991	18,4	31,0	20,0	30,5	153.441	42,0	26,7	18,0	13,3	67.131	29.692	18.702	37.916	86.311
	2000	22,5	37,7	16,9	22,9	153.376	40,3	23,8	15,8	20,1	75.185	43.239	14.260	20.692	78.191
	2010	25,6	38,6	16,3	19,6	152.214	39,8	24,4	16,7	19,0	97.716	34.896	8.431	11.172	54.498
AUP	1991	13,8	29,7	18,6	37,9	94.264	27,7	29,7	23,8	18,7	46.879	14.092	6.313	26.980	47.385
	2000	16,4	33,8	18,2	31,6	97.002	25,9	30,3	20,8	23,0	61.158	14.286	5.007	16.551	35.844
	2010	17,2	30,1	14,8	37,9	80.698	24,0	29,0	21,7	25,4	57.752	7.556	-587	15.977	22.946
AUJ	1991	28,2	27,2	10,5	34,0	69.796	47,9	28,0	11,1	13,0	41.138	7.473	2.792	18.393	28.658
	2000	27,4	35,1	9,9	27,6	74.222	43,8	25,3	10,9	20,0	46.540	14.238	2.235	11.209	27.682
	2010	20,6	40,2	7,1	32,1	66.952	34,5	32,4	10,7	22,5	40.032	13.916	483	12.521	26.920
URB	1991	11,0	49,2	8,6	31,2	30.480	24,8	47,7	9,3	18,1	13.491	8.568	1.356	7.065	16.989
	2000	11,8	53,4	10,1	24,6	38.904	26,0	38,5	9,1	26,4	17.715	13.952	2.333	4.903	21.188
	2010	13,7	54,5	6,2	25,6	28.785	22,1	42,2	10,1	25,6	17.784	8.193	1.290	2.810	12.292
CRP	1991	28,4	14,0	8,9	48,7	2.357.564	38,1	18,7	13,6	29,7	1.761.717		-29.495	625.343	595.848
	2000	33,5	17,1	9,0	40,5	2.501.764	37,5	19,1	12,1	31,3	2.230.048		-44.742	316.459	271.716
	2010	35,6	18,9	7,3	38,3	1.987.813	38,1	20,2	10,8	30,8	1.853.474		-56.597	190.936	134.339

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Contudo, verificou-se que foi graças à imigração interestadual que a CR apresentou um saldo migratório positivo nos três quinquênios investigados, já que a cidade-região tem sido marcada por perdas populacionais para outras áreas do estado de São Paulo (TABELA 8). Porém, antes que se possa pensar numa “desconcentração demográfica” desta nova formação urbana, deve-se ponderar que estas perdas populacionais se devem exclusivamente às trocas migratórias da RMSP com as outras áreas do interior do estado. De qualquer maneira, ao se examinar mais atentamente a Tabela 8, constata-se que as maiores perdas populacionais da Região Metropolitana de São Paulo têm sido com os outros aglomerados que constituem a cidade-região, isto é, se há uma “desconcentração” esta é bem mais circunscrita e, portanto, “concentrada”. Assim, estas trocas populacionais mais intensas com alguns aglomerados, tais como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Jundiaí, demonstram que a “desconcentração concentrada” da população iniciada na década de 1970 ainda continua. Do total de 370 mil imigrantes intrarregionais que circularam pela cidade-região em 2010, 60% tinham como origem a metrópole paulista. Ou seja, reitera-se o fato de que o movimento centrífugo de redistribuição espacial da população, partindo RM de São Paulo em direção ao interior próximo, ainda se faz presente – mesmo em tempos de redução dos fluxos migratórios.

Como se nota através da TABELA 8, com a redução do volume e intensidade da migração interestadual e intraestadual¹⁴⁰, ao longo dos três períodos analisados, as outras modalidades migratórias, intrametropolitana e intra-CRP vêm ganhando participação relativa mesmo que também não apresentem tendência de crescimento expressiva. Enquanto os números de imigrantes interestaduais e intraestaduais que chegaram a CRP, em 2010, foram bem menores em relação a 1991 (cerca de 385 mil e 64 mil imigrantes menos, respectivamente), o contingente de imigrantes intrametropolitanos e intra-CRP que circularam pelos municípios que compõem a CR apresentou um pequeno crescimento de, respectivamente, 36 mil e 45 mil imigrantes. Assim, o que se nota é que o aumento da participação relativa da migração interna à CRP (intrametropolitana e intra-CRP) deve-se muito mais ao declínio na migração externa do que propriamente ao grande aumento da intensidade da primeira.

De acordo com Pinho e Brito (2016), a redução nos volumes dos fluxos migratórios, mas principalmente, o declínio nos volumes migratórios de longa distância, relacionam-se primordialmente a mudanças socioeconômicas. Segundo o autor, o pós década

¹⁴⁰ Para maiores detalhes sobre a redução da migração externa em São Paulo ver, por exemplo: Cunha (2015a); Baeninger (2012); Pinho e Brito (2016).

de 1980, período de transformações no contexto migratório, vem sendo marcado por um ritmo de crescimento econômico lento e com algumas oscilações. Paralelo a este baixo crescimento tem-se, também, quedas na taxa de emprego, devido à redução da participação da indústria, as transformações na economia vinculadas à reestruturação produtiva, globalização, mudanças na estruturação das empresas e nos padrões de relação entre o capital e trabalho. Todos estes fatores marcaram uma passagem do pleno emprego para flexibilização do trabalho e queda nos postos de trabalho. No campo dos fluxos migratórios, a consequência foi uma redução nos volumes migratórios, principalmente em direção àquelas áreas que mais atraíam população, tais como as grandes metrópoles. Portanto, é este cenário que demarca o período de análise do processo de redistribuição espacial da população no âmbito da cidade-região que, como vem sendo sublinhado, mesmo com a redução nos volumes ocorridos nesta morfologia, ainda apresenta uma continuidade na redistribuição espacial da população, bem como a aumento de novas formas de mobilidade, tais como a pendular.

Entretanto, mesmo que as décadas de 1990 e parte dos anos 2000 tenham sido marcadas por uma redução nos fluxos migratórios, há de se ponderar dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, o processo de redistribuição espacial da população, um dos elementos que caracteriza a conformação da cidade-região, continua - mesmo que em volumes menores. Isto é, a “dispersão” espacial da população com origem na metrópole paulistana em direção aos principais aglomerados urbanos da CRP ainda permanece. De fato, se, em 1991, 65% dos fluxos migratórios intrarregionais que aconteceram na cidade-região partiram da RMSP; em 2010, este percentual passou para 62%. Este leve declínio estaria relacionado ao aumento dos fluxos migratórios entre outros aglomerados da CR (como de Campinas com Sorocaba). Ressalta-se, no entanto, que, em termos de volume, os fluxos migratórios intrarregionais não apresentaram crescimento expressivo; na realidade, entre 2000 e 2010, foi possível observar até mesmo uma pequena queda nos volumes destes fluxos migratórios. Em segundo lugar, sublinha-se que, do total da migração ocorrida no estado de São Paulo, mais de 60%¹⁴¹ ocorreu no território da cidade-região, o que demonstra não só a importância desta espacialidade no cenário migratório estadual, mas também que a CRP é um espaço de fluxos por excelência.

É interessante ainda observar o papel que os fluxos migratórios têm em cada região da CRP. Por exemplo, ao considerar a composição do saldo migratório por aglomerados urbanos e modalidades migratórias, é possível deduzir o papel e o peso que cada

¹⁴¹ Estes dados foram calculados com base na matriz migratória apresentada nos anexos 1, 2 e 3 deste trabalho.

uma destas modalidades migratórias possuem na composição da população (TABELA 8). No caso da Região Metropolitana de São Paulo, percebe-se que a migração não tem contribuído para o seu crescimento populacional, mesmo que, como já dito, esta seja ainda a grande receptora de fluxos populacionais advindos de várias partes do país. Contudo, nota-se que a migração intrarregional tem sido a responsável por este saldo migratório negativo, ou seja, devido às trocas populacionais com os outros aglomerados da cidade-região, a metrópole paulistana tem sido caracterizada nos últimos anos por perdas populacionais¹⁴².

Ao olhar para os outros aglomerados, nota-se que a migração intra-CRP possui grande participação na composição do saldo migratório, o que também está relacionado com esta redistribuição espacial da população com origem na RM de São Paulo, já que grande parte dos migrantes que chegam aos outros aglomerados que compõem a CR tem origem naquela região. Por exemplo, 70% dos ganhos populacionais oriundos dos movimentos migratórios na Baixada Santista eram devido às trocas ocorridas no âmbito da cidade-região. De fato, o que se observa é que- com exceção da RMSP, RMC e aglomeração urbana de Jundiaí- em todos os outros aglomerados urbanos a migração intrarregional era a modalidade migratória com maior participação na composição do saldo migratório.

Em outras palavras, é possível constatar que cada modalidade migratória atua de maneira distinta em cada uma das espacialidades. Por exemplo, como vem sendo salientado ao longo deste capítulo, a imigração interestadual atua de maneira mais proeminente na RMSP. Mas, ao analisar a emigração por modalidades (TABELA 8), nota-se que, no âmbito da metrópole paulistana, são os emigrantes intrametropolitanos que possuem uma maior participação no computo geral das modalidades, o que demonstra o contínuo caráter de expansão desta região. Ainda analisando os diferenciais por modalidades migratórias entre as aglomerações urbanas da cidade-região, tem-se que os imigrantes intrametropolitanos e intra-CRP são os que dão o “tom” na mobilidade espacial da população de algumas áreas. Por exemplo, na aglomeração urbana de Jundiaí, verificou-se que a única modalidade migratória que não apresentou declínio nos últimos três quinquênios foi a imigração intra-CRP. Entre 1991 a 2010, o percentual desta modalidade passou de 27% para 40%, em valores absolutos este aumento representou uma passagem de 18 mil para mais de 26 mil imigrantes. É necessário ressaltar que a localização privilegiada de Jundiaí, entre as metrópoles de São Paulo e Campinas e perpassada pelas rodovias Bandeirantes e Anhanguera, fez com que este

¹⁴² Na verdade, também se deve agregar a isso a emigração com destino a outros estados, em particular os do Nordeste, movimentos estes em boa medida representados pela migração de retorno. Para maiores detalhes ver Cunha (2015a).

aglomerado se beneficiasse dos transbordamentos populacionais advindos da RMSP, assim como das trocas migratórias com o município de Campinas. Neste sentido, nota-se que dos 26 mil imigrantes que chegaram a Jundiaí, em 2010, mais de 60% eram provenientes da RM de São Paulo Contudo, ressalta-se que foi apenas no censo de 2010 que a migração intrarregional passou a ter maior preponderância nessa aglomeração. Sublinha-se que este aglomerado, assim como as regiões metropolitanas de Sorocaba, Campinas e Vale do Paraíba, em muito se beneficiaram dos processos de desconcentração industrial e de reestruturação produtiva nos últimos anos, assim como estas aglomerações também vêm sendo impactadas pela redistribuição espacial da população no âmbito da Cidade-Região Paulista.

Como já comentando, outro aglomerado que tem sido impactado pelos fluxos intra-CRP, em seu processo de redistribuição espacial da população, é a Região Metropolitana da Baixada Santista. No ano de 1991, a RMBS recebeu mais 46 mil imigrantes intra-CRP, e em 2010, este valor chegou a aproximadamente 70 mil imigrantes intrarregionais (o que, em média, representa mais 58% de toda a imigração destinada a esta região) sendo que 51% de todos os migrantes que chegaram a RMBS, eram originários da RMSP. Salienta-se que, mesmo que esta RM não tenha sido beneficiada pelo processo de reestruturação produtiva - já que as indústrias nas últimas décadas têm, preferencialmente, se instalado nas regiões de Campinas, São Paulo, São José dos Campos e Sorocaba (REOLON, 2015) - ao longo de sua constituição esta área vêm sendo marcada por uma imigração oriunda da Região Metropolitana de São Paulo. Quanto a este fato, Cunha e Farias (2017, s.p.) afirmam que “a RMBS apresenta sua dinâmica de estruturação metropolitana estreitamente imbricada com a estruturação socioespacial da própria macrometrópole, exercendo um papel peculiar na divisão do trabalho regional”. Os autores ainda destacam que existe uma parcela expressiva da população que migra da RMSP para a baixada santista, mas mantém como polo de trabalho o município de residência anterior, configurando uma situação na qual locais de moradia e trabalho estariam situados em regiões metropolitanas distintas, ou seja, um novo “espaço de vida”, a Cidade-Região.

Em síntese, ao analisar o fenômeno migratório na cidade-região através das escalas espaciais constituídas na origem e no destino, verifica-se que existem aqueles aglomerados que, em muito, foram beneficiados pelo transbordamento populacional advindo da RMSP; assim como há aqueles que, por terem um papel proeminente no cenário estadual e nacional, também possuem uma atuação preponderante no processo de redistribuição espacial da população em diversas escalas, recebendo fluxos que se originam de distintas localidades. Pode-se dizer que este é o caso da RMSP e também da região metropolitana de Campinas. Em

relação a esta última RM, destaca-se que esta tem um papel singular na rede urbana nacional e estadual. De acordo com os dados apresentados pelo último IBGE (2008), esta região foi a única metrópole a ser considerada Capital Regional A, sem ser uma capital estadual. Esta contextualização demonstra a importância desta metrópole em diversos contextos (nacional, estadual e regional). No que tange ao fenômeno migratório, é possível verificar a singularidade que a RM de Campinas também possui, recebendo (assim como a RMSP) expressivos fluxos interestaduais (que, em grande maioria, têm sua origem nos estados de Minas Gerais e Paraná¹⁴³), intraestaduais e também de outros aglomerados urbanos da CRP. Pontua-se que depois da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas é a RM com maior volume de migrantes (cerca de 332 mil migrantes no último censo).

Nota-se que os resultados demonstrados até então evidenciam a continuidade do processo de redistribuição espacial da população, mesmo em tempos de redução dos fluxos migratórios; bem como demonstram que existem aqueles aglomerados que, em muito, vêm sendo impactados pela contínua desconcentração concentrada que parte da RMSP em direção ao “interior”. Isto é, do ponto de vista dos fluxos migratórios, percebe-se, desde a década de 1970 uma crescente redistribuição da população direcionada principalmente àqueles aglomerados impactados pelo processo de desconcentração industrial. De fato, os fluxos migratórios intrarregionais em sua maioria não refletem a existência de complementaridades socioespaciais, ou seja, não apresentam uma crescente integração regional e uma expansão do “espaço de vida” cotidiano. Na realidade, são os fluxos estabelecidos no cotidiano que evidenciam a coesão entre os aglomerados. Os fluxos migratórios aqui apresentados demonstram a crescente expansão não só da população, mas também da metropolização do espaço em uma área delimitada do estado de São Paulo.

Além dos fluxos migratórios estabelecidos na escala regional, que indicam uma redistribuição espacial da população em uma escala espacial superior à escala metropolitana, observa-se também que os fluxos intrametropolitanos continuam a apresentar um processo de crescimento dos municípios periféricos, porém, agora muito mais disperso e difuso. A respeito da escala intrametropolitana, Sobrinho (2007) afirma que a contínua dispersão urbana tem, como um dos principais condicionantes, a atuação do mercado de terras e, portanto, grande parte dos movimentos populacionais que ocorreria no interior das metrópoles estaria

¹⁴³ Contudo, esta modalidade migratória também apresentou declínio na RMC, passando de 38% em 1991 para 35% em 2010. Em contrapartida, a redução dos fluxos migratórios de longa distância na RMC também ocasionou o aumento da imigração intrametropolitana (que passou de 18% para 26%) e Intra-CRP (passando de 25% para 27%). Com relação a migração interestadual nesta RM, Baeninger (1996) estudou os fluxos migratórios para a Região Metropolitana de Campinas e demonstrou a preponderância de migrantes mineiros e paranaenses nesta RM.

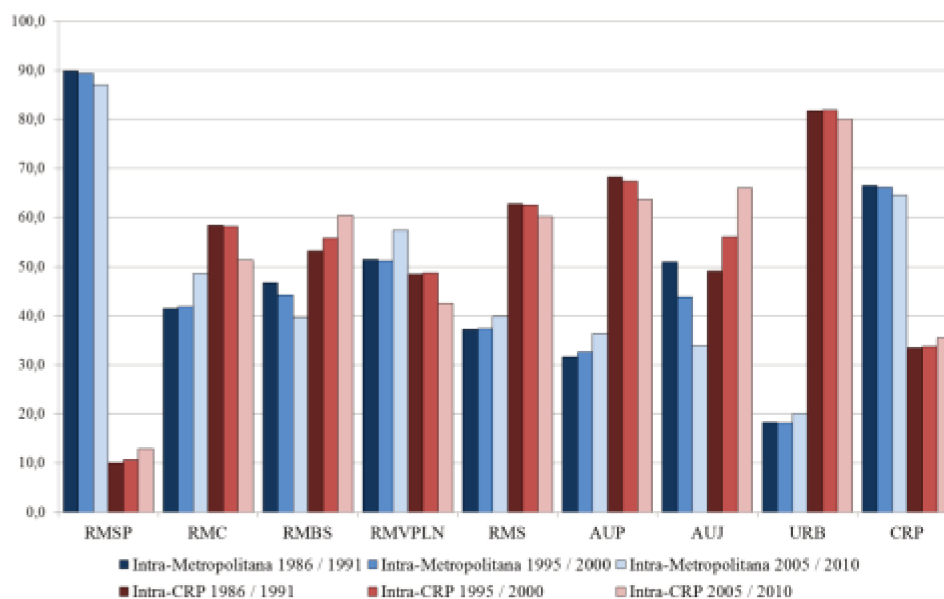
relacionada à procura por moradia e aos agentes modeladores do espaço urbano que atuam nesta esfera. Neste contexto, Cunha (2015a, p. 80) pondera “que muitas das questões referentes aos movimentos de curta distância podem, em certo sentido, ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano”. Lencioni (2008a) também ressalta que um dos elementos deste processo de reestruturação urbano-industrial, o qual interfere nas formas construídas e agrega novas áreas através de um processo de expansão, é o mercado de terras. A autora destaca:

Essa gigantesca mancha urbana, como a atual metrópole de São Paulo, requer incorporação crescente de áreas que chegam ao mercado de terras supervalorizadas em relação à valorização anterior. Mas, essas terras apresentam valor unitário menor em comparação a algumas áreas tradicionais da cidade e é essa dinâmica de preços que faz com que novas áreas sejam continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole, contribuindo para a indefinição dos limites metropolitanos. (LENCIONI, 2008a, p. 9).

Além do mercado de terras atuando na dispersão urbana, tem-se também o processo de reestruturação produtiva que, através de uma divisão territorial do trabalho, impulsiona os fluxos populacionais entre os aglomerados urbanos. Pode-se dizer que existe um processo de redistribuição espacial da população em nível regional e, também, um processo de dispersão urbana atuando na escala metropolitana que, cada vez mais, alastra o tecido urbano-metropolitano para além dos limites “oficiais” destas áreas metropolitanas.

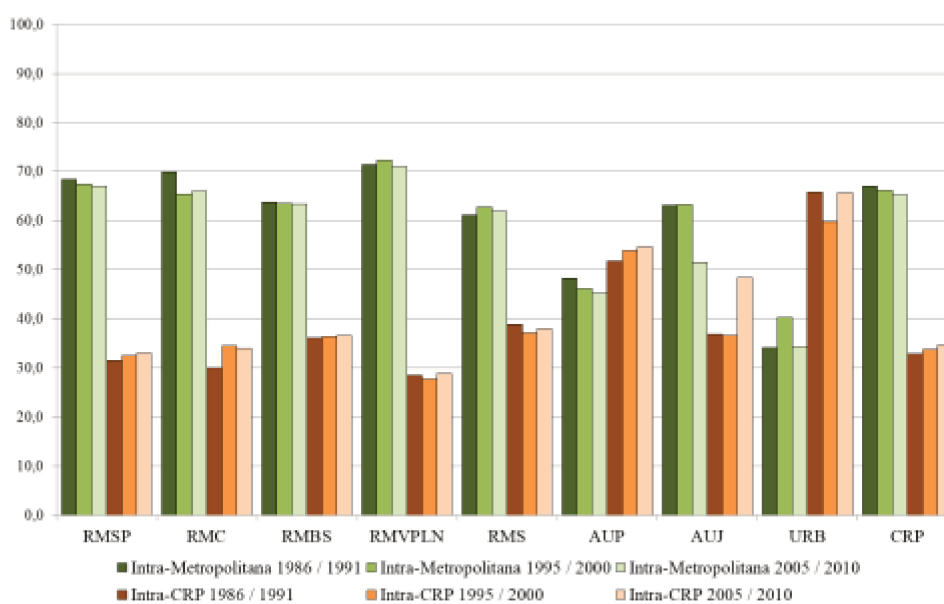
É preciso ressaltar, no entanto, que a conformação cidade-região, assim como a expansão do processo de redistribuição espacial da população na escala regional, não anula as dinâmicas inerentes à produção social do espaço intrametropolitano. Na realidade, o que se observa é que são estes diversos processos, que se conformam em múltiplas escalas, que caracterizam a CRP. Os GRÁFICO 4 e 5 têm por objetivo analisar o papel destas duas modalidades migratórias na estruturação da cidade-região de São Paulo e de seus aglomerados.

GRÁFICO 4 – Peso relativo da imigração intra-CRP e intrametropolitana. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010¹⁴⁴



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

GRÁFICO 5 – Peso relativo da emigração intra-CRP e intrametropolitana. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010¹⁴⁵



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Através destes gráficos, ao comparar a migração intrametropolitana e intra-CRP, verificou-se, nos três quinquênios analisados, que a imigração intrametropolitana era responsável por mais de 60% dos movimentos migratórios internos de toda a cidade-região. Todavia, nota-se que esta modalidade migratória apresenta proeminência apenas nas regiões

¹⁴⁴ Dado elaborado com base nos anexos 1, 2 e 3.

¹⁴⁵ Dado elaborado com base nos anexos 1, 2 e 3.

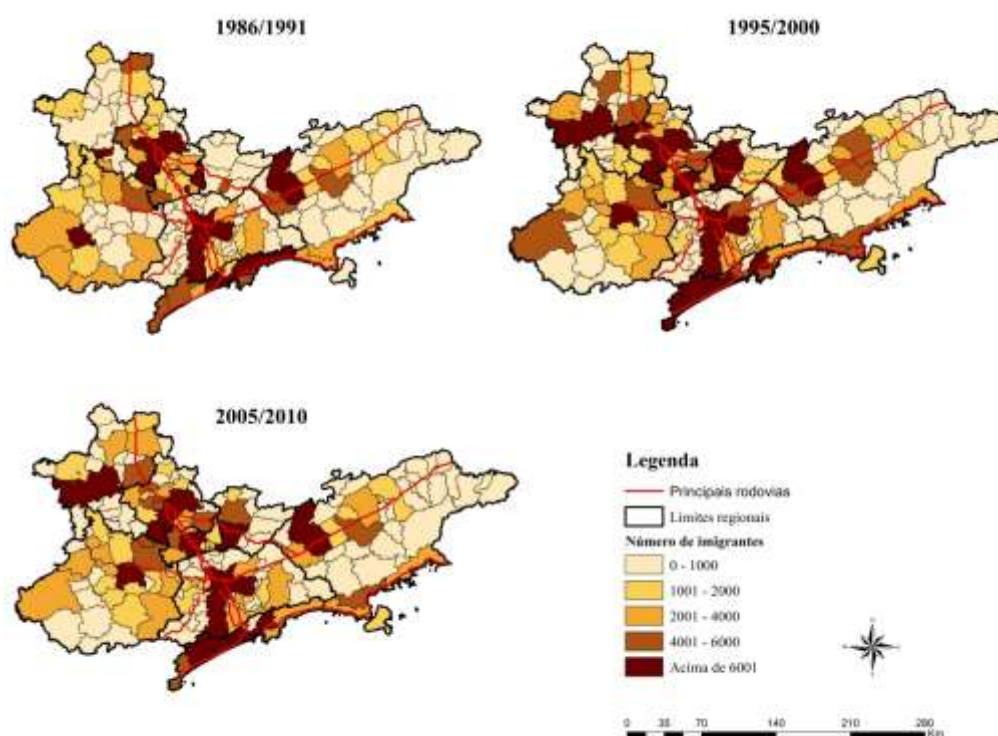
metropolitanas de São Paulo e Vale do Paraíba. Assim, torna-se necessário ressaltar que a primazia da imigração intrametropolitana expressa na cidade-região é reflexo, principalmente, do peso que a RMSP possui na média regional; ou seja, do total dos movimentos intrametropolitanos ocorridos na CRP entre o quinquênio de 2005-2010, mais de 65% haviam sido realizados na metrópole paulistana¹⁴⁶. Outra observação importante que se depreende dos Gráficos 4 e 5 é que a emigração intra-CRP não apresenta semelhanças com o comportamento expresso pela imigração. Se no caso da imigração, a mobilidade intra-CRP possuía primazia na maioria dos aglomerados da cidade-região, o mesmo não ocorre com a emigração, já que os movimentos de saída mais importantes são os intrametropolitanos. Este resultado se mostra interessante, pois evidencia que a CRP é claramente uma área de baixa emigração externa e que os movimentos de saída dos municípios são muito mais devido à redistribuição interna da população dentro das próprias aglomerações urbanas.

Como vem sendo referido ao longo deste texto, o maior fluxo de emigrantes da CR provém da Região Metropolitana de São Paulo, nesse sentido, pode se afirmar que a RMSP possui muito mais um papel de redistribuir a população pelos espaços da CRP, do que constituir-se em receptora de imigrantes intra-CRP. De acordo com os dados do último censo demográfico, enquanto aproximadamente 230 mil emigrantes partiam da RMSP em direção a algum dos aglomerados da CRP, apenas 69 mil imigrantes intra-CRP tinham como destino a metrópole paulistana. Ressalta-se que foi este expressivo número de migrantes, oriundos da RMSP, que ocasionou o crescimento da modalidade migratória intrarregional em aglomerados urbanos como Santos, Jundiaí, Sorocaba, etc.

Este processo de redistribuição espacial da população na escala regional é evidenciado pela FIGURA 13 que, através de um conjunto de mapas, apresenta a distribuição espacial dos migrantes intra-CRP em nível municipal. Ao examinar estes mapas, verifica-se que, além dos principais destinos dos migrantes intra-CRP estarem localizados ao longo dos principais eixos viários da cidade-região, constata-se um crescimento da migração intrarregional em direção aos municípios localizados ao norte e noroeste da cidade-região, ou seja, direcionados aos municípios localizados na região metropolitana de Campinas e nas aglomerações urbanas de Jundiaí e Bragança Paulista. Além disso, é possível observar um vetor de redistribuição espacial da população em direção aos municípios localizados na Região Metropolitana de Sorocaba.

¹⁴⁶ Isto é dos 706 mil imigrantes intrametropolitanos localizados na CRP, mais 400 mil realizaram este movimento no âmbito da CRP no quinquênio 2005-2010. Nos anos anteriores, ou seja, nos quinquênios de 1986-1991 e 1995-2000, grande parte da migração intrametropolitana também era realizada na RMSP, porém em volumes superiores ao registrado no censo de 2010.

FIGURA 13 – Distribuição espacial dos imigrantes Intra-CRP. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010¹⁴⁷



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Também, mesmo com a redução da migração no período 2005-2010, em comparação ao quinquênio 1995-2000, nota-se que alguns municípios que não recebiam um volume considerável de imigrantes no período 1986-1991 continuaram a ser destino dos migrantes intrarregionais entre 2005-2010. Verifica-se, também, que este processo de redistribuição espacial da população não abrange todos os municípios localizados na chamada Macrometrópole Paulista. Todavia, como pode se observar através deste conjunto de mapas (FIGURA 13), existe um processo de expansão da população que se concentra em eixos específicos e que, como se verá a seguir, são marcados não só por esta expansão, mas também por fluxos cotidianos que caracterizam a complementaridade socioespacial entre os aglomerados urbanos da CRP.

Também através deste conjunto de mapas, constatou-se que o único município que recebeu um número expressivo de imigrantes intrarregionais na RMSP foi o município de São Paulo, este fato reforça a constatação de que o grande motor de crescimento desta região (além do vegetativo, obviamente) são os fluxos migratórios intrametropolitanos. Obviamente

¹⁴⁷ Os dados da Figura 13 foram elaborados com base no Anexo 1, 2 e 3.

que a condição de São Paulo como maior centro urbano-industrial e de serviços do país o torna um importante destino também para os migrantes da CRP, que também podem se beneficiar das complementaridades existentes entre os outros aglomerados urbanos. De qualquer maneira, a baixa incidência de fluxos das regiões vizinhas para as periferias da RMSP e, como será mostrado mais adiante, as especificidades das trocas inter-regionais dentro da CRP (sobretudo em termos dos indivíduos envolvidos) revelam que as novas relações entre estas áreas – na verdade, a tese deste trabalho - não necessariamente eliminam as dinâmicas intrametropolitanas próprias das aglomerações do período fordista.

Como já observado para o caso do município de São Paulo, outro aspecto interessante, que se depreende da análise da FIGURA 13, é que os principais destinos dos imigrantes intrarregionais têm sido os municípios sedes das regiões metropolitanas e dos aglomerados urbanos. Esta tendência sugere, por um lado, que o processo de expansão territorial e a formação da CR não elimina, ao contrário, reforça a posição dos centros regionais; por outro lado, também permite pensar que isto tenderia a contribuir para as dinâmicas intrametropolitanas (ou intra-aglomeração) próprias existentes a partir de uma redistribuição espacial desta população, num segundo momento, para as zonas periféricas. Por último, os mesmos dados permitem observar que, assim como a desconcentração espacial da indústria direcionou-se em especial para os municípios localizados ao longo das principais rodovias, os imigrantes intrarregionais também tenderam a se redistribuir em direção àqueles notáveis municípios que se localizam ao longo dos principais eixos viários do estado de São Paulo.

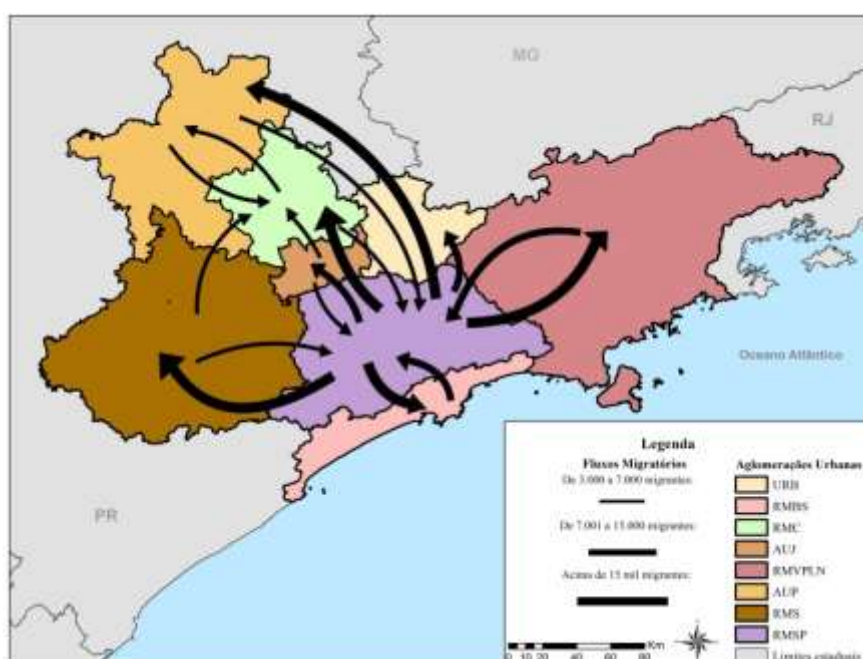
Prosseguindo a análise dos fluxos migratórios na cidade-região, as FIGURA 14, 15 e 16 retratam as principais trocas migratórias intrarregionais (acima de 3 mil pessoas) para os quinquênios de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, respectivamente. Um primeiro aspecto importante observado nestas figuras é o surgimento de novos fluxos populacionais relevantes¹⁴⁸, ao comparar os períodos mais recentes com o quinquênio de 1986-1991. Assim, principalmente no período de 1996-2000, perceberam-se novas trocas migratórias, tais como aquelas estabelecidas entre Campinas e Vale do Paraíba, Vale do Paraíba e Baixada Santista, Campinas e Sorocaba. Também é possível notar que alguns destes fluxos aumentaram o volume populacional¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Este fato não significa que estes fluxos não existiam antes, mas passaram a ser proeminentes.

¹⁴⁹ Verifica-se que algumas trocas populacionais que passaram ser evidente no quinquênio 1995-2000, apresentaram arrefecimento e não foram consideradas na Figura 16 (que demonstra os fluxos populacionais acima de 3 mil pessoas no período 2005-2010). Pontua-se que este arrefecimento se deve ao declínio da

Através deste conjunto de mapas é possível observar a forma do processo de redistribuição espacial da população que demarca a Cidade-Região Paulista. De fato, como já ressaltado anteriormente, estes fluxos não indicam necessariamente a existência de uma complementaridade socioespacial, já que nem toda mudança de residência é acompanhada por uma expansão na escala onde se estabelece o cotidiano. Todavia, esta redistribuição espacial da população tem contribuído para o crescimento dos principais aglomerados urbanos da cidade-região, bem como para expansão do processo de metropolização. Estas figuras também contribuem para se visualizar a expansão da Região Metropolitana de São Paulo (que concentrava os fluxos mais numerosos acima de 15 mil migrantes) em direção às Regiões Metropolitanas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos e Piracicaba.

FIGURA 14 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 1985-1991¹⁵⁰

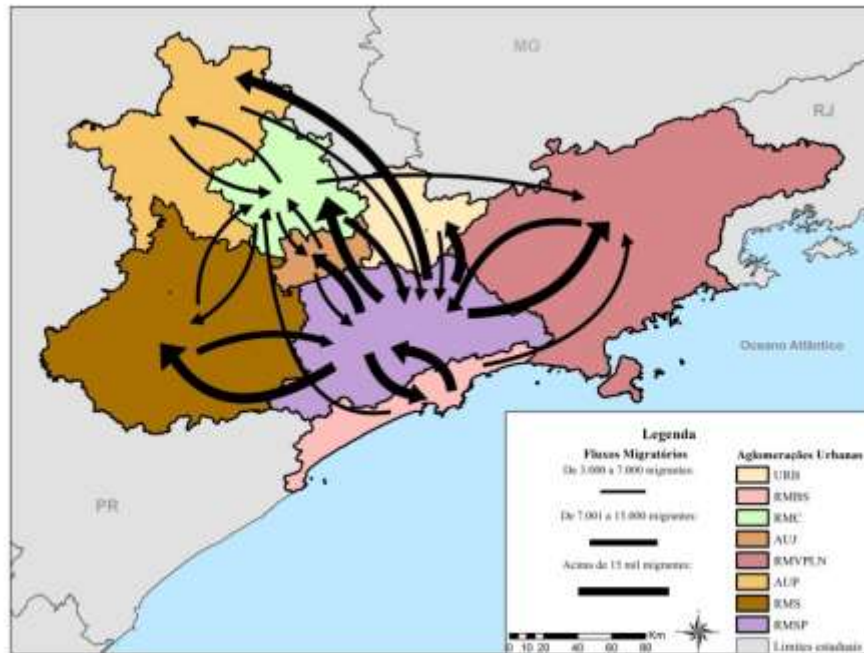


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991).

migração que já havia acontecendo nas décadas anteriores, mas que na década de 1990 apresentou uma pequena recuperação.

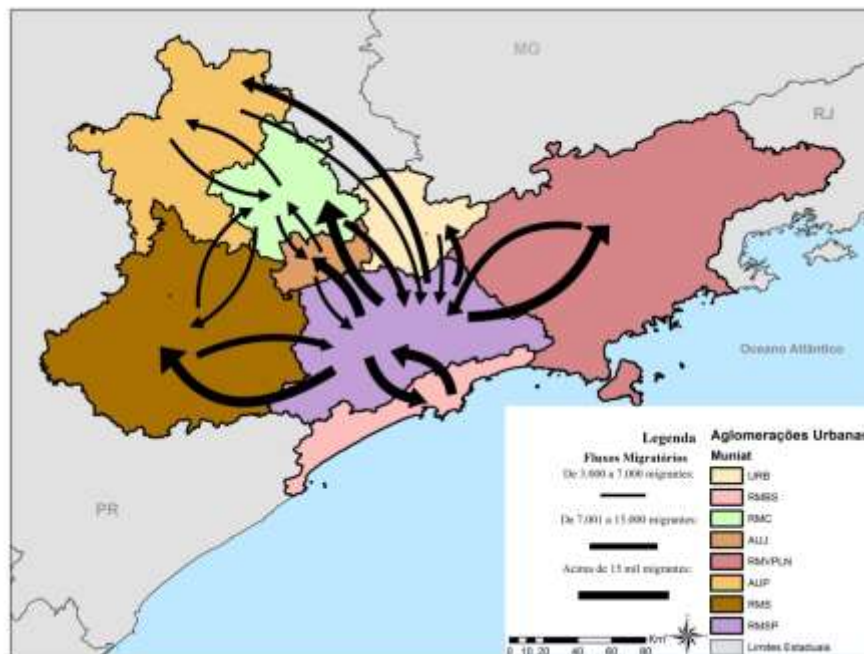
¹⁵⁰ Os dados das Figuras 14, 15 e 16 foram elaborados com base no Anexo 1, 2 e 3.

FIGURA 15 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 1995-2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000).

FIGURA 16 – Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Cidade-Região Paulista, 2005-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2010).

Por outro lado, observa-se que estes aglomerados urbanos (RMC, RMVPLN, RMS, RMBS, AUJ e AUP) também registraram fluxos populacionais direcionados a RMSP,

porém em volumes menores, como já dito, não é de se estranhar esta “contra-corrente”¹⁵¹, dado a grande importância da capital, contudo, estes fluxos não são os grandes indutores do processo de redistribuição espacial da população na cidade-região. Por fim, também em menor volume, constatou-se o aumento das trocas populacionais entre outras aglomerações urbanas que integram a cidade-região (em especial da região metropolitana de Campinas) com os aglomerados urbanos localizados a sua volta, tais como Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba.

Devido ao atual momento ser caracterizado pela expansão do espaço de assentamento e circulação em uma escala regional, tornou-se necessário adotar uma perspectiva multiescalar para analisar a mobilidade espacial da população. Assim, os fluxos migratórios, no decorrer desta sessão, foram estudados principalmente através de duas unidades escalares: intrametropolitana e intrarregional. Nesse sentido, notou-se – também – que a análise através destas escalas revelou dois movimentos intrínsecos à constituição da CRP, de continuidade da redistribuição espacial da população a nível regional (expansão) e de dispersão do tecido metropolitano a nível metropolitano.

Estes processos de dispersão urbana, em específico o de expansão da metropolização do espaço e o de coesão entre o que está fragmentado através de um sistema de fluxos e de complementaridades, têm suscitado uma intensa integração urbana e econômica, principalmente entre a Região Metropolitana de São Paulo e as RM's de Campinas, Vale do Paraíba, Santos e Sorocaba e os aglomerados urbanos de Jundiaí, Piracicaba e a unidade regional de Bragança Paulista.

Nesta nova configuração espacial formada pela expansão do processo de metropolização e reestruturação produtiva, tal como visto no primeiro capítulo, observa-se o estabelecimento de um sistema de interdependência e complementaridade de funções urbanas e de infraestrutura, que se expressam tanto no ordenamento das atividades econômicas e a especialização produtiva dos lugares, quanto na redistribuição e mobilidade espacial da população. Assim sendo, da mesma forma que a migração – como fluxo topográfico - pode refletir estas relações, há outro tipo de mobilidade espacial que, de forma muito mais eloquente, expressa tal contiguidade, integração e complementaridade, ou seja, a mobilidade pendular (CUNHA et al. 2013). Sendo assim, considera-se essencial debruçar-se sobre esse tipo de movimento, não apenas como fenômeno social (e econômico) autônomo, mas,

¹⁵¹ No jargão dos estudos migratórios o termo “contra-corrente” se usa para os fluxos com mesma direção, mas com sentido contrário ao fluxo dominante (ou de maior volume), nesse caso, claramente os fluxos originados na RMSP (em especial em São Paulo) com direção às outras aglomerações da CRP.

também, a partir de sua articulação com a mobilidade residencial. É o que será feito na próxima seção.

Entre a coesão e a dispersão: a estruturação das complementaridades regionais através da pendularidade

De acordo com as discussões realizadas até o presente momento, o final do século XX, assim como as últimas décadas, foi caracterizado por significativas transformações na dinâmica migratória nacional e do estado de São Paulo, e também por mudanças no processo de redistribuição espacial da população nos ambientes metropolitanos. Para Rigotti e Campos (2009, p. 22-23) no contexto destas transformações, tem-se uma crescente “regionalização dos fluxos”, isto é, “uma tendência espacial centrípeta em pontos selecionados – regiões metropolitanas ou grandes aglomerações urbanas contendo uma capital de unidade da federação – cujos centros urbanos são áreas de maior dinamismo econômico”. O mesmo autor destaca que, ao mesmo tempo em que se tem uma regionalização dos fluxos, verifica-se também uma “fragmentação dos fluxos”, ou seja, com o arrefecimento das grandes correntes migratórias, principalmente aquelas destinadas aos grandes centros regionais do país, viu-se também uma “redefinição dos papéis e a especialização de algumas regiões, ao mesmo tempo em que criou novas economias de aglomeração no território nacional” (RIGOTTI; CAMPOS, 2009, p. 23).

Além destas transformações, as últimas décadas têm sido marcadas pelo significativo aumento da chamada mobilidade pendular¹⁵². Sublinha-se que a ação de comutar¹⁵³ em muito se associa às grandes cidades e aglomerações, mas não está restrita a estes espaços. A mobilidade pendular geralmente ocorre devido ao “descompasso”¹⁵⁴ entre o local de residência e os locais onde se realizam as atividades de trabalho e/ou estudo

¹⁵² Sobre a mobilidade pendular, há de se ressaltar que este é um conceito polissêmico, para D’Arcier e Raux (1994, p. 247 *apud* MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 122) “a mobilidade corresponde ao conjunto de deslocamentos que o indivíduo efetua para executar os atos de sua vida cotidiana (trabalho, compras, lazer)”. Todavia, por trabalhar com dados censitários, o presente trabalho conceitua os movimentos pendulares de acordo com a fonte de dados utilizada, ou seja, definida como o movimento cotidiano realizado por motivo de trabalho e estudo, para outro município que não o de residência.

¹⁵³ O termo comutador foi baseado no texto de Sobreira, 2007. De acordo com este autor, “na bibliografia de língua inglesa o ato de fazer um deslocamento pendular é denominado pelo termo ‘commuting’. A pessoa que realiza esses deslocamentos é chamada de ‘commuter’. Assim, na falta de um termo na língua portuguesa para a pessoa que executa esse tipo de deslocamento, utilizou-se o termo comutador” (SOBREIRA, 2007, p. 8).

¹⁵⁴ A teoria dos desajustes espaciais foi proposta inicialmente por Jonh F Kain na década de 1970, mas também foi trabalhada por diversos outros autores, procurava descrever os descompassos existentes entre a localização das famílias negras e de baixa renda e os lugares de concentração de atividades econômicas e emprego nos Estados Unidos. No caso do Brasil, este *spatial mismatch* não tem a característica da segregação racial perpetuada nos EUA, mas existe um descompasso da concentração da população de mais baixa renda e a localização das atividades econômicas.

(CUNHA et al., 2013). Pode-se dizer que, por ser um fenômeno intrinsecamente relacionado aos espaços metropolitanos, os movimentos pendulares (bem como seu aumento) têm suas raízes na “produção social do espaço urbano, como a espacialização das atividades econômicas e dos locais de moradia, gerando a configuração de locais com funções distintas, permeados pelo acesso diferenciado à terra e pela divisão regional do trabalho metropolitano” (ANTICO, 2003, p. 17). Em outras palavras, estes movimentos estão relacionados a dois elementos de estruturação do espaço intrametropolitano: a “localização” (VILLAÇA, 2001) de atividades econômicas e do emprego e a estruturação do mercado de terras intrametropolitano (que também está associado aos sistemas de localização).

Quanto à produção das “localizações”, Villaça (2001) ressalta que estas também estão associadas à ação dos agentes modeladores do espaço urbano que, de acordo com os interesses em voga, criam localizações e centralidades. Quanto às centralidades, pode-se dizer que estas são localizações que possuem uma grande acessibilidade territorial e concentram a maior parte das atividades econômicas e dos equipamentos urbanos. Assim, devido ao fato destas localizações/centralidades serem criadas para atender aos interesses do mercado e das classes sociais de mais alta renda, a moradia próxima a estas áreas se torna mais restrita a certos grupos sociais, já que a própria criação de localizações valoriza certas áreas.

Em síntese, o que se observa é que certos grupos sociais podem residir perto das principais centralidades do “espaço intraurbano”, (VILLAÇA, 2001), enquanto outros são impelidos a residir nas áreas periféricas. É este descompasso que “reflete o distanciamento progressivo entre o lugar de moradia e o de trabalho, fruto da não-coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social” (CUNHA, 2015a, s.p.) que condiciona a crescente pendularidade no espaço intrametropolitano. Nas palavras de Villaça (2001), “são as crescentes concentrações de atividades econômicas, ou seja, a criação de centralidades, que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços” (VILLAÇA, 2001, p. 20).

De fato, devido à mobilidade pendular ser um fenômeno característico dos ambientes metropolitanos, em muito este reflete a estruturação do espaço intraurbano e, como já dito, o descompasso entre a concentração das atividades econômicas e os locais de moradia. Contudo, há, também, os movimentos relacionados à estruturação do espaço regional, que estariam relacionados à forma como as atividades econômicas se distribuem pelo território, ou seja, também seriam reflexos da divisão territorial do trabalho. Porém, é necessário ressaltar que, tanto o mercado de terras quanto a divisão territorial do trabalho também podem

influenciar os deslocamentos na escala intrametropolitana e intrarregional, muito embora possa-se considerar que haja elementos que atuam de maneira mais incisiva em certas escalas socioespaciais.

É preciso ressaltar que a expansão do tecido urbano/metropolitano, tal como demonstrado por Ântico (2003) para RM de São Paulo, também é um dos elementos que explica o aumento dos deslocamentos diários no âmbito das aglomerações urbanas. Entretanto, se antes esta expansão estava associada à chamada “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979); nos dias atuais, a dilatação do tecido urbano ganha novas nuances e características, sendo umas delas a heterogeneização das áreas periféricas (MARQUES, 2015; CUNHA, 2018a) que, conseqüentemente, levou novos atores a participarem dos deslocamentos pendulares.

Se antes este tipo de mobilidade era essencialmente realizado pelas camadas mais populares, hoje estes movimentos são realizados, embora em menor escala, por pessoas de mais alta renda também. Neste contexto, Villaça (2001) ressalta que a “nova mobilidade territorial, juntamente com o empenho do capital imobiliário em tornar obsoletos os centros existentes e promover novos centros e novas frentes imobiliárias, fez com que um novo padrão de deslocamentos se estabelecesse em nossas metrópoles” (VILLAÇA, 2001, p. 281). Para o autor estas novas nuances também se relacionam as mudanças no sistema de transporte, tal como pontuado também por Mattos (2004), ou seja, o aumento no uso e no número de veículos motorizados por pessoa incidiu na redução das distâncias e nas decisões sobre localização de um número expressivo de famílias e empresas. Destaca-se que este fenômeno, aliado à política econômica assentada nas empresas automobilísticas, gerou o aumento da demanda por rodovias e refletiu na expansão metropolitana baseada nos eixos rodoviários, como também, contribuiu e fortaleceu o processo de expansão e dilatação das metrópoles. Por fim, a adoção e a propagação de novas tecnologias de informação também refletiram na redução das distâncias e nas decisões de localização de famílias e empresas estimulando assim o crescimento do periurbano, tal qual afirma Mattos (2004):

Em suma, os efeitos conjuntos do crescimento da mobilidade automotriz e da maior presença das NTIC (novas tecnologias de informação e comunicação) contribuíram para uma significativa expansão territorial do campo de externalidades metropolitanas, fazendo com que diversos processos produtivos, bem como uma importante parcela da população, deixassem de sentir necessidade de se concentrar na cidade compacta, optando por uma razoável proximidade do lugar em que eram geradas as maiores economias de aglomeração (MATTOS, 2004, p. 170).

Quanto ao expressivo crescimento dos movimentos pendulares nas últimas décadas¹⁵⁵, pontua-se que este tem sido um dos elementos mais significativos das chamadas transformações metropolitanas. O que se nota é que as áreas metropolitanas cada vez mais vêm sendo caracterizadas por uma intensa mobilidade, derivada tanto do aumento no número de viagens e dos indivíduos envolvidos nestes deslocamentos, quanto do aumento da velocidade com que estes deslocamentos ocorrem. Este significativo acréscimo nos movimentos pendulares demonstra um uso extensivo do território, bem como evidencia a contínua expansão dos aglomerados urbanos e do “espaço de vida” de suas populações (PALOMARES, 2008).

Além da expansão do tecido urbano/metropolitano¹⁵⁶ que se torna mais disperso e fragmentado, outros fatores também influenciam nas características e no aumento dos deslocamentos diários, tais como: as transformações no modelo produtivo (as quais influenciam a distribuição da produção e do emprego, bem como as novas lógicas de produção adotadas pelas grandes empresas¹⁵⁷), fragmentação espacial, especialização e complementaridade crescente entre os espaços. Todos estes elementos estruturantes, além das próprias mudanças nos modos de transporte, desenvolvimento de redes e os avanços tecnológicos, afetam não só os comportamentos culturais, de lazer, o uso da terra, mas também a mobilidade da população. Dada esta multiplicidade de fatores, ressalta-se que é preciso superar o paradigma de causalidade na interpretação da mobilidade cotidiana, principalmente nas áreas metropolitanas, e introduzir a dialética, o que implica compreender que existe uma relação entre as mudanças macroeconômicas, a produção do espaço e a mobilidade cotidiana.

Ainda analisando o crescimento da mobilidade pendular e de seus condicionantes, nota-se que, enquanto o número de ocupados¹⁵⁸ que realizavam movimentos pendulares no território brasileiro no ano 2000 era de 7 milhões; em 2010, este volume passou para 14 milhões, o que representou uma taxa de crescimento de 6,9% a.a. Deste total de comutadores, mais de 28% estavam concentrados no estado de São Paulo, de acordo com os dados do último censo demográfico. Para Deschamps et al. (2006) este expressivo aumento é reflexo

¹⁵⁵ Os movimentos pendulares no Brasil, de acordo com os dados apresentados nos dois censos demográficos (entre 2000 e 2010) passaram de cerca de 7 milhões para mais de 14 milhões de pendulares.

¹⁵⁶ Mesmo que a periferia tenha certamente se tornado mais heterogênea, esta continua adensando a população de mais baixa renda, que ainda continua sendo enviada maciçamente para áreas cada vez mais distantes das principais localizações da estrutura metropolitana.

¹⁵⁷ Estas lógicas seriam aquelas adotadas no processo de reestruturação produtiva, tais como desverticalização da produção, especialização produtiva, terceirização, etc.

¹⁵⁸ Os ocupados nos censos demográficos foram aqueles que na semana de referência do censo exerciam alguma atividade remunerada.

não apenas das mudanças estruturais e territoriais citadas anteriormente, mas também está relacionado às transformações no metabolismo demográfico da população que, devido à queda da fecundidade nas últimas décadas, ocasionou um aumento da População em Idade Ativa (PIA). Ressalta-se que este crescimento da PIA também foi acompanhado por um aumento da população ocupada no período 2000-2010, como resultado da acentuada queda na taxa de desemprego no decênio referido.

No mais, verifica-se que este crescimento também tem sido um fato notável na Cidade-Região de São Paulo. Na realidade, é nesta territorialidade que se encontra o maior volume de pendulares não só do estado de São Paulo, mas também do Brasil. Isto é, 70% dos indivíduos que, no ano de 2010, declararam realizar algum deslocamento por motivo de trabalho ou estudo no estado de São Paulo, residiam na Cidade-Região Paulista. Quanto ao aumento deste fenômeno, observa-se através da Tabela 9¹⁵⁹ que, entre o período 2000-2010, este foi de aproximadamente 70%, o que implicou a passagem de cerca de 1,1 milhão de pendulares em 2000, para mais de 1.8 milhão em 2010. Portanto, pode-se afirmar que a mobilidade pendular apresentou uma taxa de crescimento de 5,6% a.a. no período de 10 anos, sendo expressivamente superior à taxa geométrica de crescimento da população residente na CRP no mesmo decênio¹⁶⁰.

Com relação à pendularidade na cidade-região, nota-se que, assim como grande parte do volume migratório da CRP estava concentrado na Região Metropolitana de São Paulo, o mesmo ocorreu com a mobilidade pendular, com mais de 60% dos comutadores da CR residindo nesta região. Todavia, mesmo que São Paulo concentre o maior número de pendulares e apresente um crescimento maior em termos de volume no período 2000-2010, é interessante notar que, com exceção da baixada santista, todos os outros aglomerados urbanos apresentaram uma taxa de crescimento desse tipo de movimento superior ao da metrópole paulistana.

¹⁵⁹ Quanto aos dados que remetem ao fenômeno da pendularidade nos censos demográficos, é necessário fazer alguns esclarecimentos. O primeiro deles refere-se ao fato de que a pendularidade não é analisada neste capítulo para os três censos estudados neste trabalho – assim como feito com a migração – uma vez que a pergunta sobre “trabalho e estudo” em outro município não foi incorporada no censo demográfico de 1991. Deve-se alertar, também, para o fato de que, para efeito de comparação entre os censos 2000 e 2010, foi necessário elaborar uma compatibilização entre eles, isso porque, em 2010, as motivações para o movimento (trabalho e estudos) foram separadas, enquanto em 2000 foram tomadas conjuntamente. Para maiores detalhes sobre esse procedimento ver Cunha et al. (2013).

¹⁶⁰ Quanto à mobilidade pendular, ressalta-se que esta é um fenômeno socioespacial importante, principalmente no âmbito dos aglomerados urbanos, todavia, esta não deve ser considerada como um fenômeno demográfico, uma vez que não altera a população residente em uma determinada localidade em termos de tamanho ou composição.

Outro aspecto importante relacionado aos movimentos pendulares são as escalas espaciais em que estes movimentos ocorrem. Ou seja, assim como a migração foi analisada de acordo com a escala espacial dos fluxos, a multiescalaridade da mobilidade pendular também será analisada através de duas unidades escalares: a intra-aglomeração (ou intrarregional) e a inter-aglomerações (inter-regional), esta última relacionada aos os movimentos externos à cada área e, certamente os que mais interessam para os propósitos desse trabalho. A partir da Tabela 9 nota-se que mais de 80% dos movimentos pendulares efetuados na CRP, tanto em 2000, quanto em 2010, ocorriam no interior das aglomerações. De fato, à exceção da unidade regional de Bragantina, em que apenas 35% de seus movimentos pendulares eram realizados no seu interior, todas as outras espacialidades da cidade-região apresentavam um grau de fechamento relativamente forte, isto é, com grande parte da mobilidade diária sendo realizada no chamado espaço “intraurbano” (VILLAÇA, 2001).

TABELA 9 – Volume dos movimentos pendulares, população em idade ativa pendular e ocupada pendular, segundo condição de pendularidade¹⁶¹

Aglomerações	Volume dos movimentos pendulares						PIA Pendular					
	Interna		Externa		Total		Interna		Externa		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMSP	90,7	89,9	9,3	10,1	1.119.287	1.849.009	90,7	90,3	9,3	9,7	1.085.695	1.761.381
RMC	73,4	72,3	26,6	27,7	184.767	334.478	73,3	72,7	26,7	27,3	179.723	320.331
RMBS	79,9	78,7	20,1	21,3	128.154	203.525	80,0	79,4	20,0	20,6	123.530	192.675
RMVPLN	76,5	77,6	23,5	22,4	82.346	148.650	76,6	78,2	23,4	21,8	79.922	141.136
RMS	63,7	63,1	36,3	36,9	66.181	140.389	63,6	64,0	36,4	36,0	63.883	133.773
AUP	44,8	52,3	55,2	47,7	35.965	75.598	44,6	52,5	55,4	47,5	34.944	71.909
AUJ	57,2	50,8	42,8	49,2	62.901	122.572	57,0	51,2	43,0	48,8	60.971	117.945
URB	29,8	34,1	70,2	65,9	12.742	29.054	30,1	35,0	69,9	65,0	12.315	26.856
CRP	83,6	81,5	16,4	18,5	1.692.342	2.920.815	83,6	82,4	16,4	17,6	1.640.983	2.766.006

(cont...)

Aglomerações	PEA Pendular						Taxas geométrica de crescimento 2000/2010		
	Interna		Externa		Total		Interno	Externo	Total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010			
RMSP	91,2	90,8	8,8	9,2	1.050.808	1.672.895	5,1	6,0	5,1
RMC	75,3	74,2	24,7	25,8	169.246	299.540	6,0	6,5	6,1
RMBS	80,1	80,4	19,9	19,6	118.448	181.755	4,6	5,3	4,7
RMVPLN	77,7	79,5	22,3	20,5	71.824	128.229	6,2	5,6	6,1
RMS	64,6	65,0	35,4	35,0	58.540	122.566	7,7	8,0	7,8
AUP	47,2	55,0	52,8	45,0	29.169	63.023	9,4	6,2	7,7
AUJ	57,9	52,0	42,1	48,0	57.251	112.591	5,6	8,4	6,9
URB	30,6	36,1	69,4	63,9	10.877	23.897	10,1	7,9	8,6
CRP	84,6	83,4	15,4	16,6	1.566.164	2.604.495	5,3	6,9	5,6

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

Todavia, mesmo que a maioria das regiões possua um grau de fechamento significativo, ressalta-se que existem diferenciais relevantes entre elas. Por exemplo, ao comparar o percentual da pendularidade por aglomerados, percebe-se que a região

¹⁶¹ Os Dados da Tabela 9 e dos Gráficos 6, 7, 8 e 9 tem como base as Matrizes de pendularidade que constam nos Anexos 29 e 30. Nos mais, é preciso pontuar que os movimentos pendulares internas nesta tabulação, referem-se aqueles ocorridos no âmbito dos aglomerados e regiões metropolitanos, já os movimentos externos seriam aqueles que ocorrem entre aglomerados urbanos.

metropolitana de São Paulo possui um grau de fechamento superior as outras áreas, com mais de 90% de seus movimentos pendulares sendo realizado na própria região. Na verdade, ao analisar a Tabela 9, é possível observar que os movimentos pendulares internos tendem a ser mais importantes em termos relativos nas regiões mais consolidadas, como é caso das regiões metropolitanas de Campinas, Santos e Vale do Paraíba que, no ano de 2010, tiveram, respectivamente, cerca de 72%, 79% e 78% de seus movimentos realizados no espaço intrametropolitano.

Por fim, ressalta-se que, ainda que a mobilidade interna possua maior peso relativo no total da pendularidade registrada, constata-se que foram os movimentos inter-regionais que manifestaram as maiores taxas de crescimento entre o período 2000-2010. Este crescimento da pendularidade entre aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista também foi demonstrado por Cunha et al. (2013, p. 454) que, ao analisarem os volumes, a intensidade e as características dos comutadores intrarregionais, observaram que os condicionantes que estariam no cerne deste tipo de deslocamento seria a “desconcentração produtiva e suas consequências socioespaciais como é o caso das novas formas de urbanização e localização da população”. Além do mais, os autores perceberam, como também será demonstrado mais a diante, que existe uma intensificação dos fluxos e dos sistemas de relações estabelecidos entre as RM’s de São Paulo através dos movimentos pendulares. Estas relações se dão através de pessoas cujo perfil predominantemente é de indivíduos do sexo masculino, jovens adultos e altamente qualificados, o que “sugere que esse tipo de mobilidade não apenas espelha a já mencionada desconcentração econômica, como também novas preferências locacionais, especialmente por parte das pessoas de mais alta renda” (CUNHA et al., 2013, p. 454).

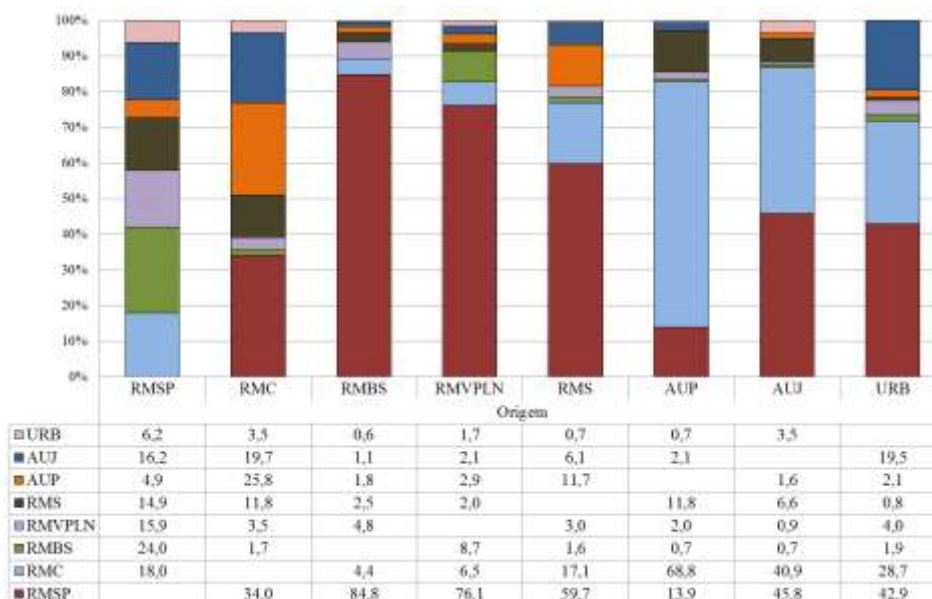
Portanto, mesmo apresentando um volume menor, a mobilidade pendular externa vem ganhando cada vez mais destaque no cenário regional. Este aumento dos movimentos pendulares externos, que em volume representou uma passagem de quase 140 mil para mais 260 mil comutadores, demonstra que cada vez mais a cidade-região vem se tornando um “espaço de vida” para uma parcela específica da população. No mais, sublinha-se que esta constatação contribui para reforçar uma das assertivas delineadas ao longo deste capítulo, isto é, que a cidade-região ainda está em processo de conformação e, conseqüentemente, seu processo de coesão vem sendo estruturado, tal qual pode ser notado através das taxas de crescimento pendular externo.

De fato, as escalas espaciais que ocorrem na mobilidade pendular possuem lógicas de estruturação e motivações distintas¹⁶². Quanto à lógica destes movimentos, destaca-se que a mobilidade pendular realizada no espaço intrametropolitano, em muito, está relacionada aos descompassos entre a localização das atividades econômicas e os locais de residência da população, a crescente periferização e dispersão do tecido metropolitano e, portanto, correlaciona-se a ação dos agentes modeladores do espaço que atuam na estruturação do espaço urbano/metropolitano, bem como na localização dos grupos sociais envolvidos¹⁶³. Neste sentido, a mobilidade pendular atuaria como uma estratégia para certos grupos sociais usufruírem do sistema de oportunidades que o ambiente metropolitano fornece (CUNHA; SOBREIRA, 2008).

Por outro lado, os movimentos pendulares em nível regional estariam muito mais relacionados às novas lógicas de configuração do mercado de trabalho, do setor produtivo e, conseqüentemente, da desverticalização da indústria e especialização produtiva. Ou seja, a mobilidade pendular que se observa entre as aglomerações da CRP estaria em boa medida associada à reestruturação produtiva e às novas lógicas de acumulação do capital industrial. Neste contexto, o conjunto de gráficos a seguir (Gráficos 6, 7, 8 e 9) apresentam a origem e destino dos movimentos pendulares externos e buscam elucidar as lógicas de complementaridade entre as regiões através da composição dos fluxos segundo os aglomerados de origem e destino.

¹⁶² Por exemplo, os movimentos realizados na escala intrametropolitana podem estar associados muito mais ao mercado de terras que ao mercado de trabalho, já a nível regional estes podem estar mais associados ao mercado de trabalho.

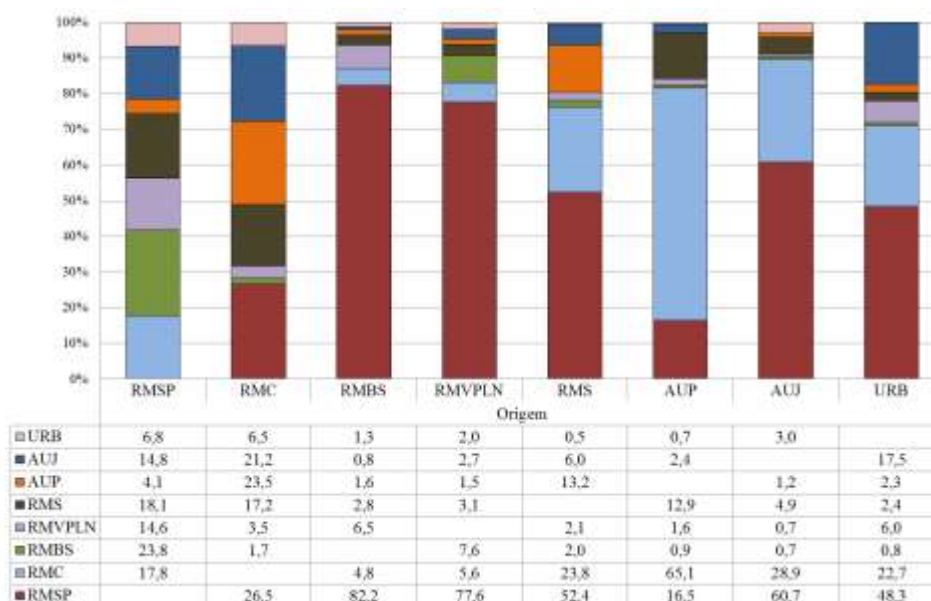
¹⁶³ De acordo com Cunha e Sobreira (2008, p. 100) “pode-se dizer que existem vários fatores que explicariam a intensificação da pendularidade em uma grande metrópole, sendo que estes certamente variam de acordo com os grupos sociais envolvidos, suas possibilidades de escolha e os recursos físicos e de infraestrutura disponíveis”.

GRÁFICO 6 – Origem “externa” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

Através destes gráficos é possível notar que a Região Metropolitana de São Paulo recebe pendulares advindos de todos os aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, como também destina comutadores para todas as regiões, muito embora os volumes de “entradas” e “saídas” sejam muito distintos. De fato, enquanto cerca de 69 mil indivíduos residentes na RMSP realizam movimento pendular para outras áreas da cidade-região, mais de 123 mil pendulares chegam a esta RM diariamente para trabalhar ou estudar, o que implica não apenas o montante de mais de 40% de toda a pendularidade de caráter externo registrada na CR, mas também ocasiona um “superávit” de cerca de 53 mil pessoas, em favor da região como lugar “escolhido” para os exercícios das atividades produtivas ou educacionais.

GRÁFICO 7 – Origem “externa” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Em outras palavras, o que se percebe é que a pendularidade, no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, possui um comportamento oposto àquele apresentado pela migração; em outras palavras, se os movimentos migratórios possuem um movimento centrífugo, sendo redistribuído da RMSP para as outras aglomerações, a pendularidade é nitidamente caracterizada por uma tendência centrípeta, com a metrópole paulistana sendo a grande receptora dos movimentos pendulares. Tal constatação elucida a primazia e a polarização de São Paulo sobre as outras áreas da CRP.

Prosseguindo a análise dos pendulares que deixam e chegam a RMSP diariamente, nota-se, ao comparar os Gráficos 7 e 8, que a distribuição percentual da origem e dos destinos quase se equiparam, entretanto, há diferenças significativas ao comparar os que deixam e os que entram nesta RM. Por exemplo, em 2010, um dos principais destinos dos pendulares que residiam na RM de São Paulo eram as aglomerações de Jundiaí (28%), Campinas (18%) e Santos (15%), enquanto que as principais origens dos que chegavam a esta RM eram Santos (23%), Sorocaba (18%) e Campinas (17%). Ou seja, mesmo que a RMSP receba e envie pendulares de e para os aglomerados, existem aqueles que possuem uma maior coesão com esta região. Tal fato está relacionado ao tipo de complementaridade que a Região Metropolitana de São Paulo tem com cada um dos seus aglomerados, e também pela facilidade dada pela proximidade física e pelas vias de circulação. É exemplo deste sistema de complementaridades, estabelecido através da pendularidade, as relações ajustadas entre a Baixada Santista e a Metrópole Paulistana. Apesar destas duas unidades, percebe-se um

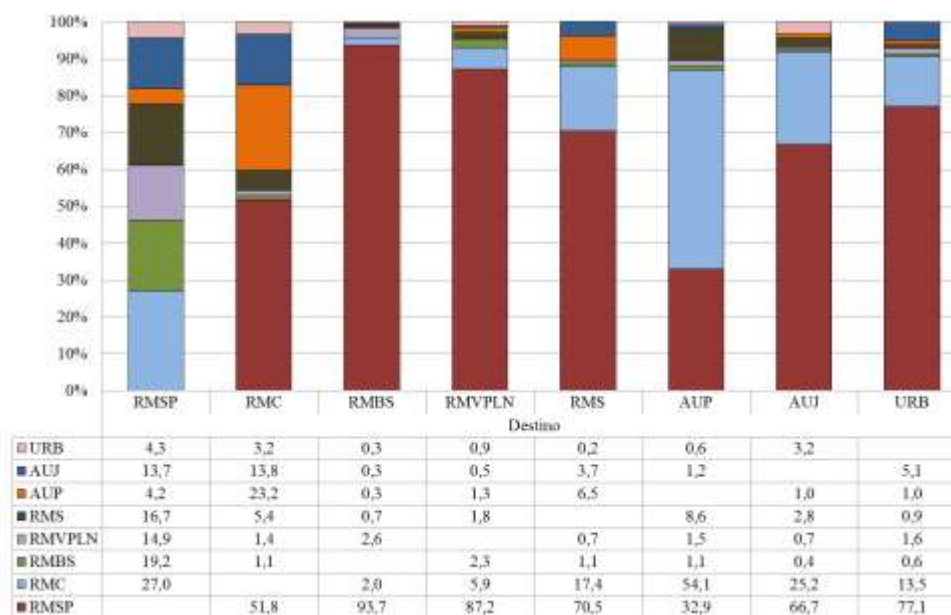
sistema de integração, que se dá principalmente sob o ponto de vista da cadeia produtiva, a qual remonta da década de 1950 e está ligada à instalação da indústria de base em Cubatão, ao porto de Santos e, posteriormente, à atividade petrolífera (CUNHA; FARIA, 2017).

Além da Região Metropolitana de São Paulo, nota-se, também, que a Região Metropolitana de Campinas possui uma origem diversificada no contexto dos movimentos pendulares, fato que qualifica esta região como outra polaridade importante no âmbito da cidade-região. Percebe-se que, do total de comutadores que chegavam para trabalhar ou estudar diariamente na RMC, em 2010, estes eram oriundos, majoritariamente, da própria RMSP (26%), os demais eram da RMS (17%), AUP (23%) e Jundiaí (21%). Com relação ao fluxo RMSP/RMC, verificou-se, através das matrizes de pendularidade¹⁶⁴ que, no ano de 2010, a maior parte dos comutadores que deixavam a RM de Campinas para trabalhar ou estudar na metrópole paulistana era proveniente do próprio município sede (cerca de 21 mil pendulares). A mesma constatação é válida para o contra-fluxo, aproximadamente 11 mil pessoas deixavam a capital de São Paulo para trabalhar ou estudar¹⁶⁵.

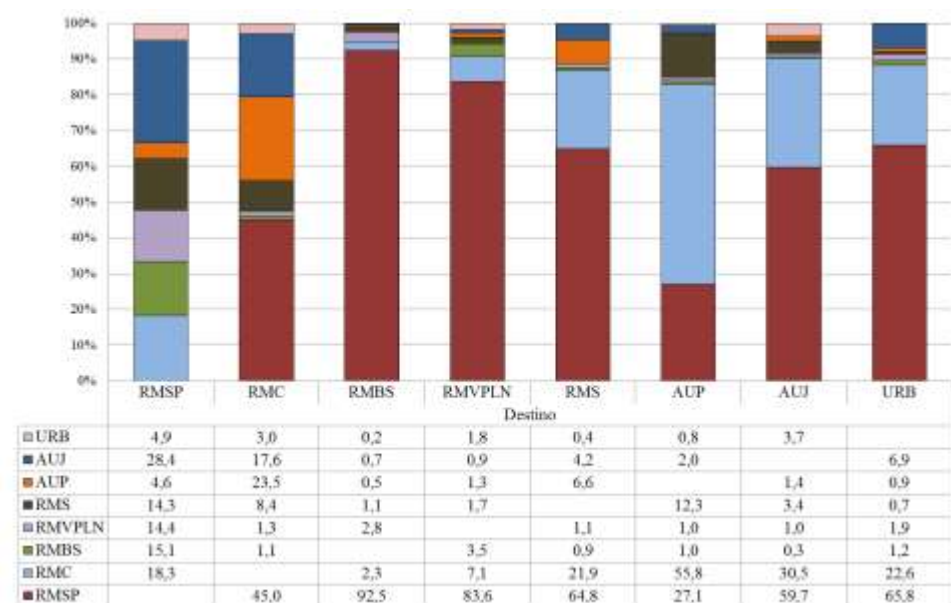
Por fim, a análise da composição da mobilidade pendular, segundo a origem e destino por aglomerados urbanos (Gráficos 9, 10, 11 e 12), revela alguns padrões e tendências dos espaços de circularidade dos pendulares no âmbito da cidade-região de São Paulo. Neste sentido, como ressaltado anteriormente, o estudo da pendularidade, neste capítulo, tem evidenciado a existência de duas polaridades na CR: as RM's de São Paulo e Campinas. De fato, a primazia de São Paulo é significativamente superior àquela exercida pela RMC, todavia, há de se ressaltar que esta região cada vez mais vem ganhando importância no contexto da CR. Nesta perspectiva, nota-se que o volume de pendulares externos que chegam a RM de Campinas aumentou significativamente no período 2000/2010, passando de 23 mil pendulares em 2000, para mais de 40 mil comutadores em 2010.

¹⁶⁴ Anexos 29 e 30.

¹⁶⁵ Analisando estes fluxos entre os anos, notou-se que o fluxo de Campinas para São Paulo aumentou consideravelmente, enquanto o fluxo RMSP > RMC cresceu em uma proporção menor, o que suscita a hipótese de que as complementaridades, no que tange aos movimentos pendulares, se dão principalmente em direção a São Paulo.

GRÁFICO 8 – Destino “externo” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

GRÁFICO 9 – Destino “externo” da população residente que realiza movimento pendular. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010

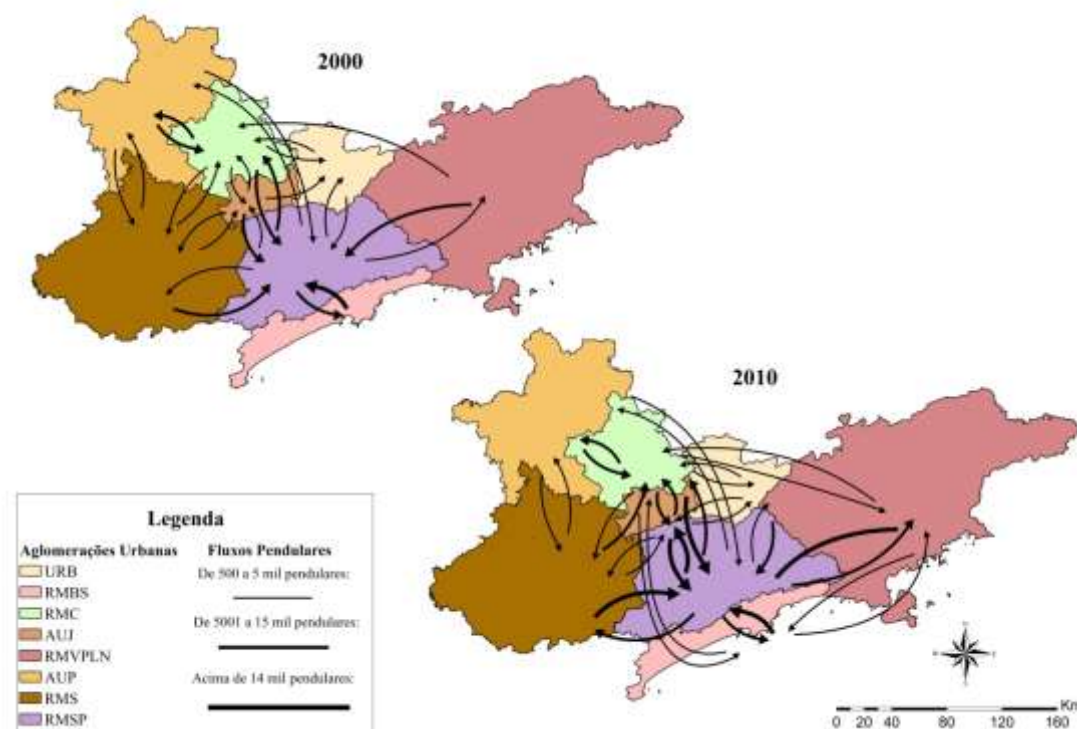
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Além dos movimentos pendulares revelarem a existência de duas polaridades, caracterizando a cidade-região como uma morfologia polinucleada por excelência, estes movimentos também demonstram que existem aqueles aglomerados que são majoritariamente polarizados pela região metropolitana de São Paulo, isto é, marcados por uma intensa circularidade entre a RMSP, como são os casos das regiões de Santos, Vale do Paraíba e Sorocaba. Mas também existem aquelas regiões que, além de serem polarizadas pela

RMSP, cada vez mais entram no espectro de influência da Região Metropolitana de Campinas.

A Figura 17 elucida bem a forma como os fluxos pendulares atuam como um elemento de coesão na Cidade-Região Paulista. Todavia, antes de analisar a circularidade e as principais trocas pendulares evidenciadas pelos mapas transcritos na figura a seguir, é preciso destacar o “surgimento” de novos fluxos, bem como o aumento no volume de outros. Assim, observa-se que alguns fluxos pendulares que não eram evidenciados no ano 2000, passaram a ter mais visibilidade no censo de 2010, tais como os fluxos entre Campinas e Santos, Vale do Paraíba e RMBS e da RMVPLN em direção a Campinas.

FIGURA 17 – Principais fluxos pendulares com origem na Cidade-Região Paulista – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010).

Outro aspecto possível de ser observado na Figura 17 é o aumento no volume de alguns fluxos, ou seja, notou-se que as trocas pendulares entre RMC e RMSP, Campinas e Jundiaí, São Paulo e AUJ, RMSP e Baixada Santista, entre outros, tornaram-se mais proeminentes em 2010. Em síntese, pode-se dizer que estes dois cenários apresentados anteriormente, isto é, o surgimento de novos fluxos e aumento no volume de outros, revelam duas questões: a primeira é o surgimento de novos espaços de complementaridade e a segunda é o reforço à coesão entre certas aglomerações que já eram caracterizadas por uma complementaridade socioespacial.

Até o presente momento, os processos de redistribuição espacial da população e de complementaridades socioespaciais foram evidenciados através da migração e mobilidade pendular. De fato, cada um destes enfoques revelou alguns aspectos preponderantes. Por exemplo, através da migração observou-se a continuidade do processo de redistribuição espacial da população que partia da metrópole paulistana em direção aos principais aglomerados urbanos que constituem a cidade-região de São Paulo. Além desta intensa redistribuição espacial da população, verificou-se, na escala intrametropolitana de quase todos os aglomerados urbanos, uma dispersão populacional crescente, que partia do polo de cada aglomerado em direção a suas áreas periféricas. A mobilidade pendular também foi um elemento revelador do processo de dispersão urbana, já que grande parte dos movimentos internos ocorre no chamado espaço “intraurbano”; todavia, este tipo de mobilidade também demonstrou que o elo entre as regiões estão, gradativamente, tornando-se mais fortes, como revela o expressivo aumento no volume dos movimentos pendulares externos, bem como o aparecimento de novos fluxos entre regiões.

Mobilidade intrametropolitana e pendularidade: uma relação esperada

As complementaridades socioespaciais estabelecidas entre os aglomerados urbanos que integram a Cidade-Região Paulista através da mobilidade espacial da população (os fluxos migratórios e da mobilidade pendular) foram analisadas separadamente até o presente momento. Todavia, com intuito de clarificar alguns processos que cumprem um papel estruturante na CR (o mercado de terras e o mercado de trabalho), este tópico realiza uma análise conjunta dos dois tipos de mobilidade trabalhada neste estudo, a migração e a pendular, de forma a revelar a relação existente entre elas.

Um dos trabalhos pioneiros a apontar esta associação foi o de Cunha (2015b) que, ao estudar o fenômeno da mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de São Paulo, observou que a crescente mobilidade intrametropolitana, pautada em um modelo centrífugo, também influenciava o aumento dos deslocamentos pendulares. Neste contexto Cunha (2015b, s.p.), sublinha que:

É a partir dessa constatação que se propõe esta análise sucinta, que visa considerar dois fenômenos migratórios distintos, mas intimamente relacionados: a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular, a qual se refere à movimentação intermunicipal diária das pessoas em função de trabalho ou estudo. É em um contexto de expansão territorial da Região Metropolitana (baseada na migração interna), em que o espraiamento da população no espaço se dá em ritmo e abrangência bem maiores que os da atividade produtiva, que a mobilidade pendular ganha contornos de um fenômeno de mais alta relevância e interesse (CUNHA, 2015b, s.p.).

Através da análise dos dados do censo demográfico de 1980, Cunha (2015b) notou que parte da população que mudava de residência no espaço intrametropolitano da RMSP realizava movimentos pendulares. Contudo, o autor pondera que, mesmo que os movimentos diários realizados por motivos de trabalho ou estudo não estejam diretamente relacionados a migração no espaço intrametropolitano, não há dúvidas que estes possuem uma contrapartida muito forte e clara sobre a pendularidade, em especial na Região Metropolitana de São Paulo.

Porém, ressalta-se que a relação entre mobilidade pendular e migração realizada neste trabalho, não considera apenas a escala intrametropolitana, mas também a escala intrarregional, pois a análise da relação entre as mobilidades nesta escala pode sugerir quais seriam os condicionantes que estariam relacionados com a estruturação da Cidade-Região Paulista. Assim, as Tabelas 10 e 11 apresentam o cruzamento entre a mobilidade pendular e a migração, para os anos de 2000 e 2010; uma vez que, ao utilizar este caminho, poder-se-ia contribuir para a elucidação de uma das principais assertivas deste trabalho, isto é, que os processos de redistribuição espacial da população e de complementaridades socioespaciais na cidade-região, estariam relacionados à estruturação do mercado de terras e de trabalho.

Quanto à ação do mercado de terras, acredita-se que esta estaria muito mais circunscrita à escala intrametropolitana, e seria um dos elementos atuante na chamada mobilidade residencial. Todavia, sublinha-se que este – principalmente na atualidade – também atua na escala regional. Um dos exemplos da atuação do mercado de terras na escala regional seria a crescente criação de condomínios fechados ao longo das principais rodovias que cruzam a cidade-região, fato caracterizado por Bentes (2014) ao estudar a dispersão urbana no Vale do Paraíba Fluminense. O autor notou que, além dos condomínios empresariais que passaram a se localizar ao longo da rodovia Presidente Dutra, surgiram também inúmeros condomínios fechados que, em geral, estavam localizados nas estradas que ligavam a rodovia citada.

Uma outra ação do mercado de terras, na escala regional, seria a estruturação de certos municípios voltados a determinadas classes sociais atraindo pessoas de diversas

localidades, em uma alusão clássica as chamadas “exópolis¹⁶⁶”, tal como pontuado por Magalhães (2008). Pode-se dizer que estes seriam os casos de Valinhos e Vinhedo, por exemplo, onde 14% dos pendulares residentes nestes municípios no censo de 2010, trabalhavam ou estudavam no município de São Paulo. Esta constatação demonstra que este tipo de localidade atraium público particular, de alta escolaridade e inseridos em setores mais dinâmicos da econômica, como se verá mais adiante. Já a distribuição do emprego (ou do mercado – formal ou informal - de trabalho), que se vincula às mudanças no setor produtivo e a divisão espacial do trabalho, estaria relacionada à escala regional e seria um dos fatores responsáveis pelo crescimento da mobilidade pendular e da migração entre os aglomerados urbanos.

Com o intento de sustentar estas proposições, as Tabelas 10 e 11 foram construídas a partir do cruzamento da condição migratória e de pendularidade dos indivíduos. A condição migratória representa as escalas espaciais em que migração foi realizada, já a condição de pendularidade, refere-se ao lugar onde o migrante realiza suas atividades de trabalho e ou estudo, isto é, se no próprio município de residência, no município de residência anterior ou em algum outro município da aglomeração, ou até mesmo outra municipalidade não pertencente à aglomeração de residência.

¹⁶⁶ Para Magalhães (2008) um dos elementos que constitui a cidade-região é a exópolis de Soja (2000), todavia, o autor pondera que a interpretação da lógica da formação das exópolis no cenário brasileiro, deve ser feita levando em consideração sua própria formação social e suas formas (com todas as contradições) de produção social do espaço urbano. Neste sentido, Magalhães (2008) interpreta a exópolis como “uma série de manifestações inéditas no ambiente construído e na forma urbana, geralmente isolados da malha urbana, bem delimitada e situando-se em zonas anteriormente rurais, que constituem uma expressão do que pode ser definido como *o urbano substantivo*” (MAGALHAES, 2008, p. 36). O autor destaca que, por mais que o surgimento de condomínios horizontais já tenha sido prenunciado em décadas anteriores, este fenômeno se faz muito mais presente no âmbito das novas morfologias urbanas. No mais, é preciso destacar os trabalhos de Caldeira (1997) e Costa (2006) que estudaram a questão da fragmentação do tecido urbano através da constituição do que Tereza Caldeira (1997) chama de enclaves fortificados.

TABELA 10 – Migrante de data-fixa segundo modalidade migratória e origem de município de trabalho. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000

Modalidade Migratória	Município de trabalho	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AU's	Total
<i>Intrametropolitana</i>	Próprio município	45,4	52,7	48,1	72,9	74,4	50,5	49,4
	Município em 1995	34,1	32,5	34,1	16,5	16,6	20,9	31,4
	Outro Município da AU	18,4	11,1	14,6	8,6	5,6	5,6	15,7
	Outro município	2,1	3,7	3,3	2,0	3,5	3,3	2,4
	<i>Subtotal</i>	154.323	17.085	13.047	14.049	9.196	12.417	220.118
<i>Intra-CRP</i>	Próprio município	82	72	76	84	82	56	73,1
	Município em 1995	1,7	8,1	12,7	5,7	6,6	8,9	7,3
	Outro Município da AU	14,4	14,2	8,0	6,4	5,5	3,9	8,8
	Outro município	2,0	5,6	3,8	3,5	6,3	5,8	4,6
	<i>Subtotal</i>	18.031	21.807	13.849	13.471	14.530	25.330	107.019
<i>Outro-SP</i>	Próprio município	78	80	83	91	90	71	79,6
	Município em 1995	0,6	0,4	1,2		0,5	1,0	0,6
	Outro Município da AU	19,0	15,1	10,3	5,7	4,0	5,4	13,5
	Outro município	2,4	4,1	5,8	3,4	5,6	4,4	3,6
	<i>Subtotal</i>	26.848	9.978	3.051	2.460	6.975	8.824	58.137
<i>Interestadual (*)</i>	Próprio município	84,9	83,3	84,8	92,4	91,7	75,9	84,8
	Município em 1995				0,9			0,2
	Outro Município da AU	13,7	13,4	12,6	4,5	5,5	4,7	12,0
	Outro município	1,3	3,3	2,6	2,3	2,7	5,2	2,0
	<i>Subtotal</i>	138.806	20.570	11.757	13.986	8.473	15.600	209.193
Total		338.008	69.440	41.705	43.967	39.174	62.172	594.466

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

Um aspecto relevante demonstrado por estas tabulações é que grande parte dos indivíduos que migraram nos períodos estudados (1995-2000 e 200-2010) passaram a trabalhar no município de residência atual. Deveras, esta constatação se faz válida para quase todas as modalidades migratórias, todavia, percebe-se que um percentual significativo dos indivíduos que migraram no espaço intrametropolitano não trabalhavam no município de residência atual. De fato, cerca de 34% dos migrantes intrametropolitanos que residiam na cidade-região trabalhavam no município de residência anterior, assim como outros 15% trabalhavam em outro município da aglomeração, ou seja, quase metade dos movimentos migratórios que ocorreram no espaço metropolitano de muitas das aglomerações urbanas da CR não foram acompanhados por uma mudança no lugar de trabalho, indicando, portanto, apenas uma mudança residencial.

Ao analisar este dado por regiões metropolitanas, percebe-se que nas RM's de São Paulo, Santos e Campinas, mais de 30% dos migrantes intrametropolitanos do período 1995-2000 trabalhavam no município de residência anterior. Notou-se que este percentual apresentou um pequeno crescimento no quinquênio 2005-2010, sugerindo que as tendências de redistribuição espacial da população, no âmbito das regiões metropolitanas, são muito mais condicionadas pela mobilidade residencial do que pela mobilidade da força de trabalho. Em

outras palavras, os dados mostram que a migração com origem na própria RM (intrametropolitana) comumente tem por motivação a questão habitacional, pois um percentual significativo dos indivíduos que migram no âmbito das RM's continua a trabalhar no município de residência anterior- no censo de 2010 este percentual variou de 19,6% na RMVPLN até 36,6% na RMSP.

TABELA 11 – Migrante de data-fixa segundo modalidade migratória e origem de município de trabalho. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2010

Modalidade Migratória	Município de trabalho	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AU's	Total
<i>Intrametropolitana</i>	Próprio município	40,3	44,3	39,8	68,2	67,4	55,5	44,7
	Município em 2005	36,6	34,6	34,9	19,6	17,8	26,7	33,7
	Outro Município da AU	20,2	14,5	17,8	7,6	11,0	9,7	17,7
	Outro município	2,8	6,6	7,4	4,6	3,9	8,0	3,9
	<i>Subtotal</i>	126.709	17.127	12.209	13.503	9.513	8.274	187.336
<i>Intra-CRP</i>	Próprio município	76	67	65	79	73	70	71,5
	Município em 2005	5,0	9,6	16,6	7,1	12,5	11,8	10,3
	Outro Município da AU	14,8	15,0	11,9	8,1	7,2	8,0	11,2
	Outro município	3,7	8,6	6,3	5,7	7,0	10,2	7,0
	<i>Subtotal</i>	18.191	16.155	14.092	10.102	12.978	16.328	87.847
<i>Outro-SP</i>	Próprio município	77,8	76,7	70,7	81,9	85,6	80,6	1.493,9
	Município em 2005	4,2	3,6	4,5	2,6	1,8	3,9	68,1
	Outro Município da AU	14,6	14,4	16,6	7,7	8,0	6,1	230,6
	Outro município	3,5	5,4	8,1	7,8	4,6	9,3	100,0
	<i>Subtotal</i>	14.086	6.971	2.268	1.766	5.744	4.378	35.212
<i>Interestadual (*)</i>	Próprio município	79,3	74,3	71,5	86,4	83,1	83,1	79,3
	Município em 2005	4,9	2,8	2,1	2,4	3,2	2,1	4,1
	Outro Município da AU	13,5	16,9	21,1	6,2	8,2	7,2	13,1
	Outro município	2,3	6,1	5,3	5,0	5,5	7,6	3,6
	<i>Subtotal</i>	123.741	20.850	8.861	12.854	7.282	14.447	188.035
Total		282.727	61.102	37.429	38.225	35.517	43.428	498.429

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Silva e Rodrigues (2011) também notaram uma correlação interessante entre o fenômeno migratório e a mobilidade pendular, ao questionarem que medida os migrantes que mudaram de município de residência na metrópole, mudaram também de local de trabalho ou “permaneceram” trabalhando no município de origem da migração. Neste sentido, ao cruzar a variável migração com a pergunta sobre trabalho ou estudo, os autores notaram que 51% dos migrantes ocupados no período (1995-2000) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizavam movimento pendular no ano 2000. Entre os indivíduos que realizam movimento pendular, quase 70% o fazia retornando para trabalhar no município de origem da migração. Em síntese, o trabalho de Silva e Rodrigues (2010) reafirma a assertiva delineada anteriormente. Contudo, é necessário ressaltar que as motivações que levam os indivíduos a se moverem pelo espaço metropolitano atuam distintamente sobre cada grupo social, ao mesmo

tempo em que o mercado de terras atua como uma estrutura de incentivo, condicionando determinados grupos sociais a se moverem pelo espaço intrametropolitano e se apropriarem de espaços privilegiados, este também opera como uma estrutura de constrangimentos, fazendo que grupos sociais menos favorecidos se locomovam (ou não) pelo espaço (CUNHA, 2015b; SILVA, 2013).

Em relação aos indivíduos que migraram na escala da cidade-região, percebe-se que estes em sua maioria passaram a trabalhar no município de destino. No entanto, em algumas regiões é possível notar um percentual significativo de pessoas que, mesmo tendo migrado para outro aglomerado, continuaram a trabalhar na região de residência anterior. Por exemplo, verificou-se que, no ano de 2010, cerca de 10% e 17% dos migrantes que foram residir nas Regiões Metropolitanas de Campinas e Santos (respectivamente) no período 2005-2010, continuaram a trabalhar na região de residência anterior. Na Região Metropolitana de São Paulo, também é possível observar um crescimento no número de indivíduos que realizam estes movimentos, passando de 3% em 2000 para 5% em 2010. Estas constatações demonstram que, cada vez mais, a Cidade-Região Paulista vem sendo vista como um espaço de escolha para morar ou trabalhar por uma parcela específica da população. Pontua-se que, particularmente para estas duas regiões (RMC e RMBS) que mais se conectam à RMSP, o processo de constituição de uma cidade-região aqui descrito e defendido parece estar se configurando com alguma intensidade do ponto de vista populacional. Deve-se lembrar, contudo, que o que se vê hoje ou desde os anos 2000, é, provavelmente, apenas o prenúncio de um processo que se avoluma e deverá ganhar força nas próximas décadas. Ou seja, o que se observa através dos dados aqui analisados, talvez seja apenas o início de uma nova fase do processo de crescimento e expansão do complexo urbano metropolitano expandido do Estado de São Paulo.

Por fim, é preciso salientar que o fenômeno da mobilidade espacial da população em suas diversas escalas socioespaciais possui seletividades, em outras palavras, em cada uma das modalidades migratórias (bem como temporalidades) movem-se grupos sociais com determinadas características, pois como ressaltado anteriormente, a mobilidade envolve custos e também é condicionada por uma estrutura de constrangimentos e incentivos. Portanto, uma das hipóteses levantadas neste capítulo, é que existe uma diferenciação no perfil dos indivíduos que se deslocam em cada uma das escalas socioespaciais que conformam a cidade-região.

Neste sentido, a análise das características destes grupos também pode contribuir para clarificar os processos relacionados à estruturação da Cidade-Região Paulista. Portanto,

através de um conjunto de variáveis como estrutura etária, composição dos domicílios, ocupação, escolaridade e inserção dos indivíduos em certos grupos de atividades econômicas, pode-se tentar elucidar os condicionantes e motivações envolvidos no processo de produção do espaço tanto no âmbito metropolitano, quanto regional. Este é o objetivo da próxima seção.

3.2 Quem migra e se desloca nas diversas escalas da cidade-região?

De acordo com Limonad (2007, p. 146), uma das evidências das crescentes reorganizações territoriais são os processos de “relocalização das atividades produtivas e/ou de redistribuição espacial da população”. Assim, a primeira parte do presente capítulo buscou demonstrar como os processos de redistribuição espacial da população podem expressar novas formas de urbanização, bem como a forma como a população se organiza no âmbito das novas morfologias urbanas. Devido às mudanças no fenômeno da mobilidade espacial da população no final do século XX, como o arrefecimento das grandes correntes migratórias de longa distância e o ganho de importância relativa da mobilidade de curta e média distância, assim como a mobilidade pendular, questionou-se se estas transformações não estariam relacionadas às novas formas de organização territorial.

Como salientado, verificou-se no estado de São Paulo, além de uma reorganização do espaço produtivo ditado pelas novas dinâmicas de acumulação do capital, uma redistribuição espacial da população que partia da região metropolitana de São Paulo, em direção aos principais aglomerados urbanos localizados ao redor da RMSP. Ao mesmo tempo, notou-se que, assim como São Paulo, algumas aglomerações como Campinas, Santos, Sorocaba e Jundiaí, também passaram a apresentar uma expansão da população de caráter centrífugo, com os municípios periféricos registrando taxas geométricas de crescimento superior ao polo. Paralelamente, constatou-se um aumento expressivo da mobilidade pendular, tanto entre aglomerados urbanos, quanto no espaço intrametropolitano. Na realidade, o que se observou foi uma intensa mobilidade espacial da população em duas escalas socioespaciais: intrametropolitana e intrarregional. Pontua-se que esta intensa mobilidade, além de demonstrar que os novos espaços de circulação da população permeiam estas duas escalas, também elucidam dois processos inerentes à conformação da cidade-região: a redistribuição espacial da população e as complementaridades socioespaciais.

Para explorar tal questão, este trabalho questiona quem são os indivíduos que permeiam estas duas escalas. Nesse sentido, interessa analisar a seletividade em termos do perfil socioeconômico e demográfico daqueles que se movem pelo espaço intrametropolitano

e intrarregional, já que esta caracterização poderia evidenciar alguns processos de produção destes espaços.

A face da redistribuição espacial da população na Cidade-Região Paulista: as características dos migrantes intrametropolitanos e intrarregionais

Para Cunha (2015b) os elementos que estruturam e ordenam a produção, ocupação e expansão do urbano, especialmente em um contexto metropolitano, geram uma série de incentivos e constrangimentos que levariam os indivíduos, segundo características específicas a se moverem. Segundo o autor tais elementos seriam:

[...] a localização e a desconcentração industrial, bem como suas implicações na dinâmica de geração de empregos e desenvolvimento urbano das áreas; a promoção e a dinâmica imobiliária, por meio de manipulação do mercado de terras, da criação de novos empreendimentos para as classes pobres e ricas, ou mesmo da ocupação irregular do espaço; a ação do Estado na distribuição dos serviços públicos e na área da habitação; a deterioração dos níveis de vida etc. (CUNHA, 2015b, s.p.).

Segundo Cunha (2015b), esta estrutura de incentivos e constrangimentos consiste em um conjunto de forças que atuam de maneira distinta em cada espacialidade, levando os grupos sociais a responderem a estes fatores de acordo com suas características e especificidades. Neste sentido, esperar-se-ia que os fluxos migratórios gerados apresentassem composições diferenciadas em termos socioeconômicos. Destaca-se que esta estrutura pode operar tanto nos lugares de origem, quanto nos de destino, isto é, “o direcionamento de um fluxo poderia refletir as respostas dos atores não apenas aos constrangimentos no local de origem, mas também aos incentivos ou atrativos existente no local de destino” (CUNHA, 2015b, s.p.).

Dota (2015, p. 6) também interpreta a migração como uma contrapartida a uma estrutura de incentivos e constrangimentos, sendo esta estrutura fruto de uma série “de condicionantes estruturais e conjunturais existentes nas grandes aglomerações, podendo boa parte deles ser atribuída aos mercados de terra e de trabalho”. Para este autor os condicionantes estruturais e conjunturais da migração estariam relacionados não só a especificidade territorial de cada lugar, mas também estão associados a questões econômicas, sociais e políticas que condicionam as migrações tanto no nível local, quanto regional, nacional, etc. Estes condicionantes estruturais e conjunturais da migração se associam de maneira relacional aos incentivos e constrangimentos, que levam cada indivíduo ou família a se deslocar pelo espaço ou não.

De fato, a hipótese trabalhada por Cunha (2015b, s.p.), “que exista diferenças qualitativas nos fluxos migratórios, segundo as características demográficas, socioeconômicas e espaciais dos municípios de destino dos movimentos”, relaciona-se à estrutura de incentivos e constrangimentos que permeiam o espaço intrametropolitano. Todavia, mesmo que o presente estudo analise a conformação da Cidade-Região Paulista e de seus processos de redistribuição espacial da população em duas escalas, acredita-se que seja possível utilizar o mesmo esquema analítico para compreender o que ocorre numa escala maior, como a intrarregional. Embora os movimentos populacionais na escala intrarregional possua características distintas em termos dos elementos condicionantes, em particular no que se refere ao mercado de trabalho e imobiliário, pode-se pensar que tanto os movimentos intrametropolitanos quanto os movimentos intrarregionais, tenderiam a gerar incentivos (ou constrangimentos) que levariam grupos específicos a se moverem (ou não) nesta “nova” escala espacial, motivados por questões laborais ou habitacionais.

Certamente, uma das características demográficas que melhor reflete o caráter seletivo da migração é, sem dúvidas, a idade. Por exemplo, no decorrer da década de 1960, o estudo de Everet Lee (1980, p. 102) demonstrou que uma das principais seletividades apresentadas pelos migrantes seria dada por esta variável. Para este autor, as formas como os obstáculos ou os estímulos que fazem o indivíduo migrar ou não, variam de acordo com a “etapa do ciclo vital”¹⁶⁷ de cada um. Nesta perspectiva, com o avançar da idade, o indivíduo passa por etapas do ciclo de vida que “alteram suas preferências quanto à localização domiciliar e, conseqüentemente, estimulam ou inibem a migração” (CAMPOS, 2015, p. 282).

Pode-se dizer que a idade representa o momento da vida e sintetiza os eventos ao longo da trajetória dos indivíduos (COURGÉAU; LELIÈVE, 2006). Em função disto, pode ser um bom indicativo das chances de inserção laboral (o fato de estar em idade ativa ou não), do acúmulo de ativos, da probabilidade de estar em uma união, etc. Por exemplo, indivíduos em fases menos avançadas de seu curso de vida e do ciclo de vida familiar tenderiam a apresentar condições de vida inferiores em comparação com aqueles que estariam mais avançados no ciclo de vida. Isso porque, estariam na fase inicial da vida econômica, o que

¹⁶⁷ As famílias mudam com o tempo, passando por diversos estágios. Esse processo foi historicamente chamado de ciclo de vida da família. Os pioneiros no uso da expressão foram os americanos, nos anos que antecederam a segunda guerra mundial, em estudos relacionados à sociologia rural (GLICK; PARKE, 1965). Entretanto, quem deu notoriedade ao conceito foi o sociólogo e pesquisador do U.S. Bureau of the Census, Paul Glick, que estudou o comportamento das famílias americanas, por mais de 40 anos. O conceito de ciclo de vida familiar adotado por Glick fundamenta-se na ideia de que o modelo tradicional de família atravessa diversos estágios bem definidos ao longo de sua existência: formação do núcleo familiar, criação dos filhos, ninho vazio (quando o último dos filhos deixou o lar) e dissolução (com a morte de um dos cônjuges).

implicaria menores salários e menor tempo de acúmulo de recursos financeiros, fator este determinante para a posse de bens, como a casa própria, entre outros ativos materiais.

Neste contexto, será visto ao longo deste capítulo que determinadas modalidades migratórias possuem a tendência de serem realizadas nas idades mais jovens, já que algumas características, tais como a idade mais avançada, por vezes, colocam-se como impeditivo para a realização dos movimentos de mais longa distância. Assim, a Tabela 12 apresenta a distribuição relativa dos migrantes e não migrantes¹⁶⁸, segundo grandes grupos de idade e modalidades migratórias, para os censos de 1991, 2000 e 2010, por regiões metropolitanas e aglomerados urbanos¹⁶⁹.

Através desta tabulação, nota-se que os migrantes e “não migrantes, em todas as regiões, registraram uma redução nas idades mais jovens (15 a 29 anos) e um aumento na participação relativa dos idosos (60 anos e mais) ao longo dos períodos analisados. Esta redução nos grupos etários mais jovens e o envelhecimento relativo da população¹⁷⁰, vincula-se às mudanças na estrutura etária causadas pelo expressivo declínio nas taxas de fecundidade nas últimas décadas¹⁷¹.

Ao analisar a Tabela 12, verifica-se que também existem diferenciais significativos entre os indivíduos por condição migratória e grandes grupos etários. Neste sentido, ao comparar os migrantes com os “não migrantes”, verificou-se que os indivíduos que realizaram algum movimento no âmbito da cidade-região eram mais rejuvenescidos do que aqueles que nunca migraram ou migraram há mais de 10 anos. Por exemplo, constata-se que cerca de 31% dos “não migrantes” tinham entre 15 a 29 anos no censo de 2010, já os migrantes deste mesmo grupo etário totalizavam 50%. Em contrapartida, nota-se que os “não migrantes” com mais de 60 anos de idade perfaziam 15% do total deste grupo, enquanto menos de 7% dos imigrantes tinham a mesma idade (Anexo 47). A comparação destes dois

¹⁶⁸ Neste trabalho os “não migrantes” podem ser classificados como aqueles que são naturais do município ou o indivíduo com tempo de residência superior a dez anos. Considera-se as pessoas com mais de dez anos de residência como não migrantes, pois estes, com o decorrer do tempo, tenderiam a incorporar as características dos nativos, justificando unir os dois na mesma categoria. Assim, devido ao fato dos não migrantes incluírem também os não naturais, sempre estes serão referidos usando aspas.

¹⁶⁹ Com intuito de facilitar a análise, bem como a compreensão das tabelas, optou-se por unir as aglomerações urbanas que compõem a Cidade-Região Paulista sendo elas: Jundiá, Piracicaba e a Micro-região de Bragantina, já as regiões metropolitanas são analisadas separadamente. Também, optou-se por mostrar nas tabulações descritas ao longo desta sessão, apenas as modalidades migratórias intrametropolitana e intra-CRP. As tabulações com todas modalidades encontram-se nos anexos.

¹⁷⁰ Existem dois tipos de envelhecimento o relativo e o absoluto, o primeiro refere-se ao aumento no número de idosos devido à redução no número médio de filhos por mulher. Já o segundo, diz respeito ao aumento no número de idosos que, em muito, se deve ao aumento na expectativa de vida.

¹⁷¹ As taxas de fecundidade no Brasil passaram de 6,3 filhos por mulher em 1960, para 1,8 filhos por mulher em 2010. No estado de São Paulo a redução foi uma média de 5 filhos por mulher, para 1,7 no mesmo período analisado (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

grupos etários entre estas duas populações demonstra que os fluxos migratórios tendem a ser realizados por pessoas mais jovens e no início da idade adulta.

TABELA 12 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrantes” e imigrantes de data fixa, segundo grandes grupos etários e modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁷²

Aglomerados Urbanos	Idade	Não Migrante			Intrametropolitano			Intra-CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RMSP	15 a 29	37,1	43,0	31,9	51,3	47,6	43,1	56,0	53,5	51,8
	30 a 44	33,2	27,8	30,2	35,4	36,9	36,4	28,8	28,7	28,5
	45 a 59	18,2	18,0	23,0	9,0	11,1	14,4	9,0	11,0	12,2
	60 e mais	11,5	11,2	14,8	4,2	4,5	6,1	6,1	6,8	7,5
	Total	8.737.446	12.025.057	13.394.446	327.325	440.382	427.514	39.065	55.754	65.241
RMC	15 a 29	37,4	42,1	31,2	52,6	47,5	44,9	45,3	41,5	43,0
	30 a 44	32,1	28,0	29,4	31,5	35,8	34,3	35,4	35,9	32,3
	45 a 59	18,2	18,1	24,0	10,6	11,4	14,6	12,2	14,9	15,3
	60 e mais	12,3	11,8	15,4	5,2	5,3	6,2	7,1	7,7	9,4
	Total	930.187	1.463.744	1.804.125	37.371	49.486	57.524	51.974	68.308	61.230
RMBS	15 a 29	36,2	41,7	30,6	46,6	43,1	40,8	37,5	32,6	31,7
	30 a 44	30,3	26,5	28,5	33,8	35,2	34,5	31,8	30,7	24,6
	45 a 59	19,5	18,4	23,5	12,5	14,8	16,1	17,2	20,8	22,5
	60 e mais	14,0	13,4	17,3	7,1	6,8	8,6	13,5	15,9	21,2
	Total	635.746	913.015	1.043.096	30.162	41.301	42.225	34.823	53.143	65.524
RMVPLN	15 a 29	40,5	45,0	45,0	56,0	47,4	46,8	41,8	39,2	37,4
	30 a 44	31,6	27,2	27,2	28,9	33,1	32,2	36,2	34,7	32,1
	45 a 59	17,0	17,4	17,4	9,9	13,1	13,9	13,1	17,2	17,8
	60 e mais	10,9	10,4	10,4	5,3	6,5	7,1	8,9	9,0	12,7
	Total	873.852	1.326.598	1.326.598	34.859	44.833	51.626	33.043	43.114	38.602
RMS	15 a 29	38,9	44,4	32,8	53,0	49,2	49,0	41,1	39,7	39,6
	30 a 44	30,3	27,0	28,8	27,2	32,7	30,5	38,6	34,0	31,2
	45 a 59	17,9	16,8	23,1	11,8	12,1	13,5	13,3	17,5	17,2
	60 e mais	12,9	11,8	15,3	8,0	6,1	7,0	7,0	8,8	11,9
	Total	646.037	1.011.389	1.201.159	20.067	29.783	34.852	32.760	50.852	53.649
AUS	15 a 29	37,5	42,7	31,4	52,4	46,1	46,6	41,0	38,3	39,0
	30 a 44	30,7	26,9	28,6	30,9	34,8	32,2	36,5	35,8	33,4
	45 a 59	18,4	17,8	23,5	10,3	12,7	15,0	13,5	15,4	16,6
	60 e mais	13,4	12,6	16,4	6,4	6,4	6,2	9,1	10,6	11,1
	Total	921.243	1.386.081	1.601.654	25.282	30.452	28.759	43.347	60.038	61.037
CRP	15 a 29	37,4	43,1	31,9	51,6	47,2	43,9	44,1	40,9	40,7
	30 a 44	32,6	27,6	29,8	33,9	36,1	35,3	34,5	33,4	30,1
	45 a 59	18,2	17,9	23,2	9,6	11,7	14,5	12,9	16,0	16,9
	60 e mais	11,9	11,4	15,1	4,8	5,0	6,4	8,5	9,7	12,3
	Total	12.744.511	18.125.883	20.539.911	475.065	636.237	642.500	235.013	331.209	345.283

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Ao contrapor as duas principais modalidades migratórias estudadas neste trabalho (intrametropolitana e intra-CRP), percebe-se que 40% dos indivíduos que migraram para algum outro aglomerado da cidade-região no período 2005-2010, tinham entre 15 a 29 anos. Por outro lado, mais de 43% dos imigrantes intrametropolitanos estavam inseridos no mesmo grupo etário. Nota-se, portanto, que os indivíduos que migraram na escala intrametropolitana eram mais rejuvenescidos do que aqueles que se moveram no espaço intrarregional, pois de acordo com os dados do último censo demográfico, mais de 12% dos migrantes intra-CRP

¹⁷² A distribuição percentual dos chefes por grandes grupos etários para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 47.

tenham mais de 60 anos de idade, enquanto 6% dos migrantes intrametropolitanos tinham a mesma idade.

Em síntese, pode-se afirmar que a migração de mais longa distância tende a ser mais rejuvenescida do que aquelas de longa e média distância. Nesta perspectiva, verificou-se que mais de 60% dos imigrantes interestaduais que chegaram a algum dos aglomerados urbanos da CR, em 2010, tinham entre 15 a 29 anos (Anexo 47). Por outro lado, observando apenas a migração realizada no âmbito da Cidade-Região Paulista, observa-se que os movimentos migratórios intrarregionais (os de mais longa distância neste contexto) são mais envelhecidos do que aqueles realizados no espaço intrametropolitano. Uma das hipóteses que justificaria este comportamento é que a migração ocorrida no espaço intrametropolitano é realizada por indivíduos no começo do ciclo de vida familiar que, em geral, não possuem os mesmos ativos e condições das famílias que apresentam um ciclo vital familiar mais avançado.

De fato, alguns estudos sobre mobilidade residencial, como aqueles realizados por Myers (1990) e Cunha (2015b), demonstram que as famílias no início do ciclo vital geralmente tendem a se localizar nas áreas periféricas das grandes aglomerações, devido às restrições financeiras, falta de acúmulo de ativos, etc. Neste contexto, estes autores mostraram que os movimentos migratórios em direção às periferias metropolitanas, em geral, são feitos por famílias mais pobres (expulsas das centralidades) que estão em busca por moradia, e no início da formação das famílias. Em contrapartida, pode-se pensar que os movimentos migratórios intrarregionais seriam realizados por famílias em melhores condições financeiras e com maior acúmulo de ativos o que poderia implicar um perfil mais envelhecido.

É interessante notar que a única região que destoa desse comportamento da migração intrarregional é a Região Metropolitana de São Paulo. Ou seja, percebe-se que os imigrantes que chegaram a esta região, nos três quinquênios analisados, são mais rejuvenescidos do que aqueles que migraram no espaço intrametropolitano da RMSP. Esta constatação permite supor que as ofertas laborais e educacionais oferecidas pela grande metrópole sejam um dos pilares para explicar tal comportamento. Já os imigrantes intrarregionais, que se direcionam aos outros aglomerados urbanos, tenderam a ser mais envelhecidos do que os migrantes intrametropolitanos. De fato, como visto anteriormente, a RMSP foi demarcada por um processo de redistribuição espacial da população muito intenso em direção a alguns aglomerados urbanos que compõem a CR-Paulista. Esta averiguação sugere que os emigrantes originários na metrópole paulistana e que se direcionaram a outras

aglomerações da CR, eram mais envelhecidos do que os imigrantes intrarregionais que escolheram a RMSP como destino.

Por fim, um outro fato notável é o envelhecimento populacional de algumas regiões metropolitanas, tais como a RM da baixada santista. A RMBS, nos três censos analisados, concentrava o maior percentual de imigrantes intrarregionais com idade superior a 60 anos, em 2010, o percentual imigrantes pertencentes a este grupo etário foi de 21%. Todavia, este fato ainda não justifica o envelhecimento populacional que caracteriza o município de Santos, tal como foi observado no estudo de Cunha e Farias (2017). Para estes autores, o elemento explicativo para o envelhecimento populacional do município de Santos seria, a evasão da população jovem em direção aos municípios periféricos da própria RM.

Visto que, por vezes, a decisão de migrar passa pela esfera da família, e que também alguns movimentos migratórios tendem a ser realizados por indivíduos sozinhos, enquanto outros são realizados pelo núcleo familiar, torna-se interessante analisar os movimentos migratórios na cidade-região, segundo o estado conjugal do responsável pelo domicílio (Tabela 13). Como se verá, constata-se que o estado conjugal muda de acordo com a escala em que se realiza o movimento, em outras palavras, alguns movimentos migratórios são mais propensos a serem realizados em certas etapas do ciclo vital de cada família ou do curso de vida do indivíduo já que a estrutura de incentivos e constrangimentos também impacta diferencialmente segundo a fase de cada núcleo familiar (CUNHA, 2015b) ou do curso de vida do indivíduo.

Ao analisar o estado conjugal (Anexo 48), observou-se que o percentual de chefes que viviam em união na Cidade-Região Paulista, entre o período de 2000-2010, passou de 70% para 65%; em contrapartida, o número de pessoas que declararam viver sozinhas saltou de 30% para 35% no mesmo decênio. De acordo com Alves e Cavenaghi (2012), as razões que explicam o declínio no número de pessoas vivendo em companhia dos cônjuges tem sido a própria redução no número de uniões, bem como o significativo aumento no número de divórcios. Este declínio no número de uniões também é um fato notável entre os migrantes e “não migrantes”. Entretanto, ao contrastar estas duas categorias, percebe-se que não existem diferenciais significativos entre elas, isto é, no ano de 2010, aproximadamente 65% dos chefes migrantes e “não migrantes” declararam viver em companhia do cônjuge.

TABELA 13 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo estado conjugal e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁷³

Aglomerados Urbanos	Estado Conjugal	Não Migrante		Intrametropolitano		Intra-CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMSP	Em União	69,0	62,9	76,1	70,8	60,5	51,2
	Sozinho	31,0	37,1	23,9	29,2	39,5	48,8
	<i>Total</i>	4.094.737	5.304.457	193.928	163.630	22.453	25.180
RMC	Em União	73,9	68,5	77,3	75,3	74,3	66,6
	Sozinho	26,1	31,5	22,7	24,7	25,7	33,4
	<i>Total</i>	495.098	704.045	21.272	21.562	28.824	23.220
RMBS	Em União	73,9	60,9	70,2	66,8	66,1	61,0
	Sozinho	26,1	39,1	29,8	33,2	33,9	39,0
	<i>Total</i>	495.098	420.282	17.678	16.485	23.518	27.297
RMVPLN	Em União	71,5	66,6	73,7	69,8	71,4	66,6
	Sozinho	28,5	33,4	26,3	30,2	28,6	33,4
	<i>Total</i>	432.287	578.007	18.131	17.941	18.694	14.758
RMS	Em União	74,7	69,4	77,8	73,7	75,7	72,6
	Sozinho	25,3	30,6	22,2	26,3	24,3	27,4
	<i>Total</i>	334.669	462.464	11.736	12.728	20.972	19.383
AU's	Em União	74,8	69,3	81,2	75,6	75,5	70,5
	Sozinho	25,2	30,7	18,8	24,4	24,5	29,5
	<i>Total</i>	462.208	621.133	12.417	10.639	25.330	22.910

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

Todavia, este diferencial entre migrantes e “não migrantes” apresenta distinções, quando comparado por modalidades migratórias. Por exemplo, observa-se que o percentual de imigrantes interestadual (62%) e intraestadual (58%) que declararam estar em união, no censo de 2010, foi inferior ao percentual de chefes “não migrantes” em união (Anexo 48). Por outro lado, a percentagem de imigrantes intrarregionais (64%) e intrametropolitanos (71%) que estavam em união no censo de 2010, foi superior àquela declarada pelos chefes “não migrantes”. Em suma, o que os dados sugerem é que a migração intrametropolitana possui um caráter mais familiar, em relação às outras modalidades migratórias. Esta constatação também pode ser observada para todas as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos da cidade-região, tal como pode ser verificado através da Tabela 13. Por exemplo, aproximadamente 50% dos indivíduos que migraram para a Região Metropolitana de São Paulo no período 2005-2010 declararam não estar vivendo em companhia do cônjuge no ano de 2010. Em

¹⁷³ A distribuição percentual dos chefes por estado conjugal para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 48. Também, sublinha-se que, devido a mudanças na pergunta sobre o estado conjugal do indivíduo nos censos de 2000 e 2010, não foi considerado nesta tabulação o dado apresentado no censo de 1991, apenas o computo sobre estado conjugal nos anos de 2000 e 2010, pois estes eram passíveis de ser compatibilizados.

contrapartida, mais de 70% dos migrantes intrametropolitanos de data-fixa da RMSP declararam estar em união no mesmo quinquênio.

De fato, há de se ressaltar que o conjunto de caracterizações apresentado para os migrantes na presente sessão, não se refere ao momento em que o indivíduo realizou o movimento migratório em direção à região de residência atual, mas são concernentes as características apresentadas no momento do recenseamento. Portanto, a condição de união não permite esclarecer se o chefe do domicílio migrou em companhia de seu cônjuge, ou se contraiu união após a migração. Contudo, como a migração de data-fixa se relaciona aos movimentos migratórios que aconteceram cinco anos antes da data de referência do censo demográfico, usa-se algumas características da data do censo como *proxy* para o momento da migração.

Prosseguindo a análise sobre as características demográficas dos imigrantes que circulavam na cidade-região de São Paulo, a TABELA 14 apresenta a idade média dos casais¹⁷⁴ por modalidades migratórias, para as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos da CRP. Mesmo considerando que o indivíduo possa ter contraído união após o movimento migratório, a idade média do casal pode indicar a etapa do ciclo vital familiar em que estas famílias se encontravam no momento da migração e, portanto, como demonstrado por Myers (1990), pode sugerir diferentes motivações para a realização do movimento.

Através destes dados, é possível notar, assim como verificado na análise da estrutura etária dos migrantes e “não migrantes”, que a idade média do casal também reflete o processo de envelhecimento populacional que vem ocorrendo nas últimas décadas. Esta afirmativa se justifica pelo visível aumento na proporção de casais com idade média acima de 45 anos de idade. Assim, se em 1991, a proporção de casais “não migrantes” com idade média acima de 45 anos era de, aproximadamente 38%, em 2010, este valor passou para 49%. Entre os migrantes este aumento também foi notável (passando de 16% para 23%). Porém, percebe-se que a proporção de migrantes com idade acima de 45 anos é bem inferior à dos “não migrantes”, o que não apenas mostra o caráter seletivo do fenômeno migratório, mas também

¹⁷⁴ A noção de ciclo de vida familiar foi elaborada por Paul Glick (1964) e descrevia as diversas fases que caracterizavam uma família, tais como a formação, a fase no ninho cheio, ninho vazio e dissolução. De fato, mesmo que o autor do conceito tenha encontrado algumas regularidades nas etapas vividas pelas famílias em sua pesquisa empírica, não se pode dizer que exista uma normatividade ou uma ordem pré-estabelecida nos eventos que constituem uma família, até porque estas etapas são condicionadas pelos contextos espaciais e temporais em que estas estão inseridas, tanto em termos socioeconômicos quanto culturais. Todavia, afim de realizar uma aproximação sobre o perfil da migração, usou-se a idade média do casal como uma *proxy* para analisar as etapas do ciclo vital familiar. Assim, seguindo proposta de Cunha (2015b), dividiu-se as idades médias dos casais em três grandes grupos etários, de forma que este refletisse as fases de formação, consolidação e fragmentação dos núcleos familiares.

indica que as famílias tendem a realizar os movimentos migratórios no início do ciclo de vida familiar.

TABELA 14 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, segundo idade média do casal e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁷⁵

Aglomerados Urbanos	Idade média do casal	Não Migrante			Intrametropolitano			Intra-CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RMSP	Até 34,5 anos	32,1	27,2	24,5	58,9	53,1	47,4	56,0	53,4	54,8
	34 a 45 anos	29,4	28,3	25,5	26,7	28,5	28,9	25,5	25,3	21,1
	Mais de 45 anos	38,6	44,5	49,9	14,4	18,5	23,7	18,5	21,3	24,1
	<i>Total</i>	5.684.139	6.853.810	8.588.249	253.899	342.373	286.376	25.394	37.272	39.634
RMC	Até 34,5 anos	32,7	26,9	23,0	58,7	51,2	48,3	48,6	42,0	44,1
	34 a 45 anos	28,0	28,3	24,8	23,9	28,4	27,0	28,4	29,1	25,8
	Mais de 45 anos	39,2	44,9	52,2	17,3	20,4	24,7	22,9	28,9	30,1
	<i>Total</i>	611.322	854.477	1.178.118	28.457	38.103	38.854	38.876	50.360	39.537
RMBS	Até 34,5 anos	28,9	24,4	22,3	52,0	43,8	42,7	38,5	28,9	23,9
	34 a 45 anos	27,0	26,9	23,8	25,4	27,8	27,9	24,3	25,5	20,3
	Mais de 45 anos	44,1	48,6	53,9	22,5	28,5	29,4	37,3	45,7	55,7
	<i>Total</i>	412.189	521.742	671.503	23.029	30.005	28.016	25.967	39.524	43.829
RMVPLN	Até 34,5 anos	33,6	27,9	27,9	57,9	47,5	45,7	45,8	40,1	37,3
	34 a 45 anos	28,4	28,4	28,4	23,7	27,6	27,2	30,7	28,4	24,9
	Mais de 45 anos	38,1	43,7	43,7	18,4	24,9	27,1	23,6	31,5	37,8
	<i>Total</i>	553.528	737.300	737.300	24.569	32.210	31.793	23.398	31.761	24.527
RMS	Até 34,5 anos	34,2	28,9	25,1	55,0	50,3	49,5	42,7	38,6	35,9
	34 a 45 anos	25,3	27,2	24,5	21,8	26,3	24,6	31,6	26,9	25,9
	Mais de 45 anos	40,5	43,8	50,4	23,2	23,5	26,0	25,7	34,5	38,2
	<i>Total</i>	422.189	581.858	781.653	14.932	21.497	22.707	24.723	36.664	33.511
AU's	Até 34,5 anos	32,4	26,7	23,6	57,3	49,0	49,6	43,9	39,7	40,2
	34 a 45 anos	26,4	27,2	24,0	23,2	27,5	25,0	30,7	29,2	26,2
	Mais de 45 anos	41,2	46,0	52,5	19,5	23,4	25,4	25,4	31,1	33,6
	<i>Total</i>	606.601	803.106	1.046.248	18.707	23.230	19.427	32.324	44.812	40.331
CRP	Até 34,5 anos	32,4	26,7	23,6	57,3	49,0	49,6	43,9	39,7	40,2
	34 a 45 anos	26,4	27,2	24,0	23,2	27,5	25,0	30,7	29,2	26,2
	Mais de 45 anos	41,2	46,0	52,5	19,5	23,4	25,4	25,4	31,1	33,6
	<i>Total</i>	606.601	803.106	1.046.248	18.707	23.230	19.427	32.324	44.812	40.331

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Este caráter rejuvenescido da migração também pode ser verificado através do número de casais com idade média até 34 anos. Entre os migrantes, observa-se que, em 2010, 53% dos casais tinham idade média até 34 anos, por outro lado, os casais “não migrantes” com a mesma idade totalizavam apenas 24% (Anexo 49). O caráter rejuvenescido da migração, no que se refere ao momento do ciclo de vida das famílias, sugere que (por vezes) estes movimentos podem se apresentar como estratégia para certos grupos sociais vencerem a estrutura de incentivos e constrangimentos estabelecida nas etapas iniciais da constituição dos núcleos familiares.

¹⁷⁵ A distribuição percentual dos chefes segundo a idade média do casal para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 49.

Todavia, as motivações, bem como os incentivos e os constrangimentos variam de acordo com o grupo social que realiza o movimento, se para os grupos sociais mais abastados a mobilidade residencial representa uma solução para a questão habitacional quando se deixa a casa dos pais; para as famílias dos grupos sociais menos favorecidos que se encontram no início do ciclo de vida familiar, a mobilidade residencial pode se apresentar como única estratégia de sobrevivência. Neste sentido, o estudo realizado por Silva (2015) sobre os enclaves fortificados em Campinas, mostra que, a despeito das grandes diferenças socioeconômicas existentes, pobres e ricos tendem a apresentar padrões muito semelhantes quanto ao momento do ciclo vital em que a mobilidade residencial é realizada.

Prosseguindo a análise da idade média do casal, ao comparar os migrantes intrametropolitanos e intrarregionais da Cidade-Região Paulista, verificou-se que os casais que migravam no espaço intrametropolitano eram mais jovens do que aqueles que realizaram algum movimento entre os aglomerados urbanos no quinquênio 2005-2010. Em outras palavras, enquanto o percentual de casais migrantes intrametropolitanos que tinham idade média até 34 anos totalizavam 49%, em 2010, os intrarregionais totalizavam aproximadamente 40%. Em contrapartida, verificou-se que os casais com mais de 45 anos que migraram no espaço intrarregional, em termos percentuais, eram superiores aos casais que migraram no espaço intrametropolitano, tal como pode ser evidenciado através da Tabela 14. Por fim, é preciso ressaltar que existem diversas motivações, bem como causas, que podem fazer com que algumas famílias migrem no espaço intrametropolitano e outras no espaço regional. Contudo, destaca-se novamente que a estrutura de incentivos e constrangimentos também opera distintamente não apenas em relação às características apresentadas pelos indivíduos e famílias, mas também em relação às escalas em que certos movimentos ocorrem.

Pode-se pensar que a estrutura de incentivos e constrangimentos que atua na escala metropolitana estaria predominantemente relacionada à ação do mercado de terras. Neste contexto, Cunha (2015b) demonstra que os movimentos familiares realizados nesta escala teriam, em grande parte, origem no núcleo das áreas metropolitanas, bem como seriam formados a partir da fragmentação de famílias no núcleo metropolitano. As novas famílias geradas a partir da fragmentação de outras, por estarem no início do ciclo de vida familiar, procurariam as oportunidades nas áreas mais periféricas e, por vezes, mais baratas e compatíveis com os ativos disponíveis (muito pouco, em geral, para os mais pobres) nesta fase do ciclo de vida familiar. Todavia, mesmo que, no espaço metropolitano, grande parte dos movimentos esteja relacionados às lógicas de estruturação do mercado de terras, há de se ponderar que a distribuição das atividades econômicas também são um fator estruturante. Por

exemplo, Cunha (2015b) também demonstrou que a desconcentração da atividade produtiva em direção ao ABC paulista também influenciou a migração para estas áreas. Portanto, a localização das atividades econômicas pode atuar como um incentivo para migrar através da possibilidade, por exemplo, de residir perto de onde se exerce as atividades laborais como é o caso citado por Cunha (2015b) para a situação dos movimentos em direção ao ABC.

Na mesma medida, embora a migração no espaço regional também esteja vinculada a estruturação do mercado de trabalho e as novas formas de organização do espaço produtivo, há também um grupo social seletivo que possui a possibilidade de residir em qualquer localidade da cidade-região e trabalhar em outra. Neste contexto, observa-se cada vez mais o surgimento de empreendimentos imobiliários voltados para um nicho específico da população que permeiam a escala regional. Um exemplo seria o número crescente de “enclaves fortificados” localizados ao longo de rodovias como Anhanguera e Bandeirantes¹⁷⁶. Nesta mesma linha, verifica-se que há certas municipalidades que, por possuírem um número expressivo de “enclaves fortificados”, acabam por atrair imigrantes de outras regiões que chegam a estas áreas apenas para residir e não para exercer as suas atividades laborais, como é caso de Valinhos e Vinhedo¹⁷⁷. De fato, como será demonstrado a seguir, o grupo social que trabalha em um aglomerado e reside em outro possui alta seletividade em termos socioeconômicos e mesmo demográficos.

Pondera-se ainda que o movimento migratório que predomina no espaço regional é aquele relacionado à mudança de moradia e de trabalho, já que grande parte dos indivíduos que migram no espaço regional passa a trabalhar na região de residência atual. Todavia, nota-se que os casais que se deslocam neste espaço, seja para residir e trabalhar ou apenas para residir, são mais envelhecidos do que aqueles que migram no espaço intrametropolitano.

Quanto às diferenciações entre as aglomerações, verifica-se, novamente que os imigrantes intrarregionais que chegam à metrópole paulistana tendem a ser mais jovens do

¹⁷⁶ Bentes (2014) ao discutir sobre o processo de dispersão urbana na região fluminense do Vale do Paraíba, observou o surgimento de condomínios de alto padrão ao longo de rodovias que ligavam a rodovia presidente Dutra e que faziam parte da estruturação do espaço urbano regional. Na mesma linha, Monclús ao dissertar sobre a dispersão urbana na Espanha, pondera que este fenômeno vem acompanhado de mudanças nos padrões urbanísticos, e que esta dispersão também estaria relacionada às mudanças nos processos produtivos. Assim o autor pondera que: “o interesse pelos processos de suburbanização e a eventual ‘dissolução’ da cidade compacta tradicional em uma cidade cada vez mais dispersa e fragmentada já é uma constante na reflexão urbanística das últimas décadas”. [...] Mas esse fenômeno está associado também à descentralização e ao caráter cada vez mais extensivo das novas áreas industriais, dos condomínios de escritórios, centros esportivos [...], centros comerciais, instalações técnicas cada vez mais devoradoras de espaços. [As mudanças no tecido urbano são] Peças cada vez mais autônomas, que sejustapõem em forma descontínua, entre as quais proliferam espaços intersticiais, vazios urbanos (MONCLÚS, 1998 *apud* REIS FILHO, 2006).

¹⁷⁷ Um exemplo demonstrado já neste trabalho é que 14% dos pendulares que residiam em Valinhos e Vinhedo, exerciam suas atividades laborais em São Paulo. O que demonstra que estes indivíduos escolheram estas localidades especificamente para residir.

que aqueles que migram no espaço intrametropolitano. No ano de 2010, aproximadamente 54% dos casais que migraram para a RMSP tinham idade até 34 anos, já aqueles que migraram entre alguns dos municípios desta região e estavam inseridos no mesmo grupo etário, perfaziam um total de 47%. Observou-se que a região metropolitana de São Paulo possui um comportamento distinto daquele apresentado pelas outras RM's e aglomerados. Em outras palavras, os casais imigrantes que chegaram as outras aglomerações eram mais rejuvenescidos do que aqueles que migraram no espaço intrametropolitano. Novamente constatou-se que o perfil etário dos casais migrantes na região metropolitana da baixada santista é mais envelhecido do que o observado em outros aglomerados.

Por fim, com intento de demonstrar o caráter familiar dos fluxos migratórios segundo as diferentes escalas dos movimentos na Cidade-Região Paulista, a Tabela 15 mostra a distribuição relativa dos chefes, segundo tipo de arranjo domiciliar¹⁷⁸. Pontua-se que, assim como o momento do ciclo de vida familiar influencia no processo migratório, e também apresenta diferenciações de acordo com a escala espacial em que se realiza o movimento, os arranjos domiciliares também apresentam distinções, indicado que a composição do domicílio também pode ser um dos motivadores que levariam os indivíduos a migrarem ou não, bem como influenciam as escolhas dos destinos.

Antes de analisar a forma como os chefes, migrantes e “não migrantes” estão distribuídos em termos de arranjo domiciliar, é preciso traçar algumas considerações a respeito de alguns fatores que levaram as transformações nestes. Uma das principais mudanças na composição dos domicílios evidenciadas ao longo das últimas décadas foi, por exemplo, o declínio no tamanho dos arranjos domiciliares, o crescimento dos domicílios unipessoais, assim como dos chamados DINK's (*Double Income no Kids*) e dos *Living Apart Together*, entre outros arranjos que passaram a ser mais preponderantes na chamada sociedade pós-moderna. De acordo com Lestaege e Van de Kaa (1986), os fatores destas mudanças, assim como a manutenção das taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição ao final da primeira transição demográfica, estariam no cerne que os autores denominaram de Segunda Transição Demográfica (STD). Para estes pesquisadores, a composição domiciliar do tipo conjugal e domiciliar seria substituída por outras tipologias de domicílios, devido aos

¹⁷⁸ De fato, existem diferenças entre o conceito de família e domicílio, o próprio conceito de família sendo definido como as relações de parentesco e consanguinidade muda de acordo com as localidades e também apresenta mudanças ao longo do tempo. Quanto à relação família e domicílio, sabe-se que a família ultrapassa o contexto domiciliar. Todavia é possível delimitar alguns arranjos familiares no âmbito dos domicílios através das relações estabelecidas com os chefes de cada localidade, assim, no presente trabalho, foram definidos os arranjos domiciliares através do sistema de relações entre o chefe domicílio, mas sempre lembrando o que sentido familiar escapa a esta dimensão.

seguintes fatores: sustentabilidade nos níveis das taxas de fecundidade, desconexão entre casamentos e procriação e mudanças nos conjuntos de valores e comportamentos que, agora, estariam mais centrados em valores individualistas. Assim, estas questões levariam a mudanças nos padrões de idade do primeiro casamento e na saída da casa dos pais, aumento dos domicílios unipessoais, da coabitação e aumento da frequência dos filhos fora do casamento.

No Brasil, a segunda transição demográfica também pode ser observada através das transformações na composição dos arranjos domiciliares. Wajnman (2012) realizou um estudo sobre as mudanças ocorridas nos arranjos domiciliares ao longo dos últimos 40 anos e concluiu que estas transformações não foram tão radicais, ou seja, os domicílios, em sua maioria, continuaram sendo predominantemente nucleares, formados basicamente por núcleos familiares biparentais com filhos, nota-se que há baixa concentração de famílias monoparentais, casais sem filhos, domicílios compostos e unipessoais. Contudo, a autora ressalta que, apesar destas tendências serem suaves, elas são muito significativas. Algumas destas mudanças podem ser elucidadas através da análise da Tabela 15, por exemplo, observa-se, ao longo dos anos considerados, que as famílias nucleares (casal com filhos) são o tipo de arranjo domiciliar preponderante na Cidade-Região de São Paulo. Porém, esta tipologia de domicílio reduziu significativamente em termos percentuais nas últimas décadas.

Percebe-se que os arranjos nucleares entre os “não migrantes” apresentaram uma redução de 11 pontos percentuais no período 1991-2010 (passaram de 51% para 39%), já entre os migrantes esta redução foi de 8 pontos percentuais (de 41% para 33%), em outras palavras, verificou-se que o decréscimo no arranjo domiciliar casal com filhos foi mais contundente entre os “não migrantes”. Já as outras tipologias de arranjos, tais como casais sem filhos, famílias monoparentais e domicílios individuais expressaram significativo aumento durante estas três últimas décadas; todavia, este crescimento foi maior entre os migrantes. Por exemplo, verificou-se que os domicílios individuais entre os migrantes apresentaram um crescimento de 11 pontos percentuais no período 1991-2000, já entre os “não migrantes” esta eclosão foi de apenas 3 pontos percentuais (Anexo 50).

Ao comparar os percentuais dos responsáveis por domicílios individuais e nucleares segundo a escala espacial dos movimentos migratórios, percebe-se que as migrações de curta distância possuem um caráter mais familiar do que as de mais longa distância. De fato, verifica-se que cerca de 20% dos imigrantes interestaduais que chegaram a CRP no período 2005-2010 residiam sozinhos; já entre os migrantes intrametropolitanos este percentual foi de 16%. Por outro lado, enquanto cerca de 39% dos migrantes

intrametropolitanos apresentaram um arranjo domiciliar do tipo nuclear, apenas 29% dos migrantes interestaduais estavam inseridos na mesma característica no quinquênio 2000-2005 (Anexo 50).

TABELA 15 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo arranjo domiciliar¹⁷⁹ e modalidade migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁸⁰

Aglomeramentos Urbanos	Arranjo Domiciliar	Não Migrante			Intrametropolitano			Intra-CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RMSP	Individual	8,7	11,8	14,6	3,7	11,3	16,3	10,9	20,1	31,3
	Casal sem filhos	10,0	10,2	12,9	5,5	12,7	16,3	8,1	13,9	16,9
	Casal com filhos	50,4	45,3	38,8	46,5	48,1	39,4	37,5	34,9	22,7
	Monoparental com filhos	12,2	15,3	13,6	9,5	12,7	14,1	10,8	11,9	8,4
	Estendida	18,7	17,4	20,2	34,7	15,2	13,9	32,7	19,2	20,8
	<i>Total</i>	3.206.669	4.091.271	5.304.457	127.639	193.869	163.630	13.120	22.419	25.180
RMC	Individual	7,0	10,7	13,6	4,3	11,6	16,9	5,3	12,5	20,3
	Casal sem filhos	10,0	11,6	15,2	5,5	13,4	19,5	6,8	14,3	18,2
	Casal com filhos	53,4	48,0	40,5	51,2	47,7	39,8	48,6	47,6	34,7
	Monoparental com filhos	10,7	13,1	11,9	7,6	12,9	12,4	7,7	10,2	9,8
	Estendida	18,9	16,5	18,7	31,4	14,4	11,4	31,6	15,5	17,0
	<i>Total</i>	334.662	494.892	704.045	14.067	21.272	21.562	19.498	28.806	23.220
RMBS	Individual	10,1	13,9	16,5	6,1	14,4	19,7	11,3	18,4	24,5
	Casal sem filhos	10,9	10,9	14,3	7,9	13,8	17,3	9,9	19,9	25,1
	Casal com filhos	45,6	40,3	33,8	40,3	40,8	34,0	37,4	34,9	24,4
	Monoparental com filhos	12,7	15,4	13,7	10,4	14,0	14,5	9,3	10,6	9,4
	Estendida	20,7	19,5	21,7	35,4	17,0	14,5	32,1	16,3	16,7
	<i>Total</i>	234.751	316.854	420.282	11.797	17.671	16.485	13.970	23.488	27.297
RMVPLN	Individual	7,7	10,6	13,3	5,7	14,3	20,0	7,1	16,5	22,0
	Casal sem filhos	8,0	9,1	13,6	7,8	14,4	17,1	8,6	15,7	21,6
	Casal com filhos	53,3	48,3	40,6	48,9	46,8	38,0	47,2	44,1	32,3
	Monoparental com filhos	11,8	13,6	12,5	9,5	11,5	9,6	8,9	9,4	9,6
	Estendida	19,1	18,5	20,0	28,1	13,0	15,3	28,2	14,3	14,5
	<i>Total</i>	306.975	432.063	578.007	11.837	18.117	17.941	11.705	18.685	14.758
RMS	Individual	7,3	9,8	12,4	5,3	9,9	15,4	6,5	12,7	16,5
	Casal sem filhos	9,6	11,0	14,7	9,2	12,9	18,1	8,6	16,5	19,9
	Casal com filhos	53,4	49,1	41,5	52,0	50,1	42,0	53,2	46,6	39,2
	Monoparental com filhos	10,7	13,0	11,5	7,9	11,7	12,3	7,5	9,6	9,9
	Estendida	19,1	17,1	19,9	25,6	15,4	12,3	24,2	14,6	14,5
	<i>Total</i>	230.647	334.570	462.464	7.183	11.736	12.728	12.034	20.972	19.383
AU's	Individual	6,9	10,1	12,7	3,5	9,8	16,1	8,2	12,6	17,0
	Casal sem filhos	10,3	11,7	15,4	9,3	12,1	17,7	8,4	16,3	20,1
	Casal com filhos	54,5	48,8	41,2	48,8	54,7	41,1	50,0	46,5	39,4
	Monoparental com filhos	10,2	12,3	11,4	11,6	10,8	11,3	7,8	9,8	7,7
	Estendida	18,1	17,2	19,4	26,8	12,6	13,8	25,7	14,8	15,9
	<i>Total</i>	331.921	462.062	621.133	3.157	12.417	10.639	7.117	25.330	22.910
CRP	Individual	8,4	11,5	14,2	4,1	11,6	16,8	8,1	15,3	22,3
	Casal sem filhos	9,9	10,4	13,5	6,0	12,9	16,9	8,3	16,0	20,3
	Casal com filhos	51,0	45,9	39,1	46,9	47,9	39,1	45,3	42,6	31,5
	Monoparental com filhos	11,9	14,7	13,1	9,4	12,6	13,4	8,7	10,2	9,1
	Estendida	18,8	17,5	20,0	33,5	15,0	13,7	29,7	15,8	16,8
	<i>Total</i>	4.645.626	6.131.712	8.090.387	175.682	275.082	242.985	77.444	139.700	132.748

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Sublinha-se que a constatação anterior também se faz válida ao comparar as escalas intrametropolitana e intra-CRP, ou seja, a migração intrametropolitana também possui

¹⁷⁹ Ressalta-se que o tipo de arranjo domiciliar do migrante, assim como se pode verificar para as demais variáveis sociodemográficas, é correspondente à data de referência do censo e não ao momento da migração. Tal característica, intrínseca aos dados do Censo Demográfico, deve ser levada em consideração nas análises, especialmente quando da observação de possíveis relações entre a migração e o tipo de arranjo domiciliar. Em muitos casos, o arranjo domiciliar pode ter sido constituído no local de destino, depois do movimento.

¹⁸⁰ A distribuição percentual dos chefes segundo arranjos domiciliares para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 50.

um aspecto muito mais familiar quando comparada aos movimentos realizados entre aglomerados urbanos. Este fato corrobora a afirmação que as migrações realizadas no âmbito das regiões metropolitanas estão relacionadas muito mais à ação do mercado de terras. Em outras palavras, o fato dos movimentos migratórios intrametropolitanos serem realizados, em maior proporção, por famílias do tipo nuclear - indica que estes deslocamentos podem refletir o anseio das famílias (por incentivos ou constrangimentos) na busca por moradia. Por fim, além dos domicílios individuais apresentarem um crescimento maior entre os migrantes intrarregionais, de aproximadamente 14 pontos percentuais, nota-se que o crescimento dos domicílios compostos por casais sem filhos também foi maior entre este tipo de migrantes (aproximadamente 12 pontos percentuais).

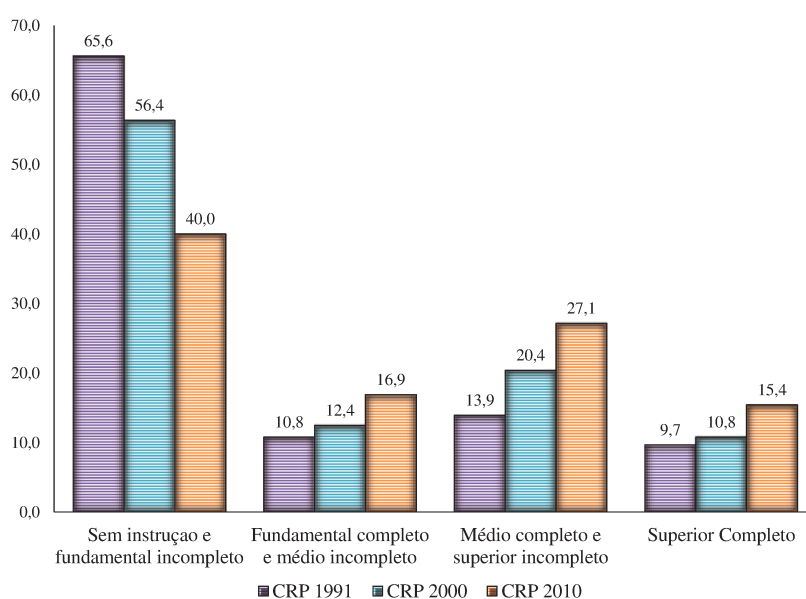
Para além dos aspectos demográficos como a idade e a composição dos domicílios, uma outra dimensão que qualifica não só os migrantes, mas também pode suscitar aspectos interessantes sobre a estruturação da Cidade-Região Paulista, sobre a funcionalidade de seus aglomerados e a seletividade dos migrantes segundo a escala espacial em que ocorrem os movimentos é o nível de instrução dos migrantes. Neste sentido, como visto nos capítulos anteriores, um dos processos inerentes à formação da Cidade-Região de São Paulo diz respeito à transformação dos espaços produtivos calcada nas mudanças do modo de acumulação capitalista. Isto é, os novos processos de formação de economias de aglomeração se relacionam à desintegração vertical da indústria que “amplia as economias externas em detrimento das economias internas”. As novas escalas dos processos produtivos, agora, muito mais ancoradas nos avanços e nos processos técnicos, requerem um conjunto de requisitos locacionais, tais como: “presença de centros de ensino e pesquisa, mercado de trabalho profissional, relações industriais articuladas geograficamente, facilidade de acesso, base educacional e cultural, clima de negócios, concentração dos recursos de pesquisa, entre outros”. Entretanto, mesmo que estas novas demandas locacionais possam se encontrar dispersas em qualquer ponto do território, estas tendem a ter um caráter muito mais concentrador, ou seja, “as poucas localidades com vantagens pré-existent tendem a ampliá-las ainda mais, desde que o crescimento das atividades de alta tecnologia aja como poderosa força aglomerativa” (DINIZ, 1993, p. 40; 55).

Em síntese, observa-se que a Cidade-Região Paulista, além de ser este espaço de ampliação das economias externas, também concentra os requisitos necessários para a nova lógica de acumulação do capital, assim como uma alta concentração de indústrias de alta tecnologia, centros de pesquisas, atividades de gestão, entre outros requisitos. De acordo com Constantino (2016, p. 108), a cidade-região de São Paulo reúne o maior número de

profissionais qualificados do país, “condição fundamental para o novo modelo que tem, na produção do conhecimento, a chave para desenvolver atividades avançadas”. O autor salienta ainda que do total de matriculados no ensino superior em 2014 no estado de São Paulo, 79% foram realizadas no âmbito da cidade-região.

Ao analisar a distribuição da população residente na CRP por nível de instrução, através do Gráfico 10, percebe-se que o número de chefes “sem instrução” reduziu drasticamente ao longo dos últimos anos, passando de 65% para 40% entre 1991 a 2010. Em contrapartida, nota-se o grande aumento da participação relativa dos outros níveis de instrução, por exemplo, verificou-se que o percentual de chefes com ensino superior no mesmo período passou de 9% para 16%. Estas transformações não estão só relacionadas às mudanças na estrutura etária, que influenciaram o aumento no número de pessoas com maior nível de instrução, mas, também, vinculam-se a expansão e universalização das redes de ensino, bem com as facilidades colocadas para entrada no ensino superior (JANUZZI, 2017).

GRÁFICO 10 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios por nível de instrução. Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁸¹



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Estas tendências seguiram as mudanças ocorridas no Brasil, todavia, é possível observar alguns diferenciais entre o que vem acontecendo no cenário nacional e nesta região.

¹⁸¹ Existem várias variáveis sociodemográficas, tais como a educação, que sofrem o efeito da estrutura etária, por exemplo, o nível de escolaridade ou de ocupação de uma determinada população pode estar relacionados com a quantidade crianças, jovens, adultos e idosos que compõem determinada localidade. Neste sentido, com intuito de evitar que algumas análises fossem mascaradas pela composição etária da população, optou-se por usar os chefes dos domicílios em algumas das caracterizações, ou seja, trabalhar apenas com a população adulta.

De acordo com os dados do último censo demográfico (2010), enquanto 44% dos chefes residentes no território brasileiro não tinham ensino fundamental completo (sem instrução), na cidade-região este percentual chegou a 40%. Já entre aqueles que detinham ensino superior completo, este diferencial é mais significativo, o que reafirma o argumento que certas espacialidades concentram pessoas de mais alta qualificação. De fato, enquanto o percentual de pessoas com superior completo em nível nacional era de aproximadamente 9%, na CRP este valou chegou a 16%.

Como vistas a aprofundar mais a análise, a Tabela 16¹⁸² traz a distribuição relativa dos chefes, “não migrantes” e migrantes, por modalidades migratórias, segundo nível instrução para cada um dos aglomerados urbanos da Cidade-Região de São Paulo. Através destes dados, observa-se que o nível de escolaridade aumentou tanto para os migrantes quanto para os “não migrantes”. Ou seja, o percentual de “não migrantes” sem instrução apresentou uma redução de 23 pontos percentuais, já entre os migrantes este decréscimo foi de 36 pontos percentuais. Concomitantemente a este decréscimo, ocorreu um significativo crescimento nos percentuais de chefes com alta escolaridade.

De fato, o percentual de “não migrantes” com ensino superior passou de 9% para 14% entre 1991 e 2010, sendo que para os migrantes de data-fixa, esta passagem foi de 8% para 22% (Anexo 51), portanto, um crescimento muito maior para os migrantes. Estas transformações demonstram que, mesmo que a mudança nos níveis de escolaridade esteja relacionada às melhorias no sistema de ensino a nível nacional, em geral, nota-se que a redução dos menos escolarizados e o aumento dos mais escolarizados foi bem maior entre os migrantes recentes, o que demonstra que a cidade-região, principalmente nos últimos anos, vem cada vez mais atraindo pessoas com maior nível de instrução.

Estas constatações corroboram com o estudo de Rigotti (2006), que analisou a geografia dos fluxos migratórios a partir da ótica das mesorregiões para dois grandes grupos populacionais: para aqueles com menos de 4 anos de estudos e também para os indivíduos com mais de 15 anos de estudo, para os quinquênios de 1986-1991 e 1995-2000. Através deste trabalho, o autor constatou que as grandes aglomerações urbanas se colocam como as principais origens e destinos dos migrantes qualificados, muito provavelmente por conta das mudanças nos processos produtivos e o surgimento de novas escalas de economias de

¹⁸² A distribuição percentual dos chefes segundo nível de instrução para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 51.

aglomeração, que entre seus requisitos, demandam mão de obra qualificada, justificando, portanto, a maior seletividade da mão de obra migrante¹⁸³.

¹⁸³ Nas palavras de Rigotti (2006, p. 250) “se as migrações de pessoas com, no mínimo, um curso superior completo, refletem os deslocamentos de mão de obra qualificada para exercer essas novas atividades, as regiões que acolhem e fornecem esses migrantes estão localizadas em pontos muito específicos do território nacional”.

TABELA 16 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo nível de instrução e por modalidade migratória Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Aglomerados Urbanos	Nível de instrução	Não Migrante			Intrametropolitano			Intra-CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>RMSP</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	62,6	53,9	40,0	66,2	53,2	28,6	49,0	42,3	18,9
	Fundamental completo e médio incompleto	11,6	12,7	17,2	11,8	13,1	16,5	9,7	10,4	11,1
	Médio completo e superior incompleto	14,9	21,3	26,8	14,8	23,6	32,8	18,0	24,2	33,6
	Superior Completo	11,0	12,0	15,9	7,2	10,2	22,2	23,3	23,1	36,4
	<i>Total</i>	3.192.222	3.926.817	5.269.188	135.148	185.196	163.165	13.568	20.085	25.085
<i>RMC</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	68,8	57,7	43,0	71,5	53,2	27,0	60,1	44,3	25,2
	Fundamental completo e médio incompleto	9,9	13,2	16,7	11,7	15,0	14,4	10,6	13,2	14,4
	Médio completo e superior incompleto	12,4	18,9	26,4	11,7	21,7	36,6	14,7	23,8	33,6
	Superior Completo	8,8	10,2	14,0	5,1	10,1	22,0	14,7	18,7	26,9
	<i>Total</i>	334.735	479.163	701.074	14.830	20.573	21.493	20.480	27.108	23.135
<i>RMBS</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	64,4	56,3	41,1	57,6	47,2	24,4	53,1	45,8	28,7
	Fundamental completo e médio incompleto	11,0	12,4	17,3	12,8	13,1	17,2	14,6	14,3	18,7
	Médio completo e superior incompleto	16,3	21,2	28,5	22,5	29,3	38,0	19,5	25,8	32,1
	Superior Completo	8,3	10,0	13,1	7,1	10,3	20,4	12,8	14,2	20,5
	<i>Total</i>	235.050	306.047	419.215	12.655	16.834	16.465	14.355	21.968	27.245
<i>RMVPLN</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	70,6	58,1	42,4	64,0	51,7	28,7	52,7	39,3	25,6
	Fundamental completo e médio incompleto	10,1	12,2	15,9	11,8	13,2	14,6	13,8	13,3	13,9
	Médio completo e superior incompleto	12,7	21,3	29,7	15,1	23,8	35,8	19,2	27,6	30,2
	Superior Completo	6,6	8,4	12,1	9,1	11,3	20,9	14,2	19,8	30,3
	<i>Total</i>	307.603	418.270	576.504	12.757	17.198	17.941	12.493	17.307	14.733
<i>RMS</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	76,1	65,4	46,8	75,1	58,1	35,6	61,7	49,6	32,5
	Fundamental completo e médio incompleto	8,3	11,2	16,3	6,5	12,0	17,4	9,9	13,1	17,2
	Médio completo e superior incompleto	10,1	16,7	26,0	11,7	21,8	32,0	16,0	23,9	28,3
	Superior Completo	5,6	6,8	10,9	6,7	8,2	14,9	12,4	13,5	22,0
	<i>Total</i>	232.041	325.270	461.358	7.647	11.207	12.728	12.976	20.032	19.303
<i>AU's</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	74,5	63,6	46,4	66,8	60,2	36,8	56,4	44,5	28,2
	Fundamental completo e médio incompleto	8,5	12,0	17,1	11,5	14,3	17,9	11,5	11,8	15,3
	Médio completo e superior incompleto	10,7	16,6	24,7	14,7	18,0	30,4	17,0	24,2	33,0
	Superior Completo	6,4	7,8	11,8	7,0	7,5	14,9	15,0	19,6	23,5
	<i>Total</i>	332.868	450.587	619.690	192.688	12.192	10.605	90.549	23.930	22.884
<i>CRP</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	65,2	56,0	41,4	66,6	53,2	28,9	56,1	44,4	26,3
	Fundamental completo e médio incompleto	10,9	12,6	17,0	11,6	13,3	16,3	11,6	12,7	15,2
	Médio completo e superior incompleto	14,1	20,5	26,9	14,8	23,5	33,5	17,1	24,8	32,0
	Superior Completo	9,8	10,9	14,7	7,1	10,0	21,2	15,2	18,1	26,5
	<i>Total</i>	4.634.519	5.906.155	8.047.029	375.725	263.199	242.396	164.422	130.429	132.385

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Em síntese, percebe-se que o percentual de “não migrantes” com ensino superior completo, no ano de 1991, era muito mais proeminente do aquele apresentado pelos migrantes. Entretanto, em 2010 este quadro mudou, e o percentual de migrantes com alta qualificação passou a ser superior quando comparado com os “não migrantes”. De fato, as melhorias no sistema de ensino, tais como a universalização do acesso à educação e a criação programas que facilitaram o acesso ao ensino superior, influenciaram no aumento do nível de instrução tanto dos migrantes quanto dos “não migrantes”. Todavia, devido à cidade-região ser uma localidade que concentra grande densidade técnica e científica, ou seja, ser um espaço luminoso por excelência, esta região acaba atraindo um percentual significativo de migrantes qualificados, além de grande parte dos indivíduos com alto nível de instrução ser formados no âmbito da própria CRP. Estes dados demonstram que a atração por pessoas mais qualificadas passa a ser maior no decorrer dos anos 2000, período que se intensifica a chamada reestruturação produtiva. Obviamente, deve-se levar em consideração que, assim como observado em relação às modalidades migratórias, o declínio na migração de pessoas de mais baixa escolaridade deve estar relacionado também à redução da migração externa, (como já demonstrado) que por sua especificidade, sobretudo em termos das origens, tenderiam a concentrar população de mais baixa escolaridade.

Indo além na análise da seletividade da migração através da escolaridade, considera-se interessante também examinar o nível de instrução dos migrantes por modalidades migratórias. De fato, como já adiantado, nota-se que os migrantes de mais longa distância são menos escolarizados do que aqueles que circulam no espaço intrametropolitano e intra-CRP, pois, enquanto apenas 18% dos imigrantes interestadual tinham curso superior, mais de 21% dos imigrantes intrametropolitanos detinham mais de 15 anos de estudo (Anexo 51).

Ao centrar especificamente nas duas principais escalas estudadas neste trabalho, é possível observar, através da Tabela 16, que os imigrantes intrarregionais, em todos os períodos analisados, sempre foram mais escolarizados, quando comparado com os “não migrantes” e os migrantes intrametropolitanos. Este fato demonstra que os migrantes que participam do processo de redistribuição espacial da população na Cidade-Região Paulista são, como se esperava, de fato mais seletivos. Além do mais, constata-se que os aglomerados urbanos que mais receberam migrantes qualificados nos quinquênios estudados foram as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba, o que demonstra que as migrações de alta qualificação tendem a ocorrer em direção às polaridades caracterizadas por deterem alta densidade técnica.

Em síntese, observa-se que a migração de mão de obra qualificada sugere que o processo de redistribuição espacial da população de mais alta escolaridade na cidade-região, relaciona-se às especificidades de cada aglomerado no âmbito da divisão territorial do trabalho. A partir desta perspectiva, a Tabela 17 apresenta a distribuição relativa dos chefes migrantes e “não migrantes” segundo setor de atividades econômicas¹⁸⁴ para os três censos analisados. Ressalta-se que este tipo de dado alude muito mais à divisão territorial do que social do trabalho no âmbito da cidade região, de forma que não haverá surpresas de que a análise da migração por setor de atividade seja permeada por uma significativa heterogeneidade social. Isto é, além destes grupos serem muito diversificados, como é caso do setor de serviços, estes são compostos pelos mais distintos grupos sociais. Esta é uma das razões pelas quais não se observa grandes diferenciais entre os migrantes ao caracterizá-los por modalidades migratórias e atividades econômicas.

Ainda com relação a esta questão, é necessário realizar algumas considerações sobre as mudanças na dimensão produtiva que impactaram não só a estrutura das atividades econômicas, mas, também, geraram transformações na divisão territorial do trabalho. De fato, grande parte destas transformações foi discutida e debatida nos capítulos anteriores, porém, é preciso resgatar alguns processos que influenciaram no declínio da participação da indústria, tanto na geração de riqueza quanto de emprego, bem como o aumento da participação do setor de serviços, tal como pode ser observado através da Tabela 17.

Pode-se afirmar que alguns processos, tais como reestruturação produtiva¹⁸⁵, desestruturação de elos das cadeias de produção, criação de novos complexos industriais, terceirização, flexibilização trabalhista, mudanças nas condições de trabalho, etc, geraram profundos impactos na organização de diversos setores da economia, sendo o setor de transformação industrial um dos mais impactados tanto no processo de capacidade de geração de postos de trabalho, quanto de riquezas. Em contrapartida a este declínio da indústria, observa-se o aumento da participação do setor de serviços, além do crescimento dos chamados empregos informais (SIQUEIRA, 2009).

¹⁸⁴ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) neste trabalho foi compatibilizada entre os anos em seis grandes categorias, os códigos e a compatibilização encontram-se no apêndice metodológico da presente tese.

¹⁸⁵ Processos como: automatização, aumento dos componentes importados, introdução de novos produtos e novas formas de organização da produção e do trabalho.

TABELA 17 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo grupos de atividades econômicas¹⁸⁶ e modalidades migratórias. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁸⁷

Condição Migratória	Atividades Produtivas	Não Migrante			Intrametropolitano			Intra-CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RMSP	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,4	0,8	0,9	1,5	0,9	1,1	3,2	1,5	2,3
	Indústria de Transformação	30,9	21,7	16,4	35,7	24,8	18,6	27,3	18,7	13,0
	Construção	8,1	8,8	8,2	11,1	10,5	8,6	9,9	9,7	8,0
	Serviços de baixa complexidade	42,1	45,2	49,2	40,4	43,2	44,0	39,0	41,6	34,0
	Serviços de alta complexidade	12,1	18,8	20,3	7,5	16,4	21,9	14,6	23,2	35,7
	Adm. e serviços utilidade pública	5,3	4,8	5,0	3,8	4,3	5,8	6,1	5,2	7,0
	<i>Total</i>	2.478.447	2.703.743	3.174.771	124.579	150.074	116.088	11.871	16.977	16.770
RMC	Atv. agrícola e ind. extrativa	4,5	3,4	3,1	7,4	4,0	3,9	5,3	3,7	3,0
	Indústria de Transformação	33,3	26,5	22,4	33,7	25,9	23,5	30,7	27,1	24,9
	Construção	10,7	11,4	10,2	12,0	11,4	9,3	11,9	8,9	10,1
	Serviços de baixa complexidade	35,7	37,9	43,2	35,5	40,5	40,3	37,2	40,1	39,4
	Serviços de alta complexidade	9,5	15,6	15,5	6,6	13,7	16,8	10,3	16,4	18,1
	Adm. e serviços utilidade pública	6,4	5,2	5,7	4,7	4,5	6,1	4,6	3,8	4,4
	<i>Total</i>	268.013	332.818	427.174	13.204	16.653	15.642	17.947	21.246	15.052
RMBS	Atv. agrícola e ind. extrativa	2,1	1,4	1,7	1,7	1,4	1,2	1,9	1,2	1,9
	Indústria de Transformação	16,6	12,4	8,8	16,7	12,3	10,8	10,4	8,4	9,8
	Construção	12,3	12,7	11,1	10,0	7,7	7,2	16,1	13,7	11,6
	Serviços de baixa complexidade	52,2	50,6	54,6	55,1	53,7	49,6	55,9	56,4	51,2
	Serviços de alta complexidade	8,6	15,2	15,5	7,8	16,0	22,6	10,6	15,2	18,0
	Adm. e serviços utilidade pública	8,1	7,7	8,3	8,6	8,8	8,7	5,2	5,1	7,4
	<i>Total</i>	170.586	194.382	243.141	11.147	12.628	11.569	10.596	13.265	13.441
RMVPLN	Atv. agrícola e ind. extrativa	8,6	6,0	5,5	15,6	8,6	8,4	6,3	3,6	5,5
	Indústria de Transformação	29,2	23,0	18,0	21,2	18,7	16,8	22,6	21,6	13,4
	Construção	11,3	12,3	12,1	12,8	10,1	9,6	12,8	9,6	12,3
	Serviços de baixa complexidade	34,8	37,0	42,8	35,4	39,4	37,5	41,8	44,4	40,4
	Serviços de alta complexidade	6,7	13,6	13,2	7,4	13,6	17,7	9,6	14,7	21,2
	Adm. e serviços utilidade pública	9,3	8,2	8,5	7,5	9,5	10,1	6,9	6,2	7,3
	<i>Total</i>	232.489	285.863	369.469	11.314	13.817	13.331	10.564	13.232	9.828
RMS	Atv. agrícola e ind. extrativa	13,5	9,8	8,5	15,9	11,1	9,4	10,1	6,7	6,3
	Indústria de Transformação	27,5	23,5	22,1	26,9	22,5	23,2	27,5	25,3	24,1
	Construção	11,2	13,0	11,5	10,3	10,1	10,2	10,4	10,8	10,5
	Serviços de baixa complexidade	34,4	36,5	40,0	37,6	40,0	36,7	39,7	41,3	39,2
	Serviços de alta complexidade	6,8	11,2	11,8	5,7	10,8	14,4	8,3	12,0	16,1
	Adm. e serviços utilidade pública	6,7	5,9	6,3	3,6	5,6	6,1	4,0	3,9	3,8
	<i>Total</i>	170.176	219.024	287.928	6.522	8.963	9.192	10.660	14.202	12.308
AU's	Atv. agrícola e ind. extrativa	11,3	7,7	7,4	12,6	9,8	8,0	9,5	6,1	5,8
	Indústria de Transformação	31,4	26,8	23,8	38,9	28,5	27,1	25,1	25,6	23,7
	Construção	10,5	12,2	10,6	10,2	12,4	8,4	11,0	8,7	7,5
	Serviços de baixa complexidade	34,6	37,2	40,3	29,4	34,5	40,6	41,2	40,5	42,6
	Serviços de alta complexidade	6,4	11,1	12,1	5,5	9,4	12,0	8,6	14,1	15,6
	Adm. e serviços utilidade pública	5,7	5,0	5,8	3,4	5,4	3,9	4,5	5,1	4,8
	<i>Total</i>	258.757	316.009	681.934	8.609	9.796	8.010	14.100	18.283	15.593
CRP	Atv. agrícola e ind. extrativa	3,4	2,4	2,7	4,0	2,5	2,6	6,1	3,8	4,0
	Indústria de Transformação	30,2	22,2	18,0	33,2	23,8	19,0	24,7	21,8	18,3
	Construção	9,0	9,9	9,3	11,2	10,5	8,7	11,9	10,0	9,8
	Serviços de baixa complexidade	40,7	43,2	46,8	40,0	42,8	43,0	41,8	43,4	40,9
	Serviços de alta complexidade	10,7	17,0	17,6	7,3	15,4	20,3	10,3	16,1	21,2
	Adm. e serviços utilidade pública	5,9	5,2	5,6	4,4	5,0	6,3	5,1	4,8	5,8
	<i>Total</i>	3.578.468	4.051.840	5.184.417	175.374	211.930	173.831	75.737	97.204	82.992

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

Como se nota na Tabela 17, as tendências descritas anteriormente parecem se configurarem na Cidade-Região Paulista. Verifica-se que os setores que concentravam o maior número de chefes empregados, nos três censos analisados, foram o setor de serviços,

¹⁸⁶ Destaca-se que o grupo de “atividades mal definidas” foi suprimido da presente tabulação, tendo em vista que este sofreu um salto quantitativo muito grande entre 2000 e 2010 e a permanência desta categoria nesta tabulação poderia mascarar certas tendências devido ao seu expressivo aumento. Todavia, suscita-se que o aumento das atividades mal definidas pode ser reflexo das mudanças nos processos produtivos, tais como a reestruturação produtiva, bem como pode apontar a ascendência de novos setores de atividades que não eram consolidados no censo 2010.

¹⁸⁷ A distribuição percentual dos chefes segundo grupos de atividades econômicas para todas as modalidades migratórias, encontra-se no Anexo 52.

principalmente aquele denominado “serviços de baixa complexidade”¹⁸⁸, bem como o setor de indústria de transformação. No que tange aos serviços de baixa complexidade, constata-se que estes, ao longo das últimas três décadas, vêm apresentando ligeiro crescimento na composição geral de atividades econômicas. Também, observou-se que entre os “não migrantes”, o número de pessoas empregadas no setor de serviços de baixa complexidade era de aproximadamente 40% no ano de 1991, em 2010 este percentual passou para 46%. Já entre os não migrantes os serviços de baixa complexidade cresceram 2 pontos percentuais (Anexo 52). Em síntese, não é possível observar grandes diferenciações entre os migrantes e “não migrantes” da cidade-região empregados neste setor. No entanto, o mesmo não pode ser dito com relação aos aglomerados urbanos, entre os quais se nota a existência de significativas diferenças. É o caso, por exemplo, da Baixada Santista, onde a predominância dos serviços de baixa complexidade é ainda maior, alcançado, em 2010, mais de 54% dos chefes empregados neste campo de atividades.

Com relação à indústria de transformação, devido às grandes mudanças citadas anteriormente e seus impactos sobre esta atividade econômica, é possível observar que, ao longo dos anos analisados, esta indústria vem apresentando uma redução significativa no número de chefes empregados em todas as categorias aqui analisadas (migrantes e “não migrantes”). Por exemplo, entre os “não migrantes”, a redução na participação deste setor foi de 8 pontos percentuais, entre os migrantes também foi possível notar um declínio significativo. Contudo, é interessante observar, através dos mesmos dados, que a distribuição relativa da participação da indústria na composição econômica de atividades por aglomerado, é distinta (Anexo 52).

De fato, nota-se que a RM da Baixada Santista novamente se destaca pela significativa perda de importância da atividade industrial na composição de sua força de trabalho, quando contrastada com outras aglomerações (Tabela 17). Isto se relaciona a afirmações realizadas anteriormente, ou seja, que o processo de reestruturação produtiva foi muito mais direcionado às regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e a aglomeração urbana de Jundiaí. Como seria de se esperar, o percentual de chefes empregados na indústria de transformação é maior nas aglomerações de Campinas e Sorocaba, duas das áreas que mais se beneficiaram com o processo de “desconcentração” (concentrada) da indústria paulista.

¹⁸⁸ Devido à grande heterogeneidade que caracteriza o chamado setor de serviço, dividiu-se este em duas categorias: setor de serviço de baixa complexidade, que engloba atividades que exigem baixa qualificação e, setor de serviços de alta complexidade, que em geral exigem alta qualificação.

Entretanto, é entre os chamados serviços de alta complexidade que se observam as maiores diferenciações entre as modalidades migratórias e aglomerados urbanos, além de se constatar que este setor vem experimentando um expressivo crescimento ao longo dos períodos analisados. Nota-se que, entre os migrantes, o crescimento dos chefes empregados neste setor foi de 12 pontos percentuais, já entre os “não migrantes” foi de 7 pontos percentuais entre 1991 a 2010 (Anexo 52). Ao comparar por modalidades migratórias, percebe-se que os serviços de alta complexidade apresentaram um crescimento expressivo principalmente entre os migrantes intrarregionais, de cerca de 10 pontos percentuais, enquanto os migrantes intrametropolitanos cresceram apenas 8 pontos percentuais. Este fato sugere o caráter mais seletivo das migrações intra-aglomerados que, até onde se constatou, é realizada por indivíduos com mais alta escolaridade quando comparado com as outras modalidades migratórias.

Entre os aglomerados urbanos, verifica-se que a RMSP é a que concentrava o maior percentual de chefes empregados no setor de serviços de alta complexidade, um fato esperado, pois esta região é caracterizada por sua alta densidade técnica e serviços voltados ao “circuito superior da economia”. Aliás, é nesta região metropolitana que se observam os maiores diferenciais entre os “não migrantes” e os migrantes por modalidades migratórias: enquanto apenas 20% dos chefes “não migrantes” e aproximadamente 22% dos migrantes intrametropolitanos estavam empregados neste setor; entre os migrantes intrarregionais, para o ano de 2010, este percentual foi de cerca de 36%. Este dado permite pensar, uma vez mais, no caráter mais seletivo da migração intrarregional em direção à RMSP.

Como já ressaltado, embora o setor de atividade seja um indicador importante para caracterizar as mudanças nos processos produtivos e a distribuição territorial do trabalho na cidade-região, este dado não permite uma análise da divisão social do trabalho e, portanto, de como os indivíduos se diferenciam em termos da forma de inserção em cada um dos setores de atividades econômicas. Mesmo que de maneira aproximada¹⁸⁹ isso pode ser feito a partir da análise da posição na ocupação, como apresentado na Tabela 18.

¹⁸⁹ Como tem sido observado em relação a outros estudos, tais como aqueles desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles (2000) a estratificação social seria melhor aferida utilizando outras informações além da posição na ocupação, como nível educacional, setor de atividade e a própria ocupação. No entanto, para efeitos deste estudo, considerando que o objetivo é avaliar a forma de inserção produtiva do indivíduo considerou-se suficiente utilizar apenas a variável posição na ocupação que, de alguma maneira permitiria graduar os trabalhadores segundo uma hierarquia funcional.

TABELA 18 – Distribuição percentual de chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, segundo posição na ocupação e modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010¹⁹⁰

Aglomerados Urbanos	Posição na ocupação	Não Migrante		Intrametropolitano		Intra-CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>RMSP</i>	Diretores e gerentes	8,5	7,2	7,2	9,2	10,7	11,9
	Intelectuais	9,1	14,5	7,4	17,2	18,4	31,0
	Nível técnico	9,9	8,8	9,7	10,8	10,8	12,6
	Servidores Administrativos	7,6	7,0	7,3	7,0	6,7	7,2
	Outros	64,9	62,5	68,4	55,9	53,4	37,2
	<i>Total</i>		2.707.755	3.192.455	150.986	118.831	17.063
<i>RMC</i>	Diretores e gerentes	8,1	6,5	7,2	9,3	12,6	12,3
	Intelectuais	7,7	12,1	7,3	16,4	11,6	20,4
	Nível técnico	9,5	9,2	9,1	12,4	11,5	10,0
	Servidores Administrativos	5,6	5,8	6,4	5,8	6,0	5,5
	Outros	69,1	66,5	70,0	56,1	58,2	51,7
	<i>Total</i>		333.915	434.403	16.707	16.351	21.281
<i>RMBS</i>	Diretores e gerentes	7,0	5,4	6,4	6,9	11,5	10,1
	Intelectuais	7,0	10,3	7,1	14,9	9,8	14,9
	Nível técnico	10,3	8,4	13,6	11,2	11,9	10,2
	Servidores Administrativos	6,5	6,0	6,7	8,1	4,1	5,0
	Outros	69,2	70,0	66,3	58,8	62,7	59,9
	<i>Total</i>		195.416	235.256	12.825	11.272	13.374
<i>RMVPLN</i>	Diretores e gerentes	6,2	4,5	6,2	6,2	11,8	7,5
	Intelectuais	6,3	10,2	8,3	16,0	14,1	22,0
	Nível técnico	8,8	7,5	10,9	9,8	10,9	12,2
	Servidores Administrativos	5,2	4,8	5,2	4,4	4,9	5,2
	Outros	73,5	73,0	69,3	63,6	58,3	53,0
	<i>Total</i>		285.126	357.684	13.853	12.864	13.171
<i>RMS</i>	Diretores e gerentes	6,1	5,4	6,6	5,9	10,4	9,5
	Intelectuais	5,0	9,6	6,2	10,2	8,0	17,6
	Nível técnico	6,5	7,7	8,4	9,6	8,1	9,3
	Servidores Administrativos	4,4	4,4	3,3	4,4	4,7	5,0
	Outros	78,0	72,9	75,4	69,9	68,8	58,7
	<i>Total</i>		217.630	278.532	8.797	8.943	14.023
<i>AU's</i>	Diretores e gerentes	6,9	6,0	6,2	8,1	12,7	10,2
	Intelectuais	5,6	10,1	5,5	12,1	12,0	17,8
	Nível técnico	7,0	8,2	7,0	8,0	10,1	12,5
	Servidores Administrativos	4,5	4,6	4,4	4,7	5,9	5,0
	Outros	76,0	71,1	76,9	67,1	59,3	54,6
	<i>Total</i>		314.392	387.012	9.802	8.010	18.174
<i>CRP</i>	Diretores e gerentes	8,0	6,6	7,0	8,6	11,7	10,5
	Intelectuais	8,2	13,1	7,3	16,3	12,5	21,0
	Nível técnico	9,4	8,6	9,8	10,7	10,6	11,2
	Servidores Administrativos	6,8	6,4	6,8	6,5	5,5	5,6
	Outros	67,7	65,2	69,1	57,9	59,7	51,8
	<i>Total</i>		4.054.234	4.885.342	212.969	176.272	97.086

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

¹⁹⁰ A distribuição percentual dos chefes segundo posição na ocupação para todas as modalidades migratórias encontra-se no Anexo 53. Pontua-se também que as ocupações “mal definidas” foram suprimidas desta tabulação. No mais, ressalta-se que a compatibilização das ocupações foi realizada apenas entre os anos de 2000 e 2010, devido as grandes diferenciações entre a classificação utilizada em 1991, por esta razão, o censo de 1991 não foi utilizado para caracterizar os migrantes e “não migrantes” em relação a ocupação. A descrição dos códigos e a compatibilização das ocupações segundo as categorias utilizadas encontram-se no apêndice metodológico.

Antes, porém, considera-se importante fazer uma ponderação com respeito à chamada categoria “outros” utilizada nesta tabulação. Esta categoria abrange grande parte das ocupações estabelecidas na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e integra ocupações como vendedores, artesãos, atendentes, agricultores entre outras que, em geral, relacionam-se aos trabalhadores manuais e de menor renda que se inserem nas categorias sociais menos valorizadas, mas não menos importantes no mercado de trabalho.

Ainda que esta categoria seja muito heterogênea e totalize mais de 50% de toda a população empregada na cidade-região, notam-se alguns aspectos relevantes nos dados apresentados. O primeiro aspecto diz respeito à própria concentração da categoria “outros”, isto é, enquanto 65% dos “não migrantes” estavam adensados nesta categoria, para os migrantes intrametropolitanos e intrarregionais, em 2010, os percentuais seriam de 57% e 51%, respectivamente, fato que mostra que os migrantes que circulavam pela CRP possuíam melhor colocação no mercado de trabalho. Esta constatação também pode ser feita ao comparar os migrantes e “não migrantes” ocupados em posições como diretores/gerentes e intelectuais: enquanto 19% dos “não migrantes” trabalhavam nestas posições, de acordo com os dados do último censo demográfico; entre os migrantes este percentual era de aproximadamente 25% para os imigrantes intrametropolitanos e 31% para os intrarregionais.

Na realidade, em relação aos imigrantes, nota-se que a cidade-região não apresenta apenas uma circularidade de migrantes qualificados e com alta colocação profissional, mas também atrai, de outras áreas do estado de São Paulo e de outros estados, um número expressivo de mão de obra qualificada. Nesse caso, no quinquênio 2005-2010, foram mais 34 mil imigrantes que se encontravam na categoria de diretores/gerentes e intelectuais advindos destas áreas. Analisando apenas os “intelectuais”, constata-se que, ao longo dos períodos considerados, o crescimento desta categorial ocupacional foi maior entre os migrantes, principalmente entre os migrantes intra-CRP que alcançaram, em 2010, um percentual de 21% nesta categoria.

Nesta perspectiva, ao considerar a distribuição dos migrantes “intelectuais” que circulavam na cidade-região segundo aglomerações, observa-se que grande parte dos indivíduos (60%) que estavam ocupados nesta categoria se direcionavam às regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba. Ao analisar estas regiões separadamente, nota-se que dos migrantes intrarregionais ocupados na RMSP, 31% pertenciam à categoria intelectuais; enquanto que na RMC este percentual era de 20% e na RMVLN cerca de 22%, fato que demonstra a capacidade destas aglomerações em atrair este tipo de mão de obra. Esta expressiva concentração de migrantes intelectuais na cidade-região

está intimamente relacionada ao fato destas áreas abrigarem não só algumas das principais universidades do país, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP), etc., mas também à presença de um conjunto de empresas que exigem uma mão de obra extremamente qualificada.

Ao longo desta seção, procurou-se demonstrar quem são os migrantes que circulam entre as diversas escalas que conformam a Cidade-Região de São Paulo. Muito mais que quantificar os fluxos, tal como foi feito na primeira parte deste trabalho, a análise apresentada objetivou mostrar a “face” destes migrantes, assim como evidenciar as possíveis diferenças existentes entre o perfil dos que migram na escala intrametropolitana e macrometropolitana. De maneira geral, pode-se dizer que foi possível observar alguns diferenciais significativos que revelam (ou sugerem) não apenas a estrutura de incentivos e constrangimentos que faz com que os indivíduos se movam em cada escala, mas também clarificam quais os fatores estariam relacionados à estruturação das morfologias urbanas inerente a cada uma destas escalas socioespaciais.

Desta forma, notou-se que a migração observada na escala intrametropolitana possui um caráter mais familiar e também é mais rejuvenescida do que aquela realizada no espaço regional, constatações estas que se sustentavam não só a partir da observação da estrutura etária, mas também pela condição de união, idade média do casal e dos tipos de arranjos domiciliares. Estes resultados sugeriram que os movimentos migratórios realizados no espaço intrametropolitano eram condicionados, em grande medida, pela ação do mercado de terras e dos agentes modeladores do espaço urbano que implicavam um conjunto de incentivos (ofertas imobiliárias, novas formas de morar, qualidade de vida etc.) e constrangimentos (valorização fundiária, majoração de valores de aluguéis, falta de alternativas habitacionais, violência etc.), capazes de influir ou “motivar” os deslocamentos dos indivíduos de acordo com as suas características específicas.

Por fim, verificou-se que os indivíduos que migraram no espaço intrarregional eram mais seletivos positivamente do que aqueles que migraram na escala intrametropolitana, sendo, em geral, mais jovens, com alto grau de escolaridade e inserindo-se, em termos laborais, com mais intensidade nas atividades mais complexas, o que sugere que a estrutura que influenciaria este tipo de movimento migratório estaria mais relacionada ao mercado de trabalho.

Observou-se, também, a existência de diferenciais entre os migrantes intrarregionais que se direcionavam a RMSP e aqueles que se destinavam a outras aglomerações urbanas; ou seja, os imigrantes intrarregionais que se destinaram a metrópole

paulistana, nos três quinquênios analisados, eram mais rejuvenescidos, mais escolarizados e o caráter do movimento migratório destes indivíduos era menos familiar do que daqueles migrantes intra-CRP que se direcionaram a outras localidades. Tais constatações sugerem que a RMSP, devido as suas atividades econômicas mais complexas, vem atraindo jovens de mais alta qualificação para se inserir em seu mercado de trabalho.

Todavia, como já ponderado nesta seção, observa-se que o mercado de terras atua também como uma estrutura muito mais de incentivos do que de constrangimentos para com um grupo social específico que faz da cidade-região o seu espaço de vida, seja por “melhoria da qualidade vida” ou por possibilidade (por exemplo) de permanecer perto dos familiares ao mesmo tempo que inseridos profissionalmente entre outra região. De fato, mesmo que em percentual menor, mas apresentando crescimento ao longo dos anos, observou-se que 10% das pessoas que migraram no espaço regional, continuaram a trabalhar no município de residência anterior. Neste sentido, a próxima seção irá caracterizar não só os indivíduos que realizam movimento pendular na escala metropolitana e regional, mas também aqueles que mudaram de residência e continuaram a trabalhar na região de residência anterior.

Movimentos pendulares: a face mais visível da complementaridade socioespacial na Cidade-Região Paulista

Ao longo das seções anteriores, observou-se que o processo de redistribuição espacial da população no âmbito da Cidade-Região Paulista declinou nas últimas décadas, fruto da própria tendência de arrefecimento nos movimentos migratórios. Porém, mesmo que o volume dos fluxos migratórios que partiam principalmente da metrópole paulistana em direção ao interior tenha declinado, é possível notar que este processo ainda apresenta continuidade. Como visto, dos mais de 372 mil indivíduos que migraram entre os aglomerados urbanos da CRP no período 2005-2010, mais de 60% tinham como origem a RM de São Paulo.

Além da continuidade no processo de redistribuição espacial da população partindo da metrópole paulistana em direção interior, mesmo que em volumes menores, verificou-se que estes migrantes que circulavam no território da cidade-região possuíam características distintas segundo a escala espacial do movimento. Ao comparar os migrantes intrametropolitanos e os intrarregionais, percebeu-se que os migrantes intra-aglomerados eram mais envelhecidos, mais qualificados e se inseriam em atividades econômicas mais complexas do que as outras modalidades migratórias. Há de se ressaltar que os fluxos

migratórios realizados entre os aglomerados urbanos da cidade-região de São Paulo, nem sempre refletem a existência de um sistema de complementaridades socioespaciais. De fato, o movimento migratório intra-aglomerado não implica necessariamente uma expansão do “espaço de vida” para escala intrarregional, pois, em geral, este apenas se caracteriza por uma mudança das espacialidades onde o cotidiano é realizado.

Entretanto, um tipo de mobilidade espacial da população que em muito reflete as complementaridades socioespaciais, isto é, a articulação entre diversos núcleos urbanos dispersos, é a mobilidade pendular realizada entre as aglomerações. Ressalta-se, como visto nas seções anteriores, que os movimentos pendulares aqui denominados externos abrangem cerca de 10% de toda a pendularidade ocorrida entre municípios localizados na CRP. Além disso, como foi observado, estes fluxos apresentaram um significativo crescimento entre os dois períodos analisados, indicando que cada vez mais um grupo seletivo de pessoas vive o seu cotidiano em uma escala superior à metropolitana. Em outras palavras, residem em um aglomerado e trabalham ou estudam em outra aglomeração urbana.

Neste contexto, questiona-se quem seriam os indivíduos que realizam estes tipos de mobilidade nas duas escalas consideradas neste trabalho, sendo elas: a escala intrametropolitana e intrarregional. Assim como os movimentos migratórios apresentaram um diferencial segundo estas duas perspectivas escalares, espera-se que os deslocamentos pendulares também apresentem alguma distinção. Primeiro porque quanto maiores são as distâncias, maiores são as fricções que impendem certos grupos sociais de se locomoverem entre os mais diversos núcleos que conformam a CRP. Em segundo lugar, porque os processos socioespaciais que levam cada indivíduo a se deslocar, no seu cotidiano, sobre estas duas escalas também são distintos. Ou seja, se os movimentos pendulares no espaço intrametropolitano, em muito refletem os descolamentos (*spatial mismatch*) entre local de residência e a localização das atividades econômicas, (CUNHA; SOBREIRA, 2008); os movimentos pendulares realizados na escala da cidade-região, estariam mais associados à divisão territorial do trabalho e reestruturação produtiva. Portanto, é com intuito de analisar estes diferenciais e os processos que podem levar os indivíduos a se moverem em diferentes escalas, bem como quem são aqueles que dão a face da dispersão e da complementaridade na cidade-região, que a mobilidade pendular será estudada segundo quatro características: idade, nível de instrução, inserção em setores de atividades e tipo de ocupação exercida¹⁹¹. Neste

¹⁹¹ Algumas caracterizações foram realizadas apenas para os migrantes, logo, caracterizações como, condição de união, idade média do casal e tipo de arranjo domiciliar, não serão feitas para os pendulares. A razão desta escolha reside no fato que o intento desta caracterização foi analisar o caráter familiar das migrações em cada

sentido, a Tabela 19 apresenta a distribuição relativa dos chefes segundo condição de pendularidade por grandes grupos etários.

TABELA 19 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo grandes grupos etários e condição de pendularidade. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010¹⁹²

Condição de Pendularidade	Idade	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Pendular</i>	15 a 29	44,6	36,7	43,5	36,3	43,8	35,3	44,0	36,1	44,6	37,5	43,0	36,2	44,3	36,6
	30 a 44	35,2	34,9	36,4	35,2	34,8	34,7	35,8	35,3	36,1	35,1	35,8	34,9	35,4	35,0
	45 a 59	16,6	21,9	16,7	22,6	17,4	23,5	16,7	22,8	15,9	22,2	17,2	22,7	16,7	22,2
	60 e mais	3,5	6,4	3,4	5,8	4,1	6,5	3,4	5,8	3,4	5,3	4,0	6,2	3,5	6,2
	<i>Total</i>	7.018.882	8.532.120	925.751	1.201.803	511.477	606.145	780.454	998.507	624.518	805.634	854.394	1.081.871	10.715.477	13.226.079
<i>Pendular(*)</i>	15 a 29	40,6	35,7	42,2	38,9	38,9	34,1	44,3	39,3	44,5	41,0	44,9	40,4	41,2	36,7
	30 a 44	41,4	38,7	41,1	37,3	40,7	38,4	38,6	36,8	38,9	37,9	38,4	36,1	40,9	38,2
	45 a 59	16,0	20,7	14,8	20,1	17,8	22,9	15,4	20,0	14,7	17,8	15,0	19,5	15,9	20,5
	60 e mais	2,0	4,9	1,8	3,8	2,6	4,6	1,7	3,9	1,9	3,3	1,7	4,0	2,0	4,6
	<i>Total</i>	1.099.269	2.023.351	170.158	346.602	127.135	210.237	83.644	165.736	62.816	150.338	100.439	218.230	1.643.462	3.114.494
<i>Pendular interno</i>	15 a 29	40,5	37,7	42,9	41,4	39,0	36,2	43,1	41,5	45,1	45,3	46,5	44,2	40,9	38,8
	30 a 44	41,9	39,6	41,6	37,9	41,6	39,4	41,0	37,9	40,3	37,6	38,4	36,4	41,7	39,1
	45 a 59	15,8	19,6	14,1	18,5	17,2	21,3	14,5	17,9	13,1	15,0	13,6	17,1	15,5	19,3
	60 e mais	1,8	3,0	1,5	2,2	2,3	3,2	1,3	2,7	1,5	2,1	1,5	2,3	1,8	2,8
	<i>Total</i>	1.006.915	1.646.035	134.210	238.885	101.612	159.032	62.261	113.843	41.383	87.695	15.876	109.350	1.362.257	2.354.840
<i>Pendular externo</i>	15 a 29	37,9	36,5	36,1	35,9	36,1	30,1	44,1	37,0	41,5	37,1	47,3	38,2	39,3	36,1
	30 a 44	38,9	34,6	43,0	36,7	39,6	34,8	34,3	33,0	38,5	38,2	36,0	36,4	39,0	35,8
	45 a 59	20,9	21,3	18,7	22,6	21,4	27,7	19,6	24,6	18,1	20,4	15,6	20,8	19,4	22,4
	60 e mais	2,4	7,6	2,2	4,8	2,9	7,4	2,0	5,4	2,0	4,4	1,0	4,6	2,2	5,7
	<i>Total</i>	29.145	62.966	25.720	48.441	19.098	31.496	13.543	21.359	15.784	34.173	11.056	61.238	114.347	259.675

Fonte: IBGE (Censos Demográficos Brasileiros 2000; 2010).

¹⁹² Devido ao fato da variável idade não apresentar muita diferenciação segundo as modalidades de pendularidade, pois grande dos indivíduos comutam na idade adulta, não se realizou a comparação desta característica por modalidade migratória e município de origem da pendularidade.

Ao analisar a Tabela 19, observa-se que não existem diferenciais significativos entre os pendulares e os não pendulares. No ano de 2010, 35% dos não pendulares tinham idade entre 30 a 44 anos, enquanto 38% dos pendulares estavam inseridos no mesmo grupo etário, ou seja, mesmo que estes diferenciais sejam pequenos, pode-se dizer que os pendulares eram mais envelhecidos do que os indivíduos que não comutavam. Resultado que não causa surpresa, haja vista que, como já se observou, os pendulares deveriam, por sua natureza (trabalhadores ou estudantes), estar nas idades adultas e produtivas. Da mesma forma, ao comparar a distribuição relativa dos pendulares e não pendulares por grupos etários e aglomerados urbanos, verifica-se que não existem variações significativas entre os aglomerados urbanos no que tange à distribuição etária destes indivíduos.

Na realidade, as poucas variações observadas dão-se segundo a condição de pendularidade, em especial, o caso de serem pendulares internos ou externos, estes últimos são relativamente mais envelhecidos. Isto é, além da pendularidade ser adensada nas idades adultas, observa-se que os deslocamentos cotidianos ocorridos na escala intrametropolitana também eram realizados por indivíduos mais rejuvenescidos quando comparado com aqueles que se moviam entre aglomerados. Enquanto 18% dos pendulares internos tinham entre 15 a 29 anos, apenas 15% dos comutadores externos estavam inseridos neste mesmo grupo no ano 2010. Na mesma medida, nota-se uma maior concentração dos pendulares externos nas idades acima de 45 anos, quando contrastado com os não pendulares e os comutadores internos. Em síntese, a pendularidade externa possui um caráter muito mais envelhecido do que os movimentos cotidianos realizados no âmbito das regiões metropolitanas.

Continuando as análises do perfil dos pendulares, uma das variáveis que mais reflete a seletividade entre os pendulares é o nível de instrução. A Tabela 20 apresenta a distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo nível de instrução e condição de pendularidade, sendo que a Tabela 21 apresenta informação semelhante, mas controlada pela modalidade migratória e município de trabalho. Como apontado anteriormente, a escolaridade possui intrínseca relação com a estratificação social dos indivíduos e, por esta razão, pode fornecer indícios da seletividade tanto dos migrantes quanto dos pendulares.

TABELA 20 – Distribuição percentual dos chefes domicílio segundo condição de pendularidade e nível de instrução. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Condição de Pendularidade	Atividades Produtivas	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Pendular</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	48,1	32,9	50,8	35,3	53,3	35,9	51,2	35,4	59,4	38,9	57,9	39,3	50,3	34,4
	Fundamental completo e médio incompleto	13,2	18,0	14,5	18,2	12,4	18,7	13,6	17,0	12,7	18,1	13,5	18,9	13,3	18,1
	Médio completo e superior incompleto	24,0	29,3	22,0	30,0	23,3	30,6	24,7	33,3	19,9	30,3	19,3	28,7	23,2	29,7
	Superior Completo	14,6	19,7	12,7	16,5	11,0	14,8	10,5	14,4	8,0	12,6	9,3	13,1	13,1	17,8
	<i>Total</i>	2.814.905	3.414.878	374.397	478.594	204.224	245.617	319.613	409.667	259.413	326.265	356.593	435.977	4.329.145	5.310.998
<i>Pendular</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	47,4	31,1	44,3	26,9	41,0	24,7	32,5	21,1	40,3	25,3	41,7	28,3	45,3	29,2
	Fundamental completo e médio incompleto	14,0	15,8	14,6	15,0	12,9	15,7	13,2	12,8	14,9	15,5	15,3	15,9	14,0	15,5
	Médio completo e superior incompleto	26,6	33,5	25,6	34,4	29,7	38,3	34,5	40,2	29,6	37,5	26,0	32,2	27,2	34,4
	Superior Completo	12,1	19,6	15,5	23,7	16,3	21,3	19,8	26,0	15,2	21,7	17,0	23,6	13,5	20,9
	<i>Total</i>	544.141	872.555	82.647	148.116	59.284	91.514	36.940	69.558	28.877	61.597	45.915	91.489	797.804	1.334.828
<i>Pendular Interno</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	47,1	26,9	47,8	27,5	44,3	25,5	32,3	18,9	43,6	23,8	48,3	29,6	46,3	26,5
	Fundamental completo e médio incompleto	14,1	16,3	15,8	16,4	13,4	16,7	13,8	12,8	16,2	16,8	18,0	18,3	14,4	16,3
	Médio completo e superior incompleto	27,0	36,7	26,0	37,3	29,8	40,6	36,6	44,2	30,2	42,0	25,3	37,1	27,5	37,6
	Superior Completo	11,8	20,2	10,5	18,8	12,5	17,2	17,3	24,1	10,0	17,4	8,4	15,0	11,7	19,7
	<i>Total</i>	502.907	699.078	65.109	98.061	48.181	68.552	28.426	46.322	19.230	34.268	25.888	43.941	689.740	990.222
<i>Pendular Externo</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	41,6	28,8	26,1	14,8	20,7	13,7	28,2	18,2	29,1	22,4	29,1	17,8	30,1	20,0
	Fundamental completo e médio incompleto	10,5	13,1	9,7	9,9	10,1	11,1	10,4	9,0	12,6	11,5	10,8	12,3	10,6	11,5
	Médio completo e superior incompleto	24,5	30,5	26,1	30,4	31,0	33,4	28,3	33,1	28,6	32,2	28,3	29,8	27,4	31,1
	Superior Completo	23,4	27,5	38,0	44,9	38,2	41,8	33,1	39,7	29,7	33,8	31,8	40,1	31,9	37,3
	<i>Total</i>	15.378	27.455	13.800	21.608	8.837	13.453	5.921	8.999	7.450	14.056	16.217	26.195	67.603	111.766

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

TABELA 21 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo nível de instrução do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Modalidade Migratória	Município de trabalho ou estudo	Nível de Instrução	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
			2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Intrame tropo litano	<i>Próprio município</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	51,1	27,9	52,6	29,1	44,2	24,3	50,5	27,3	58,6	32,2	61,9	38,1	51,9	28,6
		Fundamental completo e médio incompleto	13,2	15,2	15,8	15,2	11,6	15,5	12,8	16,4	12,0	18,7	12,9	18,3	13,2	15,8
		Médio completo e superior incompleto	24,3	32,2	21,2	35,2	34,0	39,9	25,9	37,2	21,9	35,5	16,2	27,6	24,1	33,5
		Superior Completo	11,5	24,7	10,4	20,5	10,2	20,4	10,8	19,2	7,5	13,6	9,1	16,1	10,8	22,1
		<i>Total</i>	<i>66.581</i>	<i>51.030</i>	<i>8.763</i>	<i>7.562</i>	<i>5.926</i>	<i>4.863</i>	<i>9.559</i>	<i>9.210</i>	<i>6.571</i>	<i>6.410</i>	<i>6.117</i>	<i>4.565</i>	<i>103.517</i>	<i>83.640</i>
	<i>Município de residência anterior</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	46,7	22,5	46,7	19,4	42,5	18,2	37,9	18,8	38,3	26,9	46,7	23,7	46,0	21,9
		Fundamental completo e médio incompleto	13,7	16,4	15,6	14,0	13,2	18,0	16,9	11,5	18,8	15,6	21,9	22,7	14,4	16,2
		Médio completo e superior incompleto	27,6	35,4	26,1	43,5	32,2	39,5	29,6	43,9	31,2	33,2	25,4	40,8	27,8	37,0
		Superior Completo	12,0	25,7	11,5	23,2	12,2	24,2	15,5	25,9	11,6	24,2	6,0	12,8	11,8	24,9
		<i>Total</i>	<i>49.969</i>	<i>46.216</i>	<i>5.283</i>	<i>5.911</i>	<i>4.206</i>	<i>4.254</i>	<i>2.252</i>	<i>2.646</i>	<i>1.361</i>	<i>1.692</i>	<i>2.579</i>	<i>2.212</i>	<i>65.650</i>	<i>62.932</i>
Intra-CRP	<i>Próprio município</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	50,5	15,0	50,1	24,8	50,4	26,1	46,4	22,5	56,4	27,8	44,9	27,5	49,6	23,5
		Fundamental completo e médio incompleto	13,4	9,4	18,4	15,0	16,1	19,6	16,5	15,3	15,3	19,9	12,8	15,2	15,4	15,3
		Médio completo e superior incompleto	36,0	29,7	31,5	35,6	33,5	31,1	37,0	30,7	28,3	30,2	24,5	36,2	31,1	32,3
		Superior Completo	41,8	45,9	23,8	24,6	17,0	23,2	27,6	31,5	14,7	22,0	17,7	21,1	23,2	29,0
		<i>Total</i>	<i>8.998</i>	<i>13.888</i>	<i>11.812</i>	<i>10.760</i>	<i>8.297</i>	<i>9.203</i>	<i>8.211</i>	<i>7.973</i>	<i>9.833</i>	<i>9.483</i>	<i>13.446</i>	<i>11.430</i>	<i>60.597</i>	<i>62.737</i>
	<i>Município de residência anterior</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	53,4	12,3	25,2	9,3	27,6	13,4	22,8	17,6	27,6	19,8	16,4	14,9	24,4	14,4
		Fundamental completo e médio incompleto	6,5	10,2	10,8	9,0	11,0	16,0	19,1	6,9	14,4	14,4	7,7	11,8	11,1	12,3
		Médio completo e superior incompleto	21,3	37,7	28,2	24,3	35,1	34,5	23,0	31,8	29,6	28,6	33,9	30,0	30,7	30,9
		Superior Completo	18,9	39,8	35,8	57,4	26,3	36,1	35,1	43,7	28,5	37,2	42,1	43,3	33,8	42,4
		<i>Total</i>	<i>268</i>	<i>904</i>	<i>1.593</i>	<i>1.516</i>	<i>1.549</i>	<i>2.314</i>	<i>705</i>	<i>718</i>	<i>878</i>	<i>1.571</i>	<i>1.983</i>	<i>1.909</i>	<i>6.976</i>	<i>8.931</i>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

Neste sentido, ao analisar a Tabela 20, observa-se que, no ano de 2010, o percentual de chefes “sem instrução” era maior entre os não pendulares; por outro lado, nota-se que o percentual de chefes não pendulares (20%) com alta qualificação era ligeiramente superior que os pendulares (17%). Tal constatação se deve ao fato da maior concentração de pendulares com ensino fundamental completo e médio completo. Contudo, devido a maior concentração de indivíduos sem instrução entre os não pendulares, pode-se afirmar que estes são menos escolarizados do que os pendulares. Esta distinção se deve ao fato dos pendulares necessariamente serem mais seletivos do que os não pendulares, já que a ação de deslocar exige que os indivíduos detenham condições para realizar estes movimentos, como constatado por Cunha e Sobreira (2008).

Se os pendulares são mais escolarizados que os não pendulares, é possível notar também diferenciais significativos ao comparar os comutadores segundo a escala espacial dos movimentos. Neste contexto, ao contrastar aqueles que comutavam no âmbito das regiões metropolitanas com aqueles que se deslocavam entre aglomerações, no ano de 2010, observa-se que os pendulares externos eram significativamente mais escolarizados do que os internos. Isto é, enquanto 26% dos que comutavam internamente nas regiões metropolitanas não tinham instrução, apenas 20% dos chefes que pendulavam entre aglomerados se encaixavam no mesmo perfil.

Por outro lado, é importante destacar que, enquanto 19% dos pendulares internos em 2010 tinham ensino superior, mais de 37% dos comutadores externos detinham o mesmo nível de instrução, fato que demonstra que os indivíduos que comutam no espaço intrarregional eram significativamente mais qualificados que os não pendulares e os pendulares internos. Este achado sugere que os indivíduos que pendulam entre os aglomerados urbanos são, conseqüentemente, de mais alta renda e, como se verá adiante, estão inseridos em setores especiais da economia, bem como possuem ocupações de maior qualificação. De fato, a realização dos movimentos de mais longa distância, em geral, só é possível de ser realizada por aqueles indivíduos que não sofrem os constrangimentos impostos pelas fricções no espaço, como, por exemplo, os custos da viagem.

Além da seletividade entre os pendulares segundo a escala espacial do movimento, percebe-se através da Tabela 20 que existem diferenciais entre os aglomerados urbanos. Enquanto 27% dos pendulares oriundos da Região Metropolitana de São Paulo possuíam nível superior completo, na Região Metropolitana de Campinas o percentual de pendulares externos com o mesmo nível de instrução, no ano de 2010, era de aproximadamente 45%. Em verdade, o que se nota é que os pendulares externos advindos de

outras RM's, com exceção da RMSP, eram mais escolarizados do que aqueles que residiam nesta região e trabalhavam em outro aglomerado da CRP. Estes dados sugerem que, como grande parte dos fluxos pendulares em geral se destinam a RM de São Paulo e, conseqüentemente, os pendulares de mais alta escolaridade também se dirigem a metrópole paulistana.

Outra dimensão interessante a ser analisada em relação aos pendulares encontra-se na Tabela 21, que demonstra a distribuição relativa dos chefes que migraram na escala intrametropolitana e intra-CRP por município de trabalho ou estudo segundo nível de instrução. Ao analisar o nível de instrução dos chefes que migraram por município de trabalho (Tabela 21), observa-se que não existem diferenciais tão significativos entre os imigrantes intrametropolitanos que trabalhavam no município de residência atual e aqueles que trabalhavam no local de residência anterior. Já entre os migrantes intrarregionais, é possível notar diferenças expressivas, ou seja, entre os chefes que mudaram de residência e de local de trabalho na escala intrarregional, aproximadamente 29% tinham ensino superior; já entre aqueles que continuaram a trabalhar no município de residência anterior, mais de 42% tinham alta qualificação segundo os dados do censo de 2010. Observa-se, portanto, que os migrantes que realizam o seu cotidiano na cidade região são mais escolarizados do que aqueles que, ao mudarem de residência, mudaram também o seu “espaço de vida”.

Outro aspecto a ser considerado na caracterização dos pendulares é a inserção destes indivíduos segundo setores econômicos. As Tabelas 22 e 23 trazem a distribuição relativa dos chefes segundo setores de atividades econômicas, sendo que a primeira detalha a distribuição destes por condição de pendularidade, e a segunda apresenta a distribuição dos chefes por modalidade migratória e município de trabalho ou estudo. Com relação a estas informações, é possível observar que, tanto os pendulares e não pendulares quanto os migrantes que pendulavam e não pendulavam, estavam, em sua maioria, adensados no setor de serviços nos dois períodos analisados. Entretanto, um aspecto que chama atenção é que o percentual de pendulares concentrados na indústria de transformação (23%) em 2010, era maior do que aqueles que não pendulavam. Este percentual chegou a ser ainda maior em regiões como a RMC (28%), principalmente entre os pendulares internos (30%), o que demonstra que certas localidades possuem proeminência neste setor de atividade.

Capítulo 3 – A lógica topográfica da CR-Paulista: que forma os fluxos populacionais revelam?

TABELA 22 – Distribuição percentual dos chefes dos domicílios segundo condição de pendularidade e por grupos de atividades de econômicas. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Condição de Pendularidade	Atividades Produtivas	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Pendular</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	0,9	1,0	4,0	3,5	1,5	1,6	6,3	5,8	10,2	9,3	8,5	7,1	2,7	2,7
	Indústria de Transformação	20,0	15,0	24,3	20,7	9,7	7,3	20,4	16,5	22,8	21,5	25,7	24,6	20,6	16,5
	Construção	9,8	8,3	12,3	10,5	15,2	11,7	12,9	12,3	13,3	11,7	12,8	10,4	11,0	9,4
	Serviços de baixa complexidade	46,2	50,0	38,9	44,1	52,8	57,0	39,2	44,2	38,1	40,6	37,7	40,8	44,2	47,9
	Serviços de alta complexidade	18,7	20,8	15,8	15,5	14,2	14,6	13,5	13,2	10,6	11,2	10,7	12,0	16,7	18,1
	Adm. e serviços de utilidade pública	4,4	4,9	4,8	5,6	6,6	7,8	7,7	8,0	5,0	5,7	4,6	5,2	4,8	5,5
<i>Total</i>		2.868.089	2.971.120	378.680	419.909	206.544	224.045	326.466	382.321	262.686	301.604	359.987	398.486	4.402.452	4.697.486
<i>Pendular</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	0,6	0,8	2,0	2,5	1,1	2,1	2,3	4,2	4,1	4,2	5,1	1,2	1,7	
	Indústria de Transformação	31,1	22,4	33,7	28,3	19,3	13,7	34,6	24,7	32,2	27,6	34,9	30,7	30,9	23,4
	Construção	9,6	9,7	11,7	10,0	10,0	9,7	10,1	11,2	11,2	10,4	9,8	7,4	9,9	9,7
	Serviços de baixa complexidade	38,7	44,1	33,4	37,8	44,9	47,1	27,1	31,0	29,8	34,5	31,5	36,3	37,3	41,9
	Serviços de alta complexidade	15,4	18,1	14,4	16,4	16,0	18,6	14,0	16,7	14,2	15,9	13,0	14,9	15,1	17,5
	Adm. e serviços de utilidade pública	4,6	5,0	4,7	5,1	8,7	8,8	11,8	12,1	8,5	7,3	6,6	5,6	5,5	5,8
<i>Total</i>		558.204	753.887	84.918	127.080	61.713	83.742	39.080	63.794	30.209	56.720	47.383	83.091	821.508	1.168.314
<i>Pendular Interno</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	0,5	0,6	1,6	1,9	1,1	1,8	2,3	3,5	3,9	4,5	3,2	3,7	0,9	1,2
	Indústria de Transformação	31,3	23,6	35,1	30,6	19,7	14,7	38,2	28,8	38,0	32,3	42,1	37,3	31,7	24,9
	Construção	9,1	8,5	11,5	9,7	9,3	8,9	8,6	9,9	10,6	9,7	9,2	6,9	9,4	8,7
	Serviços de baixa complexidade	38,8	43,6	33,4	38,5	46,4	50,0	26,0	29,0	27,0	32,4	30,0	35,6	37,6	42,1
	Serviços de alta complexidade	15,6	18,4	13,9	14,2	14,8	16,4	13,2	16,0	12,8	14,0	9,8	11,6	15,0	17,3
	Adm. e serviços de utilidade pública	4,6	5,3	4,5	5,0	8,6	8,3	11,6	12,8	7,8	7,0	5,7	4,9	5,3	5,9
<i>Total</i>		517.765	626.326	66.585	86.776	49.835	64.027	30.130	43.444	20.020	32.307	26.322	40.871	710.656	893.751
<i>Pendular Externo</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,6	2,8	2,4	2,8	0,1	1,4	0,7	4,6	2,6	1,8	2,1	2,0	1,7	2,5
	Indústria de Transformação	31,3	25,1	30,3	28,7	18,4	13,3	22,1	15,8	21,4	23,0	26,8	26,8	26,3	23,7
	Construção	17,0	19,4	11,7	8,1	11,6	10,6	14,3	13,9	12,3	11,0	10,1	7,1	12,8	11,7
	Serviços de baixa complexidade	32,1	31,0	32,7	29,6	36,9	29,2	31,0	28,8	34,4	33,1	33,7	32,7	33,4	31,0
	Serviços de alta complexidade	12,9	16,9	17,2	24,5	22,4	31,4	18,4	22,2	19,2	21,4	19,0	22,9	17,7	22,5
	Adm. e serviços de utilidade pública	5,1	4,8	5,8	6,2	10,6	14,2	13,6	14,8	10,1	9,7	8,4	8,5	8,1	8,6
<i>Total</i>		15.944	23.116	14.617	17.636	9.669	11.956	6.320	8.035	8.023	12.749	17.256	23.534	71.830	97.026

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

TABELA 23 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo grupos de atividade econômica do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Modalidade Migratória	Município de trabalho ou estudo	Condição na Atividade	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
			2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Intrame tropo litano	Próprio município	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,4	1,9	5,7	7,3	1,8	1,1	9,8	11,0	14,6	11,6	14,3	12,9	4,2	4,7
		Indústria de Transformação	23,3	19,5	23,6	19,2	10,0	6,3	16,5	14,4	20,5	20,8	23,1	24,2	21,8	18,5
		Construção	11,8	8,9	13,0	10,6	8,3	8,8	10,4	9,8	10,7	10,1	12,7	8,1	11,5	9,2
		Serviços de baixa complexidade	44,6	44,5	41,2	39,8	56,4	54,5	41,1	39,1	42,0	39,5	36,2	39,4	44,0	43,4
		Serviços de alta complexidade	15,2	20,1	11,9	16,6	15,9	20,0	13,4	16,1	8,4	12,4	9,1	10,8	14,0	18,2
		Adm. e serviços utilidade pública	3,7	5,1	4,6	6,6	7,5	9,2	8,8	9,6	3,8	5,7	4,6	4,5	4,6	6,0
		<i>Total</i>	<i>67.569</i>	<i>46.624</i>	<i>8.727</i>	<i>6.813</i>	<i>6.025</i>	<i>4.583</i>	<i>10.070</i>	<i>8.759</i>	<i>6.641</i>	<i>6.081</i>	<i>6.127</i>	<i>4.363</i>	<i>105.159</i>	<i>77.223</i>
	Município de residência anterior	Atv. agrícola e ind. extrativa	0,4	0,5	2,6	1,7	0,4	1,0	5,1	3,9	1,7	3,6	2,2	1,3	0,8	0,9
		Indústria de Transformação	23,1	16,2	26,8	25,0	12,6	9,7	22,9	25,1	31,8	29,1	40,4	33,6	23,5	18,0
		Construção	8,9	7,2	7,7	6,3	5,7	7,1	9,6	8,9	6,6	9,4	8,3	7,1	8,6	7,2
		Serviços de baixa complexidade	44,6	45,6	41,7	43,6	55,6	49,3	40,3	36,5	33,5	32,2	34,2	43,0	44,3	44,8
		Serviços de alta complexidade	17,9	23,9	16,0	16,2	16,3	24,6	12,9	15,6	18,1	20,5	9,3	10,7	17,2	22,3
		Adm. e serviços utilidade pública	5,1	6,6	5,1	7,2	9,3	8,2	9,2	10,0	8,3	5,0	5,6	4,3	5,6	6,8
		<i>Total</i>	<i>51.579</i>	<i>41.419</i>	<i>5.430</i>	<i>5.221</i>	<i>4.344</i>	<i>3.962</i>	<i>2.315</i>	<i>2.520</i>	<i>1.509</i>	<i>1.653</i>	<i>2.567</i>	<i>2.069</i>	<i>67.744</i>	<i>56.844</i>
Intra-CRP	Próprio município	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,8	2,6	4,6	3,3	1,5	1,6	4,1	5,8	7,4	7,7	7,8	7,5	4,6	4,7
		Indústria de Transformação	17,2	12,4	27,3	25,5	7,0	8,7	20,6	14,0	26,1	25,5	25,5	23,6	21,3	18,3
		Construção	8,7	8,4	8,9	11,2	15,7	12,7	9,8	11,8	11,3	11,5	9,3	8,8	10,3	10,5
		Serviços de baixa complexidade	42,9	33,9	40,2	41,3	59,5	55,7	45,8	42,3	41,9	40,1	41,6	44,3	44,6	42,3
		Serviços de alta complexidade	23,6	37,0	15,5	14,6	13,0	14,9	14,8	19,3	10,5	11,8	11,5	11,9	15,1	19,1
		Adm. e serviços utilidade pública	5,6	5,8	3,6	4,1	3,3	6,4	4,9	6,9	2,8	3,4	4,4	4,0	4,1	5,1
		<i>Total</i>	<i>13.792</i>	<i>12.554</i>	<i>15.249</i>	<i>9.760</i>	<i>9.943</i>	<i>8.658</i>	<i>11.182</i>	<i>7.652</i>	<i>11.580</i>	<i>8.938</i>	<i>13.710</i>	<i>10.694</i>	<i>75.457</i>	<i>58.256</i>
	Município em 2005	Atv. agrícola e ind. extrativa	0,0	2,2	1,9	1,7	0,0	1,6	0,0	3,5	4,4	0,2	0,6	0,7	1,2	1,4
		Indústria de Transformação	16,6	17,7	12,7	14,8	9,2	12,1	20,1	12,8	14,8	13,1	18,8	18,2	14,8	14,6
		Construção	24,7	6,8	9,5	6,4	8,6	6,6	6,1	17,1	8,4	6,7	6,1	6,4	8,4	7,4
		Serviços de baixa complexidade	38,3	24,7	46,9	33,7	51,1	38,9	41,3	31,7	44,0	36,9	41,5	33,2	45,0	34,6
		Serviços de alta complexidade	15,1	41,5	23,8	37,9	22,9	30,7	22,1	33,3	20,3	35,0	23,3	33,9	22,5	34,5
		Adm. e serviços utilidade pública	5,3	7,1	5,2	5,6	8,2	10,1	10,5	1,6	8,2	8,1	9,8	7,5	8,1	7,5
		<i>Total</i>	<i>290</i>	<i>702</i>	<i>1.754</i>	<i>1.255</i>	<i>1.702</i>	<i>2.059</i>	<i>762</i>	<i>618</i>	<i>947</i>	<i>1.471</i>	<i>2.197</i>	<i>1.634</i>	<i>7.652</i>	<i>7.739</i>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

Constata-se também que o número de chefes (pendulares internos e externos) que trabalhavam na indústria de transformação era superior nas outras aglomerações quando comparado com a RMSP. Este fato se apresenta como um indicativo do papel das áreas “interioranas” na produção industrial. Além destas questões, nota-se que o principal diferencial entre pendulares internos e externos está na concentração do setor de serviço, isto é, enquanto 42% dos comutadores internos trabalhavam no setor de serviços de baixa complexidade, apenas 31% dos pendulares intrarregionais trabalhavam neste mesmo setor. Na mesma medida, verifica-se que o percentual de chefes que comutavam entre aglomerados urbanos e que trabalham no setor de serviços de alta complexidade era significativamente superior aos que pendulavam internamente.

Outra dimensão analisada segundo a distribuição percentual dos pendulares por setor de atividade se encontra na Tabela 23, que apresenta a distribuição percentual dos chefes pendulares por setor de atividade segundo modalidade migratória e município de trabalho. Neste particular, o grande achado desta tabulação diz respeito a comparação entre migrantes intrarregionais que trabalham no município de residência e aqueles que trabalham no município de origem. Verifica-se que, no ano de 2010, cerca 34% dos migrantes intra-CRP que continuavam a trabalhar no município de residência anterior, exerciam suas atividades laborais no setor de serviços de atividades complexas, valor expressivamente superior aos migrantes regionais que, ao mudarem de residência, mudaram também a localidade de exercíoda atividade laboral. Tal resultado demonstra que os migrantes que estabelecem na CRP o seu “espaço de vida”, são mais qualificados e estão inseridos em atividades econômicas de maior complexidade.

Por fim, outra característica que também reflete a seletividade entre os pendulares, diz respeito as ocupações que estes exerciam. As Tabelas 24 e 25 apresentam a distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo a posição na ocupação, por condição de pendularidade e também modalidades migratórias. Através dos dados apresentados, nota-se que grande parte dos comutadores estavam inseridos na categoria ocupacional denominada neste trabalho de “outros”. Contudo, é possível observar que existem expressivas distinções não só entre os pendulares e não pendulares, mas também segundo a escala espacial dos deslocamentos. A primeira observação que chama atenção nesta tabela é que, no ano de 2010, a proporção de indivíduos inseridos na categoria “outros” era maior entre os não pendulares (69%), do que entre aqueles que se deslocavam no cotidiano (60%) para exercer suas atividades laborais. Este fato demonstra que os comutadores, portanto, tinham melhores

colocações no mercado de trabalho do que aqueles indivíduos que não se deslocavam para trabalhar ou estudar.

TABELA 24 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio por condição de pendularidade, segundo posição ocupação. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Condição de Pendularidade	Ocupação	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Pendular</i>	Diretores e gerentes	8,0	7,2	7,7	6,2	6,7	5,8	6,4	4,5	5,9	5,5	6,6	6,6	7,5	7,5
	Intelectuais	9,1	15,1	8,0	12,1	6,5	9,7	6,6	10,3	4,9	9,0	5,6	5,6	8,1	8,1
	Nível técnico	9,1	8,4	8,9	8,3	8,7	7,1	8,1	7,0	5,9	7,0	6,5	6,5	8,6	8,6
	Servidores Administrativos	7,2	6,8	5,4	5,7	5,9	5,5	4,8	4,8	4,1	4,2	4,3	4,3	6,4	6,4
	Outros	66,7	62,5	70,0	67,6	72,2	71,8	74,1	73,5	79,2	74,3	77,0	77,0	69,4	69,4
	<i>Total</i>	2.872.623	2.974.869	380.145	425.101	208.073	216.958	325.645	370.938	261.043	292.412	357.838	357.838	4.405.368	4.405.368
<i>Pendular</i>	Diretores e gerentes	7,6	7,2	9,1	9,0	7,3	5,4	7,1	6,3	8,4	7,3	9,8	7,3	7,9	7,3
	Intelectuais	6,5	13,7	8,1	15,1	8,4	14,0	9,7	17,1	8,1	15,1	9,2	15,1	7,2	14,2
	Nível técnico	10,3	10,2	10,8	12,2	14,3	12,0	14,4	13,6	10,9	12,7	10,2	12,7	10,9	11,0
	Servidores Administrativos	8,1	7,3	5,8	5,6	6,6	6,9	7,1	4,8	5,8	5,0	5,5	5,0	7,5	6,7
	Outros	67,6	61,5	66,2	58,1	63,3	61,7	61,7	58,2	66,8	59,9	65,3	59,9	66,7	60,8
	<i>Total</i>	562.489	777.643	85.170	132.703	62.088	81.016	39.043	60.963	30.072	54.856	47.374	54.856	826.235	1.162.036
<i>Pendular Interno</i>	Diretores e gerentes	7,4	7,3	6,4	7,2	5,5	4,0	6,1	5,7	5,9	5,7	5,9	6,3	7,0	6,9
	Intelectuais	6,4	13,4	5,6	11,5	6,3	10,8	8,4	15,0	5,5	12,5	4,6	10,3	6,3	13,0
	Nível técnico	10,4	10,4	9,7	11,4	13,5	10,9	14,3	12,9	10,1	12,6	8,2	11,0	10,6	10,8
	Servidores Administrativos	8,3	8,0	6,3	6,5	6,7	7,8	7,3	5,6	6,0	5,6	5,1	6,7	7,8	7,6
	Outros	67,5	60,9	72,0	63,5	67,9	66,5	63,9	60,8	72,5	63,5	76,2	65,7	68,2	61,8
	<i>Total</i>	521.805	647.044	66.765	90.289	50.074	61.627	30.091	41.293	19.990	30.905	26.291	40.204	715.014	911.362
<i>Pendular Externo</i>	Diretores e gerentes	14,3	10,1	19,7	17,9	17,1	13,3	12,5	9,9	14,9	11,3	15,5	13,8	16,0	13,0
	Intelectuais	9,6	19,1	18,7	26,3	19,4	28,1	17,0	24,6	16,1	21,4	16,4	26,9	15,8	24,1
	Nível técnico	11,0	13,2	15,5	15,6	18,4	16,1	15,7	14,3	13,0	12,7	14,0	14,8	14,3	14,4
	Servidores Administrativos	5,6	5,6	4,5	4,8	6,5	5,5	6,9	4,2	5,2	4,7	6,6	3,1	5,8	4,6
	Outros	59,4	52,0	41,6	35,4	38,6	36,9	47,9	47,0	50,8	50,0	47,5	41,4	48,1	43,9
	<i>Total</i>	15.965	23.999	14.709	18.640	9.785	11.567	6.353	7.651	7.917	12.517	17.344	23.366	72.073	97.740

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

TABELA 25 – Migrantes pendulares por município de trabalho ou estudo, segundo condição de ocupação do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Modalidade Migratória	Município de trabalho ou	Ocupação	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
			2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Intrametropolitano	<i>Próprio município</i>	Diretores e gerentes	6,2	8,7	6,0	8,3	6,7	7,3	6,1	5,8	6,3	5,5	6,0	6,0	6,2	8,1
		Intelectuais	7,7	16,8	7,1	15,6	7,2	13,2	7,5	13,3	5,2	8,8	6,5	12,9	7,5	15,8
		Nível técnico	8,5	9,6	8,1	10,1	13,0	10,8	9,8	7,6	6,1	7,6	6,8	6,9	8,8	9,3
		Servidores Administrativos	5,7	5,8	5,2	4,6	6,2	7,6	5,1	4,3	2,6	3,6	3,2	4,6	5,5	5,6
		Outros	71,9	59,1	73,6	61,5	67,0	61,2	71,5	69,0	79,8	74,6	77,5	69,6	72,0	61,2
		<i>Total</i>	67.827	47.138	8.771	6.952	6.130	4.424	10.093	8.392	6.503	5.913	6.153	4.293	98.974	71.199
Intra-CRP	<i>Próprio município</i>	Diretores e gerentes	11,1	11,6	10,9	9,8	10,1	9,7	11,4	6,6	9,1	7,9	10,5	8,9	10,8	9,6
		Intelectuais	20,8	32,6	10,7	17,1	9,4	11,5	13,7	21,6	7,0	15,2	9,7	13,4	13,0	20,0
		Nível técnico	11,2	12,9	11,2	7,9	9,4	8,3	9,6	11,1	7,4	8,1	9,2	12,1	10,2	10,7
		Servidores Administrativos	6,4	6,9	6,1	5,9	3,0	4,4	4,8	4,7	3,8	4,3	4,9	4,6	5,2	5,4
		Outros	50,5	36,1	61,2	59,3	68,1	66,1	60,4	56,1	72,7	64,5	65,6	61,0	60,8	54,3
		<i>Total</i>	13.811	12.784	15.280	9.873	10.040	8.444	11.128	7.365	11.426	8.857	13.602	10.689	63.862	49.154
Intra-CRP	<i>Município em 2005</i>	Diretores e gerentes	8,7	15,0	18,1	25,8	17,8	12,3	15,2	19,6	14,9	17,0	18,9	15,4	17,6	17,0
		Intelectuais	5,8	27,8	17,0	35,0	11,1	21,6	21,1	19,0	19,0	18,5	20,6	33,5	16,6	28,1
		Nível técnico	10,1	17,7	18,6	10,6	18,7	15,6	16,6	14,7	7,2	14,7	17,9	16,5	17,8	14,9
		Servidores Administrativos	3,9	12,0	4,9	2,1	6,6	8,8	5,5	6,8	10,2	5,5	7,9	3,7	6,3	6,2
		Outros	71,4	27,5	41,4	26,4	45,8	41,7	41,7	39,9	48,7	44,3	34,6	30,9	41,7	33,9
		<i>Total</i>	299	662	1.750	1.395	1.714	2.052	745	557	923	1.419	2.175	1.642	6.684	6.308

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

Ao olhar para outras categorias ocupacionais, nota-se que o percentual de pessoas que exerciam atividades como gerentes/diretores ou intelectuais era superior entre os pendulares (21%) quando comparado com não pendulares (15%). Estes resultados sugerem que, como estas posições, em geral, são exercidas por pessoas de maior poder aquisitivo, o dado sugere que os indivíduos melhores colocados no mercado de trabalho teriam mais condições de realizarem movimentos mais longos entre o local de moradia e trabalho.

Prosseguindo a análise da distribuição dos chefes pendulares por ocupação, percebem-se diferenciais significativos entre os pendulares segundo a escala espacial do movimento. Nesta perspectiva, observa-se que as maiores diferenciações estão concentradas novamente nas categorias de ocupação “outros” e “intelectuais”. Assim, nota-se que o percentual de pendulares externos (43%) ocupados na categoria “outros” no ano de 2010, era menor do que aqueles que se deslocavam no espaço intrametropolitano (61%), por outro lado, constata-se que os pendulares intrarregionais (24%) que exerciam profissões como “intelectuais” eram superiores que os que os pendulares internos (13%) de cada RM.

Entre os pendulares externos, chama a atenção que o percentual destes que residiam nas Regiões Metropolitanas de Campinas e Vale do Paraíba e que exerciam funções de mais alta qualificação, tais como os diretores/gerentes e “intelectuais”, era superior àqueles que comutavam entre aglomerados e que residiam na RM de São Paulo. Já em relação aos pendulares externos residentes na RMC, 43% exerciam estas ocupações, sendo que nas outras aglomerações citadas (RMVPLN e RMSP), estas percentagens foram de aproximadamente 34% e 24% para o ano de 2010.

Ao analisar a Tabela 25, nota-se que não existem grandes diferenciações entre os migrantes intrametropolitanos que continuavam a exercer suas funções laborais no município de residência anterior, e aqueles que passaram a exercer no município de residência atual. Todavia, entre os migrantes intra-CRP, é possível notar diferenciais entre aqueles que mudaram para outra aglomeração, mas continuaram a trabalhar no município de residência anterior, e aqueles que - ao mudarem de residência - passaram a trabalhar no município de residência onde foram recenseados. Neste sentido, os dados da Tabela 25 mostram que 45% dos migrantes que mudaram de residência no período 2005-2010, mas que continuaram a trabalhar no município de residência anterior, exerciam profissões de diretores/gerentes ou intelectuais no município de residência prévia, cifra que contrasta com aqueles que passaram a trabalhar no município de residência onde foram recenseados (29%). Ao comparar estes dados por aglomerados urbanos, observa-se, por exemplo, que 55% dos imigrantes Intra-CRP que chegaram a RMC e continuavam a exercer suas funções laborais no município de origem,

exerciam estas ocupações superiores. Este fato demonstra a atratividade que esta região possui como local de moradia para um grupo social altamente seletivo. Algo parecido pode ser observado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

As análises realizadas neste trabalho demonstraram que, além da continuidade no processo de redistribuição espacial da população iniciado em meados da década de 1970, há em curso um processo que, mesmoincipientemente, pelo menos do ponto de vista dos fluxos populacionais, revela a integração entre diversas regiões, formando um único sistema urbano denominado neste estudo de Cidade-Região Paulista.

Como observado, os movimentos pendulares têm apresentado um crescimento expressivo ao longo dos anos analisados - 65% entre 2000-2010 - sendo que este aumento foi mais intenso na escala intrarregional (70%) que na escala “naturalmente” esperada, isto é, a intrametropolitana (63%). Portanto, o que se observa é que o número de pessoas que fazem desta nova morfologia o seu "espaço de vida", vem aumentando cada vez mais. Em outros termos, o que os resultados deste estudo demonstram é que a Cidade-Região de São Paulo ainda é um fenômeno em constituição e, no nosso entender, ainda está longe de consolidar-se, muito embora, o volume e as características dos fluxos topográficos representados pelos movimentos populacionais parecem incrementar-se a cada ano.

O quadro construído através da caracterização dos movimentos pendulares revelou que os indivíduos que comutavam por motivos de trabalho ou estudo eram mais seletivos do que os “não pendulares”. Fato esperado segundo Cunha e Sobreira (2008), visto que, mesmo no âmbito das regiões metropolitanas, mover-se no espaço requer recursos devido às fricções impostas pelas distâncias a serem percorridas no espaço. Ao comparar os que realizam a mobilidade pendular na escala intrametropolitana e intrarregional, constatou-se que aqueles que comutavam entre aglomerados eram mais escolarizados, inseriam-se em setores especiais da economia e eram melhores colocados no mercado de trabalho, ou seja, possuíam maiores possibilidades de vencer os constrangimentos impostos pelas fricções no espaço. Em síntese, observou-se que fossem migrantes ou “não migrantes”, aqueles indivíduos que residiam em uma aglomeração, mas trabalhavam ou estudavam em outra eram mais seletivos do que aqueles que não se moviam para desenvolver suas atividades no espaço intrametropolitano.

CONCLUSÕES

O trabalho que aqui se conclui, buscou compreender não apenas como a população se redistribui e se movimenta pelo espaço aqui denominado cidade-região, mas também entender como os processos de redistribuição espacial da população e, em específico, a mobilidade espacial desta (através dos fluxos migratórios e dos movimentos pendulares), poderiam contribuir para evidenciar a formação e intensificação de uma nova forma de organização espacial, além de clarificar quais seriam as estruturas que levariam à conformação desta emergente morfologia urbana.

A morfologia urbana conceituada neste trabalho como cidade região apresenta-se como um novo “arranjo espacial” (HARVEY, 2013), fruto da crise do fordismo, ela surge, portanto, como o arranjo espacial inerente ao novo regime acumulação capitalista denominado por Harvey (1992) e outros autores como regime de acumulação flexível. As cidades-regiões são consideradas como nós urbanos importantes perante a nova economia globalizada e são caracterizadas por sua alta densidade técnica, além de deterem uma desmedida extensão territorial, limites territoriais difusos aglutinando, em algumas centenas de quilômetros quadrados, diversos centros urbanos de tamanhos distintos, espaços urbanos e rurais, bem como outras aglomerações urbanas com distintas funcionalidades. O resultado destas características seria uma aglomeração urbana de caráter urbano-regional marcada pela dispersão, mas também pela coesão.

Os elementos de coesão das cidades-regiões seriam os fluxos (materiais ou imateriais) que evidenciaríamos as complementaridades e as funções existentes entre as partes que conformam as cidades-regiões (LENCIONI, 2013). Na realidade, uma das características das cidades-regiões, que se relaciona não só com a desmedida extensão territorial destes arranjos espaciais, mas também com as funções que estes ocupam na escala nacional e global, é que estes arranjos possuem uma dimensão multiescalar, sendo caracterizados pela presença de fluxos topográficos e topológicos que vão do global para o local, e que se “interagem multidirecional e simultaneamente em uma construção social e política que mobiliza redes sociais, recursos econômicos, instituições e segmentos políticos, criando novas paisagens de poder” (MOURA, 2009, p. 221).

Quanto à Cidade-Região de São Paulo, esta vem sendo conformada por processos históricos iniciados na metade da década de 1970, como a desconcentração da indústria que estava centralizada na metrópole paulistana em direção, principalmente, às regiões metropolitanas localizadas ao redor desta região metropolitana. Além desta desconcentração, que em muito foi fomentada por ações do Estado em suas mais diversas esferas de poder, a Cidade-Região Paulistana também é fruto da desverticalização dos processos produtivos

industriais que se relacionam à chamada reestruturação produtiva. O resultado desta ampliação do espaço produtivo para além da metrópole fordista, bem como da expansão do processo de metropolização do espaço, foi a progressiva formação de uma nova morfologia urbana que se conforma para atender os novos anseios de reprodução do capital. É nesta nova morfologia, que vem se estruturando através de aglomerações urbanas já consolidadas, que a população está se redistribuindo e se deslocando. Na realidade, o que se objetivou evidenciar neste trabalho, é que os movimentos de redistribuição espacial da população e as trocas populacionais ocorridas neste espaço são elementos de dispersão e coesão desta nova morfologia urbana.

Uma das primeiras evidências empíricas de como a população se organiza e se distribui neste novo espaço foi elucidada através de um indicador muito simples, mas muito potente: as taxas geométricas de crescimento populacional por municípios da Cidade-Região Paulista. Como enfatizado, mesmo que estas taxas venham apresentando declínio no ritmo de crescimento da população, elas demonstraram a existência de vetores de expansão e crescimento ao longo dos principais eixos viários da CRP, indicando um padrão de redistribuição espacial tentacular. Também foi demonstrado que os aglomerados urbanos que integram a cidade-região ainda apresentam um padrão de crescimento centro-periferia (centrífugo), com os municípios periféricos de cada aglomerado apresentando taxas de crescimento superior à de seus respectivos municípios polos. Além disso, notou-se a existência de contiguidades socioespaciais entre as aglomerações localizadas no vetor noroeste da cidade-região, isto é, os municípios localizados nas áreas limítrofes das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas e do Aglomerado Urbano de Jundiaí apresentaram altas taxas de crescimento – manifestando uma contiguidade socioespacial do fenômeno de crescimento da população.

As contiguidades socioespaciais revelaram o padrão de expansão horizontal que estas novas morfologias urbanas apresentam, expansão essa que se relaciona à ação do mercado imobiliário e dos rearranjos dos processos produtivos. Destaca-se que a contínua expansão da cidade-região, e dos aglomerados que a compõe, ocorre incorporando ao longo das principais rodovias que cortam este arranjo, diversos municípios de distintos portes populacionais, assim como um rural em transformação; através da valorização desigual do solo, do aumento dos fluxos materiais e imateriais e da expansão de certos tipos de atividades urbanas e econômicas. Estes “vetores de crescimento, orientados pela lógica do capital, mesclam implantações para a atividade econômica e ocupações para moradia ou uso sazonal,

assentamentos precários e condomínios fechados de pequeno e de grande porte” (MOURA, 2009, p. 220).

Esta expansão da população e a mobilidade espacial desta na cidade região ocorrem principalmente em duas escalas, que se estruturam por processos e temporalidades distintas, mas que se complementam em movimentos de expansão e dispersão do tecido urbano: a escala intrametropolitana e a escala intrarregional. Neste sentido, observou-se que os processos de redistribuição espacial da população, no contexto intrametropolitano, em muito estavam relacionados à ação dos agentes modeladores do espaço e à dinâmica do mercado de terras. Em contrapartida, a redistribuição no espaço regional estaria mais vinculada à ação do mercado de trabalho e, portanto, à forma como as atividades produtivas se distribuem neste espaço regional. Esta simplificação da compreensão das escalas em que se desenvolve a cidade-região não significa negar que o mercado de trabalho também possa condicionar os movimentos populacionais no espaço intrametropolitano, ou que o mercado de terras não atue de forma significativa no espaço regional. Na verdade, pretendeu-se indicar que algumas lógicas seriam mais preponderantes que outras em algumas escalas socioespaciais. Bem como se pretendeu evidenciar que, mesmo com a emergência de uma outra lógica espacial, a lógica de produção do espaço intraurbano (nos termos de VILLAÇA, 2001), ainda se faz presente e, via de regra, com muito vigor.

Neste contexto, procurou-se demonstrar não apenas como seriam os fluxos populacionais nestas duas escalas (intrametropolitana e intrarregional), mas principalmente quem seriam os indivíduos que se movem em ambas, afim de clarificar quais seriam os condicionantes que atuam sobre a mobilidade espacial da população em cada uma delas. Também foi de interesse buscar elementos que sugerissem quais seriam as relações desta mobilidade com as estruturas que atuam na conformação das morfologias inerentes a cada uma destas escalas socioespaciais.

Quanto aos movimentos migratórios na cidade-região, sabe-se que, ao longo do período analisado, estes foram demarcados por uma redução em seus volumes, fruto do momento econômico vivenciado no país durante os anos de 1990 e 2000 (PINHO; BRITO, 2016; CUNHA, 2015b). Notou-se que a expressiva redução dos movimentos migratórios de mais longa distância evidenciou outras modalidades migratórias que antes eram ofuscadas pelas grandes correntes migratórias, como as migrações de mais curta e média distância (CUNHA, 2011).

Neste contexto, ponderou-se que o aumento relativo de outras modalidades migratórias no contexto da cidade-região não ocorreu devido ao aumento no volume da

migração intrametropolitana ou intrarregional, mas sim em razão da expressiva redução dos movimentos migratórios de mais longa distância, principalmente aqueles advindos de outras unidades da federação, tal como foi demonstrado ao longo deste trabalho.

Todavia, mesmo que os fluxos migratórios no âmbito da cidade-região não tenham apresentado um crescimento expressivo em seu volume, notou-se que o processo de redistribuição espacial partindo da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior ainda era um fato notável, levando em conta que, de um total de 370 mil pessoas que migraram entre aglomerados no período 2005-2010; 230 mil tinham com origem a metrópole paulistana. O resultado deste processo de redistribuição pode ser vislumbrado no saldo migratório negativo da RMSP e nas trocas populacionais com outros aglomerados urbanos da cidade-região.

Em consequência desta redistribuição espacial da população com origem na RM de São Paulo, observou-se uma grande participação da migração intrarregional na composição do saldo migratório de quase todos os aglomerados urbanos da cidade-região. Em síntese, constatou-se a existência de dois movimentos de redistribuição espacial da população no âmbito da cidade-região, isto é, ao mesmo tempo em que se observou uma migração partindo da metrópole paulistana em direção aos outros aglomerados urbanos da CRP. Notou-se, também, que grande parte das aglomerações urbanas que constituem a Cidade-Região de São Paulo apresentaram um processo de dispersão de suas populações em direção às áreas periféricas de cada uma destas localidades.

As contrapartidassociodemográficas destes dois tipos de movimentos de redistribuição populacional puderam ser evidenciadas através das características dos migrantes que se deslocam em cada uma destas escalas. Percebeu-se através da análise de indicadores como idade dos migrantes, estado conjugal, idade média do casal e também através da tipologia de arranjos domiciliares, que os grupos sociais que se deslocaram no espaço intrametropolitano são mais rejuvenescidos e possuem uma formação muito mais familiar do que aqueles que se deslocaram no espaço intrarregional. Estas características sugerem que a estrutura de incentivos e constrangimentos que motivam os indivíduos a se deslocarem no âmbito dos aglomerados urbanos estaria muito mais relacionada à ação dos agentes modeladores do espaço urbano e do mercado de terras. Este mercado implica um conjunto de incentivos (ofertas imobiliárias, novas formas de morar, qualidade de vida etc.) e constrangimentos (valorização fundiária, majoração de valores de aluguéis, falta de alternativas habitacionais, violência etc.) capaz de influir ou “motivar” os deslocamentos dos indivíduos de acordo com as suas características específicas.

Quanto àqueles que migram no espaço intrarregional, notou-se nos períodos analisados, que estes eram mais escolarizados, inseriam-se em setores especiais da economia e possuíam melhores ocupações do que os migrantes intrametropolitanos e os “não migrantes”, ou seja, eram mais seletivos do que aqueles que migraram no âmbito de suas próprias regiões metropolitanas. O perfil destes sugere que a migração no contexto da cidade-região seria muito mais motivada pelo mercado de trabalho e pela divisão territorial do trabalho no âmbito da cidade-região, divisão esta que em muito se relaciona a reestruturação produtiva. Na mesma medida, notou-se que os migrantes que se direcionavam à metrópole paulistana, além de serem mais rejuvenescidos do que aqueles que migravam para outros aglomerados, eram mais seletivos do que aqueles migraram para outros aglomerados da CRP. Estas constatações não deixam dúvidas de que a RMSP, devido as suas atividades econômicas mais complexas, vem atraindo jovens de mais alta qualificação para se inserir em seu mercado de trabalho.

Todavia, ressaltou-se ao longo deste trabalho, que a existência dos movimentos migratórios no âmbito da cidade-região, não expressa em sua totalidade a existência de um sistema de complementaridades socioespaciais, em outras palavras, uma integração entre os aglomerados urbanos, pois a mudança de residência não seria um indicativo imediato da ampliação do “espaço de vida” do indivíduo para uma escala macrometropolitana. De fato, grande parte dos movimentos migratórios reflete uma mudança do “espaço de vida” do indivíduo e não uma ampliação. No entanto, os dados analisados neste trabalho, sobretudo aqueles referentes à mobilidade pendular, demonstram de maneira eloquente a existência de um processo de intensificação das trocas populacionais que envolvem um significativo grau de complementaridade e integração entre as aglomerações, em particular entre São Paulo e Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e Jundiaí. Assim, mesmo que mais de 80% da mobilidade pendular na cidade-região aconteça na escala intrametropolitana, foram os movimentos pendulares entre aglomerados urbanos que apresentaram os maiores percentuais de crescimento, demonstrando que o número de indivíduos que consideram o espaço da cidade-região com uma possibilidade para trabalhar ou residir vem crescendo significativamente. No mais, verificou-se que grande parte destes fluxos pendulares no espaço regional era direcionada à metrópole paulistana, entretanto, notou-se o crescimento de fluxos direcionados a outras localidades, tais como a Região Metropolitana de Campinas.

Além de constatar o crescimento da mobilidade pendular, foi de suma importância observar os significativos diferenciais entre os indivíduos que comutam em cada uma das escalas consideradas (intrametropolitana e intrarregional). Em grande medida, devido às

fricções impostas no espaço (em particular devido ao custo dos deslocamentos de mais longa distância) os pendulares intrarregionais estavam inseridos em patamares mais elevados da escala social, tanto em termos de escolaridade quanto pelo tipo de funções desempenhadas (como, por exemplo, se diretores/gerentes e intelectuais), além de estarem inseridos em maior percentagem em atividades que aqui se denominou serviços de alta complexidade. Em síntese, os resultados obtidos neste trabalho mostraram que, ao menos neste momento da constituição e progressiva consolidação da Cidade-região Paulista, os indivíduos que dão o “tom” da complementaridade socioespacial desta nova forma urbana são mais seletivos do que aqueles se deslocam no espaço intrametropolitano.

Por fim, a análise conjunta do fenômeno migratório (ou mobilidade residencial) e da mobilidade pendular mostrou-se reveladora. Observou-se que quase 40% dos indivíduos que migraram no espaço intrametropolitano continuaram a trabalhar no município de origem, demonstrando que a migração no espaço intrametropolitano reflete os incentivos e constrangimentos gerados pela ação do mercado de terras. Por outro lado, viu-se também, que o número de indivíduos que migraram para algum dos aglomerados da cidade-região, mas que continuaram a trabalhar no aglomerado urbano de onde eram originários apresentou um crescimento entre os dois períodos analisados (quinquênio 1995/2000 e 2005/2010), passando de 7% para 10%. Estas constatações, aliás, corroboram o que Lencioni (2013) afirmou em seu estudo sobre as nebulosas urbanas, ou seja, que cada vez mais as pessoas estão vivendo uma realidade que é urbano-regional.

Os dados apresentados nesta tese elucidaram que o processo de redistribuição espacial da população, ocorrido em conjunto com a desconcentração da indústria paulistana, um dos processos fundantes da Cidade-Região Paulista, ainda continua mesmo em tempos de redução dos fluxos migratórios. Demonstram ainda, principalmente através da análise dos movimentos pendulares, a existência de claras complementaridades socioespaciais entre os aglomerados urbanos que compõem a Cidade-Região de São Paulo.

Embora se deva reconhecer que não são apenas os movimentos de redistribuição espacial da população e, em específico o movimento pendular, que clarificam os processos de integração regional, não se pode negar que estes compõem um dos principais indicativos ou referências deste processo, pois se referem ao dia a dia da população, aos seus deslocamentos diários entre cidades, enfim, ao seu processo de reprodução social que, para muitos, extrapola as fronteiras metropolitanas. Ressalta-se que, com este estudo, não foi possível explicitar qual o grau de maturação atingida por esta cidade-região, ou nos termos da Emplasa, por esta macrometrópole e, portanto, qual será o futuro que lhe está reservado.

Finalmente, uma última reflexão coloca-se como essencial, a evidência da existência de um sistema de complementaridades e integração regional implica a necessidade eminente de em um novo olhar para as políticas públicas, que deve inserir a escala macrometropolitana em suas preocupações e agendas. Em outras palavras, é necessário pensar em articulações políticas que contemplem todas as escalas que compõem a cidade-região, sem desconsiderar as autonomias de cada territorialidade, mas sempre considerando os processos inerentes a formação desta nova forma urbana e que a tornam um território de uso comum.

REFERÊNCIAS

- AJONAS, A. C. S. **Metropolização do espaço: Itu, Salto e Sorocaba - SP**. 2015. 330f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 27, n. 2, 2012
- AMARANTE, L. A.; BONDIOLI, P. A apropriação regional da renda nacional no Brasil; 1975-85. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.1, n.3, 1987.
- ÂNTICO, C. **Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo**. 2003. 248f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, Porto, v. 27, p. 11-25, 2014.
- ARANTES, P. F. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, SP, v. 20, p. 60-75, 2006.
- ARAÚJO, M.; MOURA, R.; DIAS, P. Cidades médias uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília, DF: Ipea, 2011.
- ASCHER, F. **Metapolis: acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio Econômico**, São Paulo, SP, n. 58, 1993.
- AZZONI, C. R. Teoria econômica versus evidência empírica: o caso da localização industrial em São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v.37, n. 2, p.177-206, 1983.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 99-123.
- BAENINGER, R.; PEREZ, R. Metrôpoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 7., 2011, Curitiba, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2011.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- BAENINGER, R. **Interiorização das migrações em São Paulo novas territorialidades e novos desafios teóricos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 25-38, 1998.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Campianiana).
- BECKER, B. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço & Debates**, São Paulo, SP, n. 32, p. 47-56, 1991.

- BENKO, G. Economia urbana e regional na virada de século. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria do diálogo interdisciplinar**. Salvador, BA: Editora da UFBA, 2009. p. 115-149.
- BENKO, G. **Economia, espaço, globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
- BENTES, J. C. G. **Dispersão urbana no médio Paraíba fluminense**. 2014. 432f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.
- BORJA, J; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus; Pensamiento, 1997.
- BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.
- BRITO, F. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2015. (Texto para a Discussão, 526).
- BRITO, F.; RIGOTTI, I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?** Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2012. (Texto para a Discussão, 465).
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 47, p. 155-176, 1997.
- CAMPOS, M. B. Características demográficas e a voluntariedade da migração. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23, n. 45, p. 273-290, 2015.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2007.
- CANO, W. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo – 1920-1980**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988.
- CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e metropolização: desvando os processos espaciais. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999b. (O Poder da Identidade, v. 1).
- CASTELLS, M.; HALL, P. **Technopoles of the world: the making of twenty-first century industrial complexes**. London; New York, NY: Routledge, 1994.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

- CASTRO, H. R.; SANTOS JR., W. R. A expansão da macrometrópole e a criação de novas RMs: um novo rumo para a metropolização institucional no estado de São Paulo? **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 703-720, 2017.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org). **A finança mundializada**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.
- CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. New Jersey, NJ: Prentice-Hall, 1966.
- CIGOLINI, A. A.; CACHATORI, T. L. Análise do processo de criação de municípios no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais...** 2012.
- CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo, SP: DIFEL, 1985.
- CONSTANTINO, W. **O preço da fluidez: os pedágios nas rodovias paulistas e seus efeitos sobre a lucratividade das empresas do setor de máquinas e equipamentos, localizadas na cidade-região São Paulo**. 2016. 221f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Org.). **40 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- COSTA, M. A. Os dilemas da participação ou de como as boas intenções povoam o inferno. In: SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2006, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ, 2006.
- COURGEAU, D.; LELIËVE, E. Individual and social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, W. **Demography: analysis and synthesis**. New York, NY: Elsevier, 2006.
- COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes**. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.
- COURGEAU, D. Relations entre cycle de vie et migrations. **Population**, London, v. 39, n. 3, p. 483-513, 1984.
- CUNHA, J. M. P. (Org) et al. **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convêrgencias e especificidades regionais**. São Carlos, SP: Edufscar, 2018a.
- CUNHA, J. M. P. (Org) et al. Síntese dos principais resultados e análise comparativa entre as nove RMs. CUNHA, J. M. P. (Org) et al. **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convêrgencias e especificidades regionais**. São Carlos, SP: Edufscar, 2018b. p. 299-320.
- CUNHA, J. M. P.; FARIAS, L. A. C. (Org.). **Região Metropolitana da Baixada Santista: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. São Paulo, SP: Librum, 2017.
- CUNHA, J. M. P.; SILVA, K. A. A.; FARIAS, L. A. C. **Mobilidade residencial e metropolização: estudos comparados no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos 50 anos: (des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das desigualdades, como Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo, SP: Unesp, 2015a. p. 279-307.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, SP: Librum, 2015b.
- CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- CUNHA, J. M. P.; SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, Montevideo, Uruguay, Ano 1, n.2, p. 99-125, 2008.
- CUNHA, J. M. P. et al. Espaços migratórios e problemática ambiental no Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 191-193, 2006.
- CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, Salvador, BA, v. 18, n.43, p. 87-101, 2005.
- CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 17, n.3-4, p. 218-233, 2003.
- CUNHA, J. M. P. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconomicas en América Latina**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2002. (Serie Población y Desarrollo, 30).
- CUNHA, J. M. P. et al. Dinâmica migratória no Estado de São Paulo. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000. p. 61-126.
- CUNHA, J. M. P. As correntes migratórias na Grande São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 1, n.2, p. 6-15, 1987.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISK, E. N. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico 2000. **Revista da ABet**, São Paulo, SP, v. 3, n. 2, p. 29-49, 2003.
- DESCHAMPS, M. et al. **Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná – 2000**. Curitiba, PR: IPARDES, 2006. (Relatório de Pesquisa).
- DI MÉO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins**, São Paulo, SP, n. 4, p. 2-11, 2008.
- DINIZ, C. C.; DINIZ, B. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **EURE**, Santiago, Chile, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 31, n. 1, p. 35-64, 1993.

- DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 234f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Padrões socioespaciais da macrometrópole paulista**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2016.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Plano de ação da macrometrópole paulista 2013-2040**. São Paulo, SP, 2014.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Plano de ação da macrometrópole paulista**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2013.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Estudos da morfologia e da hierarquia funcional da rede urbana paulista e da regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2011.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Complexo metropolitano expandido**. São Paulo, SP, 1999. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/Linha_do_Tempo/LinhadoTempo_1999.asp>.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 29, p. 98-119, 1991.
- FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. São Paulo, SP: Vozes, 2007.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. (Org.). **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 122, p. 19-38, 2012.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrôpoles. Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades. **RAEGA**, Curitiba, PR, v. 5, p. 27-46, 2002.
- FIX, M. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- FRIEDMANN, J. The world city hypothesis. **Development and Change**, Oxford, v. 17, n. 4, p. 12-50, 1986.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. World city formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, London, v. 6, n. 3, p. 309-334, 1982.
- GARREAU, J **Edge city: life in the new frontier**. New York, NY: Doubleday, 1991.
- GEDDES, P. **Cidade sem evolução**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

- GLICK, P. C. The family life cycle and social change. **Family Relations**, v. 38, n. 2, p. 123-129, 1989.
- GLICK, P. C. Updating the life cycle of the family. **Journal of Marriage and the Family**, US, v. 39, n. 1, p. 5-13, 1977.
- GLICK, P. C.; PARKE, R. New approaches in studying the life cycle of the family. **Demography**, Chicago, v. 2, p.187-202, 1965.
- GLICK, P. C. The life cycle of the family. **Marriage and Family Living**, Menasha, v. 17, n. 1, p. 3-9, 1964.
- GOTTMANN, J. Introdução. In: GOTTMANN, J.; HARPER, R. **Metrópolis no lhe move: geografefes look at urban sprawl**. New York, NY: Jonh Wesley & Sons, 1967.
- HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HALL, P. Global cities and global city-regions: a comparison. In: SCOTT, A. (Ed.). **Global city-regions: trends, theory, policy**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 59-77.
- HARVEY, D. **Oslimites do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo, SP: Hucitec, 2007.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, SP: Anna Blumme, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, SP: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001a.
- HARVEY, D. **Spaces of capital: towards a critical geography**. New York, NY: Routledge, 2001b.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. **Social relations and spatial structure**. London: Palgrave, 1985. p. 128-163. (Critical Human Geography).
- HARVEY, D. **On the history, and present condition of geography: in historical materialist manifesto**. New York, NY: Profe, 1984.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism. In: DEAR, M.; SCOTT, A. **Urbanization and urban planning in capitalist society**. Londres: Methuen, 1981.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, SP: Hucitec, 1980.
- IBGE. **Censos Demográficos 1950 – 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 1950-2010.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, RJ, 1972.
- INDOVINA, F. **La cittàdiffusa**. Venecia: DAEST-IUAV, 1991.
- IPARDES. **Comentários sobre o Regic 2007**. Curitiba, PR, 2009.

- JACOBS, J. **The economy of cities**. New York, NY: Vintage Books, 1969.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 6.ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- JULIEN, P. **Onzefonctions pour qualifier les grandesvilles**. Paris: Insee Premier, n. 840, 2002.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo, SP: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1983.
- KOWARICK, L. A lógica da desordem. In: CAMARGO, C. P. (Org.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo, SP: Loyola, 1982.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: BNB, 1980. p. 89-114.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.
- LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista E-Metropolis**, Curitiba, PR, Ano 6, n. 22, p. 6-15, 2015a.
- LENCIONI, S. A formação de uma megalópole em curso? Rio de Janeiro-São Paulo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, BA, v. 25, p. 137-148, 2015b.
- LENCIONI, S. Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 14, n. 4, p. 137-148, 2015c.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Á. et al. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 120, p. 133-148, 2011.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, Chile, n. 39, p. 7-20, 2008a.
- LENCIONI, S. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo. In: PEREIRA, P. C. X.; HIDALGO, R. (Org.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en America Latina**. Santiago de Chile, Chile: PUC/Chile, 2008b. p. 41-54.
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245, 2007.
- LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: LIMA, L. C.; ELIAS, D.; SILVA, J. B. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo, SP: Annablume, 2006. p. 65-76.
- LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação

- teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2003a.
- LENCIONI, S. Cisão Territorial da Indústria e Integração Regional no Estado de São Paulo. In: GALVÃO, A. C.; GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo, SP: UNESP; ANPUR, 2003b. p. 465-475.
- LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In: SPOSITO, E. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT/GAsPERR, 1999. p. 115-136.
- LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. **L'Espace Géographique**, Belin, n. 1, p.78-86, 2000.
- LESTHAEGHE, R.; VAN DE KAA, D. Twee demografische transitities? [Two demographic transitions?]. In: VAN DE KAA, D.; LESTHAEGHE, R. (Ed.). **Bevolking: groei en krimp. Mens en Maatschappij**. Deventer: Van Loghum-Slaterus, 1986. p. 9-24.
- LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, Territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007. p. 15-170.
- LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1981.
- MAGALHÃES, F. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano**. 2008. 219f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.
- MARQUES, E. C. L. **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo, SP: Editora Unesp/CEM, 2015.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1994. (Texto para Discussão).
- MARTINE, G.; DINIZ, C. C. **Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns**. Liege: IUSSP, 1989.
- MATOS, R. Dispersão e desconcentração espacial da população em Minas Gerais. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte 2000**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n.1, p. 01, 2000.
- MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo, SP: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004. p. 157-196.
- MATTOS, C. A. Santiago de Chile de cara a la globalización: ¿otra ciudad? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n. 19, p. 31-54, 2002.
- MENDEZ, R. Transformaciones económicas y reorganización territorial en la Región Metropolitana de Madrid. **EURE**, Santiago de Chile, Chile, v. 27, n. 80, 2001.
- MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.
- MOLOTCH, H. L. The city as a growth machine: towards a political economy of place. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 2, p. 309-332, 1976.

- MORAES, A. C. R. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole Paulistana. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. **Geografia das metrópoles**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.
- MOURA, R.; DELGADO, P. R.; COSTA, M. A. Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Org.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 665-696.
- MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 115, p. 199-210, 2011.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 243f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.
- MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005.
- MYERS, N. The biodiversity challenge: expanded hot spots analysis. **Environmentalist**, Inglaterra, v. 10, n. 4, p. 243-256, 1990.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- NEUMAN, M.; HULL, A. The futures of the city region. **Regional Studies**, Inglaterra, v. 43, n. 6, p. 777-787, 2009.
- OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.
- PALOMARES, J. C. G. Incidência en la movilidad de los principales factores de un modelo metropolitano cambiante. **Revista EURE**, Santiago de Chile, Chile, v. 34, n. 101, p. 5-24, 2008.
- PANIZZI, W. Os anos 90 urbanização Brasileira e o desafio das metrópoles. In: RIBEIRO, A. C. T.; MACHADO, D. B. P. (Org.). **Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ, 1990.
- PARR, J. B. Perspectives on the city-region. **Regional Studies**, Inglaterra, v. 39, n. 5, p. 555-566, 2005.
- PATARRA, N. L.; PACHECO, C. A. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo. 1980-1993**. Campinas, SP: Ediotra da Unicamp, 1997. p. 25-52.
- PERILLO, S. R. Vinte anos de migração no Estado de São Paulo: uma análise do período 1980-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.
- PERILLO, S. R. Novos caminhos da migração no Estado de São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p. 73-82, 1996.
- PERILLO, S. R.; ARANHA, V. J. Tendências recentes da migração. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 6, n. 3, p. 109-115, 1992.

- PINHO, B. A.; BRITO, F. **As grandes regiões metropolitanas no contexto da distribuição espacial da população brasileira**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2016. (Textos para Discussão 547).
- RANDOLPH, R. et al. Globalização e expansão metropolitana: o significado da proliferação de condomínios fechados em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES EM GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 10., 2008, Qeurétaro, México. **Anais...** México, DF, 2008.
- RANDOLPH, R.; GOMES, P. H. Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5., 2007, Campinas, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2007.
- REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, SP: Via das Artes, 2006.
- REOLON, C. A. A dinâmica recente da dimensão espacial da reestruturação produtiva no Estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Unesp Digital, 2015. p. 405-444.
- RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo\Unicamp, 2011. p. 141-156.
- RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Movimentos populacionais e as cidades médias de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6., 2009, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2009.
- RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 237-254, 2006.
- RIGOTTI, J. I. R. Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004. p. 129-142.
- RIGOTTI, J. I. R. Saldo migratório e perfil dos migrantes em Minas Gerais e São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2., 1999, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1999.
- ROGER, I. **Les processus de métropolisation dans les capitales régionales européennes (agglomération de 500 000 à 1 000 000 d'habitants). Les cas de Bordeaux, Bristol, Montpellier, Saragosse et Toulouse**. 2007. 261f. Thèse (Doctorat de Géographie et Aménagement) – Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, 2007.
- RUFÍ, J. V. ¿Nuevas palabras, nuevas ciudades? **Revista de Geografia**, Barcelona, n. 2, p. 79-103, 2003.
- SANTOS, E. A reestruturação produtiva – do fordismo à produção flexível no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Unesp Digital, 2015. p. 405-444.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, SP: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, SP: Edusp, 2007.

- SANTOS, M. A. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo, SP: Edusp, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 5.ed. São Paulo, SP: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. A. **O espaço dividido**. 2.ed. São Paulo, SP: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo, SP: Nobel, 1990.
- SASSEN, S. **Cities in a world economy**. Pine Forge Press, 1994.
- SASSEN S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1993.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 1991.
- SCOTT, A. et al. Global city-regions. In: SCOTT, A. (Org.). **Global city-regions: trends, theory, policy**. New York, NY: Oxford University Press, 2001.
- SCOTT, A. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. F. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 82-98, 1994.
- SILVA, D. S. F. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionantes da autossegregação das elites em Campinas**. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2013.
- SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Algumas dimensões da mobilidade espacial no território metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2011.
- SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras. **Territórios**, Bogotá, Colômbia, n. 22, p. 11-22, 2010.
- SILVA, H.; MONTE-MOR, R. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010.
- SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.
- SILVA, K. A. A. Análise da constituição de novas formas urbanas através do olhar demográfico um estudo da formação da macrometrópole paulista 1991-2010. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS, 30., 2015, San José, Costa Rica. **Anais...** Montevideo: ALAS, 2015.

- SIMMEL, G.A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.
- SIQUEIRA, H. **Economia metropolitana e mercado de trabalho**: um estudo das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. 2009. 238f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- SOBREIRA, D. P. **A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos**: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- SOBRINO, J. Patronos de dispersión intrametropolitana en México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF, v. 22, n. 3, p. 583-617, 2007.
- SOJA, E. W. “Exploring the Postmetropolis” and “Afterword”. In: MINCA, C. (Ed.). **Postmodern geography: theory and praxis**. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell Publishers, 2001. p. 38-56.
- SOJA, E. W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell, 2000.
- SOJA, E. W. **The third space**: journeys to L. A. and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA, M. A. **Cidades médias e desenvolvimento industrial**: uma proposta de descentralização metropolitana. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional – SEP, 1978.
- SPOSITO, M. E. B. Práticas espaciais e reestruturação das cidades médias. In: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2017. p. 627-677.
- SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 123-145.
- SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.
- SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1994.
- TAO-FANG, Y. **Boundary analysis of the Jing-Jin-Ji global city-region**. Manassas: Geography and Geo-Information Science, 2005.
- TOPALOV, C. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análisis. México, DF: Edicol, 1979.

TORRES, H.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, n. 4, p. 49-70, 2001.

TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. **Journal of the Regional Studies Association**. Cambridge, v. 18, n. 1, 1984.

VELTZ, P. **Le nouveau monde industriel**. Paris: Editions Gallimard, 2000.

VELTZ, P. **Mondialization, Villes et territoires. L'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VILLACA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Face/UFMG, 2012.

***APÊNDICE
METODOLÓGICO***

O objetivo deste apêndice metodológico é apresentar algumas concepções metodológicas, levando em consideração o objeto de estudo deste trabalho e a fonte de dados (o censo demográfico brasileiro) utilizada nesta tese. Portanto, apresentar-se-á os cuidados metodológicos no reagrupamento dos setores de atividades econômicas – dado a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), bem como o reagrupamento da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), segundo os objetivos elencados neste trabalho. Também, será apresentado neste apêndice metodológico a definição de migrante e outros cuidados metodológicos no uso da fonte de dados escolhida.

A) A construção dos indicadores de migração

A.1 A definição de migrante

Segundo Rigotti (1999), a migração é um fenômeno sensível às mudanças nas estruturas produtivas e sociais, e a história do processo migratório brasileiro reflete tal assertiva. Contudo, os deslocamentos não refletem apenas as mudanças internas, mas os processos mundiais, como os fluxos de comércio internacional e as inovações nas tecnologias de informação. Para o autor, estudar processos dessa amplitude em um país com tal extensão continental, como o Brasil, requer um esforço para compreender a migração em diversas escalas, bem como uma melhora das metodologias e fontes de dados que sondam o fenômeno.

Como principal fonte de informação sobre os movimentos migratórios, têm-se os censos demográficos, que possuem suas limitações, como por exemplo, o fato de as características do migrante serem coletadas apenas para o momento do recenseamento, e não no momento da mudança; da mesma forma, os dados refletem apenas os movimentos daqueles que “sobreviveram” até a data censitária, perdendo informações sobre todos aqueles que morreram ou reemigraram no período intercensitário (CUNHA, 2005). Todavia, Cunha (2005) retrata que os três últimos censos demográficos exibem potencialidades para as análises do fenômeno migratório, apresentando um grande número de quesitos que possibilitam captar diferentes faces da migração.

Segundo Carvalho e Rigotti (1998), a migração é um conceito que varia de acordo com a pesquisa e a fonte de dados existente. Para Rigotti (2011), “os dados sobre migrações refletem e são reflexo do contexto e das tendências da mobilidade espacial da população, além das possibilidades técnicas de coleta e disseminação” (RIGOTTI, 2011, p. 144). No que se refere à migração interna, os quesitos mais comuns nos censos demográficos brasileiros são:

lugar de nascimento, duração de residência, lugar de última residência e lugar de residência em uma data fixa do passado (RIGOTTI, 1999). É importante ressaltar que, entre esses quesitos, existem aqueles que dizem respeito a referenciais espaciais e outros que se referem ao tempo, por exemplo, UF de nascimento e tempo de residência, respectivamente. De acordo com Cunha (2015b), o controle da migração segundo o tempo de residência permite criar “coortes” migratórias. O cruzamento de quesitos temporais com quesitos espaciais permite uma melhor caracterização do fenômeno, em termos de tempo e espaço.

Dentre os censos, o de 1991 constitui o mais completo nessa temática, já que, além das informações tradicionalmente levantadas nos censos demográficos brasileiros, traz pela primeira vez, as informações de última etapa e data fixa conjuntamente. Como mostram Rigotti (1999) e Cunha (2005), embora ambas as informações sejam muito úteis para o estudo dos fluxos migratórios, existem diferenças significativas entre elas.

O quesito denominado data-fixa, ao perguntar ao recenseado o lugar de residência anterior cinco anos antes da data de referência do censo, agrega em um único quesito as referências espaciais e temporais, tornando o seu uso vantajoso para mensurar estimativas tradicionais do fenômeno, como o saldo migratório. Já a questão última etapa, refere-se ao último movimento migratório feito pelo indivíduo dentro do período de recenseamento. Este quesito é recomendado para o estudo da migração intrametropolitana. O motivo é que os deslocamentos de curta distância tendem a ocorrer em intervalos curtos de tempo. Neste caso, o uso do quesito data-fixa pode “perder” algumas etapas migratórias. Mas o uso dos dois quesitos permite potencializar os estudos sobre as etapas.

Para estudo dos movimentos migratórios, este trabalho adotou o quesito data-fixa, muito embora se reconheça que seria muito rico a adoção dos dois quesitos, permitindo a análise de mais etapas migratórias, principalmente no espaço intrametropolitano. Contudo, visando a estabelecer uma comparação entre os diferentes censos, esse trabalho adotou apenas um quesito, levando em consideração que o recenseamento de 2000 não possui a informação sobre última etapa a nível municipal.

Assim, para o cálculo dos saldos migratórios e análise da origem e destino dos fluxos, bem como outras medidas, foi feita uma matriz migratória, utilizando o software SAS, através da intercessão dos quesitos data-fixa e local de residência atual. A matriz migratória foi constituída da seguinte forma:

$$M = \begin{bmatrix} a_{i1} & a_{ij} \\ a_{in} & a_{jn} \end{bmatrix}$$

a_{ij} = Saída do migrante do município i para o município j .

$\sum_{j=1}^n a_{ij}$ = Total de pessoas que emigraram do município i .

$\sum_{i=1}^n a_{in}$ = Total de pessoas que imigraram para o município i .

A mesma concepção de matriz foi usada para gerar as informações sobre os movimentos pendulares.

A.2 Conceito de migrante de acordo com a fonte de dados

Como explicitado, a migração é um conceito multifacetado, pois muda de acordo com a temporalidade, o espaço, a fonte de dados e o objeto de pesquisa. Torna-se, portanto, necessário aclarar o conceito de migrante utilizado neste trabalho. Destaca-se que, para os objetivos desse estudo, haveria, ainda, que distinguir quatro modalidades distintas de migração: intrametropolitana, intra-CRP, intraestadual e o interestadual.

Mas antes, é preciso definir genericamente o conceito de migrante de acordo com quesito “data-fixa”, sendo assim: migrante seria aquele que há cinco anos antes da data de referência do censo, morava em um município diferente do qual foi recenseado. Quanto às modalidades possíveis, estas poderiam ser definidas como:

- a) Migrante intrametropolitano: seria o indivíduo recenseado em um município pertencente à algum aglomerado urbano da CRP, mas que há cinco anos antes da data de referência do censo residia em outro município da mesma região;
- b) Migrante intra-CRP: seria o indivíduo recenseado em um dos aglomerados pertencente a CRP, mas que há cinco anos antes da data de referência do censo residia em outro aglomerado da cidade-região;
- c) Migrante intraestadual: indivíduo recenseado em algum município da CRP, mas que residia cinco anos antes da data de referência do censo em outro município do estado de São Paulo, não pertencente à CRP;
- d) Migrante interestadual: indivíduo recenseado em algum município da CRP, que cinco anos antes da data de referência do recenseamento residia em algum município fora do estado de São Paulo;

- e) Não migrante: indivíduo recenseado em algum município da CRP, que realizou alguma mudança dez anos após a data de referência do censo, ou a pessoa natural do município, ou seja, que nunca migrou.

B) Caracterização do migrante

Quanto à caracterização dos migrantes e “não migrantes” esta foi realizado utilizando os dados da amostra¹⁹³ dos censos demográficos de acordo com as seguintes dimensões: idade, estado conjugal, idade média do casal, tipo de arranjo domiciliar, nível de instrução, inserção em determinados setores da econômica, tipo de ocupação exercidada. De fato, grande parte desta caracterização foi feita através de um conjunto de variáveis encontradas nos censos demográficos, e que foram construídas e compatibilizadas para o objetivo deste trabalho. Sendo assim, os tópicos e as tabelas a seguir apresentam os códigos e a compatibilização das atividades econômicas segundo a Classificação Nacional de Atividades Economicas 2.0 (CNAE), a forma de compatibilização do nível de instrução entre os anos, e a compatibilização das ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

B.1 Compatibilização da variável educação

Sobre os quesitos de educação, estes apresentaram uma evolução constante nos censos brasileiros, acompanhando não apenas as mudanças nas leis de diretrizes e bases, mas também a realidade educacional do país. Contudo, de acordo com Rigotti (2004), mesmo tendo mudanças na nomenclatura de cada grau de ensino, e até mesmo nos anos de estudo para se completar cada grau, é possível identificar as diversas etapas de ensino. Dentre os quesitos sobre educação apresentados ao longo dos censos, o melhor a ser usado seria o que faz alusão aos anos de estudo que o indivíduo completou, mas essa informação não está mais disponível no censo de 2010. Assim, compatibilizou a variável anos de estudo contida nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, de acordo com a variável nível de instrução presente no Censo Demográfico de 2010. Portanto, foram estabelecidas quatro categorias referentes ao

¹⁹³ Ressalta-se que os dados da amostra dos Censos Demográficos considerados representam, de fato, uma potencialidade conquanto a disponibilidade de muitas variáveis sociodemográficas, possibilidades de cruzamentos entre as mesmas, segundo diferentes unidades espaciais de análise. Não se pode esquecer, no entanto, que muitos desses cruzamentos podem apresentar limitações estatísticas relacionadas ao tamanho da amostra utilizada por cada levantamento nos municípios considerados. Logo, deve-se ter cuidado com alguns resultados, especialmente, aqueles relativos aos municípios com volume de migrantes mais reduzido, nos quais variáveis com muitas categorias de análise podem extrapolar os limites do coeficiente de variação da amostra para aquela localidade, inviabilizando o seu aproveitamento para análise.

nível de instrução, a saber: sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto e superior completo.

B.2 A compatibilização da variável ocupação

Quanto a variável ocupação, esta foi compatibilizada em cinco categorias para os anos de 2000 e 2010. Assim, com intuito de obter comparabilidade, buscou-se compatibilizar as ocupações de acordo com as grandes classes disponíveis na Classificação Brasileira de Atividades (CBO), as cinco categorias construídas foram: Diretores e Gerentes, Intelectuais, profissionais do Nível Técnico, Servidores Administrativos e Outros. Quanto a esta última categoria, está é caracterizada pela heterogeneidade das ocupações, todavia, pontua-se que esta em sua maioria é formada por profissionais que exercem ocupações do tipo manual e de baixa qualificação. Por fim, ressalta-se que o censo de 1991 não foi utilizado para caracterizar os migrantes e “não migrantes” segundo a ocupação exercidada, devido a grande diferença da Classificação Nacional de Ocupação utilizada neste censo em relação aos outros, fato que poderia prejudicar a comparabilidade ao longo dos anos. Os códigos utilizados na compatibilização estão descritos na tabela a seguir.

Tipo de ocupação	Código	
	2000	2010
Diretores e gerentes	1111 a 1320	1111 a 1439
Intelectuais	2011 a 2631	2111 a 2659
Nível técnico	3011 a 3912	3111 a 3522
Servidores administrativos	4101 a 4241	4110 a 4419
Outras	5101 a 5243	5111 a 5419
	6110 a 6430	6111 a 6225
	7101 a 7842	7111 a 7549
	8101 a 8711	8111 a 8350
	9101 a 9922	9111 a 9629
	...	0110 a 0999

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

B.3 A compatibilização da variável atividade econômica¹⁹⁴

Este tópico apresenta a compatibilização das estruturas de atividades dos censos de 1991, 2000 e 2010, que são baseadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), segundo o objetivo deste trabalho, com anseio de caracterizar os migrantes de acordo com a inserção em determinados setores de atividades econômicas.

Quanto aos censos demográficos, observaram-se algumas mudanças metodológicas na definição dos conceitos, quesitos e coletas. Uma dessas transmutações diz respeito ao período de referência de coleta de dados: no censo de 1991 era de 12 meses, sendo que nos posteriores foi adotada uma semana como referência temporal. Para Dedecca e Rosandisk (2003), a modificação aperfeiçoou as informações sobre as condições da população economicamente ativa e as condições de emprego e desemprego nos ambientes urbanos. Contudo, para Siqueira (2009), uma mudança na semana de referência dessa magnitude influencia nos indicadores da população desocupada, principalmente em função das atividades agrícolas sazonais.

Quanto à classificação de atividades - CNAE - notou-se algumas mudanças metodológicas, como a adoção de alguns parâmetros nos censos mais recentes, e um detalhamento e uma divisão maior nas estruturas de atividades. Para amenizar as diferenças e equiparar as estruturas, optou-se pela compatibilização das estruturas de atividades levando em consideração a proposta feita por Siqueira (2009), e também os objetivos deste trabalho. Assim, agrupou as atividades detalhadas na CNAE em 6 grandes grupos, sendo eles: atividades agrícolas e indústria extrativa, indústria de transformação, construção, serviços de baixa complexidade, serviços de alta complexidade e administração e serviços de utilidade pública.

¹⁹⁴ Com o intuito de apresentar uma visão mais clara sobre a dinâmica dos setores de atividade econômica, suprimiu-se desta compatibilização as chamadas "Atividades mal definidas", tendo em vista que a mesma apresentou um muito grande principalmente entre os censos de 2000 e 2010. Com isso, considerando a distribuição relativa dos setores de atividade, tal variação elevada da categoria escamotearia as dinâmicas a serem observadas para o período vigente, já que apenas as "Atividades mal definidas" apresentariam aumento em sua participação relativa, enquanto todas as demais categorias observariam diminuição.

Tipo de ocupação	Códigos		
	1991	2000	2010
<i>Atividades Agrícolas e Indústria de Extração</i>	011 a 059	01101 a 14004	01101 a 09000
<i>Indústria de Transformação</i>	100 a 300	15010 a 37000	10010 a 33002
<i>Construção</i>	340	5001 a 45999	41000 a 43999
<i>Serviços de Baixa Complexidade</i>	410 a 424, 463, 471 a 475, 477 a 481, 511 a 551, 577 a 613, 452 a 461, 615 a 619	50010 a 61000, 63010 a 64010, 66000 a 72020, 90000 a 92012, 90015 a 99000	45010 a 50000, 52010 a 56999, 68000, 77010 a 82009
<i>Serviços de Alta Complexidade</i>	451, 462, 464, 476, 482, 614, 552 a 576, 621 a 632	62000, 64020 a 65000, 73000 a 74090, 80011 a 85999, 92013 a 92014	51000, 58000 a 66002, 69000 a 75000, 85011 a 88000, 90000 a 99000
<i>Administração Pública e Serviços de Utilidade Pública</i>	351 a 354, 711 a 801	40010 a 41000, 75011 a 75999	35010 a 39000, 84011 a 84999

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 1986-1991.....	255
ANEXO 2 – Anexo 1 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 1995-2000.....	256
ANEXO 3 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 2005-2010.....	257
ANEXO 4 – Composição da imigração, emigração e do saldo migratório por região metropolitana, segundo modalidade migratória. Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010	258
ANEXO 5 – Fluxos migratório da Região Metropolitana de São Paulo – 1986-1991	259
ANEXO 6 – Fluxos migratório da Região Metropolitana de São Paulo – 1995-2000	260
ANEXO 7 – Fluxos migratório da Região Metropolitana de São Paulo – 2005-2010	261
ANEXO 8 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 1986-1991	262
ANEXO 9 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 1995-2000.....	263
ANEXO 10 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 2005-2010.....	264
ANEXO 11 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1986-1991	265
ANEXO 12 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1995-2000	266
ANEXO 13 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 2005-2010	267
ANEXO 14 – Fluxos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 1986-1991	268
ANEXO 15 – Fluxos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte –1995-2000.....	269
ANEXO 16 – Fluxos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 1986-1991	270
ANEXO 17 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba – 1986-1991.....	271
ANEXO 18 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba –1995-2000.....	272
ANEXO 19 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba –2005-2010.....	273
ANEXO 20 – Fluxos migratórios da Aglomeração Urbana de Piracicaba – 1986-1991	274
ANEXO 21 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Piracicaba – 1995-2000.....	275
ANEXO 22 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Piracicaba – 2005-2010.....	276
ANEXO 23 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 1986-1991	277
ANEXO 24 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 1995-2000.....	278
ANEXO 25 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 2005-2010.....	279
ANEXO 26 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –2005-2010	280
ANEXO 27 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –1995-2000	281
ANEXO 28 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –2005-2010	282
ANEXO 29 – Fluxos pendulares intra-regionais. Cidade-Região Paulista – 2000.....	283
ANEXO 30 – Fluxos pendulares intra-regionais. Cidade-Região Paulista – 2010.....	284
ANEXO 31 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana de São Paulo, 2000	285
ANEXO 32 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana de São Paulo, 2010	286
ANEXO 33 – Fluxos de pendularidade da Região Metropolitana de Campinas, 2000	287
ANEXO 34 – Fluxos de pendularidade da Região Metropolitana de Campinas, 2010	288
Anexo 35: Fluxos Pendulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000.....	289

ANEXO 36 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, 2010.....	290
ANEXO 37 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - 2010	291
ANEXO 38 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2010	292
ANEXO 39 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana do Sorocaba, 2000	293
ANEXO 40 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana do Sorocaba, 2010	294
ANEXO 41 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Piracicaba, 2000	295
ANEXO 42 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Piracicaba, 2010	296
ANEXO 43 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Jundiaí, 2000	297
ANEXO 44 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Jundiaí, 2010	298
ANEXO 45 – Fluxos pendulares da unidade Regional de Bragantina, 2000.....	299
ANEXO 46 – Fluxos pendulares da unidade Regional de Bragantina, 2010.....	300
ANEXO 47 – Distribuição percentual da população “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo grandes grupos etários e modalidade migratória Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010	301
ANEXO 48 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo estado conjugal e por modalidade migratória do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010.....	302
ANEXO 49 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrante” e imigrantes de “data- fixa”, por modalidade migratória segundo idade média do casal. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010.....	303
ANEXO 50 – Distribuição percentual dos chefes de domicilio segundo arranjo domiciliar e por modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010	304
ANEXO 51 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo nível de instrução e por modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000.....	305
ANEXO 52 – Distribuição relativa dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, por modalidade migratória segundo classes de atividades econômicas. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	306
ANEXO 53 – Distribuição percentual de chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, por modalidade migratória e posição na ocupação. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	307

ANEXO 1 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																		Total
	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP	Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste	Inter-estadual	
RMSP	463.226	53.015	41.394	39.271	38.171	17.153	12.739	11.942	676.910	169.044	13.366	182.839	88.143	7.964	19.941	75.948	38.222	426.422	1.272.376
RMC	7.579	52.723	1.171	1.751	2.834	5.368	2.986	963	75.376	24.842	663	3.321	7.760	231	1.728	6.033	3.753	23.487	123.705
RMBS	13.854	2.603	41.055	2.967	1.790	1.224	548	308	64.350	10.988	631	9.782	3.643	614	2.137	5.928	1.731	24.467	99.804
RMVPLN	12.847	2.329	1.650	49.447	1.371	706	367	495	69.212	5.111	512	3.075	9.463	733	4.229	3.426	1.432	22.870	97.192
RMS	7.770	4.127	946	767	28.223	2.829	1.175	319	46.155	12.052	60	1.012	1.707	150	531	4.323	1.140	8.923	67.131
AUP	3.678	6.292	600	875	1.955	12.991	485	60	26.936	11.173	557	1.717	2.211	64	246	2.490	1.485	8.770	46.879
AUJ	3.568	4.304	531	375	1.250	553	19.697	922	31.200	4.571	229	1.107	1.395	120	249	1.440	825	5.366	41.138
URB	2.636	1.632	457	585	252	203	676	3.346	9.787	1.258	66	281	1.277	27	58	550	186	2.445	13.491
Intra-CRP	515.158	127.023	87.802	96.038	75.848	41.027	38.673	18.356											
Outros SP	82.509	48.933	10.766	9.118	30.755	17.486	7.363	2.614											
Região Norte	14.924	3.998	1.525	1.542	1.000	1.049	444	248											
Região Nordeste	560.967	29.689	36.059	17.123	12.456	9.973	8.140	2.901											
Minas Gerais	102.051	21.209	5.645	20.915	5.801	8.805	4.975	2.813											
Espírito Santo	5.093	747	518	533	157	459	120	106											
Rio de Janeiro	33.721	4.824	3.623	10.927	1.692	831	662	606											
Região Sul	64.774	42.356	5.879	8.343	23.010	12.198	8.141	2.401											
Região CO	21.481	8.887	1.860	3.022	2.723	2.436	1.279	434											
Interestadual	803.011	111.710	55.110	62.404	46.839	35.751	23.759	9.510											
Total	1.400.678	287.667	153.678	167.561	153.441	94.264	69.796	30.480											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 2 – Anexo 1 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																	Inter-estadual	Total
	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP	Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste		
RMSP	585.899	66.332	60.188	46.277	54.526	20.453	18.656	16.180	868.511	185.684	14.988	254.391	113.578	8.185	27.137	88.820	37.327	544.426	1.598.621
RMC	12.957	65.211	2.105	3.042	4.335	6.864	3.573	1.590	99.676	31.962	1.836	8.161	14.029	586	2.266	11.985	5.740	44.603	176.241
RMBS	18.824	3.762	53.996	3.536	2.369	1.297	612	556	84.953	13.277	713	14.487	5.023	651	2.482	7.729	1.954	33.040	131.270
RMVPLN	14.366	2.471	1.734	59.004	1.314	1.060	707	952	81.607	5.661	1.652	7.221	12.998	575	5.693	5.423	2.488	36.049	123.318
RMS	12.126	4.562	2.106	1.460	39.993	2.203	1.006	217	63.673	15.713	479	5.191	3.137	272	859	7.767	2.226	19.931	99.317
AUP	5.346	7.871	963	802	2.611	15.861	745	185	34.385	12.694	680	3.087	4.178	170	709	3.506	1.749	14.079	61.158
AUJ	3.269	4.150	702	583	1.422	565	20.371	1.100	32.162	5.088	405	2.118	2.692	45	381	2.459	1.190	9.290	46.540
URB	3.075	1.476	402	433	341	368	731	4.602	11.429	1.614	236	937	1.778	45	347	1.172	157	4.672	17.715
Intra-CRP	655.863	155.836	122.196	115.138	106.912	48.671	46.401	25.381											
Outros SP	102.170	41.768	14.368	9.700	29.973	17.701	7.323	3.948											
Região Norte	14.532	3.684	1.052	1.923	817	1.044	194	169											
Região Nordeste	512.133	35.125	41.035	22.479	16.408	11.235	9.811	3.997											
Minas Gerais	71.883	18.489	4.992	19.819	4.403	7.043	3.520	2.621											
Espírito Santo	6.572	882	580	950	399	182	182	43											
Rio de Janeiro	23.894	2.964	2.719	8.737	1.339	839	822	157											
Região Sul	49.793	24.204	5.625	7.373	14.614	7.737	4.662	2.043											
Região CO	24.311	9.218	2.119	4.134	2.644	2.550	1.307	545											
Interestadual	703.118	94.567	58.122	65.415	40.623	30.630	20.499	9.575											
Total	1.461.151	292.171	194.686	190.253	177.508	97.002	74.222	38.904											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 3 – Fluxos migratórios intra-regionais. Cidade-Região Paulista, 2005-2010

Região em 2005	Região em 2010																		Total
	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP	Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste	Inter-estadual	
RMSP	470.595	45.386	62.049	33.421	44.825	14.869	18.175	12.875	702.195	124.783	10.396	199.789	73.647	6.499	23.482	72.420	31.925	418.159	1.245.137
RMC	12.301	63.349	2.367	2.132	5.543	5.485	3.740	998	95.915	24.710	1.732	8.484	9.913	654	2.056	11.695	5.317	39.850	160.475
RMBS	16.674	2.567	46.350	2.886	2.151	1.055	1.123	313	73.117	10.014	505	12.498	3.777	626	2.258	7.147	1.998	28.807	111.938
RMVPLN	14.946	2.553	2.173	56.139	1.404	596	757	430	78.996	6.449	1.342	7.426	12.265	882	7.030	5.435	2.817	37.196	122.642
RMS	12.652	4.136	2.189	1.271	38.900	1.648	1.655	310	62.761	16.361	884	4.342	2.822	302	1.081	7.558	1.605	18.593	97.716
AUP	4.989	6.600	926	630	2.874	13.857	506	195	30.576	12.535	601	3.807	3.540	308	564	3.757	2.065	14.641	57.752
AUJ	5.326	4.077	463	711	1.294	521	13.796	579	26.766	4.270	357	2.670	1.684	173	502	2.736	874	8.996	40.032
URB	3.087	1.608	516	596	668	101	931	3.932	11.438	1.792	112	1.018	1.524	57	127	1.299	415	4.553	17.784
Intra-CRP	540.570	130.274	117.033	97.785	97.657	38.132	40.682	19.631											
Outros São Paulo	56.120	27.005	11.013	6.896	24.792	11.947	4.753	1.791											
Região Norte	10.668	2.368	1.384	1.699	718	989	541	203											
Região Nordeste	344.135	39.783	24.809	18.007	12.808	15.631	12.522	3.221											
Minas Gerais	58.068	19.658	3.971	14.926	4.255	6.877	4.213	2.310											
Espírito Santo	3.678	731	374	1.065	158	316	97	17											
Rio de Janeiro	25.460	3.487	2.471	7.902	1.350	809	391	341											
Região Sul	37.027	13.914	4.727	5.217	8.773	4.251	2.852	1.010											
Região CO	17.851	4.931	1.671	2.484	1.702	1.746	899	261											
Interestadual	496.887	84.872	39.408	51.301	29.765	30.618	21.516	7.363											
Total	1.093.577	242.152	167.454	155.983	152.214	80.698	66.952	28.785											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 4 – Composição da imigração, emigração e do saldo migratório por região metropolitana, segundo modalidade migratória. Cidade-Região Paulista, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Agglomerados Urbanos/ Ano		Imigração (%)					Emigração (%)					Saldo Migratório			
		Intrametro politana	Intra-CRP	Intraestadual	Interestadual	Total	Intrametro olitana	Intra- CRP	Intraestadual	Interestadual	Total	Intra-CRP	Intraestadual	Interestadual	Total
RMSP	1991	33,1	3,7	5,9	57	1.400.678	36,4	16,8	13,3	33,5	1.272.376	-161.752	-86.535	376.589	128.302
	2000	40,1	4,8	7,0	48	1.461.151	36,7	17,7	11,6	34,1	1.598.621	-212.648	-83.514	158.692	-137.470
	2010	43,0	6,4	5,1	45	1.093.577	37,8	18,6	10,0	33,6	1.245.137	-161.624	-68.664	78.728	-151.560
RMC	1991	18,3	25,8	17,0	38,8	287.667	42,6	18,3	20,1	19,0	123.705	51.648	24.091	88.223	163.961
	2000	22,3	31,0	14,3	32,4	292.171	37,0	19,6	18,1	25,3	176.241	56.160	9.806	49.964	115.930
	2010	26,2	27,6	11,2	35,0	242.152	39,5	20,3	15,4	24,8	160.475	34.359	2.295	45.022	81.676
RMBS	1991	26,7	30,4	7,0	35,9	153.678	41,1	23,3	11,0	24,5	99.804	23.453	-222	30.643	53.874
	2000	27,7	35,0	7,4	29,9	194.686	41,1	23,6	10,1	25,2	131.270	37.243	1.091	25.082	63.416
	2010	27,7	42,2	6,6	23,5	167.454	41,4	23,9	8,9	25,7	111.938	43.915	999	10.601	55.516
RMVPLN	1991	29,5	27,8	5,4	37,2	167.561	50,9	20,3	5,3	23,5	97.192	26.827	4.007	39.534	70.368
	2000	31,0	29,5	5,1	34,4	190.253	47,8	18,3	4,6	29,2	123.318	33.530	4.039	29.366	66.935
	2010	36,0	26,7	4,4	32,9	155.983	45,8	18,6	5,3	30,3	122.642	18.789	447	14.105	33.341
RMS	1991	18,4	31,0	20,0	30,5	153.441	42,0	26,7	18,0	13,3	67.131	29.692	18.702	37.916	86.311
	2000	22,5	37,7	16,9	22,9	153.376	40,3	23,8	15,8	20,1	75.185	43.239	14.260	20.692	78.191
	2010	25,6	38,6	16,3	19,6	152.214	39,8	24,4	16,7	19,0	97.716	34.896	8.431	11.172	54.498
AUP	1991	13,8	29,7	18,6	37,9	94.264	27,7	29,7	23,8	18,7	46.879	14.092	6.313	26.980	47.385
	2000	16,4	33,8	18,2	31,6	97.002	25,9	30,3	20,8	23,0	61.158	14.286	5.007	16.551	35.844
	2010	17,2	30,1	14,8	37,9	80.698	24,0	29,0	21,7	25,4	57.752	7.556	-587	15.977	22.946
AUJ	1991	28,2	27,2	10,5	34,0	69.796	47,9	28,0	11,1	13,0	41.138	7.473	2.792	18.393	28.658
	2000	27,4	35,1	9,9	27,6	74.222	43,8	25,3	10,9	20,0	46.540	14.238	2.235	11.209	27.682
	2010	20,6	40,2	7,1	32,1	66.952	34,5	32,4	10,7	22,5	40.032	13.916	483	12.521	26.920
URB	1991	11,0	49,2	8,6	31,2	30.480	24,8	47,7	9,3	18,1	13.491	8.568	1.356	7.065	16.989
	2000	11,8	53,4	10,1	24,6	38.904	26,0	38,5	9,1	26,4	17.715	13.952	2.333	4.903	21.188
	2010	13,7	54,5	6,2	25,6	28.785	22,1	42,2	10,1	25,6	17.784	8.193	-1	2.810	11.001
CRP	1991	28,4	14,0	8,9	48,7	2.357.564	38,1	18,7	13,6	29,7	1.761.717		-29.495	625.343	595.848
	2000	33,5	17,1	9,0	40,5	2.501.764	37,5	19,1	12,1	31,3	2.230.048		-44.742	316.459	271.716
	2010	35,6	18,9	7,3	38,3	1.987.813	38,1	20,2	10,8	30,8	1.853.474		-56.597	190.936	134.339

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 5 – Fluxos migratório da Região Metropolitana de São Paulo – 1986-1991

Região em 1995	Região em 2000																											Vagem Grande Paulista	Vagem Taboão da Serra	Vagem Itaquapeçuba	RMC	RMS	RMVPL	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	Total											
	Ararij	Barneri	Biritiba Mirim	Caiçiras	Cajamar	Campins	Cotia	Diadema	Embu das Artes	Embu-Guaçu	Fernaz de Vasconcelos	Francisco Morato	Franco da Rocha	Guaubajara	Guarulhos	Itapevira da Serra	Itapevi	Itaquapeçuba	Jandira	Jupiaçu	Mairiporã	Mauá	Mogi das Cruzes	Ocauco	Orizânia do Rio	Poá	Ribeirão Preto															Rio Grande da Serra	Salesópolis	Santana de Parnaíba	Santana do Campo	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul	São Lourenço da Serra	São Paulo	Suzano	Taboão da Serra
Ararij	12	0	0	0	8	0	0	35	0	19	48	60	534	50	0	688	0	0	73	183	0	0	161	19	0	445	25	79	166	0	0	377	279	0	3.271	83	53	402	4	47	0	42	631	122	663	4.687						
Barneri	54	0	85	84	1.244	133	9	18	20	44	46	11	115	57	1.213	79	1.220	8	48	43	0	0	1.250	428	0	22	20	5	0	2.514	43	24	14	0	593	45	18	0	10.008	355	265	246	730	81	132	29	1.839	1.263	5.143	18.253		
Biritiba Mirim	0	0	0	0	0	22	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	563	0	10	7	0	0	0	0	0	199	0	0	0	0	53	57	0	935	41	75	126	0	0	0	241	40	36	1.252				
Caiçiras	5	0	0	53	10	8	0	8	0	124	516	0	55	39	62	0	85	0	0	40	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	364	0	9	0	1.417	40	74	77	54	6	275	220	747	190	865	3.219			
Cajamar	0	0	94	36	0	6	0	0	0	8	21	0	8	0	3	56	0	0	0	117	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	685	8	0	0	1.260	119	36	11	65	12	423	0	666	167	688	2.781					
Campins	0	3.104	8	30	136	811	91	164	20	11	366	91	0	127	78	2.699	95	999	0	33	57	2.699	88	140	11	0	0	0	0	338	11	46	0	5	1.110	192	229	53	15.384	673	303	408	2.125	263	140	118	4.030	2.559	6.233	28.206		
Cotia	0	90	0	0	0	528	63	161	10	11	70	28	0	102	141	623	48	101	26	50	0	71	333	6	0	0	0	0	0	0	0	38	2	102	67	6	875	0	123	870	4.565	188	264	42	743	106	83	23	1.448	641	2.180	8.834
Diadema	0	98	0	40	21	269	63	228	60	125	148	121	16	589	201	51	365	52	36	0	383	106	204	3	0	101	85	0	24	68	1.185	9.222	78	17	2.173	258	105	42	16.836	1.305	908	901	1.315	553	515	173	5.730	2.392	13.348	38.397		
Embu das Artes	0	9	0	0	0	84	537	19	79	42	34	19	0	191	1.289	114	51	57	105	28	13	115	294	46	0	74	9	0	0	54	13	47	0	46	1.018	56	2.261	48	6.752	228	164	70	263	106	210	16	1.057	818	3.344	11.971		
Embu-Guaçu	0	65	0	10	18	29	18	53	25	0	0	0	16	35	228	9	0	13	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	174	0	6	301	6	11	0	1.080	186	135	8	26	72	0	0	427	220	672	2.400			
Fernaz de Vasconcelos	15	0	0	9	15	8	75	12	11	0	0	38	86	158	8	76	297	0	0	23	449	0	0	1.438	0	32	0	12	93	64	0	1.032	11.175	9	73	5.297	107	126	278	182	42	36	8	778	514	2.526	9.025					
Francisco Morato	99	20	0	660	24	36	0	52	32	0	97	0	767	0	58	0	14	0	9	0	38	42	182	0	0	0	45	39	122	35	0	552	17	0	0	2.946	873	91	126	293	75	305	98	1.562	602	2.884	7.695					
Franco da Rocha	12	0	0	1.123	23	34	16	9	9	69	25	651	0	200	9	17	35	0	0	118	82	0	179	0	0	0	0	0	0	10	0	0	493	37	24	0	3.185	303	237	105	228	62	321	97	3.182	524	2.503	7.564				
Guarulhos	32	0	0	0	7	0	0	19	10	0	0	36	0	0	81	0	0	0	0	219	0	0	0	0	0	35	109	0	8	0	0	123	11	0	0	691	46	44	631	8	0	0	10	738	74	368	1.870					
Guarulhos	2.933	214	0	163	108	355	60	229	235	86	384	281	297	43	104	272	4.253	188	0	370	256	743	383	0	242	221	87	21	647	99	290	478	43	5	6.340	460	54	20.835	2.081	1.503	2.684	1.520	612	497	1.311	10.208	7.263	28.388	66.615			
Itapevira da Serra	0	75	0	0	0	9	24	104	697	94	0	122	23	0	18	17	6	0	54	0	104	51	61	18	0	9	0	0	15	60	21	0	69	561	0	61	13	2.284	151	270	173	325	0	0	31	950	586	2.417	6.238			
Itapevi	0	878	0	49	30	478	160	32	54	0	9	10	9	105	0	0	1.211	20	47	40	14	948	9	0	0	0	0	0	0	256	44	46	0	5	268	0	8	11	4.740	294	178	75	661	88	225	23	1.545	661	2.518	9.465		
Itaquapeçuba	1.092	0	9	76	21	42	41	28	0	274	41	12	0	678	0	26	118	835	40	0	648	0	0	151	36	61	119	7	0	1.431	1.497	14	0	7.417	204	336	501	191	156	124	51	1.562	768	4.276	14.024							
Jandira	0	801	0	8	0	482	49	14	21	0	0	42	29	0	51	0	1.747	0	0	2	30	947	0	0	0	0	0	0	155	27	8	0	0	204	0	0	4.353	120	163	66	309	48	75	32	815	657	1.546	7.385				
Jupiaçu	0	0	11	0	0	8	63	0	9	20	0	0	0	18	86	0	0	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0	0	24	47	0	186	104	6	31	0	637	66	47	62	191	0	6	0	372	360	636	2.005				
Mairiporã	19	52	0	109	0	8	12	0	0	15	0	111	221	0	212	10	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49	9	0	5	339	0	0	1.095	238	120	180	60	24	33	607	1.283	319	554	3.250		
Mauá	46	63	0	20	0	112	37	151	0	0	188	60	74	0	146	0	19	10	43	0	63	118	107	0	14	2.534	432	8	82	3.236	1.121	330	0	1.097	771	10	0	10.863	1.171	851	297	445	405	285	248	4.103	3.109	9.930	28.005			
Mogi das Cruzes	157	74	868	0	0	117	0	0	23	16	198	0	0	44	199	185	12	36	427	0	10	24	104	0	382	19	0	433	124	0	147	25	0	1.341	1.469	57	0	6.492	288	467	1.535	257	142	91	62	2.842	1.153	4.795	15.281			
Ocauco	55	5.289	25	118	34	8.650	1.107	193	307	130	41	629	365	14	898	312	3.585	62	2.179	34	40	99	181	324	58	12	24	0	42	2.765	196	345	40	20	5.082	192	275	228	34.244	2.257	1.671	776	3.728	769	478	224	9.904	6.014	18.460	69.222		
Orizânia do Rio	0	0	0	0	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65	0	0	0	0	15	0	58	0	39	0	112	10	298	566			
Poá	105	0	39	0	0	0	0	0	0	957	23	11	30	93	9	0	1.069	11	0	0	8	530	36	0	9	0	10	22	0	21	0	0	477	1.192	0	0	4.654	61	61	238	45	0	71	0	476	398	1.044	6.572				
Ribeirão Preto	0	0	0	0	10	16	0	65	0	0	0	0	21	0	80	0	0	16	7	14	0	1.100	95	20	0	5	720	0	0	76	650	587	118	0	342	1.127	10	28	5.106	484	448	122	89	98	58	104	1.402	945	2.058	9.520		
Rio Grande da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	217	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	154	41	0	0	73	189	0	1.712	34	121	10	48	0	58	10	281		

ANEXO 8 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																							Total						
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Morungaba	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Bárbara do Oeste	Santo Antônio de Sumaré	Valinhos	Vinhedo	Intrametropolitano	RMSP	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ		URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual		
Americana		32	573	71	76	0	19	0	11	1.567	120	0	7.893	12	933	0	68	11.374	528	26	98	223	758	158	158	1.948	3.364	1.402	18.089	
Artur Nogueira	0		0	204	0	24	87	0	0	11	11	0	0	2	0	17	0	356	14	0	0	0	200	0	0	214	160	172	902	
Campinas	434	133		523	786	66	821	1.727	25	240	1.444	182	256	162	16.931	1.120	207	25.057	4.889	395	1.056	1.604	2.263	642	1.155	12.003	14.516	17.079	68.655	
Cosmópolis	0	276	197		7	0	0	0	0	0	137	0	36	0	22	42	0	718	50	28	21	14	96	0	0	209	241	338	1.505	
Indaiatuba	13	0	516	20		0	0	19	0	0	0	10	0	11	60	24	73	745	606	15	0	273	313	209	209	1.625	877	591	3.838	
Itatiba	70	27	291	0	8		0	0	261	38	39	0	0	0	8	92	72	905	198	74	8	91	88	337	544	1.340	497	500	3.243	
Jaguariúna	0	585	269	31	15	0		0	0	0	0	24	0	212	29	42	0	1.206	48	0	16	15	114	9	34	235	418	56	1.916	
Monte Mor	0	0	223	0	156	0	0		0	35	56	0	34	0	302	89	99	994	25	22	0	0	386	0	0	433	179	314	1.920	
Morungaba	0	0	88	0	46	210	0	0		0	75	0	0	0	0	0	0	419	0	0	0	0	22	58	80	160	62	722		
Nova Odessa	483	0	66	24	0	0	0	0	0		17	0	180	0	1.054	0	0	1.824	171	0	0	0	74	21	41	308	381	281	2.793	
Paulínia	0	0	469	349	0	22	25	6	0	78		0	81	4	168	7	0	1.209	61	0	5	29	34	0	13	143	303	255	1.909	
Pedreira	0	7	136	0	0	0	132	0	52	0	0		0	24	0	61	13	425	70	0	11	0	36	0	40	157	529	102	1.214	
Santa Bárbara Do Oeste	625	0	57	0	0	10	0	12	0	145	0	0		0	191	28	0	1.068	269	78	113	30	837	7	74	1.410	708	568	3.753	
Santo Antônio de Posse	0	78	16	0	0	0	256	0	0	0	92	31	0		0	19	0	492	34	0	0	0	8	8	8	50	467	52	1.061	
Sumaré	373	75	935	85	59	0	49	378	0	578	156	36	161	28				3.032	280	29	165	75	107	86	86	827	1.309	929	6.096	
Valinhos	4	0	1.128	17	0	111	24	0	0	0	14	0	0	0	270		526	2.093	263	0	17	147	57	58	100	641	365	560	3.660	
Vinhedo	0	0	170	0	34	44	20	19	0	0	0	0	0	0	95	423		805	73	0	4	44	6	202	202	531	368	227	1.931	
Intrametropolitano	2.001	1.211	5.133	1.323	1.188	487	1.432	2.162	349	2.693	2.161	283	8.641	456	20.062	2.061	1.079													
RMSP	2.637	757	15.186	1.231	6.290	1.984	455	2.194	197	1.252	736	320	3.814	215	13.307	946	1.490													
RMBS	171	12	1.130	180	94	186	9	30	0	20	51	4	103	0	258	173	12													
RMVPLN	97	11	1.158	10	165	38	46	0	9	112	153	8	68	0	237	106	0													
RMS	143	63	1.088	0	1.510	76	42	45	6	13	11	8	309	38	483	115	23													
AUP	403	653	1.827	285	601	30	6	284	20	145	169	14	1.169	12	566	31	65													
AUJ	69	13	1.188	0	557	784	36	153	58	18	37	0	93	0	601	248	449													
URB	17	65	689	213	65	278	19	0	76	22	78	0	56	15	7	8	22													
Intra CRP	900	817	7.080	689	2.994	1.393	158	512	170	330	500	34	1.798	65	2.152	681	570													
Outros SP	7.700	677	15.897	721	1.785	805	854	589	185	1.324	597	727	8.145	500	6.315	1.554	557													
Interestadual	5.598	2.580	47.266	2.557	8.062	3.008	1.404	2.359	203	2.112	2.543	826	8.186	704	19.204	3.518	1.580													
Total	16.199	5.286	75.376	5.290	14.029	5.693	3.848	5.622	908	6.459	5.801	1.870	26.770	1.724	47.734	7.814	3.786													

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 9 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																		Intrametr opolitano	RMSP	RMBS	RMVPL N	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadu al	Total				
	Americ ana	Artur Nogueir a	Campinas	Cosmó polis	Engenh eiro Coelho	Holamb ra	Hortolâ ndia	Indaiatu ba	Itatiba	Jaguari úna	Monte Mor	Morung aba	Nova Odessa	Paulínia	Pedreir a	Santa Barbára Do	Santo Antônio de	Sumaré													Valinho s	Vinhedo		
Americana	0	107	650	17	30	0	168	209	11	42	0	51	1.083	53	45	3.930	0	850	0	9	7.255	1.029	81	157	422	990	147	41	2.867	4.088	3.067	17.277		
Artur Nogueira	0	50	81	78	41	10	0	0	0	9	0	0	39	0	57	58	0	0	0	0	424	132	0	10	120	145	37	0	444	331	697	1.896		
Campinas	784	277		213	29	189	10.008	1.602	364	759	1.104	81	173	1.369	275	201	176	6.597	2.876	716	27.008	7.461	1.497	1.792	2.136	2.340	1.362	801	17.389	16.788	27.443	88.629		
Cosmópolis	27	465	219		5	33	11	9	0	30	22	0	0	292	0	50	0	8	0	0	1.142	167	11	39	20	233	38	11	519	283	833	2.778		
Engenheiro Coelho	0	322	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	330	28	0	25	31	96	0	0	179	100	176	785		
Holambra	0	613	12	21	0		25	19	0	7	0	0	0	0	0	0	26	0	8	0	731	7	0	0	52	18	0	0	77	202	103	1.114		
Hortolândia	91	55	1.285	0	110	0		44	0	0	346	0	120	84	37	48	0	980	65	11	3.186	440	31	81	42	160	43	16	813	952	854	5.805		
Indaiatuba	58	14	857	0	13	4	19		15	0	0	0	21	0	12	0	107	50	90	1.202	741	160	97	684	402	473	23	2.579	939	2.267	6.987			
Itatiba	0	14	354	30	0	0	18	10		0	0	132	10	9	49	0	0	90	0	715	562	67	112	21	95	574	430	1.860	497	1.418	4.490			
Jaguariúna	0	0	261	15	0	119	35	37	0		0	0	34	115	0	107	67	34	26	851	130	0	60	26	73	0	0	289	336	355	1.831			
Monte Mor	47	0	362	0	8	0	268	111	23	0		0	10	0	0	32	0	288	0	1.102	78	0	0	56	335	34	0	503	268	425	2.299			
Morungaba	0	0	34	0	0	0	0	213	0	0		0	0	15	0	0	0	54	0	318	12	0	168	9	0	23	118	330	169	34	851			
Nova Odessa	569	0	106	0	0	0	8	0	0	54	0		0	0	152	0	700	11	9	1.040	266	6	21	36	86	13	3	432	398	293	2.164			
Paulínia	90	173	385	285	3	0	88	0	0	45	0	0		0	84	0	251	0	9	1.324	112	39	162	42	66	8	0	430	294	894	2.943			
Pedreira	0	0	146	0	0	8	0	0	9	100	0	0		0	0	0	0	0	0	262	158	9	26	42	18	0	25	278	433	580	1.553			
Santa Bárbara Do Oeste	3.524	0	289	0	0	0	57	41	0	0	8	0	441	80	6	0	227	45	0	1.194	660	96	75	85	1.268	15	11	2.209	2.255	1.118	6.775			
Santo Antônio de Posse	9	52	162	71	0	69	0	0	0	68	0	0	7	7	0		17	12	0	467	10	25	0	32	50	0	0	118	306	140	1.031			
Sumaré	389	172	2.000	7	22	0	2.565	157	0	212	6	845	294	0	194	54		254	0	6.783	632	32	121	214	354	49	51	1.453	2.501	2.467	13.203			
Valinhos	0	0	1.334	0	0	0	136	0	175	0	36	75	36	25	0	19	0	163		2.429	193	29	51	152	79	436	16	956	488	831	4.704			
Vinhedo	0	0	746	0	5	0	106	43	0	0	9	0	8	0	0	41	899		1.858	139	20	44	112	58	320	45	740	333	608	3.539				
Intrametropolitano	5.589	2.264	9.262	740	304	463	13.417	2.346	853	1.060	1.781	345	2.727	2.308	558	4.778	421	10.297	4.399	1.301														
RMSP	4.781	1.297	17.620	1.214	401	68	5.271	8.829	3.530	1.550	1.463	212	1.360	1.712	658	3.890	187	7.207	1.996	3.085														
RMBS	242	230	1.037	332	0	0	361	399	166	90	0	0	33	87	21	179	0	272	136	177														
RMVPLN	69	30	1.128	38	21	0	106	215	48	41	0	4	17	63	0	124	25	205	165	172														
RMS	131	58	1.639	88	10	0	180	1.536	63	10	95	26	20	40	8	267	17	199	36	137														
AUP	745	512	2.210	334	343	30	284	393	37	48	260	0	116	96	48	1.304	37	780	143	153														
AUJ	61	0	1.140	0	17	38	238	610	856	24	31	35	10	84	9	85	0	277	191	444														
URB	0	0	386	100	0	0	12	41	428	0	62	129	10	19	12	24	14	147	71	22														
Intra CRP	6.028	2.126	25.161	2.106	793	135	6.452	12.024	5.129	1.764	1.910	406	1.567	2.099	755	5.873	280	9.087	2.738	4.190														
Outros SP	3.414	817	16.427	741	189	132	3.305	2.745	432	779	518	207	781	1.077	1.008	3.443	364	3.582	1.287	520														
Intraestadual	4.033	1.923	39.452	2.123	1.208	420	7.278	7.100	3.566	1.308	1.512	430	1.390	2.781	1.152	3.916	751	9.137	3.224	1.862														
Total	19.064	7.131	90.302	5.710	2.494	1.150	30.451	24.215	9.980	4.911	5.720	1.389	6.465	8.265	3.473	18.010	1.816	32.103	11.648	7.872														

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 10 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas – 2005-2010

Região em 2005	Região em 2010																				Intrametr opolitano	RMSP	RMVPL N	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadu al	Total		
	Americ ana	Artur Nogueir a	Campin as	Cosmóp olis	Engenh eiro Coelho	Holam bra	Hortolândia	Indaiatub a	Itatiba	Jaguari úna	Monte Mor	Morung aba	Nova Odessa	Paulínia	Pedreir a	Santa Barbára Oeste	Santo Antônio Posse	Sumaré	Valin hos	Vinhedo													
Americana		47	686	94	31	4	271	51	37	0	7	17	774	57	10	2.910	0	661	35	29	5.721	840	370	351	1.008	275	16	2.860	3.208	2.300	14.089		
Artur Nogueira	8		193	174	131	137	45	0	0	62	35	0	19	19	0	0	32	0	0	0	854	284	121	18	303	18	11	754	226	619	2.454		
Campinas	624	327		400	51	166	6.005	1.636	339	533	1.504	84	176	3.763	187	192	228	6.717	4.222	596	27.752	6.879	2.135	2.214	1.612	1.455	227	14.521	10.942	22.286	75.501		
Cosmópolis	53	437	89		15	75	50	47	10	0	0	0	10	373	0	0	28	62	10	0	1.260	114	188	7	132	43	0	484	341	768	2.853		
Engenheiro Coelho	0	135	19	11		10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0	198	90	68	0	91	0	0	250	196	476	1.120		
Holambra	0	262	13	37	5		11	0	0	177	0	0	0	0	0	4	69	0	33	0	611	47	0	139	26	0	0	212	375	177	1.375		
Hortolândia	53	31	994	28	33	0		85	65	0	913	6	33	198	0	24	9	1.477	62	0	4.011	244	74	159	68	59	0	604	1.567	1.116	7.298		
Indaiatuba	159	0	712	58	0	0	127		67	20	172	0	0	10	0	23	0	54	43	44	1.490	853	172	1.669	372	442	25	3.534	1.024	2.346	8.394		
Itatiba	58	38	323	0	0	0	26	0		21	16	151	0	0	0	0	0	28	154	0	814	594	222	114	47	430	179	1.586	409	1.449	4.258		
Jaguariúna	10	36	391	36	0	126	41	10	7		32	0	0	0	54	0	254	109	35	0	1.141	282	204	53	81	46	11	678	342	731	2.891		
Monte Mor	31	0	72	0	0	0	518	130	0	0		0	0	9	0	16	0	67	0	11	854	0	173	9	61	41	0	284	228	464	1.830		
Morungaba	0	0	23	0	0	0	9	0	153	0	0		0	0	23	0	0	0	9	0	217	22	22	0	0	70	68	182	73	211	683		
Nova Odessa	449	0	12	62	0	0	12	0	23	80	0	0		36	0	267	0	653	22	11	1.627	218	37	37	78	53	23	446	263	462	2.798		
Paulínia	67	57	575	421	36	16	154	21	0	34	0	3	10		0	16	0	450	9	0	1.870	55	131	69	51	0	21	328	468	757	3.422		
Pedreira	0	0	62	0	0	4	38	21	8	178	0	5	0	0		58	20	0	13	0	407	290	11	11	43	9	6	371	407	417	1.602		
Santa Bárbara Do Oeste	3.254	0	157	21	5	0	56	82	32	0	9	0	215	28	0		0	159	11	0	4.028	462	264	329	992	60	20	2.127	1.637	1.078	8.869		
Santo Antônio de Posse	0	58	61	0	0	104	0	0	0	77	0	0	0	0	24	10	0	19	0	0	353	0	0	0	21	15	10	46	293	107	799		
Sumaré	416	146	1.281	79	18	0	2.046	180	57	70	162	0	887	563	0	95	52		25	20	6.095	387	154	194	301	100	11	1.146	1.729	1.961	10.932		
Valinhos	65	0	1.112	56	0	9	161	10	97	0	82	0	35	44	11	37	0	215		656	2.591	387	61	20	131	403	26	1.027	761	1.510	5.889		
Vinhedo	32	8	428	9	0	0	60	20	48	0	0	0	0	62	0	0	0	0	788		1.455	256	91	149	66	533	32	1.127	220	617	3.419		
Intrametrropolitano	5.280	1.581	7.202	1.486	326	653	9.629	2.292	941	1.252	2.933	267	2.160	5.186	296	3.665	694	10.671	5.462	1.376													
RMSP	2.364	1.043	10.418	655	411	268	3.789	7.603	2.860	1.249	1.090	201	994	1.337	510	1.539	153	3.816	2.490	2.595													
RMBS	187	87	707	69	50	15	194	174	157	31	170	24	19	73	31	173	0	145	165	98													
RMVPLN	127	0	884	20	25	11	232	244	85	40	16	28	74	263	0	46	60	216	98	83													
RMS	392	41	844	9	65	5	668	970	97	128	93	0	62	74	66	98	0	377	118	27													
AUP	1.210	234	1.858	146	222	37	343	744	69	71	177	5	39	96	8	803	0	418	110	7													
AUJ	54	11	986	30	21	0	366	365	729	67	42	46	74	68	41	54	0	316	386	420													
Intra CRP	4.334	1.417	15.699	929	794	336	5.593	10.101	3.997	1.587	1.587	304	1.263	1.911	657	2.713	213	5.289	3.366	3.229													
Outros SP	2.660	561	8.858	270	215	413	1.770	1.961	759	729	329	116	556	910	590	2.257	241	2.208	602	999													
Interestadual	6.917	2.788	40.516	2.923	2.594	1.011	8.091	8.446	4.220	2.575	1.884	501	1.752	5.186	1.567	4.653	537	10.784	3.671	2.871													
Total	19.191	6.346	72.275	5.608	3.927	2.413	25.082	22.800	9.918	6.142	6.732	1.188	5.730	13.194	3.109	13.288	1.684	28.952	13.102	8.475													

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 11 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																		Total	
	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Perúbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Intrametropolitana	RMSP	RMC	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP		Interestadual
Cubatão		292	0	0	13	800	365	1.948	3.419	429	169	139	5	97	64	7	910	422	2.121	6.872
Guarujá	314		48	72	55	277	1.073	941	2.780	1.102	334	468	132	56	21	0	2.113	976	3.111	8.979
Itanhaém	0	125		133	130	79	117	141	725	607	0	178	254	19	17	0	1.075	649	323	2.773
Mongaguá	0	66	157		0	239	11	6	479	214	31	0	37	0	0	0	282	199	64	1.024
Perúbe	0	48	130	38		36	130	94	476	526	0	22	59	139	19	4	770	858	283	2.386
Praia Grande	69	233	132	234	86		565	1.125	2.443	823	0	71	214	141	26	17	1.291	686	747	5.167
Santos	1.295	2.619	468	238	424	3.785		14.922	23.750	9.225	1.860	1.725	919	620	446	160	14.956	5.763	15.667	60.136
São Vicente	423	492	124	144	109	3.668	2.022		6.983	928	209	363	170	152	73	3	1.897	1.436	2.150	12.467
Intrametropolitana	2.100	3.875	1.059	858	817	8.885	4.284	19.177												
RMSP	952	3.845	4.493	2.330	3.588	11.777	8.668	5.740												
RMC	143	35	64	16	76	170	510	157												
RMVPLN	18	246	138	35	198	266	416	333												
RMS	8	29	174	43	136	124	196	235												
AUP	20	87	15	101	57	40	191	88												
AUJ	9	0	36	0	6	223	47	211												
URB	68	31	31	19	14	144	34	115												
Intra CRP	1.219	4.274	4.952	2.544	4.074	12.743	10.062	6.879												
Outros SP	532	907	1.322	432	1.429	1.524	2.704	1.917												
Interestadual	6.166	12.405	1.711	785	2.196	6.101	15.066	10.680												
Total	10.016	21.461	9.044	4.620	8.516	29.252	32.116	38.653												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 12 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																			Total		
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Intrametropolitana	RMSP	RMC	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP		Interestadual	
Bertioga		14	59	0	20	9	0	114	0	217	557	238	95	37	7	0	9	942	166	358	1.683	
Cubatão	10		162	26	162	55	961	1.153	1.212	3.740	668	4.000	113	167	105	28	7	5.089	579	2.559	11.967	
Guarujá	649	93		290	115	191	808	1.829	998	4.974	1.974	5.616	570	136	42	40	67	8.445	1.576	6.020	21.015	
Itanhaém	0	0	52		141	335	109	77	112	826	1.044	934	95	150	134	86	14	2.458	786	528	4.598	
Mongaguá	0	0	14	178		61	241	53	82	629	583	664	72	171	29	28	12	1.559	308	204	2.700	
Peruíbe	0	38	48	267	159		80	231	148	972	1.158	1.134	39	127	68	16	10	2.552	915	781	5.220	
Praia Grande	34	250	404	447	472	350		751	1.448	4.157	2.186	4.568	294	142	130	34	85	7.439	1.636	1.700	14.932	
Santos	329	1.209	3.233	642	354	437	5.672		13.884	25.760	8.640	27.365	1.618	1.146	588	307	338	40.004	5.536	17.754	89.053	
São Vicente	0	722	652	414	493	391	5.895	4.155		12.721	2.015	13.239	641	292	193	71	14	16.465	1.777	3.137	34.100	
Intrametropolitana	1.022	2.327	4.624	2.263	1.916	1.831	13.766	8.362	17.885													
RMSP	3.028	536	4.405	8.989	6.511	6.209	18.475	7.030	5.006													
RMC	10	88	154	271	107	109	618	421	327													
RMVPLN	175	94	455	41	74	17	270	396	211													
RMS	72	105	185	82	391	131	583	432	126													
AUP	30	10	59	129	71	73	207	316	67													
AUJ	62	23	66	198	66	53	233	249	154													
URB	62	23	23	45	0	31	56	149	12													
Intra CRP	3.439	878	5.347	9.755	7.221	6.623	20.443	8.993	5.903													
Outros SP	512	667	2.000	1.512	819	2.014	2.600	2.515	1.728													
Interestadual	4.084	5.645	12.679	2.736	1.585	1.240	9.657	11.531	8.965													
Total	9.057	9.516	24.650	16.267	11.541	11.708	46.466	31.401	34.482													

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 13 – Fluxos migratórios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 2005-2010

Região em 2005																					Total
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Intrametropolitana	RMSP	RMC	RMVPL	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	
Bertioga		41	106	0	11	0	12	193	84	446	786	84	193	169	12	0	32	1.275	196	954	2.871
Cubatão	22		154	116	56	41	2.015	1.251	1.449	5.105	242	205	66	120	14	37	0	683	511	2.212	8.511
Guarujá	729	82		182	153	197	529	1.611	1.008	4.490	1.425	345	425	192	108	102	53	2.649	1.279	5.702	14.119
Itanhaém	48	45	89		164	158	353	211	101	1.170	1.161	245	158	80	132	183	26	1.986	1.090	1.240	5.486
Mongaguá	73	0	14	323		50	358	90	43	951	698	101	54	30	57	137	26	1.102	331	291	2.675
Peruíbe	27	29	39	163	37		286	210	47	838	1.283	220	48	248	124	57	79	2.058	930	1.281	5.107
Praia Grande	12	252	100	241	359	128		802	1.255	3.148	2.704	306	579	520	36	272	66	4.483	1.434	3.433	12.498
Santos	166	755	2.114	544	243	222	5.696		10.316	20.056	6.955	677	943	496	285	311	23	9.692	3.015	10.880	43.643
São Vicente	86	663	540	331	330	275	5.542	2.380		10.147	1.419	384	420	306	278	25	8	2.839	1.228	2.813	17.027
Intrametropolitana	1.163	1.866	3.155	1.901	1.353	1.072	14.791	6.747	14.302												
RMC	3.202	631	3.194	9.457	7.758	4.755	20.664	7.243	5.146												
RMBS	24	107	201	401	45	49	678	446	416												
RMVPLN	262	173	298	124	118	92	93	621	392												
RMS	162	49	97	274	209	42	512	436	409												
AUP	51	0	82	90	32	31	321	267	51												
AUJ	0	9	48	79	30	8	185	51	52												
URB	39	0	55	33	0	29	223	107	31												
Intra CRP	3.740	971	3.974	10.458	8.192	5.006	22.676	9.170	6.496												
Outros SP	246	260	1.157	1.102	422	1.231	2.431	2.569	1.596												
Interestadual	3.010	4.492	5.428	1.747	553	1.115	7.333	8.569	7.160												
Total	8.158	7.588	13.714	15.207	10.520	8.424	47.231	27.056	29.555												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 14 – Fluxos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																																												Intrametropolitana	RMS	RMC	RMBS	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	Total
	Arviás	Banama	Caçapava	Cachoeira Paulista	Campos do Jordão	Caraguatatuba	Cruzeiro	Cunha	Guaratininguá	Igaratá	Ilhabela	Jacareí	Jambêiro	Lagoinhas	Lavrínia	Loirena	Monteiro Lobato	Natividade da Serra	Parabuna	Pindamonhangaba	Piquete	Queluz	Redenção da Serra	Rosário	Santa Branca	Santo Antônio do Sapucaí	São Bento do Sapucaí	São José do Barreiro	São José dos Campos	São Luiz do Paraitinga	São Sebastião	Silveiras	Taubaté	Tremembé	Ubatuba																					
Aparecida	0	0	17	16	49	0	42	986	0	0	31	0	9	0	80	0	0	15	217	0	0	8	150	0	0	0	0	18	20	0	15	10	0	0	255	68	0	255	14	0	4	0	341	0	16	611										
Arviás	0	20	36	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	35	25	0	0	0	0	0	55	0	0	0	0	0	18	20	0	15	10	0	0	255	68	0	255	14	0	4	0	341	0	16	611										
Banama	5	0	18	0	0	0	0	5	0	4	44	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51	0	0	36	9	0	0	187	130	28	187	0	26	0	0	370	0	449	1.007									
Caçapava	0	0	0	0	144	0	80	32	0	0	67	9	0	0	0	3	64	0	67	6	0	0	0	0	5	0	5	0	688	9	0	21	548	70	30	1.843	335	57	1.843	50	0	0	11	2.785	127	461	4.599									
Cachoeira Paulista	0	9	65	0	77	57	196	17	79	0	0	11	0	0	31	329	0	20	22	90	14	0	0	5	0	0	146	0	18	101	11	7	0	1.307	447	16	1.325	0	0	0	0	1.788	37	189	3.284											
Campos do Jordão	0	0	43	0	0	0	0	0	0	5	69	0	0	0	42	0	0	0	132	0	6	0	0	0	0	108	37	0	216	0	0	66	0	24	748	291	10	845	54	61	12	0	1.273	183	371	2.391										
Caraguatatuba	0	0	14	0	27	10	0	6	17	24	13	0	0	78	0	70	166	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11	0	511	0	206	0	20	29	1.341	712	157	1.399	51	50	6	26	2.403	181	375	4.119										
Cruzeiro	30	9	9	269	0	102	55	421	0	82	5	4	70	0	247	296	0	0	140	0	26	0	5	0	0	0	0	314	0	30	197	58	151	2.045	408	129	2.149	20	0	59	7	2.772	9	1.032	5.850											
Cunha	24	0	16	36	0	125	55	421	0	82	5	4	70	0	247	296	0	0	140	0	26	0	5	0	0	0	0	314	0	30	197	58	151	2.045	408	129	2.149	20	0	59	7	2.772	9	1.032	5.850											
Guaratininguá	0	7	8	130	58	27	34	231	5	0	72	0	23	55	722	0	4	0	731	10	0	0	67	4	0	0	21	385	0	0	284	60	100	3.037	845	46	3.959	108	0	32	4.989	401	1.297	9.323												
Igaratá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	2	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	92	0	160	88	0	160	25	0	0	51	324	0	51	336										
Ilhabela	0	0	0	0	167	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	12	180	0	39	0	424	4	0	444	0	0	0	0	448	43	176	1.048											
Jacareí	0	0	148	92	58	287	96	0	8	145	0	0	0	0	15	0	60	165	0	14	24	118	0	10	0	2.020	0	0	248	28	76	3.613	1.814	224	3.702	96	80	15	27	5.957	349	1.834	11.393													
Jambêiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	76	0	0	18	0	0	141	59	0	141	0	0	0	0	200	0	31	372											
Lagoinhas	0	0	0	0	0	0	83	100	0	0	0	0	0	0	0	0	27	16	62	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	0	133	13	46	506	46	0	515	0	0	0	0	561	41	11	1.077											
Lavrínia	0	0	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	19	0	0	132	230	0	137	23	0	8	0	398	36	259	789												
Loirena	14	18	17	108	0	3	119	34	432	0	6	7	61	0	5	5	0	261	261	0	51	2	0	0	0	443	0	15	10	350	33	140	2.392	502	131	2.492	0	0	14	0	3.138	24	868	6.397												
Monteiro Lobato	0	0	36	0	6	0	0	18	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0	43	0	150	0	0	0	0	0	0	283	8	0	283	0	0	0	0	291	0	24	598												
Natividade da Serra	0	0	0	0	0	245	0	0	0	0	21	0	0	0	69	0	0	69	0	93	0	0	0	0	0	26	6	18	0	262	0	65	805	60	0	805	0	0	0	0	865	14	11	1.681												
Parabuna	0	0	17	0	0	99	0	0	57	14	6	93	21	0	0	0	5	43	10	0	0	13	0	9	0	0	0	505	31	50	0	48	0	22	1.044	107	21	1.054	0	0	0	0	1.182	22	71	2.297										
Pindamonhangaba	0	21	118	61	106	0	47	5	233	0	0	6	85	3	68	12	0	0	17	38	85	0	55	5	267	36	21	0	511	306	46	2.154	678	135	2.387	11	83	0	30	3.324	204	1.074	6.552													
Piquete	0	0	23	43	0	0	140	0	132	0	6	29	0	0	335	0	0	11	13	0	4	0	0	0	0	320	0	0	33	0	0	1.089	191	8	1.103	12	0	0	0	1.315	39	471	2.874													
Queluz	59	0	0	0	23	110	5	8	0	0	8	0	5	113	16	0	122	0	0	0	0	0	0	0	45	0	5	0	5	0	10	528	90	0	528	0	0	0	0	618	99	86	1.233													
Redenção da Serra	0	0	160	0	0	0	0	0	0	42	0	0	0	0	12	15	0	0	0	3	0	0	0	0	85	24	0	0	437	0	0	775	29	0	775	38	0	0	0	843	0	0	1.618													
Rosário	0	0	4	0	0	32	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	118	0	0	216	0	0	0	0	216	2	70	404													
Santa Branca	0	0	27	0	0	91	0	0	0	121	0	0	0	0	9	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	90	0	5	20	0	0	392	139	0	392	0	0	0	0	530	103	50	972													
Santo Antônio do Pinhal	0	0	8	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	124	0	0	91	0	0	336	5	0	350	0	8	0	8	363	42	46	744													
São Bento do Sapucaí	0	0	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	18	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	169	0	0	40	0	0	580	9	0	580	0	32	0	0	621	20	182	1.383													
São José do Barreiro	35	86	24	0	0	5	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	19	0	0	0	0	55	0	0	2	0	0	301	57	0	304	0	0	0	0	361	46	178	840														
São José dos Campos	0	4	599	0	145	820	233	19	188	113	14	1.548	145	15	0	212	463	97	374	749	92	58	21	4	46	63	274	0	493	466	159	7.566	2.403	846	8.224	615	217	139	258	12.702	1.572	9.076	29.343													
São Luiz do Paraitinga	0	0	45	0	0	6	21	13	8	0	0	5	27	0	0	67	0	37	0	0	9	9	0	0	0	54	0	0	400	41	126	859	48	0	871	0	0	0	0	919	121	33	1.811													
São Sebastião	0	0	25	0	0	364	0	0	0	49	109	0	0	11	0	0	10	0	0	3	0	0	0	0	108	0	0	11	0	33	723	407	59	881	0	0	33	10	1.390	265	431	2.544														
Silveiras	25	0	0	106	0	12	9	0	0	11	0	0	14	29	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	290	29	0	328	0	0	0	0	356	0	23	669														
Taubaté	25	20	314	35	89	101	68	90	240	0	9	96	17	34	0	252	0	62	15	1.207	17	3	337	41	25	87	42	24	774	128	11	8	6.692	1.612	266	6.976	206	173	20	24	9.277	652	2.081	18.050												
Tremembé	0	0	11	0	0	125	0	0	0	92	0	0	0	0	0	0	51	55	0	0	0	0	0	0	21	23	0	0	414	0	0	847	70	0	847	0	11	0	11	929	49	124	1.900													
Ubatuba	0	0	79	0	51	234	0	42	0	28	3	0	0	0	11	0	4	78	92	0	0	14	0	6	0	183	55	85	0	96	28	1.090	299	98	1.223	23	11	0	16	1.670	156	807	3.567													
Intrametropolitana	218	173	1.909	932	945	3.060	1.271	635	3.091	294	160	2.612	336	206	518	2.866	598	451	971	4.247	475	189	570	491	210	383	387	63	8.115	386	779	294	5.077	3.516	1.513																					

ANEXO 17 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																							Total				
	Araçoiaba da	Boituva	Capela do Alto	Cerquillo	Cesário Lange	Ibiúna	Iperó	Itapetininga	Itu	Mairinque	Piedade	Pilar do Sul	Porto Feliz	Salto	Salto de Pirapora	São Miguel Arcanjo	São Roque	Sarapuá	Sorocaba	Tapiraí	Tatui	Tieté	Votorantim		Intrametropolitana	Intra CRP	Outros SP	Interestadual
Araçoiaba da Serra	0	0	112	0	0	0	15	0	40	0	0	6	0	0	48	0	0	0	339	0	51	0	31	641	22	40	76	779
Boituva	0	0	0	11	35	0	29	34	22	0	0	171	0	0	11	0	0	158	0	48	52	40	611	283	220	163	1.277	
Capela do Alto	49	0	0	0	0	0	5	16	0	0	0	0	0	0	0	0	41	77	0	7	32	5	232	66	35	11	344	
Cerquillo	0	25	0	0	50	0	0	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	168	90	0	406	179	308	52	945	
Cesário Lange	0	0	0	187	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	30	0	78	0	0	298	127	84	79	589	
Ibiúna	0	0	0	0	0	0	0	32	109	133	7	0	0	0	0	105	5	141	0	0	0	58	588	882	214	448	2.132	
Iperó	153	92	0	0	0	0	0	11	0	0	0	12	0	0	0	0	4	139	0	27	12	0	450	133	20	0	603	
Itapetininga	32	124	99	115	24	0	39	20	28	35	59	22	30	129	147	6	125	330	0	474	6	54	1.899	1.471	1.745	586	5.702	
Itu	6	28	17	17	13	46	3	80	59	0	0	73	808	47	0	55	0	366	1	148	22	23	1.808	2.215	1.343	1.385	6.752	
Mairinque	12	86	31	12	0	0	47	0	0	0	51	0	0	0	0	205	0	592	0	79	0	77	1.191	405	207	366	2.169	
Piedade	86	0	45	0	0	69	0	0	76	9	0	58	0	0	331	8	73	0	345	41	0	26	1.482	506	133	90	2.211	
Pilar do Sul	0	0	20	0	0	0	0	59	19	85	0	38	0	185	230	0	28	16	4	0	0	3	689	103	105	42	938	
Porto Feliz	0	180	0	51	0	0	9	0	207	0	0	0	0	168	0	71	0	0	57	0	10	83	836	506	327	224	1.893	
Salto	5	8	0	0	0	4	0	424	0	0	0	68	0	0	0	0	0	22	0	40	0	5	577	1.925	387	579	3.467	
Salto de Pirapora	23	0	0	0	0	0	44	32	19	0	68	0	0	0	0	0	6	146	10	11	0	17	378	77	87	102	644	
São Miguel Arcanjo	0	0	0	51	0	0	0	218	0	0	34	358	37	0	78	0	94	25	0	12	0	82	988	269	342	151	1.749	
São Roque	13	0	0	0	0	116	6	28	76	611	128	0	12	53	12	4	269	0	53	0	0	0	1.380	1.785	486	439	4.091	
Sarapuá	0	0	7	0	0	0	0	89	0	15	72	0	0	105	0	0	102	0	0	0	0	77	468	39	6	3	515	
Sorocaba	789	53	234	26	29	149	438	603	392	337	187	302	266	62	1.048	240	218	101	102	110	343	43	3.528	9.500	5.153	4.189	3.534	22.375
Tapiraí	0	0	5	0	0	19	0	26	0	0	73	0	16	0	25	13	0	0	78	0	14	0	269	119	181	61	631	
Tatui	40	169	103	121	211	0	52	214	17	73	23	0	20	11	0	12	3	299	0	0	182	98	1.649	781	921	360	3.711	
Tieté	19	69	0	301	23	0	0	0	0	0	0	6	11	0	20	0	4	64	0	72	0	0	590	794	309	101	1.794	
Votorantim	132	0	0	0	0	54	0	7	0	77	59	19	8	71	57	0	13	796	0	0	0	0	1.292	92	363	72	1.819	
Intrametropolitana	1.360	833	673	890	386	399	747	1.416	1.391	1.244	859	921	802	1.110	2.120	809	673	428	4.399	167	1.634	548	4.414					
RMSP	741	1.319	272	763	414	2.569	619	2.522	3.017	1.549	681	506	977	1.665	1.189	460	3.133	138	10.705	104	2.582	785	1.460					
RMC	62	56	6	148	16	11	44	166	382	33	69	0	52	394	36	152	215	10	693	14	98	123	10					
RMBS	44	0	0	62	19	88	48	127	265	40	81	0	6	179	53	11	74	0	510	9	75	21	124					
RMVPLN	11	44	0	0	15	61	0	78	144	50	35	0	43	57	0	0	126	0	618	0	0	0	89					
AUP	27	78	12	31	32	31	18	133	168	103	0	0	105	244	9	16	66	13	206	0	160	431	72					
AUJ	0	50	0	44	0	11	0	5	253	95	39	0	31	278	27	14	11	0	314	4	53	5	18					
URB	0	72	0	0	0	28	0	23	71	0	0	0	14	0	0	0	20	0	24	0	0	0	0					
Intra CRP	884	1.618	290	1.047	497	2.798	730	3.055	4.299	1.870	905	506	1.227	2.817	1.314	653	3.646	161	13.070	131	2.968	1.366	1.774					
Outros SP	371	510	196	765	372	377	270	3.058	1.929	638	696	354	684	1.779	741	599	571	103	10.810	274	2.019	738	2.900					
Interestadual	511	1.202	183	536	545	1.679	583	1.790	5.729	3.408	929	302	1.268	6.120	811	430	2.477	194	12.889	85	1.166	666	3.334					
Total	3.126	4.163	1.342	3.238	1.800	5.252	2.330	9.318	13.349	7.159	3.389	2.083	3.982	11.825	4.986	2.491	7.368	885	41.168	658	7.787	3.318	12.422					

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 18 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba –1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																											Total										
	Alambari	Alumínio	Araçaguama	Araçoiaba da Serra	Boituva	Capela do Alto	Cerquillo	Cesário Lange	Ibiúna	Iperó	Itapetininga	Itu	Jumirim	Mairinque	Piedade	Pilar do Sul	Porto Feliz	Salto	Salto de Pirapora	São Miguel Arcanjo	São Roque	Sarapuí	Sorocaba	Tapiraí	Tatuí	Tietê	Votorantim		Intrametropolitana	RMS P	RMC	RMS	RMV PLN	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP
Alambari	0	0	0	0	6	0	0	0	0	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	39	0	0	126	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	131
Alumínio	0	25	0	0	0	0	0	0	0	0	34	0	137	11	0	54	0	0	24	39	7	254	0	0	0	21	605	43	0	0	0	12	0	0	55	238	120	1017
Araçaguama	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	35	0	109	0	50	0	16	0	0	83	0	0	0	0	46	358	119	0	0	0	0	47	0	166	92	90	706	
Araçoiaba da Serra	0	0	0	23	119	9	0	0	0	12	0	0	19	10	0	23	78	0	0	26	642	0	122	0	36	1118	130	117	12	0	19	0	0	279	93	116	1606	
Boituva	0	0	0	0	10	42	6	0	151	37	135	0	0	0	0	31	12	0	22	0	297	9	86	57	38	932	219	132	42	0	86	48	20	548	311	417	2209	
Capela do Alto	22	0	0	19	20	0	0	0	30	60	0	0	0	0	0	0	25	0	0	15	86	0	217	0	0	494	43	0	0	0	0	0	43	66	55	658		
Cerquillo	0	0	0	0	9	0	13	0	0	26	0	61	0	0	49	37	10	0	0	44	0	78	293	0	639	85	19	0	8	113	0	0	225	221	205	1290		
Cesário Lange	0	0	0	0	13	234	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83	0	245	0	0	582	81	0	0	0	37	0	0	118	106	265	1071		
Ibiúna	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	354	0	8	0	44	173	0	199	39	0	7	877	1017	57	48	73	0	0	22	1217	361	693	3148		
Iperó	0	0	0	332	22	0	0	0	0	59	0	0	0	0	0	28	0	0	0	6	310	0	26	0	782	80	0	0	0	10	0	90	76	88	1036			
Itapetininga	150	22	0	0	62	46	167	11	0	17	0	8	0	17	97	33	12	0	196	23	112	551	0	457	95	2183	725	163	152	75	149	43	16	1324	2459	841	6806	
Itu	0	0	20	15	98	37	0	20	0	35	101	0	32	5	0	362	1766	16	0	21	0	708	0	91	46	3480	970	723	191	93	419	268	0	2664	1376	2250	9771	
Jumirim	0	0	0	0	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	0	0	8	0	8	28	0	104			
Mairinque	0	203	64	0	14	0	0	51	29	57	190	0	0	0	0	54	0	0	486	55	279	0	0	46	1529	585	66	79	91	0	18	0	840	237	646	3253		
Piedade	0	5	0	21	0	11	27	0	275	11	0	32	0	0	82	0	0	95	0	17	4	507	34	20	0	1558	258	53	37	59	70	0	0	476	365	466	2865	
Pilar do Sul	0	0	0	0	12	0	0	0	0	48	9	0	0	167	0	0	159	262	0	37	163	76	0	83	1015	55	137	34	0	30	0	0	255	123	39	1432		
Porto Feliz	0	0	0	27	151	0	105	22	0	40	0	227	6	18	33	0	206	0	47	0	0	363	0	21	63	10	1339	287	467	11	29	115	51	0	960	339	348	2987
Salto	0	0	0	0	118	0	0	0	0	4	0	726	0	74	7	0	72	0	0	0	0	156	0	68	103	28	1355	277	930	27	130	159	207	0	1729	608	1413	5104
Salto de Pirapora	0	10	0	45	0	17	0	0	0	0	50	0	48	135	41	0	0	0	15	354	0	10	0	217	942	158	82	0	50	60	25	0	374	160	114	1591		
São Miguel Arcanjo	17	0	0	20	0	15	0	0	0	318	0	31	12	33	305	75	0	134	0	45	109	6	22	0	100	1241	1147	104	111	31	11	39	12	1453	483	2210	5386	
São Roque	0	131	71	0	0	0	34	0	190	104	0	19	0	847	0	28	0	0	0	4	316	0	27	0	69	1840	1417	68	59	44	44	25	14	1671	478	853	4843	
Sarapuí	6	0	0	0	9	0	0	0	0	128	0	0	0	68	0	0	87	29	0	0	142	0	0	53	522	62	0	0	0	0	0	62	51	29	663			
Sorocaba	40	180	121	912	156	208	40	36	72	804	673	449	0	146	400	197	292	180	1024	142	277	141	0	3403	10473	3405	1208	1165	664	493	190	73	7198	5147	7333	30151		
Tapiraí	0	0	0	0	0	0	0	15	0	33	7	0	0	162	11	0	29	0	0	0	100	0	0	0	357	30	22	27	0	0	0	0	80	56	66	559		
Tatuí	0	0	0	9	132	139	216	160	0	36	458	54	9	0	0	110	22	0	18	0	0	338	0	146	29	1876	647	68	58	91	162	35	30	1091	1550	540	5057	
Tietê	0	0	0	0	4	345	0	0	0	109	11	28	0	0	0	83	0	0	0	0	99	0	86	0	765	116	107	0	22	198	0	13	456	170	258	1649		
Votorantim	0	39	0	143	0	4	29	0	63	0	57	5	0	14	210	20	24	74	304	10	26	26	1821	0	2938	172	38	53	0	20	0	16	299	512	473	4222		
Intrametropolitana	234	600	302	1209	1101	686	1305	268	684	1261	2248	1982	81	1513	1464	1004	1318	2385	1930	769	1167	510	7921	278	2041	912	4818											
RMS P	206	313	1256	956	2348	403	1424	365	3023	1847	3763	4043	94	1504	963	686	973	2555	1547	316	3099	293	16879	417	3095	1020	1136											
RMC	10	32	26	0	122	0	123	8	64	136	221	611	0	66	40	6	193	507	38	53	68	12	1444	29	357	102	68											
RMBS	0	29	7	57	66	9	121	21	75	58	184	82	0	112	34	0	14	138	20	22	119	0	876	0	67	21	238											
RMVPLN	0	0	5	26	37	0	40	23	9	42	155	56	0	11	20	0	0	140	23	49	70	0	460	0	42	82	25											
AUP	0	10	4	30	83	13	166	160	0	9	174	198	76	0	25	0	59	306	8	17	88	5	784	10	126	253	7											
AUJ	0	29	7	21	30	0	15	8	0	113	404	0	0	0	0	117	97	0	86	84	5	276	0	67	23	40												
URB	0	0	14	0	27	0	0	4	19	11	33	0	0	10	0	0	58	0	31	0	0	104	0	7	0	24												
Intra CRP	216	412	1319	1090	2712	425	1874	592	3183	2112	4621	5426	170	1692	1092	692	1357	3801	1636	574	3528	315	20824	456	3760	1500	1539											
Outros SP	139	163	105	328	1274	200	912	427	791	365	3469	1974	85	622	504	142	679	1144	485	468	679	114	10045	333	2609	585	1330											
Interestadual	109	578	760	278	1536	147	1369	364	1848	440	1270	5075	64	1358	1207	450	1488	2906	677	278	1941	68	11994	184	1238	1154	1840											
Total	699	1753	2487	2905	6623	1458	5460	1652	6506	4178	11608	14457	400	5185	4267	2288	4842	10236	4728	2089	7316	1008	50783	1252	9649	4152	9527											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 19 – Fluxos migratórios Região Metropolitana de Sorocaba –2005-2010

Região em 2005	Região em 2010																				Intrametropolitana	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	AUP	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	Total									
	Alambari	Alumínio	Araçatuba	Araçoiaba da Serra	Boituv	Capela do Alto	Cerquilho	Cesário Lange	Ibiúna	Iperó	Itapetininga	Itu	Jumirim	Mairinque	Piedade	Pilar do Sul	Porto Feliz	Salto	Salto de Pirapora	São Miguel Arcanjo													São Roque	Sarapuí	Sorocaba	Tapiraí	Tatui	Tietê	Votorantim		
Alambari	0	0	0	0	24	0	0	0	0	22	0	0	0	0	53	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	115	23	0	0	0	0	4	26	36	0	177			
Alumínio	0	0	28	0	0	5	0	10	29	0	0	129	0	0	0	0	0	0	0	0	9	5	851	0	0	0	0	1.117	72	41	0	9	15	0	137	69	158	1.480			
Araçoiaba da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0	0	89	288	7	29	0	18	20	363	7	187	646			
Boituv	0	0	10	9	160	0	0	0	83	0	0	0	25	0	14	89	0	14	89	0	54	198	0	0	0	0	0	708	23	21	0	0	0	0	44	54	101	907			
Capela do Alto	0	0	0	73	5	89	6	11	209	65	74	8	0	6	0	21	0	9	0	0	0	246	0	70	49	9	0	949	460	49	37	21	98	56	720	205	541	2.415			
Cerquilho	22	0	0	20	0	8	0	0	25	43	0	0	0	0	53	20	56	33	0	73	91	0	123	0	0	0	567	67	10	14	0	53	0	161	72	42	842				
Cesário Lange	7	0	0	136	5	119	0	45	20	8	57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	81	6	97	225	90	911	101	68	66	97	97	22	451	327	502	2.192				
Ibiúna	5	0	0	35	0	228	0	0	29	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	125	12	91	56	0	589	23	6	10	10	54	19	123	391	194	1.296				
Iperó	0	4	33	24	28	0	24	22	0	19	0	47	2	79	203	0	0	0	45	0	293	4	494	9	10	0	40	1.379	859	92	122	34	0	12	36	1.154	424	857	3.813		
Itapetininga	0	0	0	64	302	25	19	0	0	0	0	0	0	0	0	9	25	0	0	0	0	190	0	95	0	10	0	741	127	38	0	11	26	0	202	435	148	1.527			
Itu	141	12	0	116	55	58	141	76	10	75	88	15	6	0	44	64	31	10	313	0	140	1.036	0	247	41	47	2.764	697	461	132	138	232	139	25	1.824	2.333	1.076	7.998			
Jumirim	0	5	20	0	51	0	20	0	7	29	47	3	123	0	0	58	358	9	0	0	0	270	0	71	39	91	1.201	1.073	235	88	0	116	223	20	1.756	732	2.117	5.806			
Mairinque	0	0	0	0	0	11	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	0	0	56	0	0	0	0	53	0	53	0	0	108			
Piedade	0	99	84	36	0	0	0	0	31	38	0	82	0	0	0	10	82	0	0	458	0	521	0	0	0	48	1.490	448	168	11	6	7	6	646	163	498	2.796				
Pilar do Sul	0	27	29	0	35	0	5	47	10	32	0	0	0	0	41	0	0	86	0	22	37	604	70	44	0	469	1.558	273	75	0	83	12	0	442	280	307	2.588				
Porto Feliz	24	11	0	39	11	0	169	0	0	25	18	28	0	25	37	0	0	190	111	0	129	303	15	0	84	112	1.331	37	61	10	5	0	56	10	179	130	139	1.779			
Salto	5	0	0	65	384	0	8	5	0	115	88	142	3	0	11	0	0	0	0	14	0	414	0	58	32	10	1.834	153	252	21	6	34	32	0	497	404	404	2.689			
Salto de Pirapora	0	0	12	0	0	0	0	0	54	16	510	0	0	12	0	21	0	0	20	0	58	0	23	33	59	1.817	317	667	101	105	95	156	11	1.454	587	896	3.754				
São Miguel Arcanjo	3	0	0	96	70	6	4	0	21	61	14	0	0	106	60	0	24	0	21	0	127	514	6	31	27	161	1.352	69	92	0	0	0	88	0	249	116	487	2.204			
São Roque	16	21	0	0	80	0	108	0	0	10	279	73	13	45	16	118	9	0	122	0	41	81	15	29	10	148	1.234	523	194	75	40	38	66	24	960	421	644	3.259			
Sarapuí	0	106	161	0	0	10	6	179	0	15	29	0	590	88	0	10	8	0	0	0	0	505	3	102	0	48	1.861	1.464	93	336	82	0	114	53	2.142	599	809	5.411			
Sorocaba	9	0	0	71	0	22	0	7	11	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	0	0	0	0	169	105	0	18	0	0	25	0	149	22	101	441			
Tapiraí	70	184	45	1.520	473	296	139	36	130	1.111	566	345	8	225	384	170	246	150	666	67	182	62	58	472	82	3.471	11.158	4.160	1.300	1.005	441	305	567	12	7.790	6.024	6.787	31.758			
Tatui	0	0	0	0	0	13	0	22	30	0	0	0	0	0	72	0	0	0	9	0	0	62	0	0	0	31	240	65	0	10	0	0	48	0	123	91	93	547			
Tietê	5	5	0	45	219	70	225	262	0	127	259	63	4	0	0	12	12	0	15	6	0	268	0	65	38	1.698	685	81	81	48	22	0	17	933	1.494	845	4.970				
Votorantim	0	0	0	0	23	5	125	9	0	10	0	18	83	0	0	23	47	57	0	0	0	18	0	55	0	474	255	77	23	24	366	0	0	745	349	299	1.867				
Intrametropolitana	315	539	422	2.458	1.949	685	1.338	568	458	2.135	1.587	1.559	204	1.293	1.234	567	552	796	1.655	605	1.028	717	8.581	213	1.634	793	5.013	2.949	284	48	0	110	26	8	63	538	597	362	4.447		
RMS	178	267	1.206	1.312	1.928	377	1.743	449	3.525	1.508	1.664	3.370	56	1.050	1.015	263	835	2.596	971	203	2.663	296	12.694	213	2.950	630	863														
RMC	13	49	53	129	315	25	121	12	36	459	287	499	0	36	27	51	125	1.241	68	36	79	5	1.407	31	127	78	234														
RMBS	0	24	13	80	60	16	48	11	76	39	157	165	0	0	88	23	162	66	18	80	28	712	15	203	8	36															
RMVPLN	0	4	0	57	95	15	0	17	38	172	90	62	13	28	51	32	13	7	0	48	19	538	6	37	47	13															
AUP	0	10	0	8	202	0	274	30	27	248	119	42	102	0	7	0	247	47	70	0	26	0	777	0	212	413	14														
AUJ	3	0	28	20	8	0	40	23	9	64	96	167	0	62	12	0	102	190	18	0	91	9	185	0	80	26	63														
URB	5	0	20	0	0	0	0	54	31	9	47	0	41	0	8	0	32	11	0	83	0	250	12	32	33	0															
Intra CRP	199	355	1.319	1.606	2.607	433	2.226	542	3.765	2.519	2.422	4.351	171	1.218	1.201	377	1.344	4.274	1.204	257	3.069	357	16.565	278	3.642	1.234	1.224														
Outros SP	147	106	142	443	1.242	183	923	453	155	889	2.679	1.102	84	236	316	74	627	698	578	742	407	108	7.565	142	2.098	852	1.802														
Interestadual	93	568	764	449	2.188	470	1.035	631	892	719	1.018	2.959	167	854	222	213	771	2.039	210	540	975	77</																			

ANEXO 20 – Fluxos migratórios da Aglomeração Urbana de Piracicaba – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																				Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	Total						
	Águas de São Pedro	Anailândia	Araras	Capivari	Charqueada	Conchal	Cordeirópolis	Corumbataí	Elias Fausto	Ipeúna	Itacanjuba	Laranjal Paulista	Leme	Limpeira	Mombuca	Piracicaba	Rafard	Rio Claro	Rio das Pedras	Santa Gertrudes													Santa Maria da Serra	São Pedro				
Águas de São Pedro	0	0	0	20	0	0	0	0	2	0	0	0	0	48	0	0	0	0	0	0	0	69	140	23	10	0	0	19	0	8	59	0	35	234				
Anailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6	157	78	241				
Araras	0	0	0	0	266	74	0	0	0	10	0	329	258	0	26	0	132	0	5	10	0	0	1.111	186	291	18	128	40	24	0	687	1.047	759	3.604				
Capivari	0	0	0	0	0	0	0	284	0	0	0	0	13	153	296	591	46	0	0	0	0	0	1.383	133	813	18	70	234	27	0	1.296	109	153	2.941				
Charqueada	0	0	0	0	0	0	0	0	61	0	0	0	0	332	0	0	0	0	0	5	13	13	411	8	0	0	43	18	0	0	69	64	25	569				
Conchal	0	0	255	0	0	0	49	0	0	0	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	362	56	318	0	0	6	34	0	414	593	149	1.518				
Cordeirópolis	0	0	72	0	0	0	0	0	0	4	0	7	211	0	0	40	0	20	0	0	0	0	353	0	55	0	0	43	14	0	112	166	76	707				
Corumbataí	0	30	0	0	0	0	0	0	33	0	0	0	0	0	0	0	73	0	0	0	0	0	136	0	0	0	0	0	0	0	0	124	14	273				
Elias Fausto	0	0	0	81	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	123	0	0	0	0	0	0	0	220	0	381	0	0	231	32	0	644	81	23	968				
Ipeúna	0	6	0	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	117	0	6	0	16	16	16	210	9	0	0	0	0	0	0	9	7	16	242				
Itacanjuba	0	0	18	8	0	0	8	0	0	0	0	0	171	0	102	34	33	0	29	0	0	0	403	0	9	0	16	0	0	0	25	156	15	599				
Laranjal Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118	37	0	0	0	0	0	0	0	156	67	25	8	9	176	0	0	285	246	44	731				
Leme	0	13	162	0	0	32	45	0	0	2	0	0	98	0	11	0	88	25	0	0	29	29	505	99	138	0	12	11	0	0	260	1.322	877	2.965				
Limpeira	0	15	270	0	22	74	112	24	5	0	179	0	0	0	425	0	22	12	31	0	19	19	1.210	576	1.883	98	59	162	39	0	2.818	2.342	1.864	8.235				
Mombuca	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	5	13	53	0	0	0	0	0	122	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	128				
Piracicaba	41	0	35	164	376	33	5	3	34	28	254	170	43	97	0	22	492	251	8	52	526	526	2.633	1.572	1.556	245	308	714	152	52	4.599	2.303	2.721	12.256				
Rafard	0	0	0	334	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	349	80	63	0	0	139	6	0	287	34	14	685				
Rio Claro	0	31	204	0	58	0	109	162	0	184	18	0	98	380	0	234	7	56	250	21	9	9	1.822	682	493	54	211	58	130	0	1.629	1.900	1.526	6.876				
Rio das Pedras	0	0	0	56	0	0	22	0	3	0	0	0	0	18	281	9	33	0	0	0	0	0	422	39	142	13	0	87	27	0	308	173	182	1.084				
Santa Gertrudes	0	0	0	0	5	0	213	67	0	9	31	0	0	20	0	0	131	0	0	0	0	0	475	6	13	16	0	0	0	0	35	10	23	543				
Santa Maria da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	115	115	115	0	19	0	0	0	0	19	127	7	268					
São Pedro	0	0	0	73	0	0	0	0	24	29	24	0	50	0	177	26	10	0	0	0	43	43	455	135	83	129	18	17	0	0	383	206	170	1.213				
Intrametropolitano	41	95	1.017	672	588	373	576	349	332	340	527	203	535	1.297	171	2.120	853	1.229	396	348	132	796																
RMSP	112	146	1.151	750	196	246	171	93	141	79	114	435	1.103	3.482	26	4.216	163	2.904	385	169	146	925																
RMC	0	13	322	591	12	214	107	7	488	46	45	23	110	1.112	0	1.490	66	563	93	0	24	42																
RMBS	0	0	150	21	0	0	8	0	0	0	0	26	111	131	0	315	0	364	5	6	0	87																
RMVPLN	10	25	106	15	0	0	0	15	0	0	5	82	267	0	81	0	99	0	0	0	0	0																
RMS	8	24	32	226	27	35	12	0	244	25	0	336	64	153	23	1.187	220	17	91	0	15	90																
AUJ	0	23	59	12	0	0	0	0	65	0	31	0	143	66	0	133	0	0	20	0	0	0																
URB	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	97	0	46	0	43	0	0	0	0																
Intra CRP	130	231	1.819	1.632	234	495	299	100	953	150	189	825	1.614	5.308	49	7.470	449	3.990	574	196	185	1.145																
Outros SP	26	453	1.277	650	93	506	247	211	299	120	90	631	1.319	3.718	0	3.575	261	3.024	164	185	237	398																
Interestadual	86	170	2.393	1.506	187	1.624	888	166	949	93	320	391	2.406	8.743	48	8.848	559	3.943	812	716	137	766																
Total	283	949	6.505	4.460	1.103	2.998	2.009	826	2.533	704	1.127	2.050	5.875	19.067	268	22.014	2.122	12.186	1.946	1.445	691	3.105																

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 21 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Piracicaba – 1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																				Intrametro politano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPL N	RMS	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interesta dual	Total										
	Águas de São Pedro	Anala ndia	Arara s	Capiv ari	Charqu eada	Conch al	Cordeiró polis	Corumba taí	Elias Fausto	Ipeúna	Itacemá polis	Laranjal Paulista	Leme	Limeira	Mombuc a	Piraciba	Rafard	Rio Claro	Rio das Pedras	Saltinho													Santa Gertrude s	Santa Maria da Serra	São Pedro							
Águas de São Pedro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48	0	0	0	0	0	0	180	228	35	11	29	0	0	0	0	75	10	48	361								
Analaândia	0		11	0	0	0	9	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	10	53	40	10	0	5	0	0	34	89	78	53	273								
Araras	0	0		0	0	256	101	35	0	114	0	0	475	206	0	65	0	234	0	0	87	0	10	1.583	611	508	70	137	44	84	0	1.455	897	1.112	5.047							
Capivari	17	0	0		16	0	0	0	119	0	0	0	0	110	190	284	568	0	147	0	0	0	1.450	264	640	90	0	296	99	0	1.389	522	604	3.966								
Charqueada	30	0	0		0	0	24	0	109	52	0	0	38	5	273	12	54	0	0	0	0	166	763	0	10	0	0	37	0	0	47	162	113	1.085								
Conchal	0	0	168		0	0	0	0	0	0	0	10	53	0	0	0	29	0	0	0	0	0	259	104	372	0	14	0	0	0	490	741	570	2.061								
Cordeirópolis	0	0	10		0	25	0	0	0	5	30	0	0	233	0	0	72	0	0	48	0	0	422	7	93	0	0	0	0	0	100	104	118	745								
Corumbataí	0	61	0		0	0	0	0	10	0	0	0	23	0	0	0	237	0	0	0	0	0	331	0	44	0	0	25	0	0	69	60	36	496								
Elias Fausto	0	0	0		169	0	0	0	0	0	0	0	0	47	20	17	0	0	0	0	0	0	253	19	278	0	0	67	30	0	394	133	57	837								
Ipeúna	0	0	0		13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	114	0	0	0	0	0	127	13	0	0	0	0	0	0	13	33	9	182								
Itacemópolis	0	0	0		0	0	29	0	0	0	0	30	90	0	122	0	11	0	0	30	0	8	320	14	63	0	9	0	0	0	86	82	121	609								
Laranjal Paulista	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	0	11	0	11	0	0	0	73	41	50	0	0	525	6	0	622	257	145	1.097								
Leme	0	0	473		0	46	0	62	0	0	0	117	0	122	0	175	0	0	0	0	0	44	1.040	522	592	97	9	205	55	0	1.481	1.520	1.055	5.096								
Limeira	0	0	419		68	0	145	180	14	0	41	204	0	120	0	0	291	0	3	38	0	34	1.949	802	2.188	227	178	275	171	11	3.852	2.572	3.349	11.722								
Mombuca	0	0	0		19	0	0	0	13	0	0	0	0	0	10	6	0	45	0	0	0	0	92	0	22	0	0	2	0	0	24	0	0	116								
Piracicaba	9	4	128		109	312	0	15	6	0	13	302	146	41	320	6	0	247	355	188	0	4	483	2.687	1.582	1.952	334	190	614	122	50	4.844	2.640	4.107	14.278							
Rafard	0	0	0		370	0	0	0	39	0	0	0	0	11	27	0	0	42	21	0	0	0	509	30	12	10	0	140	0	0	192	139	70	909								
Rio Claro	19	51	116		58	7	0	106	268	0	168	0	0	25	84	0	294	0	0	0	282	0	4	1.480	1.006	901	73	215	175	103	90	2.563	2.001	1.625	7.669							
Rio das Pedras	0	0	0		10	4	0	0	0	0	9	17	0	9	84	224	9	0	0	68	0	0	98	534	13	28	23	0	110	26	0	199	150	419	1.302							
Saltinho	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89	0	0	43	0	0	0	132	20	5	0	0	86	0	0	111	36	0	279								
Santa Gertrudes	0	0	0		0	0	214	21	0	0	0	0	0	0	28	0	44	0	281	0	0	23	610	14	9	10	0	9	12	0	54	105	273	1.043								
Santa Maria da Serra	0	0	11		0	10	0	0	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	155	330	20	11	0	0	0	0	0	31	172	24	557								
São Pedro	163	0	0		43	25	0	0	18	10	44	0	0	299	0	17	0	0	0	0	14	0	633	188	75	0	45	0	37	0	345	277	170	1.425								
Intrametropolitano	237	116	1.335		846	412	447	644	438	158	500	606	207	729	1.323	359	2.465	612	1.774	632	290	498	18	1.215																		
RMSP	313	132	1.358		327	112	323	306	32	379	193	317	453	1.135	3.499	94	4.924	73	3.758	385	95	201	93	1.950																		
RMC	65	27	466		452	34	106	103	18	433	9	15	39	196	1.749	49	1.887	55	760	177	11	0	0	211																		
RMBS	0	14	60		20	10	40	9	0	14	0	29	43	206	0	328	12	248	21	0	0	0	0	241																		
RMVPLN	22	0	8		0	0	0	0	0	0	0	0	157	201	0	317	0	317	20	0	7	0	11																			
RMS	0	14	20		144	4	14	0	3	260	20	0	239	28	139	55	764	114	98	114	28	0	7	137																		
AUJ	0	0	9		57	0	0	0	0	63	0	0	0	18	84	0	208	16	110	0	0	0	0	0																		
URB	0	0	0		0	11	31	0	38	0	19	0	28	21	77	0	48	31	51	0	0	13	0																			
Intra CRP	400	188	1.922		1.000	172	515	418	92	1.135	254	332	788	1.599	5.955	199	8.476	301	5.342	718	134	208	113	2.550																		
Outros SP	21	355	1.387		261	126	436	495	156	203	139	110	565	996	3.718	18	3.998	76	3.368	131	45	173	184	742																		
Interestadual	88	48	1.879		674	289	742	731	197	497	247	747	544	2.005	5.972	66	7.908	189	4.942	522	23	1.223	119	981																		
Total	746	706	6.523		2.781	999	2.140	2.288	883	1.992	1.139	1.795	2.105	5.328	16.967	642	22.847	1.179	15.426	2.002	491	2.101	434	5.488																		

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 22 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Piracicaba – 2005-2010

Região em 2005	Região em 2010																				Intrametrópolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUJ	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	Total												
	Águas de São Pedro	Anailândia	Araras	Capivari	Charqueada	Conchal	Cordelópolis	Corumbataí	Elias Fausto	Ipeúna	Itacemópolis	Laranjal Paulista	Leme	Limreira	Mombuca	Piracicaba	Rafard	Rio Claro	Rio das Pedras	Saltinho													Santa Gertrudes	Santa Maria da Serra	São Pedro									
Águas de São Pedro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	101	0	0	0	0	0	0	0	34	136	48	38	0	10	0	0	0	96	60	126	417									
Anailândia	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	9	0	0	21	0	123	0	0	39	0	0	209	7	0	0	10	0	10	0	27	127	211	574										
Araras	0	0	12	25	153	119	17	0	12	10	0	252	124	0	66	7	152	0	0	40	4	0	991	643	409	114	13	40	44	0	1.263	1.057	1.074	4.385										
Capivari	5	0	13	6	0	0	100	0	0	45	0	40	127	93	261	0	84	0	0	0	0	0	774	77	873	42	0	265	3	8	1.268	356	371	2.770										
Charqueada	0	0	8	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	395	0	45	0	0	11	362	811	0	8	11	0	9	0	0	28	133	79	1.051											
Conchal	0	0	138	0	11	0	0	0	3	0	0	73	55	0	10	0	0	0	0	0	0	0	289	134	187	0	0	51	0	26	399	538	127	1.353										
Cordelópolis	0	0	34	0	0	0	14	0	5	0	0	38	0	0	345	0	0	100	0	20	555	46	32	0	0	33	0	11	122	44	325	1.046												
Corumbataí	0	9	37	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	56	0	0	39	0	0	150	0	54	0	0	0	0	0	54	44	23	271												
Elias Fausto	0	0	0	70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	15	0	0	0	0	0	92	0	486	0	0	95	46	0	627	11	105	835											
Ipeúna	0	0	0	39	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	183	0	0	0	0	0	225	0	0	0	0	10	0	0	10	34	84	354												
Itacemópolis	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	9	246	0	126	0	49	0	29	0	0	468	0	95	0	0	63	0	0	158	132	143	901												
Laranjal Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	54	0	0	10	0	0	0	64	148	31	0	41	410	0	0	631	306	118	1.119												
Leme	0	53	263	0	0	17	9	89	10	3	5	0	50	0	11	0	87	0	0	0	597	341	101	36	110	20	10	19	637	1.027	1.080	3.341												
Limreira	0	16	203	0	0	0	85	25	0	38	243	0	24	0	220	0	177	16	0	41	1.099	786	1.822	123	222	194	71	5	3.223	2.334	2.945	9.601												
Mombuca	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	67	9	0	0	158	0	0	0	0	17	0	0	17	25	10	210												
Piracicaba	114	8	42	46	372	0	27	0	24	13	123	203	47	107	50	30	225	682	482	9	3.166	1.529	1.412	396	167	922	192	76	4.694	4.509	15.845													
Rafard	0	0	0	134	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	134	0	47	9	0	168	0	0	223	11	11	379												
Rio Claro	3	43	205	0	9	0	212	259	15	321	11	34	42	192	0	341	8	0	0	243	1.976	897	622	155	41	316	90	29	2.149	2.198	1.886	8.209												
Rio das Pedras	0	0	0	0	5	0	14	8	0	0	0	0	0	37	352	0	5	55	0	8	483	72	93	0	15	87	31	0	299	89	245	1.117												
Saltinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15	0	8	10	0	0	47	0	29	0	0	42	0	0	71	24	3	145												
Santa Gertrudes	0	0	15	0	0	10	106	9	0	38	32	0	0	8	0	0	160	0	0	0	379	11	31	0	0	0	0	0	43	90	711	1.223												
Santa Maria da Serra	6	0	0	0	10	0	0	0	5	0	0	23	0	0	141	0	23	0	0	0	245	0	40	0	0	26	0	0	65	104	67	482												
São Pedro	77	0	53	0	11	0	2	0	0	0	0	0	60	3	453	0	71	0	6	71	808	249	191	39	0	106	8	21	615	314	388	2.125												
Intrametrópolitano	206	128	1.023	330	487	180	572	441	148	487	424	283	487	921	239	2.398	335	1.660	907	563	959	273	118	1.627	416	87	114	283	46	120	146	133	515	615	2.319	71	3.748	28	2.629	263	47	91	77	1.102
RMSP	20	114	324	131	60	52	130	12	239	15	68	58	245	1.828	6	1.298	28	486	101	8	210	9	3	79	0	11	0	0	6	0	5	0	122	72	0	379	0	126	0	0	0	2	243	
RMC	0	0	22	0	0	28	24	3	0	0	0	54	76	6	213	0	102	0	0	9	55	13	0	0	213	0	0	45	0	19	31	29	271	120	172	30	293	69	187	17	55	0	10	75
RMBS	0	0	147	30	14	22	12	0	19	12	0	16	10	44	0	111	0	85	0	0	0	5	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	57	0	0	0	0		
RMVPLN	319	240	2.202	790	173	216	494	67	397	204	234	860	1.164	4.511	114	6.072	125	3.672	381	110	1.685	54	297	1.043	177	110	282	360	81	154	107	344	588	939	1.830	33	3.041	17	1.782	158	44	112	132	264
RMS	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	354	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	1.116	78	354
AUJ	0	0	147	30	14	22	12	0	19	12	0	16	10	44	0	111	0	85	0	0	0	5	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	57	0	0	0	0	0	0	
URB	5	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	57	0	0	0	0	0	0	
Intra CRP	319	240	2.202	790	173	216	494	67	397	204	234	860	1.164	4.511	114	6.072	125	3.672	381	110	1.685	54	297	1.043	177	110	282	360	81	154	107	344	588	939	1.830	33	3.041	17	1.782	158	44	112	132	264
Outros SP	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	354	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	1.116	78	354
Interestadual	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	354	136	132	2.447	1.041	577	786	719	187	440	593	892	509	2.999	4.022	66	7.219	129	3.917	347	51	1.116	78	354
Total	715	797	6.714	2.339	1.346	1.465	2.146	776	1.139	1.390	1.894	2.240	5.589	11.284	452	18.731	607	11.031	1.793	768	1.899	461	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262	3.262

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 23 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991																Total		
	Cabreúva	Campo Limpo Paulista	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Varzea Paulista	Intrametro politano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	URB	Intra CRP		Outros SP	Interestadual
Cabreúva	0	7	121	0	58	3	0	190	186	248	6	59	318	38	79	935	237	332	1.693
Campo Limpo Paulista	0	0	27	21	322	0	623	994	889	94	65	10	137	0	200	1.395	278	816	3.484
Itupeva	87	18	0	48	68	96	132	449	0	352	0	0	22	23	0	397	43	26	914
Jarinu	0	59	0	0	57	0	61	177	18	184	0	0	0	36	76	314	16	37	545
Jundiaí	645	2.539	2.171	164	0	495	10.081	16.095	2.357	3.036	461	299	741	415	566	7.875	3.783	3.961	31.714
Louveira	6	0	25	18	222	0	0	272	47	352	0	7	27	41	0	473	127	80	952
Varzea Paulista	0	1.209	0	24	282	4	0	1.520	70	37	0	0	5	0	2	115	87	114	1.837
Intrametro politano	738	3.832	2.344	275	1.011	599	10.898												
RMSP	271	4.326	1.165	861	4.294	558	1.264												
RMC	190	140	768	129	1.040	573	145												
RMBS	32	62	41	74	252	50	37												
RMVPLN	0	24	6	54	260	7	16												
RMS	436	75	63	34	207	121	238												
AUP	95	63	68	14	118	29	99												
URB	19	10	37	190	325	38	58												
Intra CRP	1.043	4.702	2.147	1.356	6.496	1.376	1.855												
Outros SP	816	432	879	162	3.288	260	1.526												
Interestadual	1.042	3.104	1.682	1.236	11.232	1.101	4.363												
Total	3.639	12.070	7.053	3.029	22.027	3.336	18.642												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 24 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 1995-2000

Região em 1995	Região de 2000																		Total
	Cabreúva	Campo Limpo Paulista	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Varzea Paulista	Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	URB	Intra CRP	Outros SP	Interestadual	
Cabreúva		46	190	15	212	9	31	503	132	79	9	19	281	94	43	657	152	197	1.509
Campo Limpo	261		87	109	587	0	321	1.365	519	260	67	44	22	65	211	1.188	270	606	3.429
Itupeva	428	22		28	562	21	41	1.102	115	414	32	0	62	11	92	726	120	238	2.186
Jarinu	13	211	0		92	43	68	427	17	137	20	0	11	0	222	407	214	366	1.414
Jundiaí	2.046	1.574	1.484	697		436	6.390	12.627	2.304	2.512	567	469	946	395	385	7.578	3.838	7.032	31.075
Louveira	78	41	43	0	489		0	651	68	565	8	0	77	0	0	718	189	222	1.780
Varzea Paulista	196	1.495	320	144	1.533	8		3.696	116	182	0	52	24	0	146	520	304	628	5.148
Intrametropolitano	3.022	3.389	2.124	993	3.475	517	6.851												
RMSP	1.450	3.134	1.543	1.404	8.907	947	1.268												
RMC	339	69	626	256	1.534	620	129												
RMBS	34	76	29	25	430	0	17												
RMVPLN	79	56	13	31	455	37	38												
RMS	361	100	143	20	247	52	82												
AUP	104	0	9	56	539	11	26												
URB	12	120	5	403	131	51	11												
Intra CRP	2.379	3.555	2.368	2.195	12.243	1.718	1.571												
Outros SP	391	582	677	425	3.783	247	1.219												
Interestadual	1.779	1.803	1.728	1.298	8.747	2.217	3.017												
Total	7.571	9.329	6.897	4.911	28.248	4.699	12.658												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 25 – Fluxos migratórios da aglomeração urbana de Jundiaí – 2005-2010

Região em 2005	Região em 2010																	Total	
	Cabreúva	Campo Limpo Paulista	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Varzea Paulista	Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	URB	Intra CRP	Outros SP		Interestadual
Cabreúva		89	138	12	293	34	15	581	115	151	21	10	323	19	0	639	367	336	1923
Campo Limpo Paulista	70		239	277	648	0	351	1585	1169	218	77	22	142	61	114	1803	579	1342	5309
Itupeva	353	60		0	276	42	59	790	201	199	57	11	54	0	3	525	204	506	2025
Jarinu	49	123	0		142	0	79	393	392	110	43	11	19	9	103	687	75	275	1430
Jundiaí	694	1371	1391	626		594	2989	7665	3286	2637	223	636	693	419	301	8195	2651	5450	23961
Louveira	10	47	53	0	190		18	318	76	562	27	0	13	7	50	735	122	485	1660
Varzea Paulista	64	993	177	63	1159	9		2465	90	197	13	21	50	5	8	384	272	602	3723
Intrametropolitano	1240	2683	1998	978	2708	679	3511												
RMSP	1245	2128	2720	1194	8599	946	1338												
RMC	190	31	651	251	1904	603	109												
RMBS	110	170	302	89	316	46	91												
RMVPLN	16	68	52	20	497	0	104												
RMS	637	45	207	53	649	48	16												
AUP	8	19	110	13	312	44	0												
URB	35	143	70	302	264	0	115												
Intra CRP	2241	2604	4112	1922	12541	1687	1773												
Outros SP	430	192	532	271	2799	291	238												
Interestadual	1803	1089	2769	924	9338	3336	2253												
Total	5714	6568	9411	4095	27386	5993	7775												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 26 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –2005-2010

Região em 1986	Região em 1991																		Total	
	Atibaia	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Joanópolis	Nazaré Paulista	Pedra Bela	Pinhalzinho	Piracaia	Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	Intra CRP	Outros SP		Interestadual
Atibaia		347	494	52	72	3	24	128	1.120	1.268	873	169	269	108	87	373	3.147	417	883	5.566
Bom Jesus dos Perdões	62		0	0	87	0	0	6	155	7	19	0	75	0	0	0	101	9	15	280
Bragança Paulista	311	38		53	36	162	140	67	807	695	666	188	22	133	116	283	2.104	385	1.189	4.485
Joanópolis	65	8	117		0	0	0	34	224	209	32	0	80	0	0	9	330	52	68	674
Nazaré Paulista	95	104	0	0		0	10	0	208	188	0	0	66	0	0	0	254	39	38	540
Pedra Bela	0	0	125	0	0		27	0	152	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	170
Pinhalzinho	0	0	176	0	0	8		0	184	20	13	69	0	0	0	0	102	287	162	735
Piracaia	162	135	59	9	119	0	12		496	250	28	31	72	12	0	10	403	69	72	1.040
Intrametropolitano	695	631	972	113	314	173	214	235												
RMSP	5.886	441	3.354	250	716	92	514	688												
RMC	183	0	691	5	0	3	72	9												
RMBS	116	22	91	12	38	9	0	20												
RMVPLN	309	18	85	22	47	0	7	7												
RMS	151	22	124	22	0	0	0	0												
AUP	16	0	43	0	0	0	0	0												
AUJ	604	7	198	5	32	21	41	13												
Intra CRP	7.266	509	4.587	316	833	126	635	737												
Outros SP	1.288	135	820	17	93	0	244	18												
Interestadual	4.938	442	2.563	177	539	99	122	629												
Total	14.188	1.717	8.941	623	1.780	398	1.214	1.619												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991).

ANEXO 27 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –1995-2000

Região em 1995	Região em 2000																				Total	
	Atibaia	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Joanópolis	Nazaré Paulista	Pedra Bela	Pinhalzinho	Piracaia	Tuiuti	Vargem	Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	Intra CRP	Outros SP		Interestadual
Atibaia		366	504	103	168	3	49	122	33	90	1.438	1.392	760	226	154	153	212	490	3.387	552	2.120	7.497
Bom Jesus dos Perdões	245		11	2	127	0	0	0	0	0	385	62	17	19	33	54	0	0	185	15	118	703
Bragança Paulista	301	13	0	30	10	197	232	77	60	286	1.206	910	461	81	130	70	89	177	1.918	729	1.697	5.550
Joanópolis	46	11	86	0	16	0	0	33	0	0	192	78	52	12	45	0	0	0	187	0	134	513
Nazaré Paulista	87	90	0	0	0	0	0	9	0	0	186	273	36	64	32	19	21	36	481	43	67	777
Pedra Bela	0	0	173	0	0	0	40	0	0	37	250	5	0	0	0	0	0	0	5	25	53	333
Pinhalzinho	21	21	93	0	0	51	0	0	57	0	243	98	8	0	0	14	0	0	120	174	56	593
Piracaia	100	64	163	91	82	19	0	0	0	12	531	258	69	0	40	0	31	30	428	70	291	1.320
Tuiuti	0	0	0	0	0	0	59	0	0	0	59	0	70	0	0	33	0	0	103	6	24	192
Vargem	0	0	100	3	0	8	0	0	0	0	111	0	0	0	0	0	16	0	16	0	112	239
Intrametropolitano	800	565	1.130	229	403	278	380	241	150	425												
RMSP	7.352	583	4.592	277	981	143	776	838	216	420												
RMC	587	5	653	13	2	30	53	170	64	11												
RMBS	238	58	213	4	30	0	14	0	0	0												
RMVPLN	475	0	225	25	89	9	0	84	5	41												
RMS	83	16	51	0	38	0	23	0	0	5												
AUP	110	0	30	0	0	0	0	45	0	0												
AUJ	594	35	295	16	39	0	55	26	28	11												
Intra CRP	9.439	697	6.059	335	1.179	182	921	1.163	313	488												
Outros SP	1.512	151	1.380	67	233	56	218	217	91	23												
Interestadual	4.406	309	2.890	224	377	122	334	501	103	308												
Total	16.157	1.722	11.459	855	2.192	638	1.853	2.122	657	1.244												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 28 – Fluxos migratórios da unidade Regional de Bragantina –2005-2010

Região em 2005	Região em 2010											Intrame tropolit ano	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	Intra CRP	Outros SP	Interes tadual	Total
	Atibaia	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Joanó polis	Nazaré Paulista	Pedra Bela	Pinhalz inho	Piraca ia	Tuiuti	Vargem													
Atibaia		632	432	10	47	31	13	141	0	27	1.333	1.168	720	301	220	255	68	424	3.156	610	1.823	6.922	
Bom Jesus dos Perdões	91		19	14	37	13	0	47	0	0	221	47	20	0	7	11	0	0	85	155	112	573	
Bragança Paulista	336	66		24	10	102	391	27	182	239	1.377	1.349	662	187	252	302	34	291	3.077	575	1.909	6.938	
Joanópolis	31	12	31		0	0	0	0	0	23	97	28	57	0	12	9	0	12	118	13	98	326	
Nazaré Paulista	77	77	58	5		17	13	42	38	0	327	195	11	28	68	0	0	20	322	24	147	820	
Pedra Bela	0	0	32	0	0		23	0	7	11	73	0	56	0	0	0	0	10	66	3	89	231	
Pinhalzinho	0	0	27	0	0	10		0	6	8	51	99	11	0	0	0	0	17	127	172	91	441	
Piracaia	94	122	54	61	0	13	11		0	21	376	134	38	0	38	89	0	155	454	90	162	1.082	
Tuiuti	0	0	25	0	0	2	9		0	0	36	67	31	0	0	0	0	0	98	0	0	134	
Vargem	0	0	44	0	0	0	0	0	0	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	151	121	316	
Intrametropolitano	629	909	722	114	94	188	460	257	233	329													
RMSP	5.485	731	3.486	266	521	109	905	785	229	355													
RMC	313	4	369	11	17	13	59	21	188	3													
RMBS	129	0	63	6	32	8	25	30	0	22													
RMVPLN	186	22	57	87	17	15	0	31	8	8													
RMS	127	20	70	0	25	0	17	20	12	21													
AUP	103	9	55	12	0	0	0	0	15	1													
AUJ	172	39	256	0	30	0	18	42	22	0													
Intra CRP	6.515	825	4.356	382	642	145	1.024	929	474	410													
Outros SP	618	46	697	31	32	21	122	44	145	36													
Interestadual	3.252	497	2.186	89	95	162	227	231	141	483													
Total	11.014	2.277	7.961	616	863	516	1.833	1.461	993	1.258													

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 29 – Fluxos pendulares intra-regionais. Cidade-Região Paulista – 2000

Região de Moradia	Região de Trabalho																	Inter-estadual	Total
	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP	Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste		
RMSP	1.015.221	7.912	5.630	4.348	4.879	1.222	4.013	1.260	1.044.486	46.816	505	2.436	3.184	327	2.397	3.392	840	13.082	1.104.384
RMC	13.440	135.556	290	372	1.397	6.027	3.589	844	161.515	7.630	41	205	815	33	253	336	365	2.048	171.192
RMBS	17.937	391	102.380	498	134	58	62	57	121.515	5.088	33	215	252	17	372	211	80	1.181	127.784
RMVPLN	11.868	805	316	63.028	247	179	75	118	76.636	3.005	61	264	1.368	11	2.287	435	63	4.490	84.130
RMS	11.170	2.754	167	111	42.165	1.035	580	24	58.008	4.008	35	83	251	11	312	419	86	1.196	63.211
AUP	3.651	6.003	121	163	959	16.105	137	62	27.201	5.169	81	95	414	38	139	228	134	1.130	33.500
AUJ	12.099	4.575	75	122	501	183	36.009	573	54.137	1.289	11	108	181	,	131	144	64	640	56.066
URB	4.634	812	39	97	57	60	309	3.798	9.805	830	45	59	538	11	21	22	15	711	11.346
Intra-CRP	1.090.022	158.808	109.018	68.738	50.339	24.869	44.773	6.736											
Outros SP	25.083	10.349	2.195	1.054	3.943	4.537	872	677											
Região Norte	845	142	63	47	36	22	22	28											
Região Nordeste	32.132	1.610	927	540	493	1.684	373	139											
Minas Gerais	20.604	3.000	735	2.742	454	1.392	355	784											
Espírito Santo	851	142	36	37	3	9	6	24											
Rio de Janeiro	5.395	378	310	1.410	134	150	54	31											
Região Sul	12.022	1.362	1.104	345	609	349	234	92											
Região Centro-Oeste	2.991	578	127	219	92	116	37	48											
Interestadual	74.839	7.211	3.303	5.339	1.820	3.722	1.082	1.146											
Total	1.189.944	176.369	114.517	75.131	56.103	33.128	46.726	8.559											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 30 – Fluxos pendulares intra-regionais. Cidade-Região Paulista – 2010

Região de Moradia	Região de Trabalho																	Total	
	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP	Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste		Inter-estadual
RMSP	1.662.307	11.641	9.581	9.153	9.059	2.907	18.073	3.125	1.725.846	47.581	3.313	111.801	23.663	1.247	8.091	14.223	4.431	166.770	1.940.197
RMC	21.948	241.793	558	657	4.112	11.477	8.604	1.469	290.619	10.156	449	3.328	4.050	44	762	2.941	605	12.179	312.954
RMBS	29.296	724	160.191	895	348	151	210	53	191.869	2.357	186	3.170	651	108	1.096	1.008	332	6.551	200.776
RMVPLN	18.007	1.520	763	115.316	371	285	200	388	136.850	1.869	167	1.852	3.137	103	4.012	1.006	223	10.500	149.219
RMS	22.341	7.533	326	362	88.643	2.276	1.458	154	123.094	4.132	32	1.197	573	9	525	1.802	206	4.344	131.570
AUP	4.998	10.290	188	182	2.278	39.515	367	146	57.964	8.373	118	758	1.170	9	398	815	185	3.454	69.790
AUJ	18.224	9.289	94	314	1.032	421	62.274	1.131	92.778	1.524	81	746	596	25	159	447	58	2.112	96.415
URB	8.348	2.862	146	237	94	117	881	9.901	22.588	1.544	21	648	2.307	16	99	412	28	3.531	27.662
Intra-CRP	1.785.470	285.653	171.847	127.116	105.938	57.149	92.067	16.368											
Outros SP	30.192	16.413	3.648	1.535	8.202	8.395	1.310	1.155											
Região Norte	2.036	372	171	149	83	83	25	10											
Região Nordeste	60.688	7.935	4.359	3.343	2.391	4.834	1.845	383											
Minas Gerais	23.350	4.771	1.486	3.844	805	2.127	800	1.479											
Espírito Santo	1.359	145	240	180	65	49	22	14											
Rio de Janeiro	8.730	1.012	1.112	2.427	220	154	172	112											
Região Sul	14.710	1.756	971	802	796	463	246	161											
Região CO	6.232	808	212	290	177	381	58	30											
Interestadual	74.839	7.211	3.303	5.339	1.820	3.722	1.082	1.146											
Total	1.189.944	176.369	114.517	75.131	56.103	33.128	46.726	8.559											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 33 – Fluxos de pendularidade da Região Metropolitana de Campinas, 2000

Região de Residência	Região de Trabalho ou Estudo em 2000																		Pendular Interno	RMSP	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Pendular Externo (*)	Outros SP	Total					
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Engenheiro Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Morungaba	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Barbára Do	Santo Antônio de	Sumaré												Valinhos	Vinhedo			
Americana			1.553	19			167	37		41	31	6	1.847	126	35	2.766		824	17	18	7.487	617	32	42	21	1.710	30	23	2.475	575	10.536			
Artur Nogueira	64		298	233	212	1.354				64			8	183		205	14				2.579	53	11	11		148			223	168	2.971			
Campinas	506	39		183	11	35	1.965	593	445	1.610	341	36	69	2.811	40	134	22	1.718	3.357	1.452	14.822	5.777	111	131	400	1.014	1.163	303	8.901	2.984	26.706			
Cosmópolis	46	215	585		31	23				18				2.656		15		82	9		3.428	203	30	12		211	17		473	157	4.058			
Engenheiro Coelho		68	18	24		11					6										73	24	5	4	5	140			178	68	319			
Holambra		11	63	4													15	15			189	12							12	46	247			
Hortolândia	105		25.074	11		17		48		341	244		77	485		18	1.924	492	108		28.838	640	7		56	116	116	10	945	598	30.381			
Indaiatuba	29		2.611	13			69		19	26	41			42		7	45	93	41		3.007	1.377		30	644	268	246	9	2.574	377	5.958			
Itatiba	5		463				17	14						26			34	66	99		761	665	8	19	11	8	610	296	1.617	170	2.548			
Jaguariúna			765			129								9		58		20	7		1.106	80			12	21	10	15	138	242	1.486			
Monte Mor			2.649				294	27						29			76	68	22		3.165	72	10	17		55	22	10	187	117	3.470			
Morungaba			69						569	7					5			5	6		665	63	9			0	22	33	128	62	854			
Nova Odessa	2.422		538		9		79		11	42	8		82		79		1.063	69	9		1.989	187	9		27	137	10	8	378	145	2.512			
Paulínia	33	19	1.988	140			29	21			23						188	23	22		2.432	156	0	21		18	29	11	235	108	2.776			
Pedreira	17		284						10	424				9							735	46	9			7			63	359	1.158			
Santa Barbára Do Oeste	17.484		778	50			27	19					1.176	153				7	12		2.777	524	30	8	69	1.833	58	20	2.541	372	5.690			
Santo Antônio de Posse		5	184			428				266					21	191					898	52				16		18	86	239	1.224			
Sumaré	1.619		22.616	21			1.988	111	15	170	120		2.143	1.184	10	8			310	78	28.966	817	10	46	59	266	151	21	1.370	580	30.915			
Valinhos	25		3.948				106	64	156	38	10			70		7					6.954	842	8	25	93	42	411	57	1.478	195	8.628			
Vinhedo	9		1.095				8	46	41	10	8			9		11		58	675		1.962	1.231		7		17	694	9	1.957	68	3.987			
Pendular Interno	22.363	358	65.579	699	262	1.997	4.766	980	1.267	3.137	843	95	5.319	7.948	171	3.229	319	6.638	5.209	4.378														
RMSP	153		4.430	8	27		149	252	258	74	16		10	1.582	25	53	10	348	150	366														
RMBS	11		337							10			0	11		3		0	19															
RMVPLN			643				3	29	13	19	14		0	24		22	8	10	20															
RMS	61	9	1.582				20	688	14	23	8		81	31	71			24	79	64														
AUP	814	66	2.619	171	379	50	59	207	45	21	174		110	280		667		269	45	27														
AUJ	40	10	1.795				52	107	489	17	11			14		35		53	343	1.609														
URB			393				10	299						10		4	6	0	6	2														
Pendular Externo (*)	1.077	85	11.799	179	407	50	283	1.293	1.117	163	222	81	120	2.002	57	855	24	706	643	2.088														
Outros SP	288	39	7.014	97	59	185	141	159	259	558	16	139	5	297	375	183	109	232	78	116														
Total	23.729	482	84.392	975	727	2.232	5.190	2.432	2.643	3.859	1.081	315	5.445	10.246	603	4.266	453	7.576	5.930	6.582														

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 34 – Fluxos de pendularidade da Região Metropolitana de Campinas, 2010

Região de Residência	Região de Trabalho ou Estudo em 2010																				Pendular Interno	RMSP	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	AUB	Pendular Externo (*)	Outros SP	Total	
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Engenheiro Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Morungaba	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Bárbara Do	Santo Antônio de	Sumaré	Valinhos	Vinhedo												
Americana	19	2.885	102	1		602	91	51	31	40		2.890	572		7.391		1.474	20	49	16.217	1.264	36	19	94	3.100	101	31	4.644	823	21.684		
Artur Nogueira	20	867	952	464	2.576	45	6		816				727			251	37	21		6.782	158	23	12	11	482	130	8	824	300	7.905		
Campinas	950	71	313	13	91	5.908	1.692	402	2.140	802	39	122	5.138	75	139	119	2.989	6.897	2.828	30.728	8.922	114	261	847	1.621	2.360	184	14.308	4.261	49.297		
Cosmópolis	121	337	1.372	60	68	55	9		64				6.377		14		101	16		8.593	196	107	85	19	441	2.360	28	3.235	97	11.925		
Engenheiro Coelho	9	151	104	417	5	9			40				37			20	5			797	139	10	19	23	274	29	493	274	1.564			
Holambra	101	287	16	34					279				35		4	296				1.061	99	5	5	50			159	137	1.357			
Hortolândia	203	11	35.990	67	32			231	8	567	891		1.124		118		3.580	1.180	150	44.314	881	33	10	59	230	265	10	1.487	219	46.019		
Indaiatuba	42		5.731			278		21	42	157			60		33		115	272	97	6.846	2.292	40	32	2.505	583	672	6.125	274	13.245			
Itatiba		9	1.146			36	11		9				11				24	179	130	1.654	1.328	11	23	21	50	2.651	882	4.965	165	6.784		
Jaguariúna	10	12	1.359			411	97	13					57	248		88	20	46		2.373	281		10	46	33	2.310	9	2.688	198	5.260		
Monte Mor	12		5.706			905	175	12	36				65		23		286	166	40	7.474	182		8	113	75	75	379	134	7.987			
Morungaba			145					643		6					6			6	4	810	48	5	6	10	101	88	258	210	1.278			
Nova Odessa	4.744		1.006		8	242				10							1.946	21	29	8.793	239		10	214	123		586	113	9.493			
Paulínia	179	21	7.575	332		10	348	58	17	108	28		8				519	162	10	9.470	313	49	45	61	237	90	795	164	10.429			
Pedreira			589			10	8		985											1.604	133			11	23	80	42	288	916	2.809		
Santa Bárbara Do Oeste	22.880		1.075	37		201	37		9	32			1.827	92			845	38	28	27.101	659	51	21	98	3.257	61	22	4.170	484	31.755		
Santo Antônio de Posse		34	271			603			886				15	17						1.827	117			19	41		177	593	2.598			
Sumaré	2.952		31.735	45		4.038	285	7	439	249			3.158	3.164	10	291	12		679	47.211	958	42	72	129	539	261	22	2.024	406	49.642		
Valinhos	20	27	8.915	10		414	168	156	55	47	25		9	134	44	12			170	13.605	1.997	23	30	96	154	1.307	91	3.697	216	17.518		
Vinhedo	13		2.244	9		133	44	86	33	11			9	58			60	1.833		4.533	1.743	11	13	61	56	2.618	54	4.556	170	9.259		
Pendular Interno	32.155	793	109.001	2.302	612	3.774	13.319	2.821	1.409	6.540	2.272	195	8.214	17.725	394	8.854	798	12.171	11.536	6.910												
RMSP	277	56	7.604	33	100	20	305	698	552	71	76	16	41	309	42	140	45	482	317	459												
RMBS	10		456				44	11	21		15	19		103	6			9	20	11												
RMVPLN	3	9	1.270				35	12	28					129		10			16	10												
RMS	111		2.865	20	32		148	3.769	53	75	10			120		109		112	41	70												
AUP	1.460	276	4.219	227	423	66	280	741	24	37	284		188	368	14	1.264	40	266	94	19												
AUJ	55		3.385	8			142	268	1.403	61	43	11	4	100		57	12	105	516	3.118												
URB	32	12	1.154			4	4	3	1.147	25	12	346		17	3	22	6	16	35	21												
Pendular Externo (*)	1.948	353	20.954	288	555	90	958	5.500	3.227	269	438	393	232	1.146	65	1.602	103	1.007	1.023	3.707												
Total	34.104	1.146	129.955	2.590	1.167	3.864	14.278	8.321	4.636	6.809	2.710	588	8.446	18.871	459	10.456	901	13.177	12.559	10.617												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Anexo 35: Fluxos Pendulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000.

Região de residência em 2000	Região de trabalho ou estudo em 2000																			Total	
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Intrametropolitano	RMSP	RMC	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	URB	Intra-CRP	Outros SP		Interestadual
Bertioga		38	137					272	8	455	122		67					189	61		705
Cubatão	23		365		12		234	5.589	336	6.559	709	35	49		18		22	833	448	98	7.937
Guarujá	729	1.544		8			82	13.066	407	15.836	1.254	124	102	36		20	29	1.565	706	143	18.249
Itanhaém		4	28		289	107	140	315	18	900	779	29	11	9				828	89	43	1.860
Mongaguá		33	22	157			193	215	108	726	566	13	10		7	11	11	618	111		1.455
Peruíbe	13	17	16	171	19		67	219	8	530	282		7					290	225	40	1.084
Praia Grande	15	1.477	252	111	723	7		8.453	2.514	13.552	3.216	28	45	15				3.304	662	100	17.617
Santos	296	6.207	2.801	170	65	68	1.307		4.424	15.339	7.999	108	183	66	23	18	44	8.440	1.462	554	25.795
São Vicente	50	6.479	926	58	116	19	3.154	37.681		48.482	3.009	54	24	8	11	13	13	3.131	1.326	204	53.142
Intrametropolitana	1.126	15.798	4.547	674	1.224	202	5.177	65.809	7.823												
RMSP	455	497	410	70	51	56	276	3.692	123												
RMC	24	32	17	8				203	6												
RMBS	37	22	39		4		26	179	9												
RMS		14		19		17	12	105													
AUP	5	15						101													
AUJ							12	63													
URB		17						21													
Intra-CRP	521	597	466	98	55	73	326	4.366	137												
Outros SP	29	94	102	98	23	755	73	970	50												
Interestadual	163	521	234	21	12	21	179	2.065	87												
Total	1.839	17.011	5.348	890	1.314	1.051	5.755	73.211	8.097												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 36 – Fluxos pendulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, 2010

Região de Residência	Região de trabalho ou estudo em 2010																	Total		
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Pendular Interno	RMSP	RMC	RMVP LN	RMS	AUP	AUJ	URB		Pendular externo	Outros SP
Bertioga		24	392	10				444	9	879	551	25	204	10				789	34	1.703
Cubatão	31		297	9		9	278	9.243	915	10.782	902	39	34	23	11			1.008	77	11.868
Guarujá	1.100	2.285		40	20		212	16.448	450	20.555	2.023	47	104	22	12	27		2.235	204	22.994
Itanhaém	18	91	59		547	480	566	926	260	2.948	2.096	65	31	31	18	28	9	2.278	197	5.423
Mongaguá		68	20	455		47	913	790	253	2.545	1.551	6	10	30		11	10	1.618	114	4.277
Peruíbe		63		481	124		128	618	35	1.449	1.067	41	19	21				1.147	481	3.077
Praia Grande	71	4.282	463	290	878	142		16.290	5.400	27.814	6.157	91	69	54	38	18		6.426	287	34.527
Santos	720	9.574	3.550	121	95	93	1.846		6.543	22.542	10.472	287	344	49	43	69	34	11.297	644	34.483
São Vicente	72	11.010	1.225	88	76	85	4.485	53.635		70.677	4.479	125	81	107	29	58		4.878	319	75.874
Pendular Interno	2.013	27.395	6.006	1.494	1.740	855	8.428	98.395	13.865											
RMSP	546	1.299	634	390	170	136	492	5.609	289											
RMC		205	20			9	13	294	17											
RMVPLN	205	125	105	8			33	266	21											
RMS	9	50	20	20			10	204	12											
AUP	4	7		20	7			150												
AUJ		7	5				10	53	19											
URB	9	17	40		9			61	11											
Pendular Externo	773	1.710	824	439	185	145	559	6.636	370											
Outros SP	40	134	114	158	42	1.223	199	1.506	233											
Total	2.826	29.239	6.945	2.090	1.967	2.223	9.186	106.537	14.468											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 43 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Jundiaí, 2000

Região de Residência	Região de estudo ou trabalho em 2010																	Total
	Cabreúva	Campo Limpo	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Varzea Paulista	Pendular Interno	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	URB	Pendular Externo	Outros SP	
Cabreúva		26	183		1.472		21	1.702	219	62		31	203		20	535	55	2.291
Campo Limpo Paulista	12		51	154	4.744	21	1.269	6.250	3.067	208	12		27	11	99	3.424	96	9.770
Itupeva	30	48			1.629	11	35	1.753	532	223			39	23		818	32	2.603
Jarinu		56	4		251	6	4	321	179	53		7	4		212	455	10	785
Jundiaí	493	1.080	1.098	48			553	1.887	6.783	2.594	34	63	174	137	230	10.015	805	15.980
Louveira	10	13	72		875			980	202	1.216	12		36		0	1.467	63	2.510
Varzea Paulista	150	1.319	141	39	18.055	141		19.844	1.117	220	17	21	17	11	11	1.413	229	21.486
Pendular Interno	695	2.517	1.365	241	25.553	731	3.205											
RMSP	175	269	121	8	3.244	61	135											
RMC	75	57	411	34	2.400	568	43											
RMBS					62													
RMVPLN					58	9												
RMS	270	6	38		239	16	11											
AUP	20		8		88	15	5											
URB		51	8	89	153		8											
Pendular Externo	539	391	586	132	6.244	669	204											
Outros SP	33	42	5	10	736	29	18											
Total	1.267	2.949	1.956	382	32.534	1.428	3.427											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 44 – Fluxos pendulares da aglomeração urbana de Jundiaí, 2010

Região de Residência	Região de estudo ou de trabalho em 2010																Total	
	Cabreúva	Campo Limpo	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Varzea Paulista	Pendular Interno	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	URB	Pendular Externo		Outros SP
Cabreúva			597		3.283	27		3.908	513	114	19	8	458	38	10	1.159	98	5.165
Campo Limpo Paulista	68		304	495	9.606	268	2.134	12.875	2.733	303	11	33	32		169	3.281	86	16.242
Itupeva	209	98		23	4.232	70	59	4.692	615	354			38	22	15	1.043	6	5.742
Jarinu	9	420	23		656		70	1.177	532	201		11	10	10	584	1.346		2.524
Jundiaí	1.097	2.327	2.848	179		2.175	3.408	12.035	11.950	5.472	65	213	465	302	318	18.785	1.194	32.014
Louveira	8	11	187		1.641		33	1.880	473	2.363		25	21	13		2.894	18	4.792
Varzea Paulista	140	1.683	424	135	22.789	535		25.706	1.408	483		25	8	38	35	1.996	122	27.825
Pendular Interno	1.531	4.539	4.383	833	42.208	3.076	5.704											
RMSP	245	1.988	656	155	13.657	472	899											
RMC	81	60	626	226	4.656	1.275	110											
RMBS	11		38		161													
RMVPLN		28		38	134													
RMS	708	3	90	18	614	25												
AUP	20	4	24	9	285	12	11											
URB	11	86	11	448	279	4	44											
Pendular Externo	1.076	2.170	1.445	893	19.785	1.788	1.064											
Outros SP	47	44	80	30	1.004	42	64											
Total	2.654	6.753	5.908	1.757	62.997	4.906	6.831											

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

ANEXO 45 – Fluxos pendulares da unidade Regional de Bragantina, 2000

Região de Residência	Região de estudo ou trabalho em 2000											RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	Pendular Externo	Outros SP	Total
	Atibaia	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Joanópolis	Nazaré Paulista	Pedra Bela	Pinhalzinho	Piracaia	Tuiuti	Vargem	Pendular Interno										
Atibaia		138	681	13	79			52			962	2.881	187	9	49	12	12	180	3.330	214	4.506
Bom Jesus dos Perdões	362		29		31			34			456	67	27	5					99	22	577
Bragança Paulista	384	35				24	20	30	32	47	572	1.134	368	8	14	28	34	97	1.683	254	2.509
Joanópolis	16	4	48		6			61			135	44	21	7	4			6	82	14	231
Nazaré Paulista	171	145	24					23			362	142			10				152	28	542
Pedra Bela	9		74							4	95	14							14	8	116
Pinhalzinho	21		208			16					255	38	22						60	166	481
Piracaia	258	67	96	17	23					14	475	244	86	10	15	11		19	384	65	924
Tuiuti			138								138	29	96		4		5	3	137	60	335
Vargem	7		337					4			348	41	4			5	9	5	64		412
Pendular Interno	1.228	389	1.635	30	139	40	27	203	42	65	3.798										
RMSP	759	43	364		46		22	26			1.260										
RMC	116	27	600					15	19		777										
RMBS	34		22								57										
RMVPLN	24	3	75		15						118										
RMS			24		0						24										
AUP			62		0						62										
AUJ	347		226		0						573										
Pendular Externo	1.280	74	1.374		61		22	41	19		2.871										
Outros SP	44		565	8		10	40		10		677										
Total	2.552	463	3.574	38	200	50	89	244	71	65	7.346										

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

ANEXO 46 – Fluxos pendulares da unidade Regional de Bragantina, 2010

Região de Residência	Região de estudo ou trabalho em 2010											Pendular Interno	RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	RMS	AUP	AUJ	Pendular Externo	Outros SP	Total
	Atibaia	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Joanópolis	Nazaré Paulista	Pedra Bela	Pinhalzinho	Piracaia	Tuiuti	Vargem												
Atibaia		309	1.159	28	145		134		9		1.784	4.246	827	90	33	76	93	529	5.895	277	7.956	
Bom Jesus dos Perdões	1.731		120	5	103			105			2.065	326	22		11			49	408	4	2.477	
Bragança Paulista	1.140	59		23		62	144	26	64	73	1.591	2.397	1.401	42	67	10	45	197	4.160	459	6.210	
Joanópolis	83		140			7		74		11	315	120	5		20			14	158	4	478	
Nazaré Paulista	339	168	40					17			564	388	10	5	23	4	9	55	495	13	1.073	
Pedra Bela			224				40			3	267	19	4					3	26	17	310	
Pinhalzinho	46		515			29			5		596	186	52	9	4		4		254	589	1.439	
Piracaia	1.022	339	359	70	20				11		1.821	568	111		78		11	15	782	26	2.629	
Tuiuti	13		327		3						344	52	371			2		15	440	150	933	
Vargem	16		520	8		6		7			556	47	15			2	3		68	3	627	
Pendular Interno	4.391	875	3.404	135	271	103	184	362	80	96												
RMSP	1.752	26	1.133	17	85		28	65		20												
RMC	528	23	870		4	9	21	14														
RMBS	53							0														
RMVPLN	144	21	89	4	104			25														
RMS	39		94	12				10														
AUP	78		44		10			13														
AUJ	720	11	342	16	9	10	0	22														
Pendular Externo	3.314	82	2.572	49	213	19	49	150		20												
Outros SP	221	2	773			9	93	18	39													
Total	7.926	959	6.749	184	484	131	326	530	120	116												

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

**ANEXO 47 – Distribuição percentual da população “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo grandes grupos etários e modalidade migratória
Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010**

Condição Migratória	Idade	RMSP			RMC			RMBS			RMVPLN			RMS			AU's		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	15 a 29	13,5	11,7	11,8	13,9	11,3	10,6	12,3	10,5	10,8	14,1	11,8	11,8	14,9	12,6	12,0	14,0	11,4	11,0
	30 a 44	41,7	38,2	34,1	40,5	37,9	32,9	36,9	34,7	30,4	40,7	37,5	37,5	37,8	37,2	32,5	38,2	36,5	32,0
	45 a 59	27,4	30,3	31,7	27,3	30,3	33,2	29,3	31,2	32,3	26,9	30,6	30,6	26,9	28,7	32,2	27,3	29,8	32,4
	60 e mais	17,4	19,7	22,4	18,3	20,5	23,3	21,5	23,7	26,4	18,4	20,1	20,1	20,4	21,5	23,3	20,5	22,4	24,6
	<i>Total</i>	3.290.615	4.094.737	5.304.457	342.939	495.098	704.045	241.298	317.071	420.282	315.219	432.287	432.287	236.665	334.669	462.464	338.885	462.208	621.133
<i>Intrametropolitano</i>	15 a 29	28,9	25,8	23,4	29,7	24,2	25,4	24,6	20,6	20,6	31,0	23,6	24,7	29,5	25,4	28,4	28,3	21,8	26,4
	30 a 44	51,6	49,9	47,8	47,0	48,9	44,8	47,2	45,5	45,0	44,0	45,4	43,1	41,1	45,0	40,7	46,9	48,8	41,9
	45 a 59	14,2	18,4	20,6	15,6	19,0	22,0	18,6	24,7	23,6	16,6	20,7	21,4	16,5	20,2	19,9	15,8	20,9	23,4
	60 e mais	5,3	5,9	8,2	7,7	7,9	7,8	9,6	9,3	10,9	8,4	10,3	10,7	13,0	9,4	11,0	9,0	8,4	8,3
	<i>Total</i>	139.886	193.928	163.630	15.137	21.272	21.562	13.010	17.678	16.485	13.247	18.131	17.941	7.837	11.736	12.728	9.821	12.417	10.639
<i>Intra-CRP</i>	15 a 29	32,1	33,6	39,6	23,8	20,8	25,4	18,6	13,7	12,9	22,0	17,9	18,7	17,3	17,7	17,5	19,8	18,9	19,6
	30 a 44	43,7	40,4	33,8	47,9	44,9	40,4	38,2	34,7	27,6	47,9	44,0	39,3	49,4	41,4	39,3	47,5	43,2	41,5
	45 a 59	15,9	17,5	17,1	18,0	24,0	22,1	23,4	27,7	30,2	19,5	25,8	25,1	22,4	26,9	25,0	20,1	24,1	24,1
	60 e mais	8,3	8,5	9,4	10,3	10,3	12,1	19,7	23,9	29,3	10,6	12,4	17,0	10,9	14,0	18,2	12,6	13,8	14,8
	<i>Total</i>	14.385	22.453	25.180	21.522	28.824	23.220	15.099	23.518	27.297	13.124	18.694	14.758	13.388	20.972	19.383	17.359	25.330	22.910
<i>Outros-SP</i>	15 a 29	38,3	35,0	45,9	36,7	34,7	39,5	30,9	20,9	21,8	25,0	28,4	32,1	32,5	29,1	35,1	28,1	26,8	30,8
	30 a 44	40,5	38,8	31,3	39,6	39,6	32,0	34,8	36,9	33,7	46,5	38,7	33,6	38,7	46,3	40,9	45,1	45,8	45,4
	45 a 59	14,4	18,2	14,4	17,6	17,7	18,3	23,0	25,9	23,7	18,0	22,2	23,5	21,3	17,6	16,4	18,8	19,1	14,1
	60 e mais	6,8	8,1	8,4	6,1	8,0	10,3	11,4	16,3	20,8	10,6	10,7	10,7	7,5	6,9	7,5	8,0	8,3	9,7
	<i>Total</i>	21.043	33.316	20.364	12.372	12.173	9.623	2.812	4.557	3.668	2.549	3.078	2.287	7.466	8.222	7.463	6.959	8.824	6.104
<i>Interestadual</i>	15 a 29	52,5	48,3	48,6	37,4	38,6	44,5	44,5	43,2	40,0	39,5	35,7	35,0	42,9	36,3	35,7	39,2	37,6	48,1
	30 a 44	33,5	36,5	34,2	41,1	40,3	37,7	37,6	36,8	34,6	40,3	42,3	37,4	36,5	38,5	37,9	38,4	41,0	34,6
	45 a 59	10,8	11,6	12,0	16,0	15,8	12,4	12,8	14,8	16,8	14,4	16,7	18,2	14,3	18,6	17,6	16,4	15,6	12,0
	60 e mais	3,3	3,7	5,2	5,5	5,3	5,4	5,1	5,1	8,6	5,8	5,3	9,4	6,3	6,6	8,8	6,1	5,8	5,4
	<i>Total</i>	178.548	178.262	166.471	26.844	25.864	27.077	13.090	14.941	12.771	15.670	17.869	16.991	11.568	10.641	9.532	15.890	16.035	18.400
<i>Total</i>	15 a 29	41,5	36,3	36,9	31,9	28,8	33,4	28,8	23,5	21,3	31,0	25,7	26,7	29,9	25,1	26,5	28,8	25,4	31,1
	30 a 44	41,5	43,0	40,0	44,0	43,8	39,6	40,5	38,5	34,2	44,0	43,6	39,7	42,1	42,4	39,6	44,1	44,1	39,8
	45 a 59	12,6	15,5	16,2	16,7	19,5	18,4	18,8	23,5	25,1	16,7	21,2	21,5	18,7	22,2	20,9	17,9	20,6	19,1
	60 e mais	4,5	5,3	7,0	7,4	7,9	8,5	11,9	14,5	19,3	8,3	9,5	12,1	9,3	10,3	12,9	9,2	9,9	10,1
	<i>Total</i>	353.862	427.959	375.646	75.875	88.134	81.481	44.011	60.694	60.221	44.591	57.772	51.977	40.260	51.572	49.105	50.030	62.607	58.052

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 48 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrante de “data-fixa” segundo estado conjugal e por modalidade migratória do responsável pelo domicílio. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 2000 e 2010

Condição Migratória	Idade	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	Em União	69,0	62,9	73,9	68,5	73,9	60,9	71,5	66,6	74,7	69,4	74,8	69,3	70,7	64,4
	Sozinho	31,0	37,1	26,1	31,5	26,1	39,1	28,5	33,4	25,3	30,6	25,2	30,7	29,3	35,6
	<i>Total</i>	4.094.737	5.304.457	495.098	704.045	495.098	420.282	432.287	578.007	334.669	462.464	462.208	621.133	6.314.097	8.090.387
<i>Intrametro politano</i>	Em União	76,1	70,8	77,3	75,3	70,2	66,8	73,7	69,8	77,8	73,7	81,2	75,6	75,9	71,2
	Sozinho	23,9	29,2	22,7	24,7	29,8	33,2	26,3	30,2	22,2	26,3	18,8	24,4	24,1	28,8
	<i>Total</i>	193.928	163.630	21.272	21.562	17.678	16.485	18.131	17.941	11.736	12.728	12.417	10.639	275.162	242.985
<i>Intra-CRP</i>	Em União	60,5	51,2	74,3	66,6	66,1	61,0	71,4	66,6	75,7	72,6	75,5	70,5	70,7	64,1
	Sozinho	39,5	48,8	25,7	33,4	33,9	39,0	28,6	33,4	24,3	27,4	24,5	29,5	29,3	35,9
	<i>Total</i>	22.453	25.180	28.824	23.220	23.518	27.297	18.694	14.758	20.972	19.383	25.330	22.910	139.792	132.748
<i>Outros-SP</i>	Em União	63,2	48,7	72,2	58,8	67,8	57,4	73,7	69,5	78,9	70,6	74,9	64,8	68,8	57,6
	Sozinho	36,8	51,3	27,8	41,2	32,2	42,6	26,3	30,5	21,1	29,4	25,1	35,2	31,2	42,4
	<i>Total</i>	33.316	20.364	12.173	9.623	4.557	3.668	3.078	2.287	8.222	7.463	8.824	6.104	70.171	49.507
<i>Interestad ual</i>	Em União	67,2	59,6	71,4	67,1	70,0	64,7	72,7	67,2	79,0	70,8	75,9	66,9	69,1	62,1
	Sozinho	32,8	40,4	28,6	32,9	30,0	35,3	27,3	32,8	21,0	29,2	24,1	33,1	30,9	37,9
	<i>Total</i>	178.262	166.471	25.864	27.077	14.941	12.771	17.869	16.991	10.641	9.532	16.035	18.400	263.613	251.242
<i>Total</i>	Em União	70,5	63,3	73,9	68,1	68,4	63,2	72,6	68,0	77,4	72,2	76,6	69,7	71,9	65,4
	Sozinho	29,5	36,7	26,1	31,9	31,6	36,8	27,4	32,0	22,6	27,8	23,4	30,3	28,1	34,6
	<i>Total</i>	427.959	375.646	88.134	81.481	60.694	60.221	57.772	51.977	51.572	49.105	62.607	58.052	748.738	676.483

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000; 2010).

ANEXO 49 – Distribuição percentual dos chefes de domicílios “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, por modalidade migratória segundo idade média do casal. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1991, 2000 e 2010

Condição Migratória	Idade	RMSP			RMC			RMBS			RMVPLN			RMS			AU's			CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	10 a 29	32,1	27,2	24,5	32,7	26,9	23,0	28,9	24,4	22,3	33,6	27,9	27,9	34,2	28,9	25,1	32,4	26,7	23,6	32,2	27,1	24,2
	30 a 44	29,4	28,3	25,5	28,0	28,3	24,8	27,0	26,9	23,8	28,4	28,4	28,4	25,3	27,2	24,5	26,4	27,2	24,0	28,7	28,1	25,1
	45 a 59	38,6	44,5	49,9	39,2	44,9	52,2	44,1	48,6	53,9	38,1	43,7	43,7	40,5	43,8	50,4	41,2	46,0	52,5	39,1	44,8	50,7
	<i>Total</i>	5.684.139	6.853.810	8.588.249	611.322	854.477	1.178.118	412.189	521.742	671.503	553.528	737.300	737.300	422.189	581.858	781.653	606.601	803.106	1.046.248	8.289.968	10.352.293	13.225.098
<i>Intrametropolitano</i>	10 a 29	58,9	53,1	47,4	58,7	51,2	48,3	52,0	43,8	42,7	57,9	47,5	45,7	55,0	50,3	49,5	57,3	49,0	49,6	58,2	51,7	47,3
	30 a 44	26,7	28,5	28,9	23,9	28,4	27,0	25,4	27,8	27,9	23,7	27,6	27,2	21,8	26,3	24,6	23,2	27,5	25,0	25,8	28,2	28,1
	45 a 59	14,4	18,5	23,7	17,3	20,4	24,7	22,5	28,5	29,4	18,4	24,9	27,1	23,2	23,5	26,0	19,5	23,4	25,4	16,0	20,1	24,6
	<i>Total</i>	253.899	342.373	286.376	28.457	38.103	38.854	23.029	30.005	28.016	24.569	32.210	31.793	14.932	21.497	22.707	18.707	23.230	19.427	363.593	487.419	427.173
<i>Intra-CRP</i>	10 a 29	56,0	53,4	54,8	48,6	42,0	44,1	38,5	28,9	23,9	45,8	40,1	37,3	42,7	38,6	35,9	43,9	39,7	40,2	46,0	40,4	39,3
	30 a 44	25,5	25,3	21,1	28,4	29,1	25,8	24,3	25,5	20,3	30,7	28,4	24,9	31,6	26,9	25,9	30,7	29,2	26,2	28,6	27,5	23,9
	45 a 59	18,5	21,3	24,1	22,9	28,9	30,1	37,3	45,7	55,7	23,6	31,5	37,8	25,7	34,5	38,2	25,4	31,1	33,6	25,4	32,1	36,8
	<i>Total</i>	25.394	37.272	39.634	38.876	50.360	39.537	25.967	39.524	43.829	23.398	31.761	24.527	24.723	36.664	33.511	32.324	44.812	40.331	170.681	240.394	221.368
<i>Outros-SP</i>	10 a 29	61,8	55,6	58,1	57,5	54,1	53,8	47,8	39,4	36,6	48,2	47,7	47,0	54,7	52,2	54,3	54,4	50,1	55,4	57,4	52,8	54,1
	30 a 44	20,4	23,8	19,6	23,2	23,7	19,4	26,4	27,8	23,1	31,0	27,0	23,8	24,3	28,3	24,6	25,1	27,3	22,7	23,1	25,2	21,2
	45 a 59	17,8	20,5	22,3	19,3	22,2	26,8	25,9	32,8	40,3	20,8	25,3	29,2	21,0	19,5	21,1	20,5	22,5	22,0	19,5	22,0	24,6
	<i>Total</i>	37.784	56.138	31.469	23.138	22.110	15.599	5.149	7.939	6.033	4.669	5.445	3.953	14.375	15.511	13.320	13.097	15.818	10.625	98.212	122.961	80.999
<i>Interestadual</i>	10 a 29	73,7	71,0	67,8	61,0	60,4	64,4	68,0	64,5	57,8	64,0	58,7	55,0	63,1	59,3	56,8	61,6	61,7	66,2	70,3	67,7	65,5
	30 a 44	16,2	17,8	17,7	21,8	23,4	20,8	19,2	20,9	19,6	21,9	24,9	20,9	19,6	20,9	21,0	21,7	21,6	18,9	17,8	19,4	18,6
	45 a 59	10,1	11,2	14,4	17,3	16,2	14,9	12,8	14,7	22,6	14,0	16,4	24,2	17,3	19,8	22,2	16,6	16,8	14,9	11,9	12,9	15,9
	<i>Total</i>	333.748	344.029	282.038	50.234	48.136	47.379	24.338	29.022	22.022	29.499	33.170	29.826	21.438	20.219	16.998	30.363	30.321	32.133	489.621	504.896	430.398
<i>Total</i>	10 a 29	66,5	61,2	57,4	56,5	51,5	53,1	52,2	43,5	37,4	56,1	48,8	46,6	53,2	48,0	46,4	53,7	48,9	51,7	61,5	55,8	53,0
	30 a 44	20,9	23,3	23,0	24,3	26,4	23,7	23,2	25,0	22,4	25,5	27,0	24,3	24,8	25,7	24,4	25,6	26,6	23,3	22,5	24,5	23,3
	45 a 59	12,5	15,5	19,6	19,2	22,1	23,1	24,6	31,4	40,1	18,4	24,2	29,1	21,9	26,3	29,2	20,7	24,5	25,0	16,0	19,7	23,7
	<i>Total</i>	650.825	779.812	639.518	140.705	158.709	141.369	78.482	106.490	99.900	82.135	102.585	90.099	75.468	93.890	86.536	94.491	114.182	102.516	1.122.107	1.355.669	1.159.938

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 50 – Distribuição percentual dos chefes de domicílio segundo arranjo domiciliar e por modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Condição Migratória	Arranjo Domiciliar	RMSP			RMC			RMBS			RMVPLN			RMS			AU's			CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	Individual	8,7	11,8	14,6	7,0	10,7	13,6	10,1	13,9	16,5	7,7	10,6	13,3	7,3	9,8	12,4	6,9	10,1	12,7	8,4	11,5	14,2
	Casal sem filhos	10,0	10,2	12,9	10,0	11,6	15,2	10,9	10,9	14,3	8,0	9,1	13,6	9,6	11,0	14,7	10,3	11,7	15,4	9,9	10,4	13,5
	Casal com filhos	50,4	45,3	38,8	53,4	48,0	40,5	45,6	40,3	33,8	53,3	48,3	40,6	53,4	49,1	41,5	54,5	48,8	41,2	51,0	45,9	39,1
	Monoparental com filhos	12,2	15,3	13,6	10,7	13,1	11,9	12,7	15,4	13,7	11,8	13,6	12,5	10,7	13,0	11,5	10,2	12,3	11,4	11,9	14,7	13,1
	Estendida	18,7	17,4	20,2	18,9	16,5	18,7	20,7	19,5	21,7	19,1	18,5	20,0	19,1	17,1	19,9	18,1	17,2	19,4	18,8	17,5	20,0
	Total	3.206.669	4.091.271	5.304.457	334.662	494.892	704.045	234.751	316.854	420.282	306.975	432.063	578.007	230.647	334.570	462.464	331.921	462.062	621.133	4.645.626	6.131.712	8.090.387
<i>Intrametropolitana</i>	Individual	3,7	11,3	16,3	4,3	11,6	16,9	6,1	14,4	19,7	5,7	14,3	20,0	5,3	9,9	15,4	3,5	9,8	16,1	4,1	11,6	16,8
	Casal sem filhos	5,5	12,7	16,3	5,5	13,4	19,5	7,9	13,8	17,3	7,8	14,4	17,1	9,2	12,9	18,1	9,3	12,1	17,7	6,0	12,9	16,9
	Casal com filhos	46,5	48,1	39,4	51,2	47,7	39,8	40,3	40,8	34,0	48,9	46,8	38,0	52,0	50,1	42,0	48,8	54,7	41,1	46,9	47,9	39,1
	Monoparental com filhos	9,5	12,7	14,1	7,6	12,9	12,4	10,4	14,0	14,5	9,5	11,5	9,6	7,9	11,7	12,3	11,6	10,8	11,3	9,4	12,6	13,4
	Estendida	34,7	15,2	13,9	31,4	14,4	11,4	35,4	17,0	14,5	28,1	13,0	15,3	25,6	15,4	12,3	26,8	12,6	13,8	33,5	15,0	13,7
	Total	127.639	193.869	163.630	14.067	21.272	21.562	11.797	17.671	16.485	11.837	18.117	17.941	7.183	11.736	12.728	3.157	12.417	10.639	175.682	275.082	242.985
<i>Intra-CRP</i>	Individual	10,9	20,1	31,3	5,3	12,5	20,3	11,3	18,4	24,5	7,1	16,5	22,0	6,5	12,7	16,5	8,2	12,6	17,0	8,1	15,3	22,3
	Casal sem filhos	8,1	13,9	16,9	6,8	14,3	18,2	9,9	19,9	25,1	8,6	15,7	21,6	8,6	16,5	19,9	8,4	16,3	20,1	8,3	16,0	20,3
	Casal com filhos	37,5	34,9	22,7	48,6	47,6	34,7	37,4	34,9	24,4	47,2	44,1	32,3	53,2	46,6	39,2	50,0	46,5	39,4	45,3	42,6	31,5
	Monoparental com filhos	10,8	11,9	8,4	7,7	10,2	9,8	9,3	10,6	9,4	8,9	9,4	9,6	7,5	9,6	9,9	7,8	9,8	7,7	8,7	10,2	9,1
	Estendida	32,7	19,2	20,8	31,6	15,5	17,0	32,1	16,3	16,7	28,2	14,3	14,5	24,2	14,6	14,5	25,7	14,8	15,9	29,7	15,8	16,8
	Total	13.120	22.419	25.180	19.498	28.806	23.220	13.970	23.488	27.297	11.705	18.685	14.758	12.034	20.972	19.383	7.117	25.330	22.910	77.444	139.700	132.748
<i>Outros-SP</i>	Individual	8,8	19,5	29,6	5,7	15,1	25,7	10,2	19,5	26,3	9,2	14,2	17,3	5,7	10,1	15,4	5,3	14,0	22,5	7,4	16,7	25,0
	Casal sem filhos	5,1	11,2	17,2	5,2	14,9	16,6	7,8	14,9	17,4	6,2	17,8	25,1	5,9	10,7	15,1	7,8	12,1	17,8	5,7	12,4	17,2
	Casal com filhos	35,4	37,1	21,5	43,7	43,2	28,2	43,2	38,3	28,2	46,9	45,9	31,3	53,7	51,9	37,3	49,3	49,7	33,9	42,3	41,9	27,7
	Monoparental com filhos	11,3	13,3	8,6	7,5	8,4	10,1	10,0	11,2	11,7	6,8	9,9	8,3	5,5	9,7	9,3	8,7	8,6	8,3	9,0	11,2	9,2
	Estendida	39,5	19,0	23,2	37,9	18,5	19,4	28,8	16,1	16,4	30,9	12,2	17,9	29,1	17,5	22,8	28,9	15,6	17,3	35,6	17,8	20,9
	Total	19.139	33.307	20.364	11.210	12.173	9.623	2.631	4.557	3.668	2.273	3.078	2.287	6.648	8.210	7.463	3.871	8.824	6.104	45.773	70.151	49.507
<i>Interestadual</i>	Individual	6,6	16,2	22,3	4,8	13,7	17,2	6,8	16,1	21,1	4,2	12,9	19,7	4,3	8,4	14,7	3,9	11,1	14,5	6,1	15,1	20,6
	Casal sem filhos	5,1	11,8	15,8	5,8	10,5	17,2	7,6	10,6	16,3	6,5	12,6	15,9	6,0	12,2	18,2	4,8	11,6	16,1	5,4	11,6	16,1
	Casal com filhos	33,6	37,3	27,8	44,8	44,9	32,3	34,8	42,1	30,5	45,1	45,0	35,5	51,8	49,4	35,8	50,8	46,2	32,6	36,9	39,9	29,6
	Monoparental com filhos	8,2	10,8	9,5	5,7	8,5	8,8	9,0	10,7	9,7	6,4	9,7	7,4	6,7	9,0	8,2	7,6	8,1	9,4	7,8	10,3	9,2
	Estendida	46,5	23,8	24,7	38,8	22,4	24,4	41,8	20,5	22,5	37,8	19,8	21,4	31,2	21,1	23,1	32,9	23,0	27,4	43,8	23,1	24,5
	Total	162.535	178.213	166.471	24.468	25.864	27.077	11.822	14.941	12.771	13.793	17.869	16.991	10.645	10.641	9.532	7.334	16.035	18.400	230.597	263.564	251.242
<i>Total</i>	Individual	5,8	14,4	20,7	5,0	13,0	19,0	8,4	16,7	22,6	5,8	14,6	20,3	5,5	10,8	15,7	5,5	11,9	16,6	5,8	14,0	19,9
	Casal sem filhos	5,4	12,3	16,2	5,9	13,0	18,0	8,5	15,4	20,6	7,5	14,4	18,4	7,5	13,9	18,4	7,2	13,7	18,1	6,1	13,0	17,3
	Casal com filhos	39,0	42,1	32,2	47,0	46,2	34,5	37,9	38,6	28,5	47,0	45,3	35,3	52,6	48,8	39,0	50,0	48,5	37,0	41,9	43,5	33,3
	Monoparental com filhos	9,0	11,9	11,3	6,9	10,1	10,2	9,6	11,6	11,0	8,1	10,2	8,8	7,0	10,0	10,1	8,5	9,4	9,0	8,5	11,2	10,7
	Estendida	40,9	19,3	19,6	35,1	17,7	18,3	35,7	17,6	17,3	31,7	15,5	17,2	27,4	16,6	16,9	28,9	16,6	19,3	37,6	18,3	18,8
	Total	322.434	427.808	375.646	69.243	88.115	81.481	40.220	60.657	60.221	39.608	57.749	51.977	36.510	51.560	49.105	21.480	62.607	58.052	529.495	748.496	676.483

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 51 – Distribuição percentual dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa” segundo nível de instrução e por modalidade migratória. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000

Condição Migratória	Nível de instrução	RMSP			RMC			RMBS			RMVPLN			RMS			AU's			CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	62,6	53,9	40,0	68,8	57,7	43,0	64,4	56,3	41,1	70,6	58,1	42,4	76,1	65,4	46,8	74,5	63,6	46,4	65,2	56,0	41,4
	Fundamental completo e médio incompleto	11,6	12,7	17,2	9,9	13,2	16,7	11,0	12,4	17,3	10,1	12,2	15,9	8,3	11,2	16,3	8,5	12,0	17,1	10,9	12,6	17,0
	Médio completo e superior incompleto	14,9	21,3	26,8	12,4	18,9	26,4	16,3	21,2	28,5	12,7	21,3	29,7	10,1	16,7	26,0	10,7	16,6	24,7	14,1	20,5	26,9
	Superior Completo	11,0	12,0	15,9	8,8	10,2	14,0	8,3	10,0	13,1	6,6	8,4	12,1	5,6	6,8	10,9	6,4	7,8	11,8	9,8	10,9	14,7
	<i>Total</i>	3.192.222	3.926.817	5.269.188	334.735	479.163	701.074	235.050	306.047	419.215	307.603	418.270	576.504	232.041	325.270	461.358	332.868	450.587	619.690	4.634.519	5.906.155	8.047.029
<i>Intrametropolitano</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	66,2	53,2	28,6	71,5	53,2	27,0	57,6	47,2	24,4	64,0	51,7	28,7	75,1	58,1	35,6	66,8	60,2	36,8	66,6	53,2	28,9
	Fundamental completo e médio incompleto	11,8	13,1	16,5	11,7	15,0	14,4	12,8	13,1	17,2	11,8	13,2	14,6	6,5	12,0	17,4	11,5	14,3	17,9	11,6	13,3	16,3
	Médio completo e superior incompleto	14,8	23,6	32,8	11,7	21,7	36,6	22,5	29,3	38,0	15,1	23,8	35,8	11,7	21,8	32,0	14,7	18,0	30,4	14,8	23,5	33,5
	Superior Completo	7,2	10,2	22,2	5,1	10,1	22,0	7,1	10,3	20,4	9,1	11,3	20,9	6,7	8,2	14,9	7,0	7,5	14,9	7,1	10,0	21,2
	<i>Total</i>	135.148	185.196	163.165	14.830	20.573	21.493	12.655	16.834	16.465	12.757	17.198	17.941	7.647	11.207	12.728	192.688	12.192	10.605	375.725	263.199	242.396
<i>Intra-CRP</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	49,0	42,3	18,9	60,1	44,3	25,2	53,1	45,8	28,7	52,7	39,3	25,6	61,7	49,6	32,5	56,4	44,5	28,2	56,1	44,4	26,3
	Fundamental completo e médio incompleto	9,7	10,4	11,1	10,6	13,2	14,4	14,6	14,3	18,7	13,8	13,3	13,9	9,9	13,1	17,2	11,5	11,8	15,3	11,6	12,7	15,2
	Médio completo e superior incompleto	18,0	24,2	33,6	14,7	23,8	33,6	19,5	25,8	32,1	19,2	27,6	30,2	16,0	23,9	28,3	17,0	24,2	33,0	17,1	24,8	32,0
	Superior Completo	23,3	23,1	36,4	14,7	18,7	26,9	12,8	14,2	20,5	14,2	19,8	30,3	12,4	13,5	22,0	15,0	19,6	23,5	15,2	18,1	26,5
	<i>Total</i>	13.568	20.085	25.085	20.480	27.108	23.135	14.355	21.968	27.245	12.493	17.307	14.733	12.976	20.032	19.303	90.549	23.930	22.884	164.422	130.429	132.385
<i>Outros-SP</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	55,3	48,8	19,6	67,7	48,0	25,2	59,1	55,9	26,2	58,6	50,4	16,1	77,1	57,4	36,5	63,5	53,5	25,4	63,1	50,8	24,3
	Fundamental completo e médio incompleto	10,1	11,2	11,5	8,7	11,4	12,9	15,4	10,7	15,8	9,3	8,5	11,1	7,0	14,1	18,3	9,7	11,3	14,3	9,6	11,5	13,4
	Médio completo e superior incompleto	17,9	22,6	29,9	13,8	23,1	32,4	13,0	19,1	31,9	18,7	25,2	30,7	11,2	19,0	31,9	14,6	20,5	31,9	15,0	21,9	31,1
	Superior Completo	16,8	17,3	39,0	9,9	17,5	29,5	12,5	14,3	26,1	13,4	15,9	42,1	4,7	9,5	13,3	12,1	14,7	28,4	12,3	15,8	31,2
	<i>Total</i>	19.671	31.141	20.257	11.798	11.340	9.598	2.642	4.226	3.648	2.465	2.892	2.287	7.293	7.775	7.463	50.703	8.493	6.104	94.573	65.867	49.356
<i>Interestadual</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	73,4	63,0	38,2	72,9	59,5	35,5	73,1	70,5	37,7	66,2	54,4	31,0	80,2	68,5	37,4	73,8	66,2	43,2	73,5	62,9	37,7
	Fundamental completo e médio incompleto	8,5	9,7	17,2	6,8	11,6	16,2	8,0	8,0	17,7	9,6	9,7	16,5	7,9	10,3	19,3	8,2	11,0	17,5	8,2	9,9	17,1
	Médio completo e superior incompleto	11,0	17,5	25,2	9,3	17,1	29,1	11,1	13,9	28,9	13,5	22,2	28,7	7,9	14,3	28,7	10,5	15,6	27,8	10,7	17,3	26,4
	Superior Completo	7,1	9,8	19,4	11,0	11,8	19,2	7,7	7,6	15,7	10,7	13,8	23,8	4,0	6,9	14,7	7,5	7,2	11,6	7,6	9,9	18,7
	<i>Total</i>	175.084	172.827	165.174	26.130	25.013	27.000	12.864	14.471	12.729	15.192	17.142	16.931	11.373	10.377	9.510	256.357	15.670	18.396	496.999	255.499	249.739
<i>Total</i>	Sem instrução e fundamental incompleto	68,6	56,5	31,7	68,2	51,5	29,1	60,9	53,2	29,3	61,2	48,5	28,0	72,5	56,7	34,9	68,0	54,6	34,2	67,8	54,9	31,3
	Fundamental completo e médio incompleto	9,9	11,4	16,2	9,2	12,9	14,8	12,1	12,1	17,9	11,5	11,9	14,9	8,1	12,4	17,8	9,9	12,0	16,4	9,9	11,8	16,2
	Médio completo e superior incompleto	13,1	21,0	29,3	12,0	21,2	32,7	17,4	23,3	33,0	15,9	24,6	31,7	11,9	20,6	29,9	13,2	20,2	30,7	13,3	21,4	30,4
	Superior Completo	8,4	11,2	22,8	10,7	14,4	23,4	9,5	11,4	19,8	11,4	15,0	25,4	7,4	10,3	17,4	8,9	13,2	18,7	8,9	12,0	22,1
	<i>Total</i>	343.470	409.248	373.681	73.238	84.033	81.227	42.516	57.499	60.086	42.908	54.539	51.892	39.289	49.390	49.003	590.298	60.285	57.988	1.131.719	714.995	673.876

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 52 – Distribuição relativa dos chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, por modalidade migratória segundo classes de atividades econômicas. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Condição Migratória	Atividades Produtivas	RMSP			RMC			RMBS			RMVPLN			RMS			AU's			CRP		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,4	0,8	0,9	4,5	3,4	3,1	2,1	1,4	1,7	8,6	6,0	5,5	13,5	9,8	8,5	11,3	7,7	7,4	3,4	2,4	2,7
	Indústria de Transformação	30,9	21,7	16,4	33,3	26,5	22,4	16,6	12,4	8,8	29,2	23,0	18,0	27,5	23,5	22,1	31,4	26,8	23,8	30,2	22,2	18,0
	Construção	8,1	8,8	8,2	10,7	11,4	10,2	12,3	12,7	11,1	11,3	12,3	12,1	11,2	13,0	11,5	10,5	12,2	10,6	9,0	9,9	9,3
	Serviços de baixa complexidade	42,1	45,2	49,2	35,7	37,9	43,2	52,2	50,6	54,6	34,8	37,0	42,8	34,4	36,5	40,0	34,6	37,2	40,3	40,7	43,2	46,8
	Serviços de alta complexidade	12,1	18,8	20,3	9,5	15,6	15,5	8,6	15,2	15,5	6,7	13,6	13,2	6,8	11,2	11,8	6,4	11,1	12,1	10,7	17,0	17,6
	Adm. e serviços de utilidade pública	5,3	4,8	5,0	6,4	5,2	5,7	8,1	7,7	8,3	9,3	8,2	8,5	6,7	5,9	6,3	5,7	5,0	5,8	5,9	5,2	5,6
	<i>Total</i>	2.478.447	2.703.743	3.174.771	268.013	332.818	427.174	170.586	194.382	243.141	232.489	285.863	369.469	170.176	219.024	287.928	258.757	316.009	681.934	3.578.468	4.051.840	5.184.417
<i>Intrametropolitano</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,5	0,9	1,1	7,4	4,0	3,9	1,7	1,4	1,2	15,6	8,6	8,4	15,9	11,1	9,4	12,6	9,8	8,0	4,0	2,5	2,6
	Indústria de Transformação	35,7	24,8	18,6	33,7	25,9	23,5	16,7	12,3	10,8	21,2	18,7	16,8	26,9	22,5	23,2	38,9	28,5	27,1	33,2	23,8	19,0
	Construção	11,1	10,5	8,6	12,0	11,4	9,3	10,0	7,7	7,2	12,8	10,1	9,6	10,3	10,1	10,2	10,2	12,4	8,4	11,2	10,5	8,7
	Serviços de baixa complexidade	40,4	43,2	44,0	35,5	40,5	40,3	55,1	53,7	49,6	35,4	39,4	37,5	37,6	40,0	36,7	29,4	34,5	40,6	40,0	42,8	43,0
	Serviços de alta complexidade	7,5	16,4	21,9	6,6	13,7	16,8	7,8	16,0	22,6	7,4	13,6	17,7	5,7	10,8	14,4	5,5	9,4	12,0	7,3	15,4	20,3
	Adm. e serviços de utilidade pública	3,8	4,3	5,8	4,7	4,5	6,1	8,6	8,8	8,7	7,5	9,5	10,1	3,6	5,6	6,1	3,4	5,4	3,9	4,4	5,0	6,3
	<i>Total</i>	124.579	150.074	116.088	13.204	16.653	15.642	11.147	12.628	11.569	11.314	13.817	13.331	6.522	8.963	9.192	8.609	9.796	8.010	175.374	211.930	173.831
<i>Intra-CRP</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	3,2	1,5	2,3	5,3	3,7	3,0	1,9	1,2	1,9	6,3	3,6	5,5	10,1	6,7	6,3	9,5	6,1	5,8	6,1	3,8	4,0
	Indústria de Transformação	27,3	18,7	13,0	30,7	27,1	24,9	10,4	8,4	9,8	22,6	21,6	13,4	27,5	25,3	24,1	25,1	25,6	23,7	24,7	21,8	18,3
	Construção	9,9	9,7	8,0	11,9	8,9	10,1	16,1	13,7	11,6	12,8	9,6	12,3	10,4	10,8	10,5	11,0	8,7	7,5	11,9	10,0	9,8
	Serviços de baixa complexidade	39,0	41,6	34,0	37,2	40,1	39,4	55,9	56,4	51,2	41,8	44,4	40,4	39,7	41,3	39,2	41,2	40,5	42,6	41,8	43,4	40,9
	Serviços de alta complexidade	14,6	23,2	35,7	10,3	16,4	18,1	10,6	15,2	18,0	9,6	14,7	21,2	8,3	12,0	16,1	8,6	14,1	15,6	10,3	16,1	21,2
	Adm. e serviços de utilidade pública	6,1	5,2	7,0	4,6	3,8	4,4	5,2	5,1	7,4	6,9	6,2	7,3	4,0	3,9	3,8	4,5	5,1	4,8	5,1	4,8	5,8
	<i>Total</i>	11.871	16.977	16.770	17.947	21.246	15.052	10.596	13.265	13.441	10.564	13.232	9.828	10.660	14.202	12.308	14.100	18.283	15.593	75.737	97.204	82.992
<i>Outros-SP</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	2,8	1,1	1,2	8,7	3,9	4,0	2,4	3,9	6,0	8,4	7,1	7,2	17,1	13,8	12,6	17,1	10,9	8,8	8,4	4,9	5,2
	Indústria de Transformação	27,8	19,4	9,8	34,7	21,6	20,0	10,2	5,4	6,4	16,5	18,2	18,9	25,7	16,6	22,4	27,4	19,5	21,4	27,7	18,6	15,6
	Construção	9,4	11,4	5,8	11,2	14,4	7,2	14,9	17,7	9,8	19,2	11,5	4,3	11,9	13,8	10,8	9,3	12,8	7,3	10,9	12,7	7,3
	Serviços de baixa complexidade	38,4	41,9	37,3	30,9	33,9	38,3	53,9	55,0	45,6	37,3	43,2	32,9	34,6	39,1	34,2	35,1	36,4	32,6	36,3	40,2	36,7
	Serviços de alta complexidade	15,4	22,0	36,5	10,0	21,0	24,1	11,9	13,0	22,7	7,8	14,4	23,1	5,6	11,8	16,0	7,6	13,8	22,4	11,2	18,6	27,3
	Adm. e serviços de utilidade pública	6,2	4,4	9,3	4,5	5,2	6,4	6,6	4,9	9,6	10,7	5,7	13,6	5,2	4,9	4,1	3,5	6,7	7,5	5,5	5,0	7,9
	<i>Total</i>	17.858	25.363	13.368	10.977	9.568	6.658	2.256	2.882	2.274	2.187	2.414	1.759	6.499	6.783	5.440	6.189	7.035	4.358	45.967	54.045	33.857
<i>Interestadual</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,9	1,1	1,4	7,4	6,3	5,6	2,7	2,2	4,3	8,3	3,9	8,0	11,5	11,3	9,6	18,1	11,5	10,7	4,3	3,0	3,5
	Indústria de Transformação	30,7	18,6	15,1	29,6	21,9	22,4	12,9	11,8	11,2	21,9	15,7	15,5	33,3	23,3	29,5	30,2	25,1	33,3	29,3	18,9	17,8
	Construção	15,6	17,7	13,9	19,9	18,6	16,7	23,3	26,8	18,4	21,9	18,7	17,0	15,5	17,0	13,7	16,3	16,5	11,0	16,8	18,3	14,4
	Serviços de baixa complexidade	42,9	45,8	48,1	31,8	37,2	37,9	50,8	46,6	50,2	36,2	41,5	36,4	33,9	40,1	36,2	29,6	37,3	34,6	40,5	43,9	44,6
	Serviços de alta complexidade	6,7	15,1	18,8	8,1	13,8	14,0	6,3	9,8	9,6	5,3	12,3	14,4	2,8	6,3	7,4	3,4	7,8	7,3	6,4	13,6	16,1
	Adm. e serviços de utilidade pública	2,1	1,8	2,8	3,2	2,2	3,3	3,9	2,8	6,4	6,4	7,9	8,6	3,1	1,9	3,5	2,4	1,7	3,0	2,6	2,3	3,5
	<i>Total</i>	161.353	141.130	114.204	24.146	20.454	19.833	11.609	11.738	8.159	14.033	14.413	12.397	10.363	8.606	7.141	14.630	13.436	13.933	236.133	209.777	175.666
<i>Total</i>	Atv. agrícola e ind. extrativa	1,9	1,0	1,3	7,1	4,6	4,3	2,2	1,7	2,5	9,9	5,5	7,4	13,0	10,0	8,8	14,1	9,0	8,2	4,8	3,1	3,4
	Indústria de Transformação	32,4	21,4	16,3	31,6	24,5	23,1	13,2	10,4	10,2	21,6	18,6	15,6	28,8	22,7	24,7	29,9	25,1	27,3	29,8	21,2	18,2
	Construção	13,3	13,6	10,7	14,7	13,2	11,9	16,4	15,9	11,6	16,5	12,8	12,5	12,2	12,5	11,1	12,4	12,2	8,8	13,8	13,5	10,9
	Serviços de baixa complexidade	41,5	44,1	44,8	33,8	38,5	39,0	53,9	52,6	50,1	37,6	41,8	37,6	36,5	40,3	37,1	34,1	37,8	38,5	40,2	43,1	42,8
	Serviços de alta complexidade	7,8	16,6	22,1	8,7	15,6	17,0	8,4	13,8	17,9	7,3	13,6	17,8	5,6	10,4	13,8	6,1	11,3	12,8	7,6	15,2	19,4
	Adm. e serviços de utilidade pública	3,2	3,3	4,7	4,1	3,7	4,7	5,9	5,6	7,7	7,1	7,8	9,1	3,9	4,0	4,4	3,4	4,4	4,3	3,8	4,0	5,2
	<i>Total</i>	315.660	333.543	260.430	66.274	67.920	57.185	35.607	40.513	35.442	38.098	43.876	37.315	34.044	38.554	34.081	43.528	48.550	41.894	533.211	572.956	466.346

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).

ANEXO 53 – Distribuição percentual de chefes “não migrante” e imigrantes de “data-fixa”, por modalidade migratória e posição na ocupação. Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos da Cidade-Região Paulista, 1985-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Condição Migratória	Posição na ocupação	RMSP		RMC		RMBS		RMVPLN		RMS		AU's		CRP	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<i>Não Migrante</i>	Diretores e gerentes	8,5	7,2	8,1	6,5	7,0	5,4	6,2	4,5	6,1	5,4	6,9	6,0	8,0	6,6
	Intelectuais	9,1	14,5	7,7	12,1	7,0	10,3	6,3	10,2	5,0	9,6	5,6	10,1	8,2	13,1
	Nível técnico	9,9	8,8	9,5	9,2	10,3	8,4	8,8	7,5	6,5	7,7	7,0	8,2	9,4	8,6
	Servidores Administrativos	7,6	7,0	5,6	5,8	6,5	6,0	5,2	4,8	4,4	4,4	4,5	4,6	6,8	6,4
	Outros	64,9	62,5	69,1	66,5	69,2	70,0	73,5	73,0	78,0	72,9	76,0	71,1	67,7	65,2
	<i>Total</i>	2.707.755	3.192.455	333.915	434.403	195.416	235.256	285.126	357.684	217.630	278.532	314.392	387.012	4.054.234	4.885.342
<i>Intrametro politano</i>	Diretores e gerentes	7,2	9,2	7,2	9,3	6,4	6,9	6,2	6,2	6,6	5,9	6,2	8,1	7,0	8,6
	Intelectuais	7,4	17,2	7,3	16,4	7,1	14,9	8,3	16,0	6,2	10,2	5,5	12,1	7,3	16,3
	Nível técnico	9,7	10,8	9,1	12,4	13,6	11,2	10,9	9,8	8,4	9,6	7,0	8,0	9,8	10,7
	Servidores Administrativos	7,3	7,0	6,4	5,8	6,7	8,1	5,2	4,4	3,3	4,4	4,4	4,7	6,8	6,5
	Outros	68,4	55,9	70,0	56,1	66,3	58,8	69,3	63,6	75,4	69,9	76,9	67,1	69,1	57,9
	<i>Total</i>	150.986	118.831	16.707	16.351	12.825	11.272	13.853	12.864	8.797	8.943	9.802	8.010	212.969	176.272
<i>Intra-CRP</i>	Diretores e gerentes	10,7	11,9	12,6	12,3	11,5	10,1	11,8	7,5	10,4	9,5	12,7	10,2	11,7	10,5
	Intelectuais	18,4	31,0	11,6	20,4	9,8	14,9	14,1	22,0	8,0	17,6	12,0	17,8	12,5	21,0
	Nível técnico	10,8	12,6	11,5	10,0	11,9	10,2	10,9	12,2	8,1	9,3	10,1	12,5	10,6	11,2
	Servidores Administrativos	6,7	7,2	6,0	5,5	4,1	5,0	4,9	5,2	4,7	5,0	5,9	5,0	5,5	5,6
	Outros	53,4	37,2	58,2	51,7	62,7	59,9	58,3	53,0	68,8	58,7	59,3	54,6	59,7	51,8
	<i>Total</i>	17.063	17.064	21.281	15.526	13.374	13.135	13.171	9.484	14.023	12.252	18.174	15.554	97.086	83.015
<i>Outros-SP</i>	Diretores e gerentes	7,2	7,7	8,1	5,0	5,6	6,0	7,7	9,5	6,2	5,0	8,5	9,3	7,3	6,9
	Intelectuais	14,9	35,8	13,7	22,7	10,7	22,7	16,1	25,0	6,9	10,6	9,9	23,3	12,9	26,1
	Nível técnico	10,0	10,4	9,1	8,2	6,8	9,9	7,0	14,2	4,7	7,9	7,2	10,1	8,5	9,7
	Servidores Administrativos	7,3	6,8	7,2	5,4	4,1	4,4	2,2	5,4	4,9	4,1	4,1	2,9	6,2	5,4
	Outros	60,7	39,3	61,8	58,6	72,7	56,9	67,0	45,9	77,3	72,5	70,3	54,4	65,1	52,0
	<i>Total</i>	25.592	12.860	9.621	6.790	2.956	2.159	2.384	1.746	6.819	5.244	6.967	4.379	54.339	33.177
<i>Interestadual</i>	Diretores e gerentes	5,5	7,2	5,8	5,8	3,1	4,4	7,0	5,7	3,9	8,4	5,1	4,1	5,4	6,6
	Intelectuais	6,5	15,8	7,1	13,7	4,7	11,1	7,4	16,0	5,7	10,6	4,5	7,6	6,4	14,6
	Nível técnico	4,9	6,1	6,1	6,7	4,0	6,8	5,8	7,2	3,0	7,3	4,3	6,4	4,9	6,4
	Servidores Administrativos	5,4	5,6	3,6	4,3	3,2	5,6	4,2	5,0	3,4	3,6	3,2	5,2	4,8	5,3
	Outros	77,7	65,2	77,4	69,4	85,1	72,2	75,6	66,1	84,0	70,2	82,8	76,6	78,6	67,1
	<i>Total</i>	142.233	115.951	20.643	20.421	11.895	7.952	14.352	11.976	8.609	7.087	13.341	13.547	211.073	176.934
<i>Total</i>	Diretores e gerentes	6,6	8,4	8,6	8,4	7,0	7,5	8,2	6,5	7,3	7,6	8,7	7,7	7,2	8,1
	Intelectuais	8,2	18,4	9,5	17,3	7,5	14,5	10,2	18,0	6,9	13,0	8,3	14,0	8,4	17,2
	Nível técnico	7,7	8,8	8,9	9,3	9,8	9,7	9,0	9,8	6,4	8,7	7,4	9,4	8,0	9,1
	Servidores Administrativos	6,5	6,4	5,5	5,2	4,7	6,1	4,6	4,9	4,1	4,4	4,6	4,8	5,8	5,8
	Outros	71,0	58,0	67,4	59,9	71,0	62,2	68,0	60,8	75,3	66,3	71,0	64,2	70,6	59,9
	<i>Total</i>	335.874	264.706	68.251	59.088	41.050	34.518	43.760	36.069	38.249	33.526	48.284	41.490	575.467	469.397

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000; 2010).